



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE ALVES

DAS ANTIGAS PRAÇAS DA CIDADE DE FORTALEZA A CONTEMPORÂNEA
PRAÇA DE FÁTIMA: ENTRE USOS E (RE) APROPRIAÇÕES NOS ESPAÇOS
SÍNTESES DE HIBRIDIZAÇÕES

FORTALEZA 2012

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE ALVES

DAS ANTIGAS PRAÇAS DA CIDADE DE FORTALEZA A CONTEMPORÂNEA
PRAÇA DE FÁTIMA: ENTRE USOS E (RE) APROPRIAÇÕES NOS ESPAÇOS
SÍNTESES DE HIBRIDIZAÇÕES

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de mestre. Orientadora: Prof(a). Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A48d

Alves, Marco Aurélio de Andrade.

Das antigas praças da cidade de Fortaleza a contemporânea praça de Fátima : entre usos e (re) apropriações nos espaços sínteses de hibridizações / Marco Aurélio de Andrade Alves. – 2012.
182 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

1.Praças – Aspectos sociais – Fortaleza(CE). 2.Espaços públicos – Aspectos sociais – Praça Pio IX(Fortaleza,CE). 3.Praça Pio IX(Fortaleza,CE) – Condições sociais. 4.Praça Pio IX(Fortaleza,CE) – Usos e costumes. 5.Representações sociais – Praça Pio IX(Fortaleza,CE). I. Título.

CDD 307.762098131

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE ALVES

**DAS ANTIGAS PRAÇAS DA CIDADE DE FORTALEZA À CONTEMPORÂNEA
PRAÇA DE FÁTIMA: ENTRE USOS E (RE) APROPRIAÇÕES NOS ESPAÇOS
SÍNTESES DE HIBRIDIZAÇÕES**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos (Membro da Banca)
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dra. Rosângela Maria Costa Fernandes (Membro da Banca)
Universidade Estadual do Ceará

Prof(a). Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino (Membro da Banca)
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial aos personagens que inventaram a Praça de Fátima, e que através de suas experiências e narrativas contribuíram para a materialização deste trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação que se fizeram presentes nesta caminhada. Aos grandes *brothers* Edgar, Zezinho e Narah.

Agradeço em especial a minha amiga e professora Alba Maria Pinho de Carvalho, orientadora e entusiasta dos processos emancipatórios, que desde as primeiras aulas me mostrou valores genuínos e me fez perceber o potencial poético e crítico da sociologia. Suas reflexões me fizeram retomar a sensibilidade das palavras e a pensar ousadamente as praças como universo de produção social. Sem o seu acolhimento e dedicação, este trabalho não teria se expandido. Agradeço a sua sabedoria e as suas palavras amigas.

Ao Bosco e ao Gil, amigos e orientadores. Exemplos de força que me ensinaram a ver a sociologia para além dos livros. Professores que me engajaram na pesquisa e amigos que me iniciaram na vida profissional. A estes grandes incentivadores o meu muito obrigado!

A professora Jânia Perla pelas contribuições fundamentais no amadurecimento metodológico desta dissertação.

Ao GPDU da UECE (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano), responsável pelo ser urbano que me habita. Meu muito obrigado a Professora Rosângela Fernandes, amiga e colega do GESTU (Grupo Gestão Urbana-GPDU), incentivadora que muito me estimulou a mergulhar de cabeça nos desafios da metrópole.

A Maria Helena de Andrade, Francisco de Assis Alves e João Marcelo de Andrade Alves: bases do meu EU.

A minha esposa Alexandra Andrade Sales que assistiu ao renascimento pessoal e intelectual deste trabalho e que me estimulou a seguir uma nova vida.

“Demorar-se! Caso pudéssemos fazê-lo mais amiúde nesta ou naquela praça, cuja beleza não nos cansamos de admirar, decerto suportaríamos com o coração mais leve os momentos difíceis, e seguiríamos fortalecidos na eterna peleja da vida”. (Camillo Sitte, 1909).

“Na Tarde tranqüila que parece eterna, esta praça é o coração do mundo”. (Milton Dias, 1976).

RESUMO

O esforço de síntese que compõe este estudo resgata os usos e sentidos que a Praça adquiriu na história de Fortaleza, transformando-se em reservatório de práticas, representações e atores sociais. O trabalho aqui desenvolvido foi resultado de Pesquisa bibliográfica e de campo, incluindo uma incursão à história das Praças Públicas de Fortaleza durante os séculos XVIII, XIX, XX e XXI, possibilitando-me circunscrever detalhes das composições paisagísticas, e comportamentais inseridas nestes importantes logradouros da cidade. Locus essenciais para a concretização do convívio e das relações públicas, as praças fazem parte da memória individual e coletiva da cidade. Enquanto espaços dinâmicos, se (re) significam nas conexões de tempo e espaço assumindo diferentes usos. Entre reformulações e intervenções urbanísticas do passado, tais logradouros incorporaram diferentes equipamentos e demarcaram novos estilos de “civilização” entre os moradores da urbe. No tempo presente, reapropriadas pelo capital e por novos movimentos de resistência, configuram-se na atualidade como espaços de consumo e mercantilização, ao mesmo tempo em que também incorporam o sentido de ágoras modernas e de espaços para a afirmação da diversidade. Servindo como palco central para os dramas e conflitos da cidade, revelam atualmente um borramento de fronteiras entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo. Para demonstrar esta fusão de sentidos e significados na praça contemporânea, faço um passeio etnográfico pela Praça de Fátima em Fortaleza, enquanto território emblemático que revela “hibridizações de usos” entre o “sagrado” e o “profano” e que por isso adquire a marca de “espaço síntese”, sendo apropriada por múltiplos atores, dentre eles trabalhadores do mercado informal, “fiéis”, “moradores de rua”, “prestadores de serviços” e “usuários de droga”.

Palavras-chaves: usos, representações e fronteiras.

ABSTRACT

The synthesis effort that composes this study rescues the uses and meanings which the square acquired in the history of Fortaleza, becoming reservoir of practices, representations and social actors. The work developed here was the result of bibliographic and field research, including a foray into the history of public squares in Fortaleza during the eighteenth, nineteenth, twentieth and twenty-first, allowing me to circumscribe details of landscape and behavioral compositions, inserted in these important thoroughfares of city. Essential locus for the achievement of conviviality and public relations, the squares are part of individual and collective memory of the city. While dynamic spaces, (re) connections in the time and space assuming different uses. Among reformulations and urban interventions of the past, such thoroughfares incorporated different equipment and staked new styles of "civilization" among the residents of the city. At the present time, reappropriated by the capital and by new resistance movements, squares take shape today as spaces of consumption and commodification, while also incorporating the sense of agoras and modern spaces for the affirmation of diversity. Serving as the center stage for dramas and conflicts of the city, they currently reveal a blurring of boundaries between formal and informal, legal and illegal, legitimate and illegitimate. In order to demonstrate this fusion of meanings in contemporary square, I walk through the ethnographic Fatima Square in Fortaleza, as an emblematic territory which reveals "hybridizations uses " between "sacred" and "profane" and therefore acquires the mark "synthesis space" and is suitable for multiple stakeholders, including workers in the informal market, "faithful", "homeless", "service" and "drug users".

Keywords: uses, representations and borders.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
-------------------------	---

CAPÍTULO 1 AS PRAÇAS NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE FORTALEZA: UMA VIAGEM NOS CIRCUITOS DO TEMPO/ESPAÇO	19
---	----

1.1. As Plantas de Fortaleza e seus ideais de disciplina: do traçado xadrez aos modernos planos urbanísticos	20
1.2. Um passeio pelas primeiras praças de Fortaleza: traçados de modelos urbanos europeus	34
1.3. A praça entre cacimbas, cacimbões e chafarizes	42
1.4. Instituições disciplinares e a higienização das praças.....	44
1.5. Passeio Público: nas trilhas dos séculos XIX e XX.....	45
1.6. Fins do século XIX: as praças mudam de nome	50
1.7. Praças e jardins: novidades no alvorecer do século XX	52
1.8. A Praça do Ferreira: praça símbolo da cidade	59
1.9. Nos tempos de chumbo: entre o autoritarismo e reformas tecnicistas.....	72
1.10. A praça (mal) dita em fins do século XX: a morte das praças?.....	75
1.11. Estamos no século XXI: entre tribos e diversidade	78
1.12. A reinvenção das praças sob diferentes signos: da mercantilização à ágora	80

CAPÍTULO 2 PRAÇA PIO IX, PRAÇA DE FÁTIMA OU PRAÇA DA 13? METAMORFOSES SOB O SIGNO DO SAGRADO E DO PROFANO EM TEMPOS DE EXPANSÃO URBANA	84
---	----

2.1. O marco fundador do bairro: a imagem peregrina de Fátima em Fortaleza	86
2.2. O bairro de Fátima como espaço urbano em mutação na Fortaleza metrópole: reconfigurações de uma praça sob o signo da expansão imobiliária	94
2.3. A Praça de Fátima nos processos de urbanização: da feirinha a lócus de devoção nos treze de cada mês	106

Capítulo 3 – A PRAÇA DE FÁTIMA NO SÉCULO XXI: ESPAÇO SÍNTESE DE HIBRIDIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	124
3.1. O “avesso” da casa: a praça dos que habitam a rua.....	129
3.2. A disputa pelo uso legítimo do espaço: representações em conflito	139
3.3. Entre o sagrado e o profano: a fé e o mercado ou mercado da fé.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

“O tempo e os sentidos que os contextos culturais vão produzindo historicamente projetam várias praças em uma só. Mas as praças são muitas e talvez se possa dizer que cada cidade produz sua Praça ou cada praça reflete a dinâmica de uma cidade.” (PIMENTEL, 1998: 10)

A reflexão em epígrafe instiga-me a pensar no ofício da pesquisa ou mais precisamente, pensar os percursos trilhados na construção da proposta investigativa, consubstanciada nesta dissertação. De fato, ao longo dos anos 2009, 2010, 2011, adentrando em 2012, invadi as entranhas do universo social da Praça Pública de Fortaleza, atentando para as diversas manifestações cotidianas que afloram nos seus múltiplos espaços de convívio. Logradouros privilegiados para a vivência de grupos, conversas, exercício de atividades físicas, práticas de lazer, atividades de sobrevivência no circuito da economia, espaço de manifestações religiosas, as praças agregam o fluxo intenso e o agitado burburinho da vida pública no espaço urbano.

Mutantes e transmutadas que são, multiplicam e transformam novos usos e culturas a cada novo caminhar na cidade. Nem sempre visíveis aos transeuntes, ou nem sempre dotadas de sentidos e significado para aqueles que a ignoram, muitas vezes destratadas e esquecidas pelos governos, as Praças pulsam, incorporando-se como parte sensível e vital da urbe.

Apaixonado pelas estruturas, funcionalidades e embates históricos a abranger as Praças de Fortaleza, busquei aqui entender e sentir a atmosfera contrastante de silêncios, desigualdades, fluxos, e conflitos reinantes em seus “corpos” no interior do tecido urbano. Ao caminhar por suas trilhas, sinto-me preenchido e completamente provocado. O “ir e vir” incessante dos seus usuários e suas formas de ocupar e habitar os espaços sempre me chamou atenção.

A polifonia de movimentos dispersos e, ao mesmo tempo, organizados na paisagem das praças me convidara a uma Odisséia. Movimentos, corpos, personagens, ritmos e sons integravam uma polifonia de sentidos, agregados em torno de um único universo: a Praça, com seus atores e monumentos imponentes a se destacar no cenário de aparente caos da urbe. Em meio a esta atmosfera, senti-me instigado a conhecê-la por

diferentes prismas, e entre as teimosas e persistentes intenções, descortinei suas paisagens aparentes.

Os momentos lúdicos vivenciados nelas estão imortalizados em obras literárias e nos textos de memorialistas da Cidade de Fortaleza que descreveram seu “folclore” e as pessoas que dela fizeram seu cotidiano. Na cidade, a Praça reina! Mas não seria majestade se não fossem aqueles que a clamam, e que a tem como fiel companheira de todos os instantes. Sem dúvida, elas representam um marco e referência para a vida material e simbólica da cidade.

Seus vultos e espíritos povoam páginas e mais páginas de noticiários jornalísticos, crônicas, contos, poesias e estudos científicos em geral. Imperam nos programas midiáticos, nos reclames e anúncios dos media, ora benditas, ora malditas. Enfim, a praça reina na vida e pulsa na hora! A praça fabrica monotonia, agitação, melancolia e todos os sentimentos...Ah!...Os sentimentos... Todos eles, um dia já foram curtidos e sofridos nos bancos da praça. A praça é a dialética, a praça é o conjunto, a praça é o complexo, a praça é o coração do mundo!

Responsáveis por imprimir comportamentos, atitudes, práticas e representações específicas no cotidiano da Cidade, dotando-a de um sentido e significado histórico particular, as praças são territórios vividos, campos de luta, espaços do corpo, deleite da alma. Socialmente tecidas por um “saber fazer” local, são regidas por códigos e complexos artifícios de criatividade humana (Geertz, 1997). Quadradas, retangulares, triangulares, circulares... as praças deslizam no espiral da vida e suscitam múltiplas formas de ser, pensar e agir.

Distintas ou semelhantes, seus recortes concretos, soltos na paisagem volúvel do invento humano, vão desferindo o infinito ir e vir da vida social. Vistas como espaços contraditórios, classificadas entre a maldição e o êxtase, a praça demarca um espaço orgiástico, ao mesmo tempo sagrado, ao mesmo tempo profano. Retrata usos, hábitos e costumes de uma população. E assim, rompe e interliga, alimenta rupturas e nutre estabilidades.

Malditas ou benditas, a praça é o pouso, é a partida, a introversão, o extravaso, a ordem, a desordem, o silêncio e a algazarra. São os extremos, os pólos opostos de distintos lados. É o sofrimento, é o prazer. Na história da cidade, alguém por ela passa e no reflexo da lembrança, recria sempre uma nova paisagem como capítulos e páginas eternas de vidas singulares.

As praças são caracterizadas e classificadas pelos tipos de usos que fazem seus frequentadores. Há aquelas reconhecidas pelos espaços de alimentação, outras pelas atividades esportivas e lúdicas, algumas tidas como ponto de encontro para grupos urbanos específicos, outras como antro e covio. Sabido é que as praças não são modelos estáticos da cidade, mas espaços em constantes mutações. São lugares (re) significados e (re) inventados a cada novo dia por outros usuários. Conforme Lídia Pimentel:

Nas praças podemos encontrar a memória da cidade, os acontecimentos e sua história cultural registrados em seus elementos físicos como ruas, árvores, o banco, o coreto, o busto homenageando uma pessoa ilustre, como também nos comportamentos dos frequentadores da Praça em determinada época. (PIMENTEL, 1998: 47)

Foi pensando e refletindo sobre tal relevância que a praça adquiriu na vida da cidade, que resolvi adentrar, de corpo e alma, em seus mistérios cotidianos. Minha pretensão inicial, logo que cheguei ao Programa de pós-graduação em sociologia da UFC, era analisar a reapropriação dos espaços de praças em Fortaleza por diferentes segmentos de público, investigando as práticas sociais exercidas nas Praças Públicas de cinco bairros da Cidade, entre os quais: Fátima (Praça Pio IX e Praça Argentina Castelo Branco), Papicu (Praça Martins Dourado), Parangaba (Praça dos Caboclos e Praça da Matriz), Bom Jardim (Praça do Santo Amaro) e Canindezinho (Praça São Francisco). Tais Praças, à época 2009/2010 haviam passado por reformas urbanísticas e eram reconfiguradas no âmbito de políticas públicas que alteraram visivelmente suas estruturas físicas e suas dinâmicas sociais.

Entretanto, após discussões e debates alimentados em seminários acadêmicos e, particularmente, na disciplina “Métodos de Investigação Social”, senti-me estimulado a refazer o universo da pesquisa, demasiadamente amplo e como tal, distante das possibilidades concretas e materiais de um mestrado com o tempo demarcado de dois anos para construção da dissertação.

Entre toques e retoques, refiz meu lócus de estudo e passei a privilegiar e a centrar esforços em torno de uma daquelas praças. Dentre elas, a que mais me chamava atenção, por seu caráter ambivalente era a Praça de Fátima, conhecida oficialmente por Praça Pio IX. Escolhi-a por encarnar um peculiar significado cultural no contexto urbano, e por ter sido neste local que me acorreram as primeiras inquietações sobre os

usos das praças na cidade, tão diversificados e simultâneos no caleidoscópio. Foi então que resolvi adentrar nos seus mistérios e imponderáveis.

A Praça de Fátima representa um pedaço de Fortaleza que muito fala sobre sua história representando na contemporaneidade, um espaço híbrido tomado por uma grande heterogeneidade de usos. Situada no bairro de Fátima, centro físico e geográfico da Cidade, em crescente processo de valorização imobiliária, agrega uma enorme multidão de fiéis, ambulantes, moradores de rua e distintos públicos que para lá se dirigem todos os dias 13 de cada mês, transformando-a num centro de festa e de fé, um verdadeiro espaço de “romaria urbana”. Servindo de suporte para uma enorme estátua de Nossa Senhora de Fátima, o logradouro agrega uma profusão de movimentos, cores, ritmos e públicos.

O trabalho aqui desenvolvido foi resultado de Pesquisa bibliográfica e de campo, incluindo uma incursão à história das Praças Públicas de Fortaleza durante os séculos XVIII, XIX, XX e XXI, que me possibilitou circunscrever detalhes de suas composições paisagísticas, e comportamentais inseridas nestes importantes centros e lócus de convívio. A pesquisa bibliográfica foi mantida sob dois eixos, dentre os quais um estudo histórico e urbanístico sobre Fortaleza antiga, e um outro, pautado especificamente sobre a Praça Pio IX, que reflete um período histórico mais recente (segunda metade do século XX ao atual) e que foi extraído de fonte hemeroteca, literária e produções acadêmicas.

Para reconstituir este ampliado universo histórico das praças na cidade de Fortaleza atinando para as relações que estabeleceram com os principais projetos e reformas urbanísticas, encampadas nos quatro últimos séculos, realizei este levantamento, apropriando-me de importantes produções historiográficas, e literárias sobre o universo das praças da capital. Dada a carência de estudos mais sistematizados e analíticos sobre esta temática específica, recorri a produções de literatos, memorialistas, cronistas e romancistas pertencentes a instituições tradicionais da cidade, tais como o Instituto Histórico e Antropológico do Ceará.

Para minha surpresa, estas produções, muito e tão bem traduziram aspectos relevantes da realidade das praças, e me apontaram importantes descobertas sobre o contexto de Fortaleza nestas distintas épocas. Especificamente no campo acadêmico, resgatei trabalhos de dissertações apresentados aos Programas de Pós-Graduação em

História e Sociologia da Universidade Federal do Ceará, destacando algumas produções específicas sobre os usos das Praças da Cidade em tempos históricos mais recentes.

Através destes escritos históricos, literários e acadêmicos, que representam visões e construções da realidade, pude observar diferentes abordagens contextuais através de variadas subjetividades. Conforme Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (2011) a aproximação da sociologia com a arte se faz mediante um esforço de se perceber criticamente que toda produção intelectual é histórica, sendo portanto, fruto da sociedade da época, e enquanto passível de influências subjetivas revelam aspectos de idêntica importância e relevância para o conhecimento. Em geral, cada uma destas visões acrescenta um olhar distinto e indispensável para a compreensão da realidade, constituindo pedaços de um conhecimento infinito.

Para complementar este estudo bibliográfico, utilizo-me de ferramentas e recursos disponíveis através do método da história oral, que me possibilitou apreender aspectos da vida coletiva da cidade a partir de trajetórias individuais de moradores do bairro de Fátima e de usuários da Praça Pio IX, mas conhecida cotidianamente como Praça de Fátima. Ao apreender estes discursos, sistematizei fatos e acontecimentos históricos, situando seus sujeitos em específicos contextos de práticas, usos e costumes da cidade.

Em síntese, faço um resgate histórico sobre o Bairro de Fátima e sobre a Praça de Fátima, mostrando em que sentido estas transformações transmutam o próprio campo limitado da pesquisa, refletindo aspectos de uma realidade mais abrangente para além do local.

O uso da história oral possibilitou resgatar aspectos do cotidiano, muitas vezes ocultos pelas versões oficiais da História (Alberti, 2003; Amado, 1998; Montenegro, 1994; Neves, 2007). Nesse sentido compartilho com a idéia de que a memória é um constante recontar do passado com dados emprestados do presente, tornado-se por isso mesmo uma apropriação subjetiva de impressões e experiências, nutridas por sonhos, desejos e silêncios (Bosi, 1987; Halbwachs 1990; Thomson, 1997; Thompson, 1998).

Para a realização deste trabalho foi necessária a elaboração de 18 entrevistas, sendo nove delas conduzidas para a história oral do Bairro e da Praça de Fátima, e nove, conduzidas para a apreensão e entendimento das representações dos usos e práticas culturais desenvolvidas no logradouro específico de Fátima. Para reforçar e completar este quadro realizei alguns diálogos mais breves e menos sistematizados que aqui

estarão presentes na observação participante. É importante ressaltar que neste estudo também faço menção a entrevistas realizadas com antigos moradores do bairro de Fátima que foram publicadas em sítios eletrônicos e em revistas acadêmicas.

Para a concretização deste apanhado qualitativo e subjetivo, utilizei roteiros de perguntas semi-abertas, propiciando ao narrador expor aspectos da história local e coletiva a partir de suas experiências de vida pessoal. Algumas destas entrevistas, na realidade, se fizeram em meio a conversas e diálogos flexíveis, pois realizadas em dias e momentos oportunos na Praça, sem data marcada, mas muito bem planejadas tematicamente. Destes diálogos, apreendi algumas representações sobre os usos e ocupações por seus diferentes frequentadores e usuários.

Escolhi e entrevistei os seguintes grupos: vendedores dos quiosques e banca de revista, mototaxistas, feirantes, flanelinhas, zeladores da praça, moradores de rua e moradores do entorno da praça. Todo o conhecimento aqui produzido se refere a um conjunto de posicionamentos, visões e olhares particulares sobre as experiências de seus usuários na Praça de Fátima. Ao campo de poder e conflito que é a Cidade somam-se diversas falas e discursos, bem como diversas práticas que atendem a interesses particulares e constituem um ampliado espaço de disputa simbólica (Bourdieu, 1996, 1989, 2008; Foucault, 1979).

Por isso, analiso as relações de força inseridas nas sociabilidades urbanas da praça, identificando os discursos e olhares que cada sujeito tem do lugar, incluindo suas posições e lugares de onde falam. (Carvalho 2001; Pinho de Carvalho; 2009). Para completar este rol de produções sobre a história local, realizei pesquisa hemeroteca nos arquivos dos principais jornais da cidade, entre eles o jornal “O Povo” e o “Diário do Nordeste”, dos quais pude registrar importantes matérias e recortes jornalísticos sobre as intervenções urbanísticas ocorridas no bairro de Fátima e na Praça de Fátima durante as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 2000. Tal pesquisa hemeroteca aqui desenvolvida serviu para embasar, a segunda e a terceira parte deste trabalho, que tratam mais especificamente das transformações urbanísticas e das mutações de usos ocorridas na Praça de Fátima a partir da década de 1950.

Parte deste apanhado documental foi realizado através da internet, com a captura de alguns arquivos jornalísticos que se encontram disponíveis em formato virtual. No entanto, alguns destes tiveram que ser consultados nos acervos materiais dos devidos jornais e da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Paralelamente a esta produção de caráter amplamente histórico, busquei captar e apreender o contexto urbano visualizado a partir do exercício etnográfico. Sobre este importante instrumental antropológico que é a etnografia, Magnani assegura:

“(...) a etnografia possibilita ao pesquisador entrar em contato com o universo dos pesquisados e compartilhar seus horizontes, numa relação de troca, onde compara suas próprias representações e teorias com as deles, e assim tenta sair do campo com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.” (MAGNANI, 2003: 84-85).

Buscando captar os imponderáveis da vida cotidiana na Praça de Fátima, fiz-me freqüentador assíduo e presente nos seus distintos momentos. Compareci ao local, tanto nos seus dias de baixo movimento, como também nos seus dias de maior pico e fluxo intenso, incluindo as datas em que ocorre a tradicional feira (aos dias 13 de cada mês). Optei aqui pela prática da observação participante como forma de perceber como o cotidiano da praça se apresenta para além das falas e dos registros escritos, apontados algumas vezes por visões alheias e por quem de fato vivencia sua realidade.

Seguindo esta trilha, participei de seus eventos e atividades diárias como observador e participante, simultaneamente. Nesta aventura antropológica, utilizei constantemente o recurso do diário de campo. Munido de máquina fotográfica e de gravador de voz, captei momentos, ações e usos da Praça, registrados em arquivos e posteriormente consultados para a sistematização dos resultados da pesquisa que aqui se encontram.

Conforme o antropólogo José Carlos Magnani (2003), na experiência etnográfica, o pesquisador deve buscar “entrar e mergulhar” numa nova situação, deixando-se impregnar pelos estímulos, e pelos significados que fazem parte do contexto. Desta forma foi possível entender que o espaço público não é único, nem homogêneo, mas um espaço síntese de hibridizações.

Para perceber o caráter complexo e conflituoso da metrópole levo em consideração, principalmente o olhar e as experiências daqueles que nela vivem. Conforme sugere Janice Caiafa (2007), na etnografia o pesquisador deverá dar conta não só do que viu e viveu, falando em seu próprio nome, mas também do que ouviu no campo, do que lhe contaram, e também dos relatos dos outros sobre a sua própria experiência.

Nesse sentido observei e participei de momentos de socialização entre seus usuários e frequentadores. Observei seus usos, desde os mais visíveis e públicos, previstos, demarcados e programados pelas estruturas dos equipamentos físicos da praça, até os menos visíveis, encarados muitas vezes como “desaprovados”, ou “malditos”. Neste sentido observei e descrevi os pormenores das atividades menos convencionais e pouco destacadas para quem passa despercebido por suas proximidades. Nos seus movimentos particulares, a Praça mostrou diferentes faces de acordo com diferentes horários e datas específicas, possibilitando-me mapear os comportamentos, a diversidade de pessoas, atividades desenvolvidas e conversações.

Para além desta construção foi realizado um levantamento em alguns órgãos oficiais da cidade, dentre eles a Procuradoria Geral do Município, a Secretaria Executiva Regional IV, a Secretaria de Urbanismo e a Secretaria Fortaleza Bela, Quero Te Ver. Nestas instituições pude ter acesso a documentos como os diários oficiais do município, informando leis, fundações e controle das Praças, bem como projetos urbanísticos desenvolvidos para a Cidade.

Faço esta incursão, motivado pelo aspecto histórico e sociológico suscitado pelo objeto de estudo. Sinto-me aqui guiado a analisar os usos e as práticas culturais da Praça de Fátima, ciente de que ela é uma construção social, produzida em determinada época, e interligada aos fios e fluxos inseparáveis da memória.

Refletindo modelos urbanos específicos, as praças foram geridas, controladas e higienizadas por diferentes instituições e dispositivos de poder presentes na vida da cidade. Cada século, uma novidade, cada praça, uma história particular. Para tanto faço referência a inúmeros equipamentos instalados nas praças que trouxeram várias concepções de paisagem e comportamentos para a cidade, dentre eles os jardins, passeios, avenidas, chafarizes, bancos, cafés, quadras de ciclismo e patinação, coretos, estátuas, adereços (jarros, grades, frades de pedra...), terminais de ônibus, relógios (coluna da hora) e abrigos (prédios comerciais), todos estes, condicionando o surgimento de representações, de usos, práticas sociais e novos grupos de usuários. Coaduno com a seguinte idéia lançada pela pesquisadora Lídia Pimentel:

“Se as praças falassem, elas contariam histórias de vida da cidade. As praças trazem nessas histórias elementos essenciais, tais como a política, a cultura e as redes de sociabilidades (...) Por essas características multifacetadas, evoca a imagem de um

mosaico dialético, como um “microcosmo” da cidade.
(PIMENTEL, 1998: 49)

Enquanto lugar de apropriação de sentidos e significados, percebi que a Praça de Fátima se compõe como um universo em que o sagrado e o profano se fundem constituindo uma atmosfera múltipla e híbrida, em que categorias duais como a de público e privado, legítimo e ilegítimo, legal e ilegal, próprio e impróprio, moral e amoral, bem como várias outras, aqui se fundem para compor uma paisagem múltipla. A praça do passado a inalar os “ares” nostálgicos e “românticos” do cronista e memorialista, se refaz na contemporaneidade. Aos olhos do poeta aquela praça iluminada tão bem ilustrada nos versos de Carlos Imperial, talvez não seja mais a mesma, mas continua a existir sob novas paixões, ideais e perspectivas, pois marcada pelo embate entre o diferente e pelo conflito reinante nas contradições da cidade.

*“A mesma praça, o mesmo banco
As mesmas flores, o mesmo jardim
Tudo é igual, mas estou triste
Porque não tenho você
Perto de mim.”*

Esta praça inscrita nos poéticos versos de Carlos Imperial e musicada por Ronnie Von no ano de 1967, mostrava-se um lócus privilegiado para a realização de encontros entre pessoas e grupos. Mostrava-se, portanto, um espaço para onde convergiam sentimentos e impressões, agregando vivências e modos de habitar e ao mesmo tempo sentir a cidade.

Atualmente, inserida no espaço dos *shoppings centers*, mostra-se (re) inventada sob a lógica do capital global. Mantida em outros espaços, ainda sob o caráter público, encarna o status de lugar periférico, incorporando novas lutas e representações. Vista por alguns, como espaço “abandonado”, onde o mundo do “pervertido”, da “loucura” e do “silêncio” maldito reinam, incorporando a marca da deterioração, é no entanto justo apontar também sua transformação na contemporaneidade em ágora moderna, servindo para as novas lutas e protestos sociais, tão bem apropriadas pelo “movimento dos indignados”, lançado em importantes praças do mundo oriental e ocidental no século atual.

Em um passeio pela história da Praça em Fortaleza faço uma exposição de como as influências culturais européias baseadas nos princípios de progresso, higienização e

modernidade moldaram novos comportamentos e usos nas praças durante os séculos XIX e XX, e como as vivências na praça contemporânea são (re) significadas em meio a novos significados econômicos e privados no século XXI. No decorrer deste ciclo histórico, percorro pelas várias (re) invenções da praça, transformadas em lugares de mercado, abastecimento, passeio, e ágora.

Como dinâmica expositiva, o trabalho está seccionado em três partes. A primeira parte suscita um apanhado histórico das influências urbanas exercidas sobre os usos da praça no decorrer de quatro séculos. Nela, destaco nela as alterações paisagísticas ocorridas com o incremento de certos equipamentos, tais como os jardins, passeios, estátuas e avenidas. Analiso também como as instituições disciplinares responsáveis pelo controle urbano, visando manter e preservar estes equipamentos, acabou modificando os comportamentos e atitudes da população nestes espaços. Eis que entra em cena por trás dos bastidores históricos, as várias Praças do Centro da cidade, e com elas, seus respectivos gestores, reformas, e agentes (quando Fortaleza ainda se restringia espacialmente e simbolicamente a tal segmento urbano).

Na segunda parte, interligada a contextualização feita no primeiro segmento, abordo especificamente a formação histórica da Praça e do bairro de Fátima, demonstrando como as mutações sofridas neste espaço foram repercutindo e modificando as sociabilidades mantidas no seu entorno. Fruto de um tempo mais recente, o logradouro, fundado na década de 1950, vem sofrendo fortes mudanças nos seus antigos e tradicionais usos, focados antes na religiosidade e no convívio familiar, transmutados no tempo presente aos usos do mercado informal, com suas múltiplas práticas. Nesse sentido, insiro o bairro de Fátima na lógica financista do capital imobiliário, a determinar profundas e irreversíveis mudanças no aspecto físico e social da região, demarcando-se com uma arena de disputas entre seus moradores e os agentes especuladores do setor imobiliário.

Na terceira parte apresento os achados e descobertas de uma etnografia na Praça de Fátima, desvendando suas práticas atuais e revelando seus usuários. Neste segmento, analiso as falas e representações dos sujeitos sobre os principais usos e práticas disseminados, percebendo como estes agentes concebem o espaço do logradouro. Ampliando a análise inicial passo a acreditar que a Praça de Fátima assume a função de espaço síntese de hibridização em tempos contemporâneos, possibilitando uma convergência simbiótica entre as fronteiras do legal e do ilegal, do legítimo e do

ilegítimo, do formal e do informal, do comportado e do transgressor, do sagrado e do profano, sendo caracterizada portanto pelo “borramento” e pelo “embaralhamento” de fronteiras.

CAPÍTULO 1. AS PRAÇAS NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE FORTALEZA: UMA VIAGEM NOS CIRCUITOS DO TEMPO/ESPAÇO.

Busco construir aqui uma panorâmica sobre os processos de urbanização ao longo dos tempos em Fortaleza, tendo as praças, como guia de caminho. Seguindo suas trilhas de sentidos e significados, faço um passeio pela cidade no curso dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI para captar suas principais transformações, usos, práticas e representações.

Compreendendo este valor histórico que a praça adquiriu no contexto urbano mundial, desfilo aqui a ponta inicial do eixo condutor que orientou meu passeio pela história, a começar pelo renascimento, alvorecer histórico em que a praça passou a conjugar um tipo de “lugar, estilo de vida, boa arquitetura e bom desempenho urbano”, fatores presentes e arraigados em modelos de praça como a *piazza* italiana, a *plaza* espanhola, a *place* francesa e o *square* inglês (SUN, 2008: 59; SITTE, 1992).

Privilegiada pelo exímio traçado artístico e estético apreendidos pelo renascimento, as praças se fizeram múltiplas e diversas. Embora semelhantes em distintos lugares, suas formas físicas incorporaram características culturais distintas. Sua longa permanência na história da cidade ajudou a moldar “modos de viver” no coletivo, impulsionando o surgimento de formas ideais de “convívio social”, de “democracia”, “beleza geométrica”, “teatralidade”, “enobrecimento” e “exclusividade” (SUN, 2008: 59).

Assimilando sua importância histórica mundial e não perdendo de vista seu caráter local, ousou fazer um resgate histórico da urbanização de Fortaleza por quatro séculos, mostrando como suas metamorfoses imprimiram novas configurações a estes logradouros tão essenciais. Neste esforço analítico, meu foco para algumas praças-referências ou praças-símbolos que melhor expressam o tom das mudanças espaciais e históricas da vida econômica, política e cultural de Fortaleza. Dentre elas, destaco as Praças localizadas no centro da cidade que, por longos períodos consubstanciaram o núcleo da urbe, chegando ao século XXI, com ares de novos tempos.

De forma geral, trabalho as reconfigurações particulares vivenciadas em várias delas, e com este intuito exponho uma história dos usos, observando suas características como resultantes de transformações e conflitos sociais. O meu intento, a parecer fora da medida, é perceber as diferenças entre os usos das praças do passado, dos usos da Praça

do presente, imersos numa realidade extremamente dinâmica e mutante. Para Fraya Frehse (2009), os usos e manifestações do dia-a-dia servem para revelar que o cotidiano compreende parte de um processo mais amplo. Afirma:

“Os usos da rua são indissociáveis dos processos socioeconômicos e políticos mais amplos que também os constituem. A marca dessa equação dialética é o imponderável de conflitos sociais que se insinuam pela mediação dos mais fugazes gestos, posturas e interações, nas ruas” (Idem, 2009: 164)

Apoiando-me nesta idéia, faço uma exposição de como as influências culturais européias baseadas nos princípios de progresso, higienização e modernidade moldaram comportamentos nas praças, assim como também o surgimento de novos equipamentos e instituições urbanas. No decorrer deste ciclo histórico, percorro as várias (re) invenções da praça, transformadas em lugares de mercado, abastecimento, passeio, e ágora.

1.1. As Plantas de Fortaleza e seus ideais de disciplina: do traçado xadrez aos modernos planos urbanísticos.

Início o passeio pelas Praças de Fortaleza, revisitando os primeiros projetos urbanísticos da Cidade. Sigo este percurso apresentando desde suas primeiras plantas até seus mais recentes projetos de planejamento urbanístico. Estas elaborações estratégicas, que funcionaram como ferramentas para a normatização e organização da expansão da cidade, também serviram como fontes de transformação de hábitos e comportamentos entre os moradores.

Realizando um passeio panorâmico sobre sua alma histórica, desde o século XVIII, percebi que novas estruturas físicas, e equipamentos foram sendo incorporada a sua malha, dando vazão ao surgimento de novos hábitos culturais entre a população. Analisando tais propostas, demarco a primeira planta da Vila, datada de 1726 e idealizada pelo capitão-mor Manuel Francês. O projeto, que demarcou um sistema ordenador e de nomenclatura para as ruas, praças e demais equipamentos da vila, estabeleceu os limites de expansão da povoação, iniciando-se por sua Praça principal, em torno da qual se edificaram os prédios da administração civil e religiosa.

Nesta planta, encontro a primeira referência feita à Praça de Fortaleza, e aqui faço menção à centralidade que o logradouro adquiriu, representando um marco para o poder administrativo e para o crescimento físico da vila (ADERALDO, 1989: 29).

Adentrando no século XIX, percebe-se que novas medidas foram tomadas visando resolver os problemas físicos inerentes a formação da vila, vindo a primeira mudança, a surgir apenas em 1813 com a elaboração de uma planta desenvolvida por Silva Paulet e encomendada ao então presidente da província do Ceará, Inácio de Sampaio¹. Esta planta, considerada o primeiro Plano Diretor de Fortaleza, teve grande importância para o desenvolvimento da cidade, pois assimilou os princípios do traçado xadrez², modelo referência já aplicado em muitas das vilas européias dos séculos XIII e XIV, e introduzido em Portugal ainda no período de formação do reino, para ajudar na ocupação do solo conquistado aos árabes.

A diretriz, encaminhada por Silva Paulet³, “disciplinou a abertura de ruas e modificou outras, convertidas em praças, “que não tínhamos ou tínhamos defeituosíssimas” (ADERALDO, 1989: 40). Conforme aponta o historiador Raimundo Girão, o trabalho de Paulet foi considerado um “plano urbanístico da mais alta ressonância”, tendo em vista a não existência até aí, de qualquer outro vetor metódico que guiasse seu crescimento e adensamento. Através da planta, Fortaleza vivenciou o estopim de sua ordenação, sendo considerada a pedra fundante para a disseminação do traçado xadrez na definição de seu esqueleto. Conforme palavras do historiador: “(...) o seu plano, a um só tempo de remodelação e ampliação, tirou providencialmente, da desordem para uma orientação lógica a pequena capital (...)” (GIRÃO, 1979: 75).

Conforme se observa, a cidade possuía poucas praças, que eram geralmente “mal definidas” e limitadas. Mais adiante, dando continuidade ao ideal e aos parâmetros

¹ Sua administração foi marcada por obras de vulto, tais como a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, o edifício do mercado da vila e a abertura de ruas retas com cruzamentos em xadrez.(CASTRO, 1994: 48).

² Sobre o traçado escreve José Liberal de Castro: “Esse traçado ou talvez sua lembrança, por certo então já impregnado de visões renascentistas, encontrou guarida no entendimento dos portugueses, que o aplicaram no Brasil do primeiro século, ora em pequenos trechos urbanos onde a topografia se mostrava favorável, ora com malha esgarçada por ter de se inserir no relevo circundante.” (1994: 51)

³ Antônio José da Silva Paulet (1778-1837) era português da Vila de Nogueira de Azeitão, nos arredores de Setúbal. Integrante da Armada Real, transferiu-se para o exército ao chegar ao Brasil, em 1808, como membro do séquito da família real (CASTRO, 1994: 48)

então implantados por tal planta, o arquiteto Adolf Herbster⁴ desenhou a “*Planta Exacta da Cidade*”⁵ no ano de 1859. Nela, aparece bem nítida, a futura Praça do Ferreira “abundantemente arborizada pela edicidade sob os influxos do boticário Ferreira⁶”, recebendo então suas primeiras intervenções. (ADERALDO, 1989: 38).

O projeto manteve-se fiel ao traçado anterior, e aos planos do boticário Ferreira, motivo que estimulou o arquiteto a elaborar um segundo trabalho em 1875, disciplinando a parte da Cidade que estava situada à margem direita do Rio Pajeú. (Idem: 43). Herbster, extremamente dedicado ao compasso e ao esquadro, tornou-se fanático pela idéia da simetria. Usava da paciência para ordenar os arruamentos de Fortaleza, enquanto “desapropriava, media e alinhava-os de modo a servir à beleza estética”, mantendo-se firme a distribuição do espaço em paralelogramos. (GIRÃO, 1979: 97).

O trabalho consistiu num verdadeiro “retrato da cidade”, e incluiu legendas que esclareceram as denominações e a localização dos logradouros, edifícios públicos, civis, religiosos e militares, e de alguns equipamentos, dentre os quais, as cacimbas das praças (CASTRO, 1994: 64).

⁴ João Adolpho Herbster, ou simplesmente Adolpho Herbster, nasceu no Recife a 14 de maio de 1826. Era filho do francês Jean Baptiste Herbster e da francesa Marguerite Herbster. Na década de 1850 foi contratado para servir como Engenheiro da Província. Radicou-se no Ceará em 1857, data em que foi admitido pela Câmara de Fortaleza. Desde a data participou da organização física da cidade. Veio a falecer em 1893. Seus projetos e obras arquitetônicas lhe conferiram renomeado conceito. (CASTRO, 1994: 57, 58). Herbster muito contribuiu na construção de edifícios, estradas e obras viárias (GIRÃO, 1979: 96).

⁵ Aprovada pela lei provincial nº914 de 12 de setembro de 1859. A cidade possuía um contingente populacional de 16 mil habitantes. (GIRÃO, 1979: 97).

⁶ Antônio Rodrigues Ferreira nasceu em Niterói, capital da então província do Rio de Janeiro. Chegou ao Ceará em 1825, época de “amarga desarticulação provocada pela seca e pelas lutas políticas” (GIRÃO, 1979: 89). Ao vir para Fortaleza pela primeira vez ficou hospedado na casa de Manuel Caetano de Gouveia, a quem serviu como caixeiro. Após mostrar habilidades ímpares na área médica, tendo inclusive salvado a esposa de Gouveia, socorrendo-a de moléstia grave, acabara conseguindo uma licença especial para exercer a profissão de boticário, dada pelo Prontomedicado do Recife. Gouveia muito ajudara Ferreira, mandando vir de lá, alguns objetos indispensáveis ao sortimento de uma botica, que receberia mais tarde o nome de Ferreira, e que se situava no Largo da Feira Nova (atual Praça do Ferreira) – local onde semanalmente se reuniam os feirantes da cidade. O boticário logo se convertera em médico, tornando-se conhecido pela competência, benemerência e popularidade, que lhe fez render o título de “o boticário”. (NOGUEIRA 1887 apud GIRÃO, 1979: 88-94). O boticário exerceu uma vasta vida pública, tendo sido nomeado suplente de delegado de polícia na capital em 1842, ano em que também recebe o mandato de vereador e eleito presidente da Câmara pelo partido conservador em 3 de março de 1843. Enquanto intendente, muito se preocupou com o plano de aformoseamento de Fortaleza. Ferreira veio a falecer em 29 de abril de 1859. (GIRÃO: 1979: 88, 89, 90, 93, 94).

A planta havia sido elaborada num período em que Fortaleza demonstrava um vultoso crescimento econômico, ligando-se fortemente às demandas do mercado externo europeu (PONTE, 2010: 32). Baseado no Ensaio Estatístico do Senador Pompeu, Raimundo Girão aponta que Fortaleza em 1863, quatro anos após a elaboração daquele trabalho, possuía 16 mil habitantes, distribuídos em palhoças, situadas nos subúrbios, possuindo nestes idos, oito praças, das quais três eram notáveis pelos arvoredos e cacimbas públicas. (GIRÃO, 1979: 80). Já transformado em logradouro de destaque para a vida social, a praça seguiu forte e fiel as linhas retas em vias de crescimento.

Traçando seu crescimento, Adolpho Herbster lançou em 1875 a *Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios*, estimulando sua ampliação para o leste (além Riacho Pajeú). Para isto, propôs a “introdução de um contorno de avenidas, chamadas “*boulevards*”, que em seu conjunto formavam um quadrado, e eram caracterizadas como grandes corredores que exprimiam os anseios higienistas disseminados durante o século XIX, facilitando a circulação das correntes de vento, e evitando a estagnação de ar que pudessem ser prejudiciais a civilidade.

A construção de tais equipamentos impossibilitou a organização de rebeliões populares, e favoreceu a vigilância, e a repressão do poder público aos eventos citadinos. Os intentos de disciplinar a urbanidade, visavam organizar as praças, que já traduziam os ideais de “progresso e civilização” tão almejados pelo traçado xadrez. Para o pesquisador Antônio Luiz Silva e Filho:

(...) as próprias modificações no desenho de ruas e praças devem não apenas traduzir no espaço os ideais de progresso e civilização, mas se prestam inclusive a disciplinar o comportamento dos habitantes. (SILVA E FILHO, 2001: 98).

As novas e largas ruas, bem como as praças, exerciam no traçado de Herbster, um duplo objetivo: o de embelezar a paisagem física e o de criar um sistema seguro de vigilância sobre a população (PONTE, 2010: 29). Sobre o plano esclarece Silva e Filho:

Mediante a aplicação do plano ortogonal, a cidade passaria a uma sistematização espacial fundada no traço retilíneo e na intervenção do poder, como chancela da disciplina urbana e da supremacia técnica (...) indica um rompimento tácito com a feição sinuosa da antiga vila, conformando desde então sua malha urbana a um plano de ação que corrige os acidentes topográficos, subtrai a irregularidade do ambiente natural pela intervenção racional e criadora. (SILVA FILHO, 2001: 101)

A imposição deste modelo assegurou um crescimento planejado e desconstruiu a anterior lógica de urbanização pautada sobre um crescimento espontâneo e aleatório. A organização do espaço, nos princípios do traçado xadrez possibilitou a construção de um modo de vida “distinto” e “elevado”, regido pela ordem do cálculo e do saber técnico-científico.

As intervenções de Herbster não pararam por aí, tanto que em 1888 o arquiteto desenhou a *Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará*, conhecida como sua última intervenção⁷. Da mesma forma dos planos anteriores, o projeto intentou disciplinar a configuração espacial de Fortaleza, lançando mão de ações preventivas na ocupação do solo, no estabelecimento de procedimentos voltados a legitimar a ordem social, e na aplicação de alguns procedimentos já traçados em 1875, como o alinhamento de casas e ruas para a melhor circulação de pessoas, veículos e mercadorias.

Com a introdução destes modelos, novos artifícios e dispositivos de higienização foram adotados, dentre os quais a arborização de novas praças, projetadas com o intuito de facilitar a renovação do ar, e voltadas para a realização de atividades esportivas e físicas, consideradas propícias a disciplina de um corpo sadio e produtivo, adestrado e obediente aos ditames do progresso (SILVA FILHO, 2001: 97).

Em síntese, as plantas de 1859, 1875 e 1888⁸, visaram à expansão física “programada” de Fortaleza e sua inserção num novo estilo de vida, atrelado a comportamentos “civilizados”. Não só a disciplina e a ordenação físico-espacial integraram parte dos objetivos traçados pelas plantas, mas, e principalmente a tentativa de disciplinar o espaço urbano a partir do “reajustamento social das camadas

⁷ Herbster produziu outras plantas, dentre elas a Planta da Povoação de Arronches, a Planta do Porto da Cidade de Fortaleza de 1887, e a planta cadastral dos terrenos fronteiros a N.S do Rosário de Fortaleza (GIRÃO, 1979: 97). Cabe destacar ainda algumas outras plantas da Cidade, de autorias diferentes, tais como a “Planta da Cidade de Fortaleza”, levantada no ano de 1856 pelo Padre Manoel do Rego Monteiro, e duas plantas datadas de 1850 e 1852, desenvolvidas pelo português Antônio Simões Ferreira de Farias e consistiam em simples mapa com desenho cartográfico “precisamente como o que organizou o Padre Manuel do Rego Medeiros” (GIRÃO, 1979: 79; CASTRO, 1994: 52).

⁸ José Liberal de Castro (1994) afirma que Herbster produziu uma planta em 1863. Planta esta, representada pela reformulação de um plano entregue aos vereadores em fins de 1861, a qual tentava resolver problemas advindos com o crescimento da cidade. Afirma Liberal: “Assim, pode-se entender a Planta Exacta de 1859 como um retrato gráfico da cidade, enquanto a nova planta reformada em 1861 seria um plano e expansão urbana claramente proposto.” (Idem: 85) As legendas da planta mostravam a previsão de algumas praças não consumadas, dentre elas: Praça da Leopoldina, Praça do Collegio, Praça Izabel, Praça dos Coroatás.

populares”, sobretudo por meio do controle da “saúde, dos corpos, gestos e comportamentos.” (PONTE, 2010: 29).

Neste sentido, o embelezamento e a remodelação através da construção de novas praças e logradouros estavam voltados para a apreciação estética da cidade, e para a difusão de condutas normatizadas, legitimadoras de sociabilidades “civilizadas”.

Apesar da imposição do traçado xadrez e da força estabelecida pelos novos ideais de comportamentos, tais forças disciplinadoras não foram capazes de extinguir os focos de conflitos, nem tampouco as contradições sociais, inviabilizando a proposta ideal da construção de uma cidade harmônica. Apesar de internalizar os ditames da civilização, uma outra Fortaleza, apartada dos esquemas de disciplina moral, ainda mantinha-se viva. Neste espaço de disputa e poder, os sujeitos históricos, imersos num cotidiano diverso, somavam-se como forças opositoras as regras estabelecidas pelos rituais da hegemonia.

Para ilustrar tal contexto, Silva Filho nos traz a seguinte passagem:

(...) pequenos gestos (como a recusa da vacinação), transgressões miúdas (como os banhos sem roupa à luz do dia), desvios sutis (como os nomes populares que batizavam os lugares) recheavam o cotidiano da cidade, descortinando atitudes de contestação ao império da lei e da linha reta (...) alheios à hegemonia do poder. (SILVA FILHO, 2001: 107).

Tendo adentrado no século XX, Fortaleza assistiu ao resplandecer estético de suas praças, com a remodelação de 1903, realizada durante a gestão do prefeito Guilherme Rocha. Para o historiador Sebastião Ponte (2012), a época situada entre os anos de 1903 e 1930, foi a fase de maior esplendor em termos de uniformidade urbana. Após este período a cidade cresceria desordenadamente, sem planos, propostas ou soluções viáveis. (Idem: 142).

A década de 1930 representou a perda da força que até então a Planta de Adolpho Herbster desempenhava na expansão física da urbe, marcando o despontar da voraz especulação imobiliária e pela proliferação de suas primeiras favelas, entre elas o Cercado do Zé Padre, Mucuripe e Lagamar⁹, impulsionadas pela seca de 1932.

No primeiro ano desta mesma década, Álvaro Weyne assumia-se prefeito, tendo sido responsável por alguns feitos importantes, dentre eles o ajardinamento de praças, e

⁹ Constam como as favelas mais antigas da Cidade o Morro do Ouro e Varjota, ambas surgidas na década de 1940 (FORTALEZA, 1996).

a arborização de algumas ruas, tornando-se conhecido pela busca incansável no embelezamento de Fortaleza. Entretanto, apesar dos esforços e da boa vontade empreendida, sentiu enorme dificuldade ao tentar transpor o urbanismo (enquanto ciência) do plano da teoria para a realidade prática.

Após incansáveis tentativas de melhorar o aspecto da cidade, Álvaro Weyne cedia lugar ao gestor Tibúrcio Cavalcante, que adentrou com intensidade no campo das problemáticas urbanas, criando um código de construções, que vislumbrou um melhoramento arquitetônico das moradias mais recuadas do centro da cidade. Tal prefeito implantou normas, corrigiu o alinhamento de ruas, organizou alguns loteamentos interesseiros e coibiu a construção de edificações anti-higiênicas (GIRÃO, 1979: 252).

Em relatório enviado a Interventoria Federal no ano de 1932, o gestor expôs a necessidade de retomar a perspectiva de Herbster (1888), consultando a opinião de um especialista. No entanto, a idéia veio a se concretizar somente no governo posterior, assumido por Raimundo Girão, que governou entre os anos de 1933 a 1934, e que contratou o arquiteto Nestor Figueiredo (então residente na Paraíba) para elaboração de um Plano Diretor.

Apesar de ter sido rejeitado pelo conselho consultivo da prefeitura, o projeto foi aprovado pelo Decreto de 30 de agosto de 1933¹⁰, e ficou conhecido como *Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza* vindo a ser suspenso no ano de 1935. Nesta época, a cidade vivenciava novos dramas intensificados com a falta de alimentos (escasseados de seu mercado interno), fato que estimulou o surgimento das “feiras livres” no espaço público, incluindo as praças. Sobre as feiras de Fortaleza afirma a pesquisadora Vânia Lopes:

“Desde a década de 30, em decorrência da precariedade do abastecimento local, inúmeras tentativas partiram dos poderes públicos, com o intuito de possibilitar o funcionamento das feiras-livres, de forma mais estruturada. Em dezembro de 1930, em cerimônia na praça dos voluntários, eram inauguradas as feiras-livres. Na ocasião, também se rendiam homenagens à imprensa local “pelas insistências feitas neste sentido”. Todavia as feiras livres não tiveram continuidade e, posteriormente, nova tentativa se realizara, na gestão do prefeito Gentil Bezerra, pelo decreto nº 204, de 02 de abril de 1935, que instituía e regulamentava as feiras-livres na capital.” (LOPES, 2004: 116)

¹⁰ Posteriormente publicado na Revista do Instituto do Ceará, nº 108 de 30 de agosto de 1933, v.57 p.210.

O plano idealizado por Nestor Figueiredo seria retomado apenas em 1943, durante a gestão de Raimundo Alencar Araripe. No entanto, mesmo com os esforços empreendidos, o projeto não sairia do papel. Entre alguns entraves encontrados estava o fato de que a periferia da cidade mantinha-se ocupada quase toda por terrenos baldios e por construções sem valor apreciável (GIRÃO, 1979: 81).

Conforme se vê, Fortaleza chegou à década de 1940 sem conseguir executar o plano de Figueiredo, o que estimulou mais ainda o crescimento desordenado. O problema persistiu até 1947, quando o prefeito interino, Clóvis de Alencar Matos encomenda nova solução ao urbanista Sabóia Ribeiro¹¹. O projeto começou de forma errônea, mediante um apressado e obrigatório decreto-lei que desconsiderou o aval da Comissão do Plano da Cidade. Conforme Raimundo Girão (1979) o plano “morreu por ter nascido inviável” e “carência de ponderação no seu ajuste à realidade”, faltando-lhe “o indispensável preparo para uma consciência que o garantisse contra as insólitas reações (Idem: 81). Sobre este, Mozart Aderaldo comenta:

É que os administradores de então entendiam que a melhor maneira de atender aos eleitores seria a permissão de todos os abusos em matéria urbanística. E foi mutilada a cidade e desrespeitada a sua natural tendência para as ruas largas, praças abundantes e aproveitamento dos espaços verdes, principalmente porque dispomos, como nenhuma outra, de grandes tratos de terra para sua expansão. (ADERALDO, 1998: 45)

Embora merecedor de elogios, apresentava “soluções impossíveis”, muitas vezes “ousadas e atrevidas”, carecendo de estudos mais aprofundados sobre as viabilidades econômicas da cidade. Entretanto, assim como os planos anteriores, este também não veio a ser executado¹².

Nova crise veio abater Fortaleza ainda durante aquela década. Desta vez, desencadeada pela elevação no preço dos gêneros de primeira necessidade, já escasseados do mercado interno desde a década anterior (1930). Diante da carestia, restou a população se mobilizar com o intuito de reativar a feira-livre. Através da

¹¹ Plano também publicado na Revista do Instituto do Ceará (ano 1955-p.215 a 243)

¹² Conforme Mozart Soriano (1998:45) o projeto não foi executado por motivos de ganância dos proprietários e por descaso da prefeitura, o que está exposto no Memorial Justificativo apresentado à prefeitura no ano de 1947.

confeção de um abaixo-assinado enviado à Câmara Municipal, os cidadãos exigiram a re-instalação da feira na Praça Coração de Jesus. (LOPES, 2004: 117).

Passaram-se alguns anos e a cidade adentrava na década de 1960, vivenciando a construção de um novo Plano urbanístico, elaborado desta vez por Hélio Modesto, que trouxe novidades com a construção da Avenida Beira-Mar, aproveitada como espaço para vida noturna familiar. Sobre o plano, explana Mozart Aderaldo:

“Não dispomos de elementos para afirmar se, contrariamente aos dois imediatamente anteriores, o Plano Hélio Modesto vem sendo rigorosamente observado pela Prefeitura, contra a ganância dos proprietários de terrenos e o interesse, por vezes inconfessável, de quantos se julgam com direito de merecer deferimentos excepcionais em favor de suas postulações. À nova geração de fortalezenses, mormente aos egressos da escola de Arquitetura do Ceará, cabe a ingente tarefa de defender e fiscalizar a aplicação e contínua adaptação do Plano, para o bem estar e felicidade dos futuros habitantes desta heróica e mui leal cidade de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, cujas tradições, já muito mutiladas e destruídas, devem ser valentemente preservadas e defendidas. (ADERALDO, 1998: 50, 51).

O projeto, desenvolvido entre os anos de 1962 e 1963, durante a gestão de Cordeiro Neto, construiu terminais de transporte e pólos funcionais nos vários bairros, concentrando atividades específicas de comércio, serviço, e lazer, e estimulando o uso e a ocupação de zonas industriais.

A proposta, concebida sob uma lógica funcionalista, disseminada com força durante a década de 1970 pelas diretrizes do PLANDIRF (Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza), trouxe uma nova visão desenvolvimentista, inserindo a cidade num processo de metropolização e garantindo a abertura de avenidas e expansão urbana para a zona sul, região onde foram construídos importantes equipamentos, como o Centro de Convenções e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

O PLANDIRF, lançado ainda em fins dos anos 1960 pelo gestor municipal José Walter Cavalcante, modificou completamente as praças, reconstruindo-as mediante novos e polêmicos aspectos paisagísticos e sociais, reforçados e concretizados com a reforma da Praça do Ferreira implantada no ano de 1968. Tal proposta, de cunho militarista, anulou do conjunto urbano, determinados espaços vistos como propícios as práticas subversivas, alterando completamente a paisagem estética, enquadrada sob os rabiscos de uma arquitetura sem beleza e ou ornamentos contemplativos.

Gestado entre os anos de 1969 e 1971 o PLANDIRF nasceu de um consórcio entre empresas, que visou o desenvolvimento integrado da cidade com suas áreas vizinhas. Nele, a arquitetura de Fortaleza adquiriu um aspecto funcional e uma aparência extremamente cinzenta, valorizando as estruturas de concreto armado, tão fortemente utilizado nas construções de residências e repartições públicas da época.

Tais aspectos funcionalistas permaneceram ainda em destaque no Plano Diretor Físico do ano de 1975, o qual dividia Fortaleza em zonas comerciais, criando espaços funcionais para residência, lazer e trabalho (zona industrial). Conforme diagnóstico:

(...) o indivíduo mora em um lugar, toma uma condução para chegar ao local de trabalho, outra para fazer compras no centro da cidade e mais uma condução quando deseja divertir-se. Essa racionalidade, implicava em uma compartimentalização do homem com relação ao espaço vivido, fragmentando-o em lugares definidos, desconsiderando que ele é um todo. (FORTALEZA, 1996: 109).

Neste período a cidade viveu o ápice de sua fragmentação espacial, interligando-se por meio de vastas e longas avenidas asfaltadas. Seu aspecto cinzento e inchado de metrópole fez da extrovertida Fortaleza, um emaranhado medonho de órgãos desmembrados. Durante seus pesados “anos de chumbo”, perdera seu aspecto lúdico e integrado, passando a compor um cenário de temor, vazio e silêncio, fartamente estimulado pela proposta racional e tecnocrata militarista, onde a idéia de progresso atrelava-se fartamente ao projeto econômico das elites industriais e comerciais.

Passadas as décadas de silêncio e repressão avançava-se rumo aos anos de 1990 sob a perspectiva de um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano¹³-PDDU-FOR, o qual foi gestado em 1991, pelo Instituto de Planejamento do Município durante a gestão do prefeito Ciro Gomes, e que implantou fortes mudanças no espaço físico, invertendo alguns aspectos das gestões anteriores, os quais não previam a participação de setores da sociedade civil na elaboração das propostas urbanas. A introdução deste novo Plano Diretor¹⁴, modificou as diretrizes lançadas pelo antigo PLANDIRF.

¹³ Após passagem pela Câmara de Vereadores, o Programa foi sancionado pelo prefeito Juraci Magalhães¹³ em 16 de janeiro de 1992 sob a lei 7.061.

¹⁴ Previsto pela Lei orgânica do município de Fortaleza promulgada em abril de 1990, no seu artigo 158, tendo assegurada sua discussão com a comunidade, entidades representativas da sociedade civil e partidos políticos. (FORTALEZA, 1996: 110).

Durante a década de 1990, Fortaleza encontrava-se “inchada”, com uma população exorbitante, acumulada pelos constantes fluxos migratórios vindos do interior do estado, e crescendo cada vez mais com o adensamento de sua zona periférica, imersa num forte processo de favelização. Bairros como Pirambu, Colônia, Carlito Pamplona, Barra do Ceará, dentre outros, passaram a integrar a paisagem contraditória e impactante.

Ao mesmo tempo em que a pobreza e as desigualdades sociais cresciam de forma assustadora, a metrópole avançava verticalmente para o lado leste, espaço onde se deslocaram vários equipamentos estratégicos e os principais empreendimentos econômicos, dentre os quais: escritórios, clínicas médicas, bancos, shoppings, repartições públicas, etc. Sobre este crescimento, um diagnóstico elaborado em 1996 afirmava o seguinte:

A expansão desordenada da zona leste, trouxe conseqüências para a trânsito que, gradativamente, vem saturando-se, como também problemas com a infra-estrutura urbana, na alteração do consumo de água, energia elétrica e esgotamento sanitário. Definidor da paisagem de Fortaleza, o contraste leste-oeste, configura um processo de exclusão social, onde a pobreza de um lado e a ostentação do outro, definem a espacialização dos conflitos sociais. (FORTALEZA, 1996: 110).

Apesar dos problemas que incentivou, O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza rompeu com as tendências anteriores que tanto concentraram esforços na ordenação física, dando prioridade ao espaço concreto em contraposição a não valorização do homem, enquanto ser e agente transformador da realidade urbana. Nesse sentido, passou a encarar o cidadão como “ser integral”, rompendo com a fragmentação funcional das atividades urbanas, elegendo o bairro como unidade de planejamento, e também valorizando as parcerias entre os setores públicos e privados da sociedade.

Implantado até 1996, o PDDUFOR concebeu nova remodelação no trânsito e na logística dos equipamentos de lazer. Entretanto, Fortaleza continuou a crescer desordenadamente, aumentando o número de áreas de riscos e seus índices de violência. Apesar de dividida em Secretarias Executivas Regionais, áreas administrativas descentralizadas, os contrastes sociais continuaram a aumentar, e as desigualdades, fizeram-na uma das capitais mais desiguais do país.

Durante o século XXI, a cidade recebia um novo Plano Diretor de Geoprocessamento. O projeto, lançado em 2007, durante o primeiro mandato da prefeita Luiziane Lins, visou organizar o crescimento de Fortaleza, mapeando suas principais áreas ambientais, comerciais e culturais. Dois anos após a elaboração deste, a prefeitura lançava o Plano Diretor Participativo, com planos de desenvolvimento para 10 anos. Envolvendo a participação de amplos setores da população, a idéia tentou amenizar as desigualdades sócio-espaciais nutridas nas décadas anteriores.

Lançado em 13 de março de 2009, o Plano¹⁵ previu a instituição de um balanço orçamentário participativo, regulado e controlado por diferentes segmentos da população, a qual passou a também lançar propostas e demandas para a realização de obras e intervenções. Pela primeira vez a população participava das decisões orçamentárias do município, escolhendo e delimitando seus gastos públicos.

Essencialmente diferente dos anteriores, tal projeto previu a integração social, econômica, ambiental e territorial da Região Metropolitana, construindo um sistema democrático e participativo de planejamento e gestão. De cunho popular, a proposta incluiu amplos setores e segmentos de baixa renda na discussão e elaboração de propostas. No entanto, apesar do caráter amplo e participativo, a especulação imobiliária e o capital privado, amplamente disseminado nos serviços, transformaram o projeto num verdadeiro campo de batalha.

Em detrimento da ação predatória de construtoras e empreiteiras particulares o meio-ambiente foi fortemente prejudicado, com perdas significativas de áreas verdes e espaços voltados para a preservação ambiental, substituídos por edifícios e empreendimentos imobiliários. Apesar da preocupação em delimitar as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e com a implementação de propostas visando amenizar as desigualdades sociais, o plano não conseguiu superar as disputas desiguais entre os diversos segmentos acabando por favorecer o capital imobiliário que passou a definir a lógica de crescimento a partir de seus interesses. Durante a gestão de Luiziane Lins, antigos e novos projetos de serviços hospitalares e de transporte mantiveram-se interrompidos, e diversos serviços essenciais foram terceirizados. Problemas de trânsito e carência de espaços para estacionamento tornaram a cidade, um centro de circulação saturada.

¹⁵ Decreto lei nº 14.020 do Diário Oficial do Município de 13 de março de 2009.

A partir do século XXI, a urbanização de Fortaleza adquiriu novo significado com as parcerias firmadas entre o poder público e o poder privado, articulados na mediação e proposição de planos e metas. A partir de então, a Praça se tornou cenário privilegiado para a aplicação de programas e projetos de “adoção das praças”.

Dentre alguns dispositivos criados na lei orgânica do município que oficializaram e fortaleceram a parceria público/privado, o decreto nº 12.568 datado de 26 de agosto de 2009 e o decreto nº 12.659, datado de 23 de abril de 2010 passaram a funcionar como estimulantes para o Programa “Fortaleza Bela, Quero Te Ver”, lançado no ano de 2008 pela prefeita Luiziane que propiciou a construção de políticas públicas de planejamento, gerenciamento e manutenção de áreas como lagos, lagoas, praças, canteiros e jardins¹⁶.

Sobre as ações implantadas nas praças a partir do Projeto Fortaleza Bela Quero Te Ver, está anunciado o seguinte em matéria publicada no sítio eletrônico da prefeitura municipal de Fortaleza:

A parceria com a iniciativa privada e ONGs para adoção de praças está sendo planejada como mais uma estratégia no "Fortaleza Bela, Quero Te Ver". Será idealizado projeto para incentivar a comunidade a frequentar as praças promovendo feira de artesanatos, venda de comidas típicas e ações de esporte e lazer. Em cerca de três anos, 108 logradouros receberam nova iluminação. Destaque para o Passeio Público, onde foram investidos mais R\$ 400 mil e na Cidade da Criança, com investimentos de R\$ 1,1 milhão. De janeiro a maio de 2008, 38 praças receberam investimento de R\$ 1,7 milhão, entre elas, Praça da Avenida Padre Antônio Tomás com Sebastião de Abreu; Praça da Democracia e Praça da Av. A, no Conjunto Ceará; e a Praça do Jardim das Oliveiras (extraído do sítio eletrônico http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8544 em 24/06/2008).

As leis previstas acima permitiram que as praças fossem geridas pela iniciativa privada, através de parceria mantida por assinatura de um Termo de Permissão ou Convênio com a Prefeitura. O ato inaugurou o que passou a se chamar de “adotar uma praça”. O decreto 12659 de 23 de abril de 2010 do Diário Oficial do Município anuncia o seguinte:

¹⁶Informação extraída dos sítios eletrônicos:
http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8529 /
http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11308&Itemid=12 /
http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14653&Itemid=78

Art 1º - O titular do Poder Executivo Municipal, atendido o interesse público, celebrará termo de cooperação com entidades da iniciativa privada, objetivando a colaboração com o Poder Público Municipal nos serviços de urbanização (implantação, reforma e/ou manutenção e/ou conservação) de parques, praças, áreas verdes, mobiliário urbano e demais espaços públicos e/ou livres do Município, buscando melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas (Diário Oficial do Município de Fortaleza, p.1. 23 de abril de 2010).

O artigo fortalece sem dúvida a atuação da iniciativa privada na gestão pública e insere nesta, novos agentes, tais como associações de moradores, sociedades amigos de bairros, centros comunitários, clubes de serviço, terceiros interessados, empresas, órgãos ou entidades atuantes no setor público ou privado (comércio, indústria, serviços institucionais e outros)¹⁷”.

Conforme o poder público, nas últimas décadas, as praças se tornaram cenário para diversos tipos de usos e formas de ocupação “irregular”. Em matéria jornalística veiculada no jornal O Povo em 17 de junho de 2007¹⁸, foram registrados na Cidade, naquele ano, 81 processos em favor do município, que reivindicavam reaver territórios de praça, tais como pedidos de reintegração de posse, desapropriações, mandados de segurança, usucapião e ações civis públicas, todos envolvendo situações de uso irregular das Praças.

O abandono e o descuido destes logradouros praças em tempos recentes, favoreceu e estimulou as parcerias “público *versus* privado”, tendo em vista que tal iniciativa atribuiu responsabilidades típicas do poder público à iniciativa privada. Como consequência de tal ato as praças foram controladas por atores que passaram a promover ações e medidas nem sempre favoráveis ao público e à coletividade, aprisionando-as como lugares privatizados.

¹⁷ Para maiores esclarecimentos ver também: Lei nº 9387, publicada no Diário Oficial do Município em 26/06/2008 e promulgada em 02 de julho de 2008, nº 13849, p.23. Ver Decreto 12112, publicado em 20/11/2006 e promulgado em 29 de dezembro de 2006, nº13842, p.04.

¹⁸ Informação extraída do sítio eletrônico : <http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/704777.html>. A matéria é datada de 18 de junho do ano de 2007

1.2. Um passeio pelas primeiras praças de Fortaleza: traçados de modelos urbanos europeus.

No início de suas gestações, as Praças de Fortaleza sofreram forte influência do modelo urbano português. Como toda praça ideal, absorveu a representação do poder secular e religioso, dividindo espaço para a instalação de prédios como o do Paço e o da Igreja Matriz. Conforme Murilo Marx, as Praças Brasileiras possuem um aspecto público e multifuncional equivalente ao das “*piazzas*” italianas e às “*plazas*” espanholas, capazes de transcender seu papel de adro para transformar-se em fórum.

Afirma:

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo aos adros de nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava os edifícios; acolhia os seus freqüentadores. (MARX, Murilo. Cidade Brasileira. São Paulo: Edusp, 1980: 80 et al SUN, 2008: 24).

De origem e função fundamentalmente religiosa, a Praça brasileira, com o passar dos anos incorporou ares de fórum, tornando-se múltipla em seus usos. Na periferia das cidades medievais portuguesas, os espaços que se transformaram em praças foram chamadas de “rössios”, e utilizadas pelos cidadãos como pontos de encontro, postos de venda para produtos agrícolas, lugares de pasto, feiras, trato de animais e áreas para fabricação e venda de manufaturados. Recebendo influência deste modelo, Fortaleza também adquiriu seus próprios modelos de “rössios”. Afirma o urbanista Liberal de Castro:

O “rossio” fortalezense era a Praça da Carolina, espaço central de serventia pública, fazendo *pensant* com a Praça do Conselho, espaço de vocação simbólica, prestigiada por contar com a sede da Câmara e com a Matriz (...) No começo do século XIX, quando as funções comerciais exercidas pela Praça Carolina começaram a se tornar múltiplas, surgiu um novo rossio (o pequeno), chamado a Feira Nova (...) na verdade a atual Praça do Ferreira (...).” (CASTRO, 1994: 74, 75).

Situada em ponto estratégico da cidade, a Praça da Carolina¹⁹ era um exemplo típico de “róssio”, e por muito tempo era conhecida como “Feira Velha”, acolhendo a primeira feira da cidade. É importante destacar que além de róssios, Fortaleza possuía ainda dois campos, transformados posteriormente em importantes praças da cidade, dentre os quais: o campo do “Paiol da Pólvora”, posteriormente transformado no Passeio Público²⁰ e o Campo da Amélia²¹, transformado na Praça Castro Carreira ou Praça da Estação.

Por ordem cronológica, conforme Raimundo Girão, as primeiras Praças a surgir em Fortaleza foram são as seguintes: Praça do Conselho, Praça da Carolina e Praça do Ferreira. Sobre elas registra:

A do Conselho, ao correr de toda a fase colonial, com a presença do pelourinho representativo. A da Carolina, desde que para ali mudaram com o seu mercado ao lado, dando-lhe arras de feira – a “feira velha”, até o advento da do Ferreira, que lhe tomou o centro de gravitação da capital. (GIRÃO, 1979: 123)

Conforme se vê, deve-se a Praça da Sé ou Praça do Conselho o título de primeira praça histórica da cidade. Conforme Noélia Cunha (1990) tudo indica, que esta foi o nosso primeiro modelo de Praça. Já inserida na “Planta da Vila de Fortaleza” de autoria do Capitão-mor Manuel Francês, o logradouro estava situado de frente à Câmara e ao Forte. Na descrição que faz da planta o Padre Serafim Leite, registra-se o seguinte: “(...) em frente da câmara e do forte a Praça com os símbolos municipais, coincidindo o pelourinho com a frente da Câmara e a forca com a da Fortaleza.” (Idem: 343).

Dividindo seu entorno com a Casa da Câmara e com a Igreja da Sé a praça cumpria seu papel, que pelos ofícios da catequese, deveria estar localizada de preferência em frente a um espaço aberto, permitindo a reunião e a circulação do povo (Idem). Conhecida por Praça do Conselho, nome adotado nos idos de 1726, por conta da existência nas suas proximidades, do Prédio do Conselho (onde se reunia o Senado da Câmara), caracterizava-se como espaço de afirmação dos poderes secular e religioso,

¹⁹ Posteriormente dera lugar ao Prédio dos Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e Palácio do Comércio. Atual Praça dos Leões.

²⁰ Consta ainda, conforme Liberal de Castro que o “Largo do Palácio” (atual Praça General Tibúrcio) foi o primeiro espaço oferecido à cidade para passeio público.

²¹ Local onde a tropa do exército praticava “alardo” (exercício).

abrigando alguns equipamentos símbolos importantes da autoridade e da justiça, como o pelourinho e a forca.

Informa-nos Mozart Aderaldo (Idem: 24), que no século XVIII, nas proximidades do Pajeú, próximo a “Praça do Conselho”, havíamos de encontrar “a primitiva residência dos Capitães-mores (...)” situadas naquele mesmo local até meados do século XIX, quando então demolidas para a construção da Praça Caio Prado, logradouro onde atualmente está erguida uma estátua em homenagem a Dom Pedro II considerada a terceira estátua implantada nas praças públicas da cidade²² (GIRÃO, 1979: 74).

No começo do século XX, o logradouro passa a integrar o conjunto de praças urbanizadas da cidade. Rodeada por “colunas ligadas por grades de ferro, com quatro portões nas quatro faces”, era conhecida por sediar a famosa Pensão Bitú (pensão da cidade bastante requisitada na época). Oportuno citar que no ano de 1903, a Praça recebeu a construção do Jardim Pedro Borges, integrando parte das praças que haviam sido ajardinadas pelo Intendente Guilherme Rocha. Conforme já exposto, o ano de 1903 representou um ano chave para a Cidade de Fortaleza, época em que muito se estimulou a remodelação e a alteração na paisagem das Praças da cidade.

Na década de 1930 o logradouro foi mais uma vez transformado, perdendo suas grades, colunas e árvores (AZEVEDO, 1991: 81). Conforme Miguel Ângelo Azevedo (Nirez):

Primeiramente a praça da Sé era apenas o largo onde se encontra a Igreja. A parte hoje denominada Caio Prado era uma porção de casas onde residiam os capitães-mores. Foram demolidas dando lugar à praça. Em 1903 nela foi inaugurado o jardim Pedro Borges. No dia 7 de setembro de 1913 foi inaugurada, no centro da praça, uma estátua de D. Pedro II, feita com subscrição pública. Foi a terceira estátua erigida em Fortaleza, sendo fabricada em Paris. As outras duas foram, pela ordem: a do General Tibúrcio e a do General Sampaio. (AZEVEDO, 1991: 207).

Outro importante logradouro que adquiriu centralidade na história das Praças de Fortaleza, por desempenhar a função de antigo mercado da cidade, foi a Praça Carolina,

²² Cabe aqui ressaltar que a influência de cultivar os soberanos nos espaços públicos advém da Praça francesa “*Place des Voges*” (*Royale*), situada em Paris e construída em 1605. Afirma Alex Sun: “Com a instalação da estátua do rei no centro da praça, além da especulação imobiliária, inaugurou-se o culto aos soberanos em espaço público na era moderna, uma prática que seria amplamente difundida pelo mundo (SUN, 2008: 50).

palco para a realização da primeira feira livre, ocorrida ainda durante o ano de 1808. Desde então, o local passou a ser chamado de “Mercado Central”, antes realizado em “cercado da casa da câmara” (AZEVEDO, 1991: 181). Vários anos após²³ passou a sediar o Mercado de Ferro, vindo amenizar as carências no abastecimento de gêneros primários na cidade. Tal mercado, construído por determinação do prefeito Guilherme Rocha, foi instalado por Álvaro Teixeira de Sousa Mendes e considerado um dos melhores mercados do Brasil (GIRÃO, 1979: 227). Este, no entanto, seria desmontado em 1937, e transferido para a Aldeota e para a Praça São Sebastião, onde se alojaram novos mercados (AZEVEDO, 1991: 153).

Conforme descrito, as primeiras praças caracterizavam-se durante o século XVIII e inícios do XIX, pela existência, nos seus arredores e interiores, dos seguintes equipamentos: a Igreja, que representava a fé e o poder religioso; a Casa da Câmara, que demarcava os alicerces da autoridade secular; a forca, dispositivo que encarnava a autoridade da lei e da justiça, e o pelourinho, símbolo máximo do poder secular. Além disto, esta antiga praça desempenharia também o importante papel de espaço para comércio e para a realização das feiras.

É a partir da segunda metade do século XIX, que ela se constituirá enquanto espaço ideal para a realização de sociabilidades lúdicas, pois neste período, Fortaleza havia sido fortemente influenciada pelas modas e estilo de vida europeus. Conseqüentemente, apareceram na cidade os primeiros bailes, e as primeiras apresentações circenses e teatrais (GIRÃO, 1979: 147). Era freqüente a população ir aos domingos para o Campo D’Amélia apreciar as cavalhadas e os torneios hípicas da argolinha, esporte-diversão em moldes medievais, onde cavaleiros, com seus elmos emplumados, vestindo trajes de variadas cores e portando lanças, corriam em seus cavalos para tirar argolinhas suspensas numa trave.

Já eleita espaço dileto da diversão, darão lugar as primeiras apresentações de circos, dentre os quais o pertencente a um velho japonês, que em 1870 apresentou-se no Largo do Palácio (Praça General Tibúrcio), o Circo Olímpio, de Augusto Duarte, que para a mesma praça também se dirigiu em 1872, e o luxuoso Circo Pavilhão, que se apresentou na Praça Carolina na década posterior. Com excelente estrutura e repleto de

²³ A partir do meio da década de 1930 a Praça, então chamada Valdemar Falcão, sofreu grandes modificações com a construção do Prédio dos Correios nos seus limites, inaugurado em 14 de fevereiro de 1934 (AZEVEDO, 1991: 181).

bons artistas, o Circo Pavilhão era o motor da alegria de muitos que iam à praça. (GIRÃO, 1979: 147)

Durante o século XIX, também desempenharam a importante e disputada função de lugar para passeio. A Praça Capistrano de Abreu²⁴ junto ao Passeio Público eram consideradas as praças preferidas para a realização deste importante hábito que se firmava na cidade. Conhecida por seu “belo chafariz de águas coloridas” oferecia um belo espetáculo visual àqueles que passeavam pelo local, e conforme ilustra Noélia Cunha (1990), era “*chic circular em volta dos seus canteiros*” (Idem: 98).

Aos fins do século XIX, as Praças eram consideradas espécies de cartão de visitas, e ponto principal para a contemplação, distração e diversão do público da cidade, que a elas se dirigiam de forma elegante e distinta. Revelando tais tipos de usos no espaço da Praça Capistrano de Abreu²⁵, Cunha mais uma vez afirma:

Era o local onde se reunia a sociedade de nossa capital, cuja divisão de classe se fazia espontaneamente, sem regulamento: no meio da praça circulavam apenas as pessoas da alta sociedade; na periferia os cidadãos comuns. Era o ponto de encontro dos poetas, dos violeiros, das pessoas que nos visitavam (turistas), dos casais de namorados, estudantes de rédeas soltas; ali se realizavam verdadeiras sessões lítero-musicais ao ar livre. Também serviu de quartel-general para os alunos da Fênix Caixeiral, quando esta era o grande centro educacional (infelizmente hoje desaparecida). (CUNHA, 1990: 98)

A Praça deste período, também regulada por dispositivos de “civildade”, disciplinava a convivência entre as pessoas nos espaços públicos da cidade, e controlavam os valores morais vigentes, imprimindo nesta, uma visível apartação social. Transformadas em áreas segregadas, se inseriram num novo circuito arquitetônico e paisagístico, recebendo a instalação de novos equipamentos, tais como coretos, fontes de água, gradeados de ferro, jardins ornamentais, avenidas, estátuas, além de outros adornos e dispositivos estéticos que lhes deram um novo toque de “civildade”.

²⁴ Era conhecida inicialmente por “Praça da Lagoinha”, nome que faz referência a uma pequena Lagoa existente no lugar. Recebeu a alcunha de Capistrano de Abreu, na década de 1960, através do decreto 2891/24/05/1965, na gestão do prefeito Murilo Borges. (CUNHA, 1990: 97).

²⁵ Apesar de não figurar na planta da cidade de 1875, sua demarcação é anterior a 1859. Em meados da década de 1930, seguindo a tendência da construção de coretos nos espaços públicos das praças, também dará lugar ao seu, que servirá como palco para as exhibições da banda de música da Polícia Militar.

Dessa forma despontavam como espaços exclusivos para os passeios elegantes, e para a exibição pública de novos hábitos e distintivos sociais, marcados pelas modas e estilos de vida europeu, considerados expoentes máximos e do “progresso” humano. Reformuladas sob nova faceta, também se transformaram em espaços reservados e demarcados simbolicamente pelos altos extratos da sociedade.

Para falar do lado lúdico das praças do século XIX é importante destacar a paisagem do Parque da Liberdade²⁶, logradouro inaugurado em 1890 em homenagem a libertação dos escravos, tendo sido projetado pelo engenheiro Romualdo de Barros. Após tratamento urbanístico, recebeu um magnífico e belo jardim público, que passou a funcionar como local de lazer para a população (CUNHA, 1990: 246), atividade intensificada mais ainda no século seguinte, mais especificamente quando o prefeito Ildefonso Albano (1922) ali instalou um parque em estilo colonial, transferindo para lá as grades de ferro do Passeio Público, e inaugurando a estátua de “um índio quebrando os grilhões”, monumento fincado acima do portão da entrada principal (CUNHA, 1990: 246; AZEVEDO, 1992: 83).

Descrevendo a paisagem do Parque em 1913, o escritor Otacílio de Azevedo descreve-o como um “*quadrilátero de muro alto, sem portões, bastante arborizado*”, o qual dividia espaço, com um castelo, e duas estátuas de ferro “já bastante enferrujadas”, réplicas do Deus Apolo, e do Deus Netuno, e onde no centro erguia-se uma minúscula ilha rodeada por uma lagoa. (AZEVEDO, 1992: 83).

As estátuas citadas acima pelo escritor, compunham as praças de uma Fortaleza imersa nos ares civilizados da *Belle Époque* francesa, movimento que resgatou do mundo Greco-romano e da arquitetura neo-clássica, antigos personagens mitológicos. Para Raimundo Girão o parque se transformara num “lago de maravilhas”. Ali, instalara-se à época o conhecido café “Cascata”, que oferecia a petizada “exercícios, jogos, passeios de escalar, tiro ao alvo e João-galamarte”, e onde uma orquestra se exibia de cinco horas da tarde às oito da noite. (GIRÃO, 1979: 232).

O parque assim emoldurado com árvores, jardins, água, canteiros, flores, passarinhos, velhas estátuas, a ilha já chamada dos amores, a lagoa, a famosa “Gruta do Cupido”, um ambiente puro, alegre e sadio, muito propício para a vida das

²⁶ No início do século XIX, abrangia desde a Igreja do Coração de Jesus à Praça dos Voluntários. O parque era conhecido nestes idos, por Praça da Lagoa do Garrote, devido à existência no local da lagoa de mesmo nome. (CUNHA, 1990: 246; BEZERRA DE MENEZES, 1992: 189).

crianças, começou a chamar a atenção das autoridades competentes em transformá-lo não só num jardim de infância mas numa aprazível “Cidade da Criança”, época em que foi batizada com este nome. (CUNHA, 1990: 246)

Para Milton Dias, na metade do século XX, o logradouro representava um “pequeno mundo”, um ambiente “inspirador” e “divertido”. O autor faz referência a um parque romântico onde crianças corriam livremente, e casais de namorados perpetuavam amores “eternos”, flertados pelas flechas encantadas do Deus cupido.

Aborda:

O Parque era um pequeno mundo, emsombreado de mongubeiras imensas, gramado, plantado, colorido, festivo, com surpreendentes atrações para a curiosidade infantil: aquela imitação de Fortaleza medieval, o lago, com os barquinhos que um gordo senhor, por nome Napoleão, alugava a baixo preço. Então se partia num passeio que às tantas contornava a Ilha do Amor, com um pequeno Deus-Cupido lá dentro, de arco, flecha e tudo. A volta ganhava na imaginação da criançada o prestígio de excursão de caravelas para a descoberta de outros continentes. E nas bordas externas, entre canteiros deliberadamente irregulares, com propositados acidentes de terreno, algumas aves, crianças, pássaros, flores, numa confraternização informal e congraçante. Nos bancos, infalivelmente, em conversa despreocupada, jovens casais deitando a nota amoreta nas tardes de suave azul. E fazendo concorrência às bolinhas de contra-erva e ao doce gelado, disputando a preferência dos freqüentadores – dos meninos principalmente – a Tereza do Puxa-Puxa, correndo o parque de uma ponta à outra, em passo de urgência, anunciando discretamente a sua doce, deliciosa, dourada mercadoria. (DIAS, 1976: 12)

Marcado pelo ar da confraternização e do acolhimento, o bosque encantado do Parque da Liberdade, ocupado por crianças a correr alegremente pelas calçadas, e casais a namorar eternamente, integrando parte do imaginário romântico da praça na Cidade, então local do “descanso”, da “paz” e do “lazer sadio”.

Compondo também parte deste rol paisagístico e lúdico da cidade durante o século XIX, a Praça José de Alencar²⁷ merece ser destacada por seu aspecto simbólico. Conhecida até os fins do século XIX como “Praça do Patrocínio”, resumia-se a este tempo como “um simples areal plantado entre quatro artérias citadinas” (CUNHA,

²⁷ Anterior a 1870.

1990: 215). Com o decorrer dos tempos se transformou num dos logradouros mais urbanizados e bonitos de Fortaleza. Aponta sobre ele:

(...) ela conseguiu tornar-se um dos logradouros mais bonitos de Fortaleza. Ostentava em seu centro um pavilhão concebido bem de acordo com o gosto arquitetônico da época, avarandado e de linhas sóbrias, consideradas bem equilibradas, de formato circular. Esse pavilhão foi, depois, removido para a ponte metálica, onde o tempo se encarregou de fazê-lo cair aos pedaços. Mas, enquanto permaneceu na praça Marquês do Herval, esse pavilhão, circundado de jardins, tinha a realçar-lhe a beleza, o verde das folhas e o colorido das flores, sem esquecer o branco e o sugestivo das linhas esculturais em tamanho natural, de algumas estátuas de mulher, importadas de além-mar. (CUNHA, 1990: 215)

Contendo “imensos jardins bem cuidados”, “bancos de madeira e ferro”, além de um “bonito coreto” a praça reinou alegremente na cidade. Para lá se dirigiam aqueles que queriam se distrair ao som da banda de música e contemplar a beleza marcante de suas estatuárias clássicas. Sobre seu ambiente paisagístico cita Cunha:

Ali, todas as tardes, bandas de música, com destaque para a do Batalhão de Segurança, deleitavam o público com valsas, xotes, polcas e mazurcas. O logradouro era todo ornado com colunas, estátuas, jarros e os tradicionais postes de iluminação a gás. (CUNHA, 1990: 215)

O arquiteto José Barros Maia relembra com saudade os tempos das apresentações da banda marcial no coreto da praça, quando para lá se dirigiam jovens, moças e rapazes, que semanalmente aproveitavam a apresentação da banda, no intuito de ali mesmo realizar suas paqueras. Mainha traduz na memória, o gosto que tinham tais encontros.

A paquera acontecia na Praça José de Alencar, em reuniões semanais. A banda marcial da polícia tocava no coreto e todo mundo ficava passeando ao redor dele. Os paqueras ficavam do lado de fora e as moças, os casais passeando ao redor do coreto. Era o grande divertimento da gente (...) Essas reuniões semanais em torno do coreto da praça eram uma característica muito grande da cidade. A gente ia lá apenas para ver aquela pessoa que você queria bem – isso, sempre de longe. As moças, geralmente, passeavam com as mães e as amigas, e a gente ficava no sereno vendo elas passearem. (CAMPOS, 1996: 187).

Na primeira metade do século XX, mais especificamente em 1929 a praça recebeu a construção de uma estátua do escritor José de Alencar (1929), episódio este que marcou a mudança no nome do logradouro para Praça José de Alencar (AZEVEDO, 1991: 53). A pesquisadora Lídia Pimentel (1998) assinala que ao final da primeira metade do século XX, o logradouro perdia todo “seu *glamour*”, adquirindo um aspecto neutro na dinâmica do centro da cidade. A fixação de um ponto de apoio para automóveis de corrida, que através de chamadas telefônicas atendiam a população, foi um dos principais fatores que modificaram a paisagem e a funcionalidade do local, reduzindo significativamente seu espaço de pedestres para dar lugar aos estacionamentos e terminais de ônibus urbanos, que para lá foram transferidos em 1962 (CUNHA, 1990: 216). Sobre tal mudança, Cunha enfoca:

Pela falta de educação do nosso povo e pelo descuido a que foi relegada (a praça), perdeu o seu encanto, estragou-se completamente e transformou-se num dos ambientes mais desagradáveis possível. Passou a servir de ponto terminal dos coletivos da cidade, atendendo a mais de 50% da população. (CUNHA, 1990: 217)

1.3. A praça entre cacimbas, cacimbões e chafarizes.

Quando ainda não havia abastecimento d’água regular em Fortaleza, os chafarizes, cacimbas, cacimbões e caixas d’água representavam importantes equipamentos públicos. Instalados nas praças durante o século XIX, tais equipamentos supriam a falta de cursos d’água, fontes serranas e lagoas de grande porte, que pudessem servir à população.

Devido à carência do precioso líquido, os gestores foram estimulados a investir na construção de cacimbas públicas e privadas, alocadas em quadras pouco habitadas e edificadas, entre as quais algumas que se transformaram em importantes praças. Afirma Liberal de Castro:

“(…) as “cacimbas d’agoadas públicas”, também chamadas “cacimbas do povo”, requeriam ampla área de captação de água, a fim de atender a demanda. Assim, tinham de se manter isoladas no centro de quadras ainda não ocupadas ou pouco ocupadas, decisão da qual resultou a conquista de espaços urbanos posteriormente transformados em boa parte das praças fortalezenses.” (CASTRO, 1994: 65)

Abastecidos por meio de encanamento geral e por bombas movidas a caldeiras de vapor, os chafarizes eram alimentados por poços instalados no Sítio Benfica, então propriedade de Paulino Hoonholtz, o qual em 1862 propôs as autoridades e gestores competentes, a firmação de um contrato que lhe assegurou a canalização da água do sítio²⁸ por um período de 50 anos.

Cumprido este contrato, Paulino estabeleceu parceria com a Companhia Inglesa *Ceará Water Company Limited*, instalando quatro chafarizes em pontos centrais da cidade. Tal serviço de canalização fazia parte do projeto de higienização proposto por Tomaz Pompeu, grande defensor da abertura de poços profundos asseados. A instalação de equipamentos como estes nas praças da cidade representaram a assimilação de novos hábitos e costumes de higiene entre a população, condicionada a aceitar os novos princípios do corpo limpo e sadio, e de uma vida urbana livre de doenças.

Por longos anos a Companhia *Ceará Water* conseguiu manter exclusividade sobre o fornecimento de água. Entretanto, após dificuldades financeiras, e com o agravamento da seca de 1877, a empresa se viu forçada a suspender o serviço²⁹.

É válido compreender por estes aspectos que as cacimbas e os chafarizes incorporaram a marca de seu tempo e passaram a integrar importante papel na memória coletiva dando visibilidade e funcionalidade às Praças. Nesse sentido é válido citar que alguns chafarizes públicos marcaram história na cidade, entre os quais: o da rua atualmente chamada José Avelino, o da Feira Velha, o da Feira Nova, o da Praça dos Voluntários, o do Outeiro, o da Praça do Patrocínio, o da Misericórdia e o da Praça de Pelotas. Eram também bastante disputadas, as cacimbas das Praças do Ferreira, Praça Capistrano de Abreu e Praça dos Voluntários³⁰ (ADERALDO, 1998: 149). Sobre este panorama Mozart Aderaldo nos informa:

Na Praça da Lagoinha, que depois se chamou Comendador Teodorico e hoje recebe a denominação, que já foi de outro logradouro, de Praça Capistrano de Abreu, havia uma caixa d'água para abastecimento dos trens. Vários habitantes da cidade ainda se lembravam de ter visto, quando criança, essa

²⁸ A canalização da água se deu em 1867.

²⁹ O abastecimento regular d'água em Fortaleza veio a ocorrer apenas em 1927, quando então ampliada sua rede distribuidora.

³⁰ Cumpriam também tal função as Praças João Gentil (Gentilândia) e Clóvis Beviláqua, conhecida também por Praça do Encanamento, disponibilizou água para boa parte da cidade através de reservatório com capacidade para 42 milhões de litros (CUNHA, 1990: 113)

caixa d'água, depois retirada do local. (ADERALDO, 1998: 33)

1.4. Instituições disciplinares e a higienização das praças.

Ao passo que a elite fortalezense começava a se utilizar dos espaços públicos das praças para neles desfilar sociabilidades elegantes, inquietavam-se com “o cortejo de desempregados e miseráveis a se multiplicar na cidade”. Vista como ameaça à segurança e à moralidade, a presença dos “inconvenientes” nas praças passou a ser alvo de inúmeras políticas de controle social, estimulando o aparecimento de algumas instituições especializadas, como os asilos de alienados e os abrigos de mendicância. (PONTE, 2010: 22).

Tais instituições integravam o conjunto de políticas assistencialistas de caráter higienista, responsáveis por exterminar os focos destoantes e ameaçadores do padrão urbano vigente passando a atuar na disciplinarização moral e social dos indivíduos, inserindo a catequese e o trabalho como dispositivos “adestradores” para os miseráveis e vagantes da urbe.

Com a proliferação dos pobres a vagar por Fortaleza durante o século XIX, fruto do êxodo rural e das várias secas que assolaram o Ceará, a miséria passou a ser encarada como um sério problema para os aparatos policiais, preocupados com os “vagabundos”, “mendigos” e “desocupados” (propensos ao vício, ao furto e ao roubo) que tanto rondavam os logradouros públicos (PONTE, 2010: 176).

Movido pelo anseio higienizador então predominante, Guilherme Rocha fundou a corporação da Guarda Cívica (1894), instituição normatizadora que muito atuou nas reformas implantadas durante o século XIX. Responsável pelo policiamento e pela organização da urbe, o órgão que funcionou em um prédio bastante destacado na Praça Marquês de Herval (Praça José de Alencar) buscou eliminar das ruas e praças os focos de “mendicidade” e “vagabundagem”, combatendo e reprimindo tenazmente tudo que ferisse as normas de segurança e regras de civilidade. Sua vigilância estava voltada não só aos comportamentos, mas também para a forma de aparência das pessoas. De tão fortes que se transformaram as normas, os sujeitos se viam obrigados a pagar multas, caso descumissem os regulamentos, motivo pelo qual os *chauffeurs* de praça tiveram que se uniformizar, mudando sua antiga indumentária (Idem: 180).

O problema do crescente contingente de pobres, trabalhadores não-ativos, menores abandonados e prostitutas vagantes era a principal preocupação da polícia, uma

vez que tais agentes eram considerados potencialmente perigosos e suscetíveis ao ócio, então a maior fonte dos vícios, desvios e tensões sociais. (Idem: 182).

Para atingir a condição de cidade ideal, uma série de fatores, práticas e públicos passaram a ser desaprovados pelas instituições controladoras da vida urbana, dentre os quais tudo aquilo que reportasse a “feio”, “sujo” e “desorganizado”.

Assumindo o poder em 1912, o prefeito Ildefonso Albano deu continuidade ao projeto disciplinador de Guilherme Rocha, realizando várias medidas remodeladoras, dentre elas a investida da Inspetoria de Higiene contra os quiosques anti-higiênicos que estavam “afeando” as praças.

É válido destacar também a presença de um emblemático quiosque na Praça Carolina (Waldemar Falcão). Situado no centro do logradouro, era bastante freqüentado pela população. Em estilo *art-nouveau*, o quiosque pertencia ao vibrante personagem Bembém Garapeira, admirador e fiel entusiasta da cultura francesa. Também era conhecido por *Bien-Bien Garapiere*, arranjo lingüístico afrancesado que seguia a tendência da época, onde muitos passavam a se utilizar de jargões franceses para denominar estabelecimentos comerciais e nomes próprios. O proprietário do estabelecimento, querido pela população entre os anos de 1910 e 1920 divertia o público, ao expor objetos bizarros, como cabeças de velhos feitas rusticamente em quengas de côco. Bembém aproveitava os orifícios naturais do fruto para fazer os olhos, e bucha para representar barbas e cabelos (Idem:156).

Também não foram poupados deste processo os vendedores ambulantes que já superlotavam os logradouros de Fortaleza, tendo sido proibida a venda de qualquer produto que acarretasse sujeira pela rua, atribuída ao comportamento anti-higiênico da população pobre (Idem: 59, 60). Deve-se também a Ildefonso Albano, a criação de uma banda municipal, que uma vez por semana tocava nos coretos das praças.

1.5. Passeio Público: nas trilhas dos séculos XIX e XX.

Dentre as praças iniciais da Cidade que merecem destaque, por terem sido centros convergentes de atividades públicas, o Passeio Público, sem dúvida, está entre elas. O significado e a importância que adquiriu para a história de Fortaleza evidenciam-se através dos hábitos e comportamentos coletivos, desencadeados e adquiridos na urbe durante o século XIX. O logradouro é sem dúvida o mais emblemático para demonstrar

a relação indissociável existente entre as estruturas urbanas e os comportamentos da população vigorantes durante o século XIX.

O cenário do Passeio enquanto modelo e ícone mostrava a separação entre as classes pobres e os mais elevados grupos sociais. Sua construção fez parte de um projeto de embelezamento que reformulou as principais praças de Fortaleza, determinando novos modos de convívio urbano às imagens de “civildade” e “assepsia”. Tal intervenção remodeladora esteve articulada com as campanhas de higienização social e com os mecanismos assistencialistas e policiais de controle exercido sobre as classes populares (PONTE, 2010: 21).

Construído no século XVIII, já era conhecido nesta época por Largo da Fortaleza³¹, servindo de depósito para material bélico e para a artilharia do antigo fortim de São Sebastião, e passou a se chamar Praça dos Mártires apenas em 1879, por proposta do vereador João Câmara homenageando os rebeldes da Confederação do Equador, que ali foram fuzilados, quando o logradouro ainda era conhecido por “Campo da Pólvora”. (CUNHA, 1990: 269).

O nome de Passeio Público foi dado em 1850, quando reformado pelo presidente da província à época, Fausto Antônio de Aguiar, que concedeu a população, um espaço voltado para passeios matutinos e vesperais, então cotidianamente já realizados no logradouro desde meados do século XIX. É interessante ressaltar que o uso de espaços como este para passeios, já era comum em outras cidades do Brasil e de Portugal.

As primeiras muralhas (gradis circundantes) do Passeio foram levantadas em 1867, na gestão do Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, quando também recebeu uma vasta arborização e a construção de um pequeno jardim. A obra, finalizada apenas em 1879, graças a Tito Rocha, chefe das obras públicas da província, tornou o Passeio um lugar preferido para a realização do lazer em Fortaleza. Dali em diante, suas tardes passaram a ser animadas pelas apresentações da Banda de Música do 15º Batalhão, adquirindo de vez o status de “Passeio Público”.

Naquele ano, foram instalados no logradouro um *rink* de patinação e um conjunto de três avenidas (Avenidas Caio Prado, Carapinima e Mororó), as quais funcionaram como divisores, que separavam socialmente os frequentadores da área.

³¹ Recebeu tal denominação em virtude de ficar ao lado do forte Schoonenborch.

(CUNHA, 1990: 270; PONTE, 2010: 37). Conforme Raimundo Girão a divisão era feita da seguinte forma:

Tudo convergia para ali: a gente mais modesta passeando vaivém pela avenida Mororó e a *haute-gomme* na Caio Prado, numa perfeita e espontânea separação. A classe mais baixa ficava na Carapinima. Ostentação de vestidos e de graça feminil. Dandismo masculino à altura do ambiente da mais indiscutível distinção social. (GIRÃO, 1979: 148).

O Passeio Público de 1879 era considerado um dos mais belos passeios do país e agregava em seu conjunto: bancos, canteiros, cafés, árvores nativas e estrangeiras, tanques, estátuas de deuses mitológicos, alamedas cimentadas, vista para o mar, além de um ampliado grupo de frequentadores a se deliciar com o som das bandas de música do exército e do Batalhão Militar do Estado. (BEZERRA DE MENEZES, 1992: 190).

Lugar de experiências e vida social, o local passou a reunir pessoas oriundas das mais diversas categorias sociais. Seu clima distinto era mantido por um código específico, o qual demarcava simbolicamente fronteiras entre seus frequentadores, estabelecendo o cumprimento de gestos moderados, a realização de conversações educadas e o uso de vestimentas elegantes, que convergiam para “um repertório difuso e sutilmente autoritário” da “civilização”.

Devido à forte normatização presente no espaço, o logradouro se transformou num centro para a exibição de modas e requintes de consagração sócio-econômica das classes emergentes da cidade, ansiosas por evidenciar seus novos hábitos, distintos e “superiores” aos costumes tradicionais tão fortes na cultura cearense.

Para Sebastião Ponte (2010), durante a segunda metade do século XIX “engendrou-se uma euforia “cosmopolito-civilizatória” no seio das elites sociais e intelectuais” de Fortaleza que intentavam transformá-la a imagem e semelhança de outros centros urbanos avançados do país e da Europa Ocidental. Conforme anuncia:

“Zelosamente cuidado e bastante arejado, o logradouro transformou-se em vitrine ideal para o desfile de elegâncias e principal cartão de visita da Cidade, haja vista o álbum de fotografias intitulado Álbum de vistas do Ceará, 1908, confeccionado pela casa francesa importadora-exportadora Boris Frères e Cia, impresso em Nice (França) e destinado a dar uma amostra imagética do desenvolvimento da Capital. Entre as dezenas de fotos selecionadas para o encarte, onde despontam praças, ruas, edifícios, escolas e construções em geral, o Passeio Público é o que mais aparece, merecendo

fotografias dos seus mais diversos ângulos” (PONTE, 2010: 37)

O momento se fazia propício para a disseminação do consumo de tecidos, chapéus, e demais adereços vindos de Paris e Londres a impregnar os olhos e os desejos de uma elite abastada, sequiosa por destaque, luxo e distinção social. Tal contexto reforçava mais ainda os anseios adquiridos pelas elites ao expor publicamente seus hábitos e costumes urbanos. Afirma Tião Ponte:

E não faltavam, agora, oportunidades sociais e urbanas para esta visibilidade: havia distintos modelos para vestir fosse nos bailes dos clubes, no carnaval, nas tardes de turfe, nos *footings* do Passeio Público, nas solenidades ou no interlúdio de uma conversação entre pares no Café Riche. (PONTE, 2010: 162)

Esta mesma tendência também é citada pelo pesquisador Antônio Luiz Silva Filho que enfatiza o aspecto normativo que a moda estabelecia no logradouro.

Embora destinado ao lazer, o Passeio mantinha normas que disciplinavam seus frequentadores, como a exigência de belos trajes e boas maneiras. (SILVA FILHO, 2001: 89).

Na descrição que o historiador Antônio Bezerra faz da Cidade de Fortaleza nos finais do século XIX, o Passeio Público aparece como a mais notável das praças existentes. O concorrido e atraente logradouro, mantinha a frequência de um público assíduo, que para lá se dirigia às quintas-feiras e aos domingos, com o intuito de se divertir na “mais doce cordialidade”, embalado pelo som da boa música. (BEZERRA DE MENEZES, 1992: 36). Silva e Filho nos dá idéia deste quadro:

Circundado de um belo gradil e portões de ferro (projetados por Adolfo Herbster), munido de jardim bem arborizado, ornado com bancos, colunas, canteiros, postes e combustores de gás, vasos de louça e estatutária de estilo neoclássico retratando divindades da mitologia grega (...) (SILVA FILHO, 2001: 89).

Conforme o arquiteto José Barros Maia a preferência por este espaço para a realização de atividades de lazer entre a população, deveu-se em parte ao fato de que as residências, localizadas nas suas proximidades, não possuíam espaço reservado para o usufruto do lazer doméstico, pois na maioria eram transformadas simultaneamente em estabelecimentos comerciais. E logo, na falta de um lugar propício para a receptividade

e para a realização dos encontros sociais na vida doméstica, a população se sentiu motivada a utilizar aquele espaço como “sala de visitas”. (CAMPOS, 1996: 195).

Otacílio de Azevedo descreve sua composição paisagística em 1912, e nela abre destaque para a relevância que adquiriram alguns equipamentos, como a Avenida Marquês do Herval, quatro quiosques de madeira, e o suntuoso coreto, de onde saíram belas notas musicais das retretas da banda da Polícia Militar. A praça era espacialmente formada por quadrados de grama bem cuidada, touceiras e flores das mais variadas. O escritor reforça ainda a existência de colunas de mármore vindas de Portugal, trabalhadas em estilo coríntio, que sustentavam grandes jarros de porcelana japonesa, nos quais eram postas algumas plantas exóticas que davam um grande efeito estético na paisagem local.

Além dos bancos de talisca de madeira, pintados de verde e situados nas várias alamedas, toda sua ambiência era iluminada por belos combustores de luz carbônica, que irradiavam uma iluminação esverdeada sobre as belas e grandiosas árvores, margaridas, crisântemos e palmeiras, perfazendo no logradouro, uma atmosfera de fantasia.

É importante destacar aqui que a instalação dos combustores de gás carbônico, trouxe para a praça a prática dos passeios noturnos, antes inexistentes devido à escuridão e a obscuridade da noite. Após a instalação destes belos equipamentos, a cidade pôde incorporar com mais afinco e certeza as marcas e ditames do progresso, dada as benesses que engenhocas como aquelas traziam para a provinciana cidade. Ilustra Otacílio:

(...) À noite, famílias inteiras – moças, velhos, rapazes e crianças – enxameavam no meio daquela vegetação luxuriante, ou sentavam-se nos bancos. Nos dias de retreta, havia grande quantidade de gente, acotovelando-se para conquistar um lugar mais perto do coreto, onde a Banda executava valsas e trechos de operetas mais conhecidas, como “A Viúva Alegre” ou o “Príncipe Estudante” (...) Os quiosques regurgitavam de fregueses: servia-se ali, um saboroso “Blitz” ou a “Banadiana”. (AZEVEDO, 1992: 40, 41).

O autor rememora o “silêncio reinante no bosque”, a ajudar no “repouso do cérebro”, que vez ou outra era rompido pelos gritos de crianças a correr pelo logradouro, ou pelo pregão de um vendedor de guloseimas. Mas, nada de automóveis a buzinar nos ouvidos dos freqüentadores.

1.6. Fins do século XIX: as praças mudam de nome

Símbolo e referência primária da vida pública, a Praça adentrou como âncora e suporte fundamental no modelo de urbanização harmônica e eficaz. Durante todo o período que envolveu as primeiras transformações urbanísticas na Cidade de Fortaleza, as Praças aparecem como principais alvos das políticas administrativas, constituindo-se importante centro de atividades sociais.

Em fins do século XIX, elementos como calçamento, limpeza, sociabilidade e ordenamento das ruas, passaram a ser considerados sinônimos de modernização. Em meio a uma Fortaleza afrancesada, sob os requintes de apurado censo arquitetônico e urbanístico, novos dispositivos legais modificariam em 1890 as denominações destes logradouros. Tratava-se da lei de 29 de outubro daquele mesmo ano, a qual substituíra os nomes das ruas por números, e os das praças por novas referências de nomes. A lei, que já havia sido aplicada em cidades como Nova York, chegou a Fortaleza como sinônimo de avanço e progresso republicano.

Servindo de crítica ao modelo imperial, visto pelos republicanos como imagem do atraso, a resolução, dotava o espaço urbano de uma ordenação intemporal, baseada na “serialidade aritmética e impessoal”. (SILVA E FILHO, 2001: 56, 57). Tendo em vista o acentuado provincianismo local, a resolução não encontrou forças para sua aplicação.

A argumentação utilizada pelos defensores da idéia da modificação partia do princípio de que a mudança no modo de representar a cidade, evitaria a constante imposição de sentimentos partidários na administração da coisa pública. A lei, contrária aos interesses privados, versava que os nomes das praças deveriam ser substituídos por alcunhas que recordassem acontecimentos históricos, ou por nomes pelas quais as praças já eram conhecidas.

Os logradouros seriam batizados com as seguintes alcunhas: a Praça Senador Carreira – Praça da Via-Férrea; Praça Caio Prado – Praça da Sé; Praça Capistrano de Abreu – Praça do Mercado Público; Praça General Tibúrcio – Praça 16 de novembro; Praça Barão de Ibiapaba – Praça do Asilo; Praça D. José Júlio – Parque da Liberdade; Praça Senador Machado – Praça da Conceição; Praça Marquê do Herval – Praça do Patrocínio; Praça Visconde de Pelotas – Praça de Pelotas; Praça N.S. do Livramento – Praça do Livramento; Praça do Ferreira – Praça Municipal; Praça Comendador Teodorico – Praça 16 de outubro; Praça Comendador Coelho – Praça 24 de maio; Praça

Senador Paula – Praça São Sebastião; Praça Fernandes Vieira – Praça 14 de Março. (GIRÃO, 1979: 126).

Para o pesquisador Antônio Luiz Silva e Filho (2001) o ato de nomear lugares vincula-se as estratégias políticas de afirmação simbólica, instituídas no urbano através da força da linguagem (Idem: 48). Nesse sentido, denominações populares, utilizadas no dia-a-dia se chocam com nomenclaturas instituídas pelo poder hegemônico. Alguns casos são emblemáticos, e servem para demonstrar como este embate simbólico ocorreu na instância do cotidiano.

Destaco aqui alguns exemplos de (re) significação das praças, que fizeram parte da memória de Fortaleza, dentre os quais se destacam o da Praça da “Estação”, conhecida oficialmente por Praça Castro Carreira, mas jamais considerada como tal tendo em vista seu batismo popular de Praça da Estação; a Praça Capistrano de Abreu, denominada popularmente de Praça da Lagoinha³²; Praça Clóvis Beviláquia, conhecida por Praça da Bandeira; Praça da Polícia, invocada por Praça dos Voluntários³³; Praça Waldemar Falcão, de Praça dos Correios, dentre muitas outras denominações não gravadas em placas de bronze, mas imortalizadas na fala cotidiana. (SILVA E FILHO, 2001: 49).

Destaco aqui também, o emblemático caso da Praça General Tibúrcio, que tão bem ilustrou esta (in) versão de signos. Conhecida em 1856 como Largo do Palácio, devido à existência da sede do Governo nos seus arredores, passou a se chamar “General Tibúrcio” em 1887, no entanto, após a reforma implantada pelo prefeito Ildelfonso Albano, entre 1913 e 1914, passou a ser cotidianamente chamado por “Praça dos Leões”, nome que até os dias atuais permanece vivo na memória coletiva. Tal alcunha popular deve-se a instalação de três estátuas em formas de leões, sendo também incorporados a este conjunto alguns combustores de gás, balaustradas, coreto e um jardim (com árvores procedentes do Jardim Botânico no Rio de Janeiro), e introdução.

Tal apropriação simbólica, também ocorrera com a Praça José de Alencar, designada popularmente por Praça do Patrocínio³⁴. Apesar do nome oficial “Marquês do

³² Referência a uma pequena lagoa existente na região. Curiosamente o logradouro nunca foi invocado pelas alcunhas oficiais que tanto recebeu, como Praça Coronel Teodorico (1881) e Praça XVI de Novembro (1890).

³³ Em homenagem aos combatentes da Guerra do Paraguai.

³⁴ Referência a Igreja de mesmo nome situada no logradouro.

Herval”, as pessoas continuavam chamando-a de Praça do Patrocínio (Silva e Filho, 2001: 51). Não bastasse isso, o logradouro, que recebeu a construção de um jardim em 1903 pelo prefeito Guilherme Rocha, batizando-o de “Jardim Nogueira Acioly”, foi palco de grande revolta popular.

Constituído por bancos, vasos, colunas, estatuária, iluminação a gás e coreto, o jardim não escapou da revolta popular que assolara a capital em 1912, quando um forte movimento se organizou para depor o oligarca Nogueira Acioly. A população, revoltada com os desmandos do governo, investiu toda sua ira contra o logradouro, que representava estrategicamente o símbolo do poder no estado. A praça foi à única da cidade a ser completamente depredada pelos revoltosos, e como ato simbólico, arrancaram-lhe a placa em homenagem a Nogueira Acioly, e em substituição, colocaram uma outra, homenageando desta vez o novo chefe de Estado, então Franco Rabelo. (Silva e Filho, 2001: 51).

Para o pesquisador Antônio Luiz Silva e Filho fenômenos como este fazem parte da criatividade anônima presente na história da cidade (Silva Filho, 2001: 50), contestando a hegemonia das leis e do jogo político institucional. Através destas resignificações e transformações cotidianas, a população produz a sua própria história, rebatizando os lugares e lhes dando novas representações.

1.7. Praças e jardins: novidades no alvorecer do século XX.

Na virada do ano de 1900 para 1901, o filósofo Tobias Barreto num pronunciamento realizado em plena Praça Castro Carreira (Praça da Estação), versejou eloqüente discurso, abrindo as portas de Fortaleza para um novo e desafiante século. A Urbe ainda tentava se recuperar, no início dos anos 1900, dos fortes dramas provocados pela seca, que lhe rendera a constituição de inúmeráveis campos de flagelados.

Assumindo o poder da capital nesta época transitória, o Intendente Guilherme Rocha, considerado o administrador municipal que mais fez pelo embelezamento e melhoramento da Cidade, estimulou fortemente a mudança de comportamentos e velhos hábitos estabelecendo nova roupagem no ambiente (PONTE, 2010: 39, 40).

Segundo Mozart Soriano Aderaldo (1998: 40), ainda naquele alvorecer de século, mais exatamente no ano de 1903, o gestor ajardinou diversas praças, dentre elas a do Ferreira (1902), a Praça da Sé, a Praça Marquês do Herval (ambas em 1903), a

Praça da Lagoinha e a Praça do Coração de Jesus (BEZERRA DE MENEZES, 1992: 189). Sobre tal reforma dos logradouros, Sebastião Ponte afirma:

“Aproveitando a empolgação com a chegada do século XX, anunciado como tempo de redenção humana pelo progresso científico e tecnológico, o poder municipal procedeu, entre 1902/1903, ampla remodelação das três principais praças da capital - a do Ferreira, a Marquês do Herval e a da Sé - inauguradas com muitos festejos. Nelas foram introduzidos canteiros de flores (“verdadeiros jardins de fadas”), “avenidas”, cópias da estatuária grega, vasos importados, chafarizes e amplos pavilhões para a ocorrência de retretas, patinação e ginástica.” (PONTE, 2010: 42)

Dentre os equipamentos instalados pelo gestor despontaram o “Jardim Sete de Setembro”, fixado à Praça do Ferreira, o “Jardim Nogueira Acióli”, instalado na Praça Marquês do Herval, o “Jardim Pedro Borges”, ou “Jardim Caio Prado”, fincado na Praça da Sé, o “Jardim Bárbara de Alencar” anexado a Praça do Coração de Jesus, e o “Jardim Thomaz Pompeu” alocado na Praça da Lagoinha (AZEVEDO, 1991: 81).

A construção dos jardins acabou descentralizando a prática do passeio para outros logradouros, e possibilitando a inclusão de uma nova arquitetura do “progresso”. Tal remodelação possibilitou o surgimento de novos hábitos, influenciados pelos moldes de “civilização” européia (GIRÃO, 1979: 148). Foi então que o jardim passou a se destacar pelo forte apelo visual na paisagem, servindo como cenário para o aconchego dos frequentadores, estonteados com tamanha beleza natural e paradisíaca³⁵. Esta tão presente e influenciável idéia da implantação de jardins em praças da cidade se disseminou nas cidades mundo afora e se constituiu no contexto europeu do século XVII, momento histórico em que os *squares* residenciais londrinos passaram a privilegiar em seus espaços a arborização e a instalação de jardins paisagísticos.

Destaca-se que na França, as *Places*, como lá eram conhecidas, serviram de modelo para a praça residencial aristocrática, já os *squares* e os *gardens* na Inglaterra passaram a servir como paisagens de poder e prestígio social aristocrático (SUN, 2008: 50-54). O arquiteto Alex Sun, afirma que a partir de 1660, com a construção de *St. James Square* e *Bloomsbury Square*, os *squares* residenciais se multiplicaram na Cidade de Londres, e sua paisagem passou a ser amplamente utilizada por outras cidades. O

³⁵ Assim também eram os jardins particulares da Inglaterra, denominados de *Places*. Tais jardins, eram rodeados por casas burguesas e seus moradores faziam do logradouro, um cenário urbano para deleite particular.

centro do *square*, pavimentado ou ajardinado ao estilo clássico, era geralmente cercado e destinado ao uso exclusivo de poucos moradores. Para Michael Lavrie:

Os jardins dos *squares* eram “símbolos do campo, cuidadosamente emoldurados, representando a aceitação cautelosa da natureza na cidade (...) A porção desejável de natureza dos pequenos *squares* se ampliaria para paisagens mais extensas, delimitadas por novas formas de arquitetura (...) Com a expansão, os *squares* residenciais romperiam os limites da arquitetura e se transformariam em parques públicos. (in: LAVRIE, Michael, Na Introduction to landscape Architecture, 1986: 88-90 et al SUN, 2008: 57).

Em meados do século XIX a moda do *square* residencial ajardinado, disseminou-se pelo mundo, e as qualidades do verde urbano, passaram a ser exaltadas pela química moderna. A tendência arraigada tanto no urbanismo anglo-saxão, como na Paris de Haussmann, propiciava conforto ambiental e redução da densidade excessiva de edificações no entorno das praças. (Idem: 57). A influência que estas propostas urbanas passaram a exercer na qualidade de vida e no aspecto higiênico da população foi reproduzida em outras localidades.

Ao mesmo tempo em que a cidade de Fortaleza, por exemplo, crescia economicamente, novas reformas passaram a lhe orientar a instalação de certos equipamentos e serviços, dentre os quais, as reformas sanitárias voltadas tanto para a “normalização”, como se destacavam para o “reajustamento social e moral da coletividade” (PONTE, 2010: 82). Aderindo a proposta, adentrava-se de vez na lógica da modernidade instaurada pelo capitalismo, e nesse sentido, o conjunto de reformas desencadeada nas praças de Fortaleza no ano de 1903, por exemplo, servirá para compor este movimento de remodelação, que juntamente à construção do Mercado de Ferro e do Teatro José de Alencar, conferiram à zona central da cidade, “um harmonioso conjunto urbano” (PONTE, 2010: 20).

Os edifícios então construídos, inspirados pelo ecletismo arquitetônico em voga no país, constituíram parte de um arcabouço estético e higienizado na cidade (através do estilo *art nouveau* - final do século XIX e começo do século XX), e conferiram ao ambiente, “uma notável unidade formal”. (idem: 48). Unidade esta que foi destruída após 1930.

O Jardim 7 de Setembro, situado na Praça do Ferreira era o mais freqüentado e ocupado pela população. Sobre sua inauguração, o historiador Raimundo Girão pontua:

“A inauguração oficial do Jardim 7 de Setembro constituiu acontecimento do maior relevo. Todo um dia faustoso, enchendo o programa elaborado para marcar o começo daquele “aprazível e remançoso sítio de recreio”. As autoridades, as famílias, a imprensa e o povo comungaram da mesma satisfação.” (GIRÃO, 1979: 129)

Responsável pela reforma, o prefeito Guilherme Rocha converteu a parte central da Praça, num verdadeiro “jardim de encantos”, cercanda-a de gradis e alocando no seu interior, “floridos e belos canteiros rodeados de bancos”. Espalhados pelo vasto piso de cimento róseo, uma série de frades de pedra de lío compunham os quatro lados do logradouro (GIRÃO, 1979: 129).

Durante sua inauguração, nos arredores do florido equipamento, damas e cavalheiros ostentavam seus ricos trajes, de onde eram também proferidos “discursos, tocatas e hinos”. Girândolas de foguetes espocavam, e nas mesas dos cafés, rodadas de comes e bebes eram servidas. Em meio a “saudações de cordialidade”, seguiam-se as “corridas de bicicletas”. Raimundo Girão dá continuidade a sua descrição da seguinte forma:

Ao meio dia, os ribombos de 21 tiros e, à tarde, corridas de pedestres e competições de patinadores. À noite, luminosidade intensa e execuções dos conjuntos musicais do Batalhão de Polícia e da Escola de Aprendizes Marinheiros. Batalhas de confete e fogos de artifício. (GIRÃO, 1979: 129).

Sobre os equipamentos, então majestosos no lugar, também descreve o historiador, atentando para o aspecto da beleza, harmonia e espiritualidade reinantes naquele pulsátil coração da cidade:

A frescura e a beleza ornamental do jardim, aliando-se à alacridade dos Cafés e, agora, às sinfonias das retretas noturnas, espiritualizando mais e mais o ambiente, concorreram para transformar a Praça no mais pulsátil coração urbano. (GIRÃO, 1979: 130).

A respeito da importância que a construção do jardim adquiriu para a Praça do Ferreira, modificando-lhe o antigo e rústico aspecto paisagístico, Girão acrescenta:

(...) o melhor impulso dado ao progresso da Praça do Ferreira foi o seu ajardinamento, em 1902, e a realização daquele Intendente, Guilherme Rocha. Até então, cercada de copadas

mongubeiras, a área da Praça não era revestida sequer de um calçamento tosco. Prestavam-se essas árvores ao mister de postes para amarrar animais, dos comboios que traziam, para os negociantes dali, mercadorias do sertão. No centro, uma cacimba para serventia pública, de cantaria portuguesa, qual novo e mal comparado poço de Jacó, atraindo uma multidão de samaritanas mestiças a encher os seus cântaros de cerâmica barata, entretidas em conversolas de assuntos ingênuos e frívolos. (GIRÃO, 1979: 129).

A “regeneração” das praças, com a introdução destes novos equipamentos, facilitou a circulação de usuários, determinando novas regras de convívio na utilização do espaço público. Nesta nova lógica, foram inseridos nela, equipamentos para a realização de práticas esportivas, e os exercícios corporais passaram a ser incluídos entre os hábitos saudáveis da sociedade “civilizada”, a primar pelo ideal de saúde corporal e urbana.

A medicina social, e suas novas idéias higienistas, tão atuantes nesta época de organização das cidades brasileiras já recomendavam os passeios ao ar livre, as práticas esportivas e o exercício físico do corpo, como fatores de salubridade para a vida biológica e social. Tamanha a força que este tipo de idéia adquiriu, tais práticas começaram a se tornar comuns em alguns logradouros de Fortaleza, os quais já contavam com a indexação de equipamentos específicos destinados exclusivamente à prática do esporte.

As reformas advindas com a instalação dos jardins na Praça criaram novos espaços e funcionalidades para a cidade. Ao demarcar as áreas para a prática de exercício físico, também acabavam incentivando a demarcação espacial de atividades exclusivas das elites, que permaneceram afastadas das classes pobres, problemáticas e ameaçadoras da “civilização”. Sobre esta demarcação nos fala Sebastião Ponte:

Acompanhando os clubes elegantes, espaço privado de lazer burguês, vieram as recreações esportivas – de resto recomendadas pelo saber médico – e praticadas em territórios urbanos conquistados pelas elites da Capital: o skatingrink (1877), patinação no Passeio Público; o byciclette sportif (1900), ciclismo nas praças, e o turf (1895), corrida de cavalos no Campo do Prado, área vizinha ao bairro do Benfica, onde se localizavam grandes chácaras. (PONTE, 2010: 151)

O historiador Luiz Filho também dá destaque à prática dos esportes nestes logradouros privilegiados. Comenta:

Atividades esportivas tinham prática assegurada nas dependências do logradouro (Passeio Público – grifo meu), especialmente a patinação (graças à construção de uma pista adequada, o skating-rink) e corridas de bicicletas. (SILVA E FILHO, 2001: 89)

No sentido de preservar a atmosfera regulada e harmônica das praças remodeladas no ano de 1903, o gestor Guilherme Rocha proibiu a prática do entrudo nestas (que já havia sido proibida em 1893, mas que por força de outros fatores continuou a existir), amainando e evitando estragos e atitudes excessivas no espaço público. Além de disciplinar, embelezar e assear a região central da cidade, os “poderes” e “saberes” difundidos por médicos e urbanistas, interiorizaram na população um conjunto de regras civilizatórias. Para fazer valer tal proposta, os poderes alocavam fiscais da prefeitura para cada praça que havia sido reformada, vigiando e controlando o comportamento dos pedestres e frequentadores. Sebastião Ponte registra:

O embelezamento e higienização dessa área tinha, evidentemente, a finalidade de beneficiar tais setores. Por extensão, limpar e enfeitar as vias centrais conferiam salubridade e segurança aos que nelas residiam, trabalhavam e circulavam. Ali, as elites se resguardavam melhor da ameaça de doenças, além de contar com a agradável visão de praças e jardins bem cuidados e com a proteção de ruas alinhadas (...) (PONTE, 2010: 120)

Alguns anos após as reformas de Guilherme Rocha, mais pontualmente em 1912, Ildefonso Albano assumia a prefeitura da Cidade, preocupando-se e intervindo no alinhamento das casas, no alargamento das ruas, e no ajardinamento da Praça General Tibúrcio (até então um grande areal). É válido destacar que neste ano, a cidade serviu de palco para a revolta popular desencadeada contra os desmandos da oligarquia aciolyana, grupo político dominante que até então comandava o Estado (PONTE, 2010: 53). Como resultado desta insatisfação popular, os revoltosos investiram sua ira contra alguns signos de modernização da cidade, destruindo as estátuas, jarros e bancos que integravam e compunham o espaço da Praça Marquês do Herval, aformoseada em 1903 pelo Intendente Guilherme Rocha. Também não fora poupado pela ira do povo, o Jardim Nogueira Acioly, representação simbólica do poder oligárquico. O movimento representou não só a revolta da população contra os abusos do governo, mas também manifestou o repúdio contra a ordem vigente instaurada na capital (Idem: 55, 56).

Mesmo com o clima de revolta e insatisfação popular, algumas obras foram mantidas por Ildefonso, entre elas, a mais cara e demorada: a reforma da Praça General Tibúrcio. Visando extinguir antigos usos indevidos no logradouro, o intendente demoliu diversos edifícios situados em seus arredores, estabelecendo sobre ela uma nova configuração (GIRÃO, 1979: 250). Sobre tal reforma esclarece Sebastião Ponte:

“Por sua localização, Albano se indignava com o fato de ela ter sido transformada em depósito de materiais e de pastagem para animais. O projeto da nova praça exigiu o recuo de oito casas do lado ocidental do logradouro, medida que o Intendente revela ter encontrado muita dificuldade em negociar o preço das casas com os donos.” (PONTE, 2010: 60)

Como fonte de inspiração para a reforma, Ildefonso vislumbrou os jardins ingleses (*squares*), contratando um jardineiro especializado vindo do Rio de Janeiro exclusivamente para cuidar da organização do jardim, composto de árvores nobres como cássias imperiais, jacarandás, casuarinas, araucárias, painas, palmeiras, além de flores e outras plantas ornamentais. Deste equipamento, Albano retirou um gradil de ferro, substituindo-o por uma “balaustrada artística, encimada por combustores (49 peças que o tornaram o “logradouro mais bem iluminado da cidade”), jarros bronzeados e 3 estátuas de animais (“sugestivos grupos de bronze constituídos por figuras de um leão, uma leoa e uma serpente”). Além disso, dotou o ambiente de um “coreto, bancos importados.” (PONTE, 2010: 60, 61)

Durante a década de 1920, várias intervenções urbanas aformosearam a paisagem da Praça em Fortaleza, através de expressivas obras públicas e privadas. Dentre estas, é importante citar a inauguração do Parque da Liberdade, reformado em 1922 por Albano que dispôs uma nova estrutura para o logradouro, dotando-lhe com um “cerco de gradil de ferro, muros de alvenaria de estilo colonial, grande portão de entrada com azulejos portugueses”, e alocação da estátua de um índio quebrando seus grilhões (situada em cima do portão principal) (PONTE, 2010: 64; GIRÃO, 1979: 250).

Alguns anos após, já na gestão de Godofredo Maciel, mais especificamente entre os anos de 1924 e 1928, ampla reformulação foi realizada na Praça do Ferreira. O projeto, intensamente influenciado por fatores higiênicos, estéticos e racionalizadores, organizou a circulação de pedestres, bondes e automóveis no logradouro. Conforme o prefeito em exercício, algumas alterações físicas no ambiente da praça foram necessárias, entre elas: o rebaixamento e substituição do piso, recuo de 5 metros do lado

norte para maior facilidade do trânsito, instalação de abrigos e salva-vidas, implantação de duas alamedas de 5 metros por toda a extensão da praça (situadas entre a Avenida 7 de Setembro e os salva-vidas), alocação de 7 canteiros e a construção de um amplo coreto.

Além do valor estético, a obra na Praça do Ferreira rendera “ótimos” ganhos tributários para o fisco através da cobrança de taxas aos automóveis que ali passaram a estacionar (PONTE, 2010: 64, 65). Nesta mesma reforma, fato marcante ocorreu com a derrubada do “Cajueiro Botador”, vegetal de extrema importância para a vida cultural do logradouro. A árvore, considerada símbolo, era referência para a prática de eventos folclóricos, realizados tradicionalmente aos dias 1º de abril, quando debaixo de sua copada, era escolhido o maior “mentiroso” da praça. O historiador Juarez Leitão nos dá ciência da importância que o cajueiro adquiriu para os frequentadores da Praça.

Anuncia:

Na reforma de 1920 (executada pelo prefeito Godofredo Maciel) foi abatido o célebre cajueiro botador, também chamado cajueiro da mentira (...) O famoso cajueiro era um dos pontos prediletos dos conversadores de todas as tardes que, sob sua copada, se reuniam para tecer futricas. Poetas liam suas produções satíricas e, na Semana Santa, o testamento do Judas. No Primeiro de Abril, Dia Internacional da mentira, havia grande movimento na Praça. É que se cumpria a tradição do Concurso de Mentiras, quando a população escolhia o maior potoqueiro, o campeão absoluto na caprichosa arte de surrupiar a verdade. Uma urna era posta debaixo do cajueiro ou no Palacete Ceará e durante todo o dia procedia-se a votação em meio a grande algazarra dos poetas, estudantes, comerciantes, caixeiros, filósofos de ocasião e vagabundos em geral, enquanto a banda de música executava dobrados, polcas e maxixes. À tardinha, era proclamado o resultado num grande cartaz afixado no tronco da árvore: O Potoqueiro-Mor é o fulano de Tal! Com retrato e tudo. (LEITÃO, 2002: 19)

Com a derrubada deste ilustre personagem, a Praça perdia um importante e tradicional componente para dar espaço mais uma vez a chegada do progresso.

1.8. A Praça do Ferreira: praça símbolo da cidade.

Dentre as tantas reformas urbanas empreendidas nesta cidade, é destacável algumas transformações ocorridas na Praça do Ferreira, logradouro histórico que tão bem compôs a paisagem desta dinâmica urbe, revelando-se palco de concretização para as primeiras políticas públicas direcionadas a Praça em Fortaleza. Como mesmo afirma

Juarez Leitão: “Em muitas cidades do mundo existe uma praça-símbolo, e em Fortaleza, a Praça do Ferreira emblema os sentimentos e as emoções do povo. É o coração da cidade.” (LEITÃO, 2002: 15). Para autores como Raimundo Girão, a Praça do Ferreira simplesmente é “o deal da cidade, aumentando-lhe ou diminuindo a quantidade sonora”. Sobre o marco, continua poeticamente Girão:

(...) É o seu meridiano de Greenwich, pelo qual se marcam as suas horas. Na fisiologia da urbe, vale a Praça como um regulador, ao mesmo tempo do sistema sensorial, do circulatório e do vegetativo. Se a estirpassem do organismo urbano, este não mais sentiria, não mais se alimentaria, parava de respirar. Tamanha essa influência diretora, condicionando as ações, a vida, as energias do grupamento.” (GIRÃO, 1979: 123)

No princípio, a Praça era fisicamente um imenso largo, tendo sua certidão de nascimento datado de seis de dezembro de 1842, quando uma lei da Assembléia Provincial autorizou uma reforma no “plano da cidade, eliminando dela a Rua do Cotovelo, para que fosse erguida ali uma praça, a qual seria denominada Praça Pedro II”. (CUNHA, 1990: 154). Sua antiga paisagem de areal contrastava com outras atmosferas que veio adquirindo ao longo dos anos. Sobre sua composição inicial descreve Juarez Leitão:

(...) em 1825, o que nós chamamos hoje de Praça do Ferreira era um terreno arenoso cheio de mongubeiras, castanheiras e pés de oiti, com um cacimbão e um chafariz. Sem iluminação alguma, de noite o lugar se fazia propício para o banho dos jovens, principalmente a rapaziada do Teatro Concórdia na volta dos espetáculos. Todo mundo tomava banho nu e ali mesmo fazia necessidades físicas que os feirantes encontravam no dia seguinte. Uma porcaria. (LEITÃO, 2002: 17)

Há época, o boticário Ferreira já havia se instalado no logradouro, fazendo casa e comércio nas suas proximidades, mais exatamente ao lado da Rua da Palma (atual Major Facundo). Sua botica atraiu para a localidade, grande movimentação de pessoas, que para lá iam “matar as horas” e “conversar sobre a vida pública”. (GIRÃO, 1979: 123). O equipamento acabou servindo para ponto de encontro das reuniões entre os partidários políticos da facção conservadora, também denominado popularmente de “Partido da Botica” (GIRÃO, 1979: 125). Sobre o irradiante burburinho, nos brinda Alberto Galeno:

Os bate-papos na Praça vinham de longe. Pois no tempo em que a prefeitura era chamada de Intendência, o Estado de Província e no País reinavam os testas-coroadas, os avós dos nossos avós reuniam-se no local para discutir, entre outras coisas, política, negócios, literatura, e um mal que não é de hoje: a carestia de vida! Os encontros, no começo, tinham lugar na botica do Ferreira, o primeiro pai dos pobres de que há notícias em Fortaleza. Depois, com o correr do tempo, a botica tornou-se pequena para tanto papeador. Foi quando estes começaram a se agrupar em frente ao dito estabelecimento (...) (GALENO, 1991: 15)

Conforme João Brígido, o estabelecimento do boticário se transformou num “lugar de palestra para quem não tinha o que fazer”, e “para quem quisesse se divertir jogando gamão” (havia um tabuleiro instalado ao lado da calçada). Afirmava o cronista: “sua farmácia estava à disposição dos amigos e a sua proteção não tinha reservas, ainda mesmo em se tratando de crimes gravíssimos de natureza política.” (BRÍGIDO apud GIRÃO, 1979: 90).

O boticário passou a exercer forte influência na câmara da cidade, tornando-se eleito presidente dela em março de 1843, sendo considerado então, o Intendente (posto em que esteve até falecer em 29 de abril de 1859). Naquele mesmo ano, os proprietários das casas que haviam sido condenadas pela lei da Assembléia Provincial, autorizando a iluminação da Rua do Cotovelo e a instalação da Praça Pedro II, negociavam suas indenizações com o poder público. (CUNHA, 1990: 154).

Uma vez no cargo, o Boticário contribuiu enormemente para a desobstrução, alinhamento e aformoseamento das Praças da cidade, arborizando a Praça Municipal e a José de Alencar³⁶, bem como também alocou para elas, dois cacimbões de pedra, com utilidade pública (ADERALDO, 1989: 41). Deve-se a ele, a elevação da Feira Nova a condição de Praça³⁷, ato que propiciou a transferência do centro (convergente então na Praça da Sé e no Passeio Público) para a atual Praça Municipal³⁸, então situada em área erma da Cidade. (Aderaldo, 1998: 29).

³⁶ Antiga Praça da Carolina, e posteriormente Praça Capistrano de Abreu, desaparecida com a construção em seu perímetro do Banco do Brasil, do prédio dos Correios e do Palácio do Comércio. Também conhecida popularmente por Praça da Lagoinha.

³⁷ Antes de Praça do Ferreira, era conhecida por Praça Municipal e Praça Pedro II.

³⁸ Antiga Praça do Ferreira.

Conforme Mozart Aderaldo, o intendente era dado a festas na Praça Municipal, realizando nela o famoso “entrudo³⁹”, carnaval daqueles recuados anos, “e que imaginava mil e um pretextos a fim de chamar a atenção de todos para o logradouro, porque mister se faz lembrar que a “Feira Nova” se localizava, naquele tempo, em mero arrabalde da capital cearense”. (ADERALDO, 1998: 29)

Para Eduardo Campos, a melhor “fotografia” da Praça do Ferreira no século XIX, foi a que fez com talento e sentimento, o escritor Oliveira Paiva em seu romance “A Afilhada”, dando-nos idéia do “significado de seu espaço verde agitado pelos ventos, e da contribuição anônima dos que ali compareciam, entre eles vendedores, compradores, e simples espectadores dos dramas da urbe.” (CAMPOS, 2002: 7). Sobre a praça, o escritor naturalista Oliveira Paiva nos apresenta o seguinte contexto:

Os moleques e as crioulas agrupavam-se em torno do liso cacimbão de pedra lioz, no meio da área, e enchiam os potes e canecões no chafariz da Water Company, um quiosque de ferro miudinho e bem acabado. Algumas cavalgaduras cochilavam, presas pelo cabresto aos frades de pedra, no perímetro. E mais uma porção de minuciosidades na harmonia do quadro... (Manoel de Oliveira Paiva in: CAMPOS, 2002: 25)

A praça destes tempos era constituída por lojas e agitados comércios. O casario que compunha sua paisagem era pintado “variegadamente as cores dos reclames das lojas de molhados.” (CAMPOS, 2002: 24). Sobre o cotidiano que ali reinava, fala-nos Eduardo Campos:

Ao longo da Rua da Palma, espalhava-se uma alegria vespertina, desde a sombra que bordava a frente, ainda tinha tinta de sol, das casas do nascente, até à meninada, a rodopiar nas calçadas, e ao homem de ganho caminhando meio ébrio, com a biquara ou pedaços de miúdos pendurados no dedo, com o molho de coentro. Mas, o próprio asno chagado pelos arreios, arrastando a carroça, o próprio cavalo ossudo com a dura

³⁹ *Introitum*- entrada da quaresma. É válido ressaltar sobre o entrudo que sua prática, desenvolvida na cidade durante as décadas de 1870 e 1880 era caracterizada como uma verdadeira “orgia publica que não conhecia limites para o seu extravasamento” (PONTE, 2010: 152). Consistia na prática de levar baldes d’água às vias públicas para banhar as pessoas. Muitos que resistiam à prática recebiam o batismo, tido como o banho completo. Não restava alternativas e não sobrava ninguém da brincadeira. Sobre o entrudo afirma João Nogueira: “Não se limitavam os vadios daquele tempo o jogar água com cuias, canecos ou ‘chiringas’ de longo alcance: empregavam igualmente alvaide, pós de sapatos, zarcão e farinha de trigo em pó ou em papa. (...) Invadiam as casas de família onde não respeitavam nem a quem estivesse doente na camarinha. A estes, porque não podiam molhar, pintavam as faces com zarcão e sujavam roupas e redes com os pós negros.” (NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha. Crônicas. Fortaleza. Edições UFC, 2ª Ed. 1981 (p.141). Em 1893um edital do secretário dos Negócios da Justiça decretava publicamente a proibição do entrudo nas ruas e praças da cidade, com o intuito de controlar os comportamentos em excesso realizados no espaço público.

cangalha a conduzir a carga de lenha, o mendigo mesmo, a chorar a pungência de “esmola pelo amor de Deus”, não tinham a pungência que se notava agora na expressão fisionômica, acerbamente achacada, do desembargador. (Idem: 24).

O local fazia-se “buliçoso” com o “falario dos feirantes, a mostrarem, em altos pregões, a excelência de sua mercadorias, e o dos fregueses a diminuí-la em contrapropostas jeitosas.” (GIRÃO, 1979: 125). Aquela era a Praça Pedro II⁴⁰, com sua atmosfera movimentada pelos mais variados comércios a aquecer seu “status” de mercado.

À praça iam todos, por esses idos, gente já acostumada a comprar às casas de negócio da quadra, e aqueles que, à falta do que fazer na cidade provinciana, vinham matar aí, em seu quadro, as horas, e a tanto a percorrer o passeio, ou a demorar... – o que pareciam fazer todos – conversando na farmácia. (CAMPOS, 2002: 27).

Tão agitado que era, o logradouro, de transformou-se num amplo “balcão de rua”, ou melhor, num “mercado ricamente festejado pelo povo” (Idem: 26). Sua agitação era embalada não apenas pela presença dos quatro quiosques cafés ali instalados, mas também pelo movimento sacudido de passageiros a subir e descer dos bondes da Companhia Ferro Carril do Ceará. Sobre o aspecto público da Praça, Eduardo Campos pondera:

Espaços abertos à comunidade vão-se criando por tantas razões prevaletentes, quais sem dúvida, as de as pessoas estarem desejosas de viver o “outro lado” da casa, elementares procedimentos do quotidiano: fazer comércio, comprar e trocar, e como dissemos antes e agora repisamos, conviver. (CAMPOS, 2002: 21).

Lugar bastante freqüentado e disputado pelos cidadãos fortalezenses, a Praça do Ferreira se transformou num importante lócus de sociabilidades urbanas. Sua vida social se intensificou mais ainda no início da década de 1886, com a construção de um

⁴⁰ A praça do Ferreira obteve variados nomes por ordem de época: Feira Nova, “porque aí se realizavam as feiras semanais, deslocando, assim, o centro da cidade, da Praça da Sé para esse novo logradouro” CUNHA, 1990: 154); Largo das Tricheiras; Praça Pedro II (1842/1843); Praça do Ferreira (1871, já decorrido vários anos após da morte do boticário em 1859); e Praça Municipal. “Além de tais denominações oficiais, era também conhecida popularmente como “Praça da Municipalidade”, por estar localizada em frente ao prédio da Intendência Municipal, onde depois existiu o Abrigo Central, sobre o qual falo mais adiante (Idem: 155).

requintado quiosque de madeira⁴¹, o qual passou a ser chamado de “Café Java”. A instalação do café serviu como porta de entrada para a construção de mais três quiosques na Praça, pontos de encontro badalados e garantidos pela população. Pertencente ao popular Manuel Ferreira dos Santos, vulgo Mané Côco, o equipamento passou a reunir e agregar os intelectuais da época⁴².

Os cafés, “pavilhões de madeira assentados em base de alvenaria, artisticamente construídos, com varandas de ferro, recortes e lambrequins de sóbrio e simpático efeito” enriqueciam o lazer no espaço. Funcionavam até o período da noite, horário em que partia o último bonde da praça. Nos seus interiores, os fregueses, competindo por mesas, tomavam cafés, refrescos, cervejas, aperitivos quentes, comiam “refeições de bom cardápio”, palestravam “assuntos” e contemplavam o “burburinho dos transeuntes”. (GIRÃO, 1979: 127). Também denominados “cafés-restaurantes”, estes quiosques da Praça do Ferreira, criaram um novo contexto e incorporaram novos usos a Cidade.

O mais conhecido e freqüentado dos cafés, era o Café Java, que estava localizado na parte ocidental da Avenida 7 de setembro (situado em frente ao Prédio da Intendência e da Guarda Cívica), e que oferecia para a população, um variado leque de bebidas finas e geladas, tão bem apreciadas e valorizados por seus clientes (CAMPOS, 2002: 35). Freqüentavam o simpático estabelecimento, ruidosos e despreocupados rapazes letrados como Antônio Sales, e ilustres senhores deputados (antes e depois dos trabalhos da Assembléia).

Estimulados pelas conversas empolgantes do café, alguns jovens pilhéricos, entre eles, o mesmo Antônio Sales e Justiniano de Serpa, fundaram em 1892⁴³, o importante movimento literário cearense “Padaria Espiritual” (GIRÃO, 1979: 185).

Como já citado, após a instalação do “Java”, outros cafés, ali também seriam instalados, como o Café Elegante em 1891, que dispunha de dois andares, o Café Iracema, freqüentado pelos sócios da Academia Rebarbativa, esta integrada por intelectuais boêmios da Cidade (José Gil Amora, Genuíno de Castro, Carlos Severo e

⁴¹ Ao estilo dos cafés franceses.

⁴² Os outros três cafés existentes que ocupavam a Praça. Eram, conforme seus proprietários: Café do Comércio (J. da R. Moreira); Café Elegante (de Napoleão F. Pereira); e Café Iracema, (de Ludgero Garcia).

⁴³ MENEZES, Antônio Bezerra. Descrição da Cidade de Fortaleza. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza, Edições UFC – Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

Otacílio de Azevedo), e o Café do Comércio, bastante procurado como casa de pasto (ADERALDO, 1989: 61).

Durante o século XIX, a praça reinou majestosa sob a Cidade. Para ela convergiam grande parte dos eventos sociais e dos rituais da vida pública. Por ela passaram os burburinhos e os prenúncios de mudança da urbe. Conforme o historiador Antônio Bezerra, Fortaleza durante a década de 1890, apresentava a seguinte composição:

Tem 14 praças, algumas devidamente arborizadas, entre as quais distinguem-se a do Marquês do Herval, a dos Voluntários da Pátria, a do Dr. Caio Prado, o Parque da Liberdade com o seu belo jardim, seu ligeiro pavilhão erguido do meio das águas, e a Praça do Ferreira, em cujos ângulos campeiam mimosos bosques, lugares de recreação e de café. (BEZERRA DE MENEZES, 1992: 36).

Juarez Leitão dá ênfase a importância que os cafés da praça adquiriram para a vida cultural de Fortaleza no início do século XX, sendo eles, os espaços de sociabilidade prediletos dos intelectuais. O hábito de frequentá-los, incorporado com mais intensidade pelos grupos literários, fez da praça um ponto de efervescência para a produção de conhecimento. (CAMPOS, 2002: 50). Com a presença assídua e cada vez mais constante de pensadores e críticos, a Praça do Ferreira tornou-se um centro de debates inflamados e de idéias que mudariam os rumos da vida política da Cidade. Eduardo Campos comenta sobre este novo resplandecer das idéias na praça:

...E chegou o novo século (...) Novo conceito de ocupação vem presidir às funções da praça (...) Aquele espírito de emulação política, que se iniciou na botica do Ferreira, cresce, avoluma-se, derrama-se para tomar toda a praça, agora convertida em foro de idéias (...) Esse estado de exercício democrático é mais importante que o sentido de simplesmente vender e comprar. À praça chegam agora, com mais freqüência, as idéias. (CAMPOS, 2002: 36)

Os estimulantes cafés-quiosques da Praça do Ferreira permaneceram firmes e ativos até o ano de 1920⁴⁴, quando então foram demolidos⁴⁵ por motivos de higiene por

⁴⁴ Gestão municipal do prefeito Godofredo Maciel.

⁴⁵ Mudaram-se para um prédio da Prefeitura localizado no lado norte da Praça (Rua Guilherme Rocha). Raimundo Girão afirma: “Refugiaram-se, então, o Java, o do Comércio e o Iracema em Prédios da Prefeitura, no lado norte da Praça.” (GIRÃO, 1979: 129).

Godofredo Maciel, que os retirou por motivos higiênicos estéticos e paisagísticos, vindo a substituí-los pela construção de um majestoso coreto e com a instalação de um amplo piso de ladrilho, alterando sensivelmente a cultura local (CUNHA, 1990: 155). Sobre a retirada dos cafés, comentou magoado Antônio Sales⁴⁶:

“Esta noite, ao sair do cinema, parei defronte dos destroços fúnebres do Café Java, sacrificado à estética da Praça do Ferreira, que é o centro vital de nossa urbes. E nessa contemplação veio-me uma grande tristeza e uma grande saudade. Ali reinou Mané Coco, o fundador dessa instituição popular que era o café, hoje desaparecido.” (SALES, Antônio 1938 in: MENEZES, 1992: 189).

Para Sebastião Ponte os cafés conviveram romântica e harmoniosamente com o pouco e lento movimento de *cabriolets* e bondes puxados a burro então reinantes até finais do século XIX. No entanto já não mais se coadunavam com a agitada atmosfera do logradouro dos anos de 1920, composta de pedestres, automóveis e bondes elétricos (PONTE, 2010: 64, 65).

O fenômeno dos “cafés-assembléias” aos poucos foi arrefecendo, dando lugar a novos usos. Todavia, apesar de tantas transformações, o logradouro conseguiu preservar o hábito peculiar dos bate-papos nos bancos. Propício ao repouso de quem se dirige ao logradouro, é o principal ponto de assiduidade e referência para o encontro, para a prosa despreocupada, para o romance aventureiro ou para quem sabe, a trama de uma conspiração. Em síntese, o banco da praça representa um dos pontos máximos da comunicação pública. E é por isso que na história de Fortaleza, não são considerados apenas meros objetos ou artefatos a compor a paisagem destes importantes logradouros, mas verdadeiros personagens, participantes ativos dos fatos e acontecimento sociais, políticos e culturais, os bancos são verdadeiras instituições sociais e dentre estes personagens que fizeram história, destaco o “banco” do Passeio Público. Localizado em frente à velha muralha do Forte, era assiduamente freqüentado por intelectuais como Raimundo Girão, o mesmo que relembra a seguinte cena: “Éramos, sem exceção, oposicionistas e atuávamos sempre com a idéia de fazer mal ao governo”. Naquele banco, velhos e moços comentavam a vida segundo o “prisma de sua geração”. (GIRÃO, 1979: 186).

⁴⁶ O mesmo que no Café Java deu a luz ao movimento da Padaria Espiritual.

A Praça do Ferreira também teve o seu personagem central, ou o famoso Banco da Opinião, localizado em frente à farmácia Pasteur, o banco, de duplo assento, nascido em 1918, e que tantas vivências concebeu para a Praça reunia todas as tardes (mais especificamente a partir das duas horas) os fiéis “banquistas”, como eram intitulados seus membros. Sobre ele recorda Raimundo Girão:

Super democrático, O Banco. Frequência facultativa, livre opinião, respeito às virtudes e aos defeitos dos outros e pleno direito de falar da vida alheia (...) A projeção e o renome d’O Banco foram enormes, mesmo fora do Estado. Facilitou muito crédito de jovialidade para as tristezas de muitas almas encanecidas. Na verdade, o seu moviemnto bancário excedia bastante à capacidade dos encaixes – aquelas duas taboas que o formavam, de um lado e outro, com um encosto comum. (GIRÃO, 1979: 196).

O escritor Otacílio de Azevedo (1992) se refere ao banco como o seio de Abraão, templo para “velhos respeitáveis” advogados, farmacêuticos, políticos, comerciantes, escritores, poetas, artistas pintores e músicos. Todos os assuntos ali eram abordados, desde críticas às autoridades, até as questões religiosas, sem esquecer o rendoso e apimentado prato da vida alheia. Apesar do movimento assíduo que o banco rendia para o logradouro, uma intervenção realizada pela Inspetoria do Trânsito para a construção de estacionamentos de ônibus, desencadearia sua morte, anunciada durante a gestão de José Walter. Tendo os banquistas desertado dali, restara apenas o nome do velho Banco, gravado nos mosaicos do piso da praça. Sobre sua retirada Otacílio aponta:

Com o decorrer do tempo, aquele seio de Abraão foi-se desfazendo sob o estrepitoso barulho das buzinas agudas e irritantes dos automóveis e a gritaria dos chauffeurs. O progresso sufocava aos poucos, aquelas vozes (...) Com o passar dos anos o Banco desapareceu. Fora instalado na praça do Ferreira em 1918 e foi dali retirado em 1968 (...) O Banco foi mais uma tradição tipicamente de Fortaleza que desapareceu para sempre, engolida em nome do que se convencionou chamar de progresso... (AZEVEDO, 1992: 66).

Tamanha a fama e repercussão que este banco adquiriu no cotidiano da Praça, a população resolvera criar um “outro banco”, que embora não comportasse os mesmos rituais e personalidades anteriores, servia para o encontro espontâneo de seus adeptos noturnos.

Mas foi após a década de 1920 que a vida social da praça ganhou novas proporções com a implantação do Coreto, o “tão famanaz coreto, grosso, acaçapado e desgraçoso que o Prefeito Godofredo Maciel mandara erguer”, para ali se apresentar o concerto das filarmônicas. (GIRÃO, 1979: 132).

O coreto instalado na praça representou dinamismo para a vida política da cidade, funcionando como importante “espaço cívico”. De sua sacada ecoaram vozes pelos quatro cantos da urbe, transformando a praça em espaço de efervescência sócio-cultural, ponto de agregação para os populares. O equipamento reforçou mais ainda a vida política do logradouro, vibrante desde os tempos da botica do Ferreira (CAMPOS, 2002: 37).

Tornou-se ponto principal para a realização de comícios e ajuntamentos de pessoas, agitadas pelos mais inflamados discursos, “propagandas políticas, protestos, incitamentos cívicos, regozijos, estudantadas e também peraltices”. Ao citar a importância que este espaço mantinha, Girão enfoca:

Se fora possível, teria sido indispensável guardar intacto o coreto no silêncio duma sala de museu, como sugestivo atestado de uma época de agitações patrioteiras que se estenderia, no calendário das quarteladas nacionais, desde as intencionalidades goradas de 1922 e 1924 à revolução vitoriosa de 1930. (GIRÃO, 1979: 132, 133).

Em 1933 o intelectual Raimundo Girão assumia a prefeitura, modificando a pavimentação de várias ruas do centro, e substituindo o velho coreto pela construção de uma Coluna da Hora (panóptico moderno). A transformação representou sinal de progresso para a época, inserindo Fortaleza na plataforma do controle temporal, baseado na força do cronômetro. No entanto é importante destacar que durante muitos anos, o tempo da cidade havia sido controlado pela igreja, que através dos estridentes e contínuos badalares dos seus sinos, alertava os moradores para suas responsabilidades diárias, acontecimentos e eventos públicos (missas, procissões, cortejos, enterros, lutos, etc).

O primeiro relógio de Fortaleza fora instalado na fachada da Igreja Matriz, durante a segunda metade do século XIX, o qual passou a registrar matematicamente o tempo do núcleo urbano, embora ainda sob o julgo do domínio católico, “dividindo espaço e prestígio com os habituais sinos das torres da igreja.” (SILVA E FILHO, 2001: 69).

No final do século XIX, Fortaleza adquiria outro relógio, simbolicamente controlado desta vez sob responsabilidade da administração laica, e não mais sob o julgo da igreja, pois agora instalara-se no prédio da Intendência Municipal. À medida que a cidade crescia, e suas relações e instituições aumentavam, a população, aos poucos aderiu aos programas e ditames das horas, então voltadas à autodisciplina individual, a exigir mais “pontualidade” e “precisão” na realização dos feitos diários.

As horas se transformaram em necessidade de primeira ordem, e seu triunfo simbólico prosperou e se consolidou mais ainda com a construção da Coluna da Hora⁴⁷, exposta na Praça do Ferreira ao olhar de todos, tornando-se a grande referência para a marcação do tempo. A partir de então, todos aqueles que queriam ajustar seus ponteiros, para a Praça se dirigiam. Sobre este reinante marco do tempo, o pesquisador Antônio Luiz Filho revela:

Seus ponteiros decretavam a hora oficial do município, e por eles as fábricas, o comércio e os habitantes locais ajustavam seus próprios relógios, como tentativa de garantir a coordenação das atividades urbanas. Erguida no centro afetivo e social da cidade, essa máquina monumento representou a consagração de um ritmo que tendia a se generalizar e acentuar nos anos subsequentes, baseado nos princípios da produtividade, eficiência, regularidade, hierarquia e pontualidade. (SILVA E FILHO, 2001: 74).

A disciplina do relógio também repercutiu na iluminação das praças e logradouros, pois com a chegada da luz elétrica em 1935, a iluminação pública passou a ser acionada pelo tempo do relógio, e não mais pelo tempo da natureza, ou pela intensidade do brilho da lua, quando então os combustores a gás eram poupados para economizar energia, ficando a cidade, iluminada pelo charmoso brilho lunar (Idem: 89). É válido esclarecer que os combustores de gás foram importantes equipamentos alocados na praça pois muito favoreceram os passeios noturnos, disponibilizando uma atmosfera de “clareza” sobre a paisagem “obscura” e “desconfiada” das noites.

Com a inserção destes brilhantes equipamentos, as praças inauguraram seus passeios noturnos, antes inexistentes devido aos “corpos” e “rostos” suspeitos que vagavam pela atmosfera “sombria” da noite. Símbolo de avanço, os equipamentos

⁴⁷ O equipamento seria demolido em 1969, em virtude da reforma encabeçada pelo prefeito José Walter. Nova réplica seria implantada na década de 1990, na gestão do prefeito Juraci Magalhães (SILVA E FILHO, 2001: 117).

foram inseridos na urbe como artifícios da técnica da inventividade científica, sobressaindo-se as irregularidades e fatalismos naturais.

Dentre outras marcas de modernidade fincadas no solo da Praça do Ferreira até a metade do século XIX, é de se destacar a construção do Abrigo Central⁴⁸, erguido em 1946, no lugar do antigo prédio da Intendência. O abrigo estimulou o desaparecimento das antigas áreas destinadas aos cafés tradicionais no entorno da praça, para internalizar novo hábito na população. Por vários anos, foi sem dúvida o equipamento de maior agregação para o logradouro, e conforme adiantou Juarez Leitão:

Em pouco tempo, Fortaleza transformou o Abrigo Central em seu ponto-de-encontro predileto. Por lá passariam todos os tipos humanos de uma sociedade em transformação, dos finais dos anos 40 até meados dos anos 60: artistas, negociantes, políticos, estudantes, poetas de cordel e contadores de anedotas. Na expressão dos cronistas da época, o Abrigo Central era a verdadeira Assembléia do Povo” (Edson Queiroz, um homem e seu tempo- CL-A Comunicações S/C Ltda, 1986 in: LEITÃO, 2002: 10)

Nas palavras de Alberto Galeno, o Abrigo Central destacou-se como parlamento democrático, a agregar gente de todos os tipos. Destaca o autor:

(...)o Abrigo Central, o mais democrático parlamento que se conheceu no Ceará, local por todos preferido para o cafezinho e os debates, freqüentado por gente de todas as classes. (GALENO, 1991: 18).

Tal equipamento, construído pelo prefeito Acrísio Moreira da Rocha, se transformou sem querer numa “Assembléia do Povo”. Nele, a cidade debatia política e “falava da vida alheia”, tomava o velho cafezinho, comia a panelada ou bebia a vitamina dupla na lanchonete do popular “Pedão-da-bananada”. Sobre os encontros nele realizados Vânia Lopes esclarece:

“(…) O Abrigo Central conjugava, de forma significativa, os habitantes da cidade. Os relatos do lugar acenam na direção em que se evoca a expressão “todo encontro, tudo no mundo era debaixo do abrigo”. (LOPES, 2004: 121)

⁴⁸ O Abrigo consistia numa espécie de centro comercial e ponto de ônibus. O equipamento, situado no lado norte da praça era um conjunto de *box's* para venda de discos, selos, livros, cafés, merendas, além de conter armarinhos e tabacarias. Sua estrutura foi demolida durante a gestão de Murilo Borges em 1963/67.

Constituído por várias lojinhas, dentre lanchonetes, armarinhos e bares, o agitado ambiente dava vitalidade à cidade. Para lá iam os deputados que largavam o expediente no Palácio Senador Alencar, onde calmamente tomavam um cafezinho, ou saboreavam as especialidades das lanchonetes que compunham o equipamento. Sobre o abrigo recorda Alberto Galeno:

O principal naquele espaço destinado ao povo era o lazer, o entretenimento, o debate. Era se poder conversar, debater livremente, sem qualquer separação de classe. O abrigo que o prefeito Acrísio mandara construir para os passageiros de ônibus, logo se transformara no local de encontros e debates preferido de todos (...) Com liberdade e igualdade. O Abrigo aproximava as pessoas. Cercado de populares, a distribuir sorrisos e pancadinhas nas costas dos circunstantes. (GALENO, 1991: 42).

Pelo Abrigo, andaram políticos como Paulo Sarasate, Humberto Castelo Branco, dentre outros tantos que compunham o contexto político da época. Alguns se irritavam com a popularidade e a centralidade do equipamento, considerando-o um “aleijão”. Estes reclamavam principalmente da “sujeira” produzida e acumulada no local. Para Alberto Galeno, tratava-se de críticas advindas de “reacionários” que repugnavam o clima democrático e popular do estabelecimento. (GALENO, 1991: 43). Sobre tal edificação, Moreira Campos nos dá a seguinte idéia:

“Era feio (...) Era ponto de reunião, muitos cafés – café expresso, não era mais o café sentado, de banca, mesa e cadeira. Era o café em pé, no balcão (...) Ali reuniam-se os intelectuais (...) políticos; muitos nomes... o que tinham Fortaleza de expressivo passava obrigatoriamente pelo Abrigo (CAMPOS, 1996: 38).

As críticas empreendidas por urbanistas e arquitetos eram variadas, pois ao mesmo tempo em que sua arquitetura medonha tomava espaço da praça, fazia-se ponto fervoroso para o encontro social. Não é a toa que o empreendimento ficou marcado na história da Praça do Ferreira. É de se destacar que durante os anos de 1950, exercia importante papel de “bolsa de valores eleitoral”, pois sempre que se aproximavam os períodos de campanha, o lugar se enchia de candidatos a disputar mandos e cabrestos.

Dentre os vários templos implantados no solo da Praça do Ferreira, o equipamento, foi aquele que mais polemizou por sua verve dinâmica. Prova concreta da passagem, e ponto de transporte urbano (movimento de pessoas a ir e ficar), o

equipamento representou o fluxo, a rapidez e a velocidade, características do final da primeira metade do século XX.

1.9 Nos tempos de chumbo: entre o autoritarismo e reformas tecnicistas.

O clima alegre, festivo e democrático reinante nas Praças da Cidade e principalmente na Praça do Ferreira, veio a ser abalado ao final da década de 1960, através de impactantes reformas, como a que se deu em 1968 implantada pelo prefeito e engenheiro José Walter Cavalcante, que a transformou no que a população batizou de “monstrengo”, descaracterizando totalmente sua paisagem (ADERALDO, 1989: 11; CUNHA, 1990: 156). Tal reforma foi duramente criticada por técnicos e intelectuais. A severidade desta crítica pode ser vista neste trecho citado por Juarez Leitão:

Em 1968 o prefeito José Walter Cavalcante faz a demolição completa da praça e ergue uma coisa esquisita com canteiros altos em forma de caixões, interceptando a vista horizontal de tal modo que, quem estivesse de um lado não enxergava o outro lado. Como era no tempo da ditadura militar, muita gente achava que aquelas paliçadas de cimento armado eram para evitar a aglomeração no centro da praça e dificultar os comícios e mobilizações de protesto. O bate-papo vespertino, os bancos-parlamentares e o convescote dos aposentados...tudo isso finou. Os cronistas e historiadores consideram que o Dr. Zé Walter, querendo ou não, decretou a morte da praça. (LEITÃO, 2002: 21)

A intervenção, guiada por uma concepção arquitetônica e fundamentada sobre pesadas estruturas de concreto, típicas do padrão de urbanismo “desenvolvimentista” dos governos militares, destruiu a antiga paisagem física do local. Outras medidas centralizadoras como esta foram adotadas nas cidades brasileiras durante o final da década de 1960 com o intuito de modernizar as capitais do país, a partir dos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI's), propiciando o controle urbano através de medidas técnicas de intervenção no espaço (LOPES, 2004: 19).

Os discursos midiáticos não poupavam meias palavras, ao citar que a reforma empreendida na Praça, transformava-a “num dos mais bonitos centros urbanos do nordeste”. Entretanto, pelo prisma da população, indignada e desgostosa com a mudança ocorrida, o projeto representava a extinção das sociabilidades reinantes no lugar, como conversas, comícios, protestos, e demais manifestações públicas.

A intervenção de José Walter, extinguiu os “bancos”, adotados como verdadeiros sindicatos e pontos de encontro para grupos de intelectuais e políticos (JOB, 1992). Tal modificação, encarada por muitos, como a “morte da praça”, repercutiu negativamente entre a população usuária, acostumada com a liberdade de expressão antes efervescente. Sobre a mudança na Praça, afirma Alberto Galeno:

Reencontrar velhos amigos. Bater um papo. Tomar um cafezinho no Abrigo Central. Ou, para variar, um pega-pinto no Mundico. A Praça? Sim, buscávamos a Praça do Ferreira! Qual o habitante desta cidade do forte que não se encontra por este ou aquele motivo ligado ao logradouro que nasceu sob o carisma do boticário Ferreira? Mas, onde encontrá-la? Pelos nossos cálculos deveríamos estar no espaço ocupado pela Praça do Ferreira. Mas, onde a Coluna da Hora? E o abrigo Central? Por mais que nos esforçássemos não conseguíamos encontrá-los. O que víamos em seus lugares eram aqueles estirões de cimento armado, de cinquenta metros ou mais, como se fossem jazigos destinados a sepultar gigantes. Um cemitério surrealista com certeza. Fortaleza possuía destas extravagâncias. (GALENO, 1991: 7).

Com a implantação da reforma, os antigos marcos simbólicos que serviam de referência para a população, haviam sido destruídos. As memórias e os antigos usos foram temporariamente sepultados no “cemitério surrealista e extravagante” da Praça do Ferreira, a que nos aponta o escritor. Apesar das mudanças contextuais, a pesquisadora Vânia Lopes (2004) alerta que, embora predominasse uma visão crítica sobre a reforma, o discurso ideológico, disseminado por alguns meios de comunicação, reforçava a intervenção de José Walter como um fator positivo para a vida urbana, trazendo inovações no aspecto paisagístico de beleza, modernidade e humanização (LOPES, 2004: 55).

Conforme a pesquisadora, “a estética figurada pelo concreto, de fato produziu efeitos negativos do ponto de vista da experiência visual proporcionada por aquele espaço” e para seus contumazes usuários, o projeto visava impedir o acesso do povo ao logradouro, proibindo seus ajuntamentos e impedindo a voluntária comunicação entre seus freqüentadores (LOPES, 2004: 22).

A praça, pouco freqüentada, tamanha sua situação de isolamento, mais se assemelhava a um “deserto”. Seus antigos usuários, aos poucos passaram a ser vistos como suspeitos, subversivos e vadios perante as autoridades disciplinadoras, tornando-se vulneráveis às agressões e abusos da polícia autoritária, a serviço do regime

ditatorial. Nada de protesto! Nada de “baderna”! O moderno urbanismo implementado nestes anos de chumbo, compôs uma Fortaleza fragmentada.

Contraditoriamente, durante a gestão de José Walter foram construídas várias praças na cidade. Entre os anos de 1967 e 1968 haviam sido fundadas nove praças pelo gestor, sendo inauguradas durante os anos de 1970 a 1971, mais nove delas, totalizando ao todo, 18 logradouros construídos. Alberto Galeno nos dá indicativos sobre as demais reformas empreendidas nas Praças pelo prefeito:

Alencar deu-nos mais algumas notícias. Disse-nos do sucedido com o Passeio Público e a General Tibúrcio, cercados de grades para que o povo não tivesse ingresso. E, o que era mais grave, com a Praça Clóvis Beviláqua, transformada pela companhia de água e Esgotos numa imensa cisterna. Esse Zé Walter de quem o amigo falava com tanta familiaridade, não havia dúvida, inviabilizara o que Fortaleza possuía de mais atraente: a Praça do Ferreira, a General Tibúrcio, a Clóvis Beviláqua e o Passeio Público. (GALENO, 1991: 8).

Conforme se vê nas linhas acima, além da Praça do Ferreira, outras praças também foram reformadas ao estilo do urbanismo desenvolvimentista da época, dentre as quais as Praças General Tibúrcio, Clóvis Beviláqua e Passeio Público. Através desta intervenção suas arquiteturas foram redesenhadas valorizando suas funcionalidades espaciais, em contraposição aos seus aspectos estéticos.

“No trabalho que vem sendo executado pela administração José Walter Cavalcante ressalta a originalidade da concepção das novas praças a qual se estende aos projetos de reforma dos logradouros antigos. Em toda parte se nota um estilo novo, que se traduz na disposição incomum dos postes e das lâmpadas, na adoção de planos elevados, na escolha de novos espécimes de nossa flora, no desenho dos jardins e na utilização de uma série de elementos ornamentais antes desconhecidos (...)” (matéria jornalística publicada numa edição especial do Correio do Ceará intitulada “Avenidas e parques estão fazendo de Fortaleza uma cidade jardim” Ver: Jornal Correio do Ceará, 08 dez 1968 in: LOPES, 2004: 51).

Esse conjunto de reformas desencadeadas nas praças objetivava dar à cidade a condição de “fórum moderno”. Apesar do apelo modernizador, é inegável que os logradouros mais atraentes haviam sido descaracterizados. A cidade, ao final da década de 1960, já constituía um território repleto de conflitos e contradições e suas “modernas” reformas, escondiam os contrastes e dramas, silenciados pelas intervenções

militaristas e propagandas ideológicas disseminadas nos meios de comunicação. Assistia-se à época um crescimento exorbitante do número de camelôs a abarrotar seus espaços, muitos dos quais migrantes desempregados. A pesquisadora Vânia Lopes transcreve a seguinte notícia do jornal O POVO datado de 30 de novembro de 1968:

“Um trabalho de vulto está sendo executado pela prefeitura municipal de Fortaleza, sob a inspiração de um elevado objetivo: a humanização da cidade (...) Cumprindo fielmente o plano diretor da cidade, o prefeito José Walter Cavalcante ao mesmo tempo que asfalta dezenas de quilômetros de ruas, emprega substanciais recursos na construção e reformas de praças públicas, que são, os pulmões de uma cidade. Quando se completou o primeiro ano de sua administração, o prefeito inaugurou cinco novas praças, enquanto outras tinham seus projetos elaborados pela SUMOV (...) (O Povo de 30 de Nov. de 1968 in LOPES, 2004: 28)

Nesta onda de “humanização”, além de reformadas, foram fundadas mais 18 praças, concentradas nos seguintes bairros: Parquelândia, Jacarecanga, Porangabuçu, Amadeu Furtado, Fátima, Dionísio Torres, Messejana, Vila União, Alagadiço, Mondubim, Jardim das Oliveiras e Conjunto José Walter (CUNHA, 1990). É evidente, pelo contexto revelado, as várias contradições que esta década de 1960 trouxe para a urbanização, incluindo desde suas reformas e modificações no aspecto físico da urbe às insatisfações populares.

1.10. A praça (mal) dita em fins do século XX: a morte das praças?

Nas três últimas décadas do século XX, as praças sofreram profundas transformações impulsionadas pela lógica segregacionista do capital imobiliário, concentrando bens e recursos em áreas privilegiadas em detrimento da escassez e inexistência de políticas públicas voltadas para as áreas periféricas, aumentando mais ainda as zonas de contrastes sociais.

No rol destes espaços, algumas se tornaram precarizadas em termos de infraestrutura. Pouco atraentes ao poder do investimento imobiliário, relegaram-se ao “sucateamento”. No entanto, apesar de fisicamente “desfiguradas” e “descaracterizadas”, transformaram-se em lugares de (re) apropriação, servindo como espaços de morada para população de rua, e lócus de sobrevivência para um grande contingente de trabalhadores informais.

Este contexto de final do século XX propiciou o surgimento de uma praça do conflito social, encarada como lugar das contradições e dos embates. É importante citar, por exemplo, que as antigas praças do centro, antes, “belas” e “enfeitadas”, transformaram-se em sinônimo de “decadência” e “feiúra”, adquirindo um aspecto negativo no discurso dos extratos que antes as ocupavam. É válido ressaltar também dentro deste contexto, que algumas praças, situadas nas “áreas nobres” da cidade, passaram a receber investimentos advindos da Parceria Público-privada, fruto de uma nova política, ao passo que algumas praças da periferia permaneceram “apagadas” e “esquecidas” pelos investidores urbanos.

Praças como o Passeio Público, José de Alencar, Parque da Liberdade, Lagoinha, dentre outras tantas, antes, referências centrais para as remodelações urbanas, transmutaram-se nas duas últimas décadas do século XX em espaço de atividades informais. Sobre o Passeio Público desta época, Noélia Cunha (1990) destaca: “*O nosso Passeio encontra-se hoje com suas belas estátuas mutiladas pelo tempo, sem prestígio, esquecido antro de desocupados e de encontros proibidos pelos bons costumes.*” (Idem: 270). Tais usos “malditos”, encarados com repulsa por setores privilegiados da população, foram responsáveis por transformar a praça em lócus de sobrevivência para novos atores que passaram então a tomar a cena. Lamentando as alterações ocorridas devido a ocupação informal do espaço, em áreas como o Parque da Liberdade, Cunha também expõe:

Infelizmente, porém, as calçadas se transformaram em verdadeiro mercado, onde camelôs vendem de tudo; até peixe é tratado, tornando o ambiente fétido e desagradável. (CUNHA, 1990: 247).

A autora critica a ocupação da calçada do Parque pelos camelôs, novos atores que no discurso aparecem como os responsáveis por transformar o parque num mercado “estranho”, “fétido” e “desagradável”. Esta atmosfera contrastante, de ambiente “anti-higiênico”, rompeu com a antiga harmonia e leveza, reinantes no parque de antigamente. Entretanto, a cena demonstra nas entrelinhas o processo de (re) apropriação ocorrido no espaço, que passou a ser freqüentado por grupos menos favorecidos e por atividades não convencionais, servindo de vitrine para os dramas de uma sociedade problemática e desigual. Revelando as contradições e dramas na Praça Pública, Cunha destaca:

Lá havia de tudo: delinqüência infantil, prostituição, assalto à mão armada etc., etc. Também se estabeleceu o comércio ambulante, vendendo toda espécie de mercadoria: instalaram-se botequins com as mais variadas e anti-higiênicas refeições, num desrespeito à saúde pública, gerando pela sujeira, focos de doenças. Consta até que havia um pé de maconha no canteiro da estátua de José de Alencar, que era colhida e vendida a consumidores, que fabricavam e acendiam a droga ali mesmo. (idem: 217)

Nas últimas décadas do século XX, o Centro passou a ser ocupado por um grande contingente de pessoas vindas da periferia. Suas praças, então antes, voltadas para o ócio da burguesia e das classes altas, e vistas com orgulho pelas elites e governantes, passaram a ser ocupadas por grupos menos favorecidos, deixando de receber investimentos, e encarnando por isso mesmo, o status de espaços “desqualificados”.

É importante ressaltar que durante a década de 1980, os meninos de rua ocuparam o centro da cidade, e a Praça José de Alencar passou a ser um dos territórios preferidos do grupo, ao mesmo tempo em que camelôs, artistas populares, desempregados, prostitutas e uma série de sujeitos “sobrantes” também se apossavam do território (PIMENTEL, 1998: 60).

O antigo Centro, anteriormente repleto de praças ajardinadas, ruas alinhadas e modernas edificações, transformou-se num centro de “abandono”, fruto da falta de planejamento e esquecimento público. A área perdeu sua visibilidade simbólica, dando lugar aos discursos da especulação imobiliária e dos apelativos turísticos centrados nos *shoppings centers* e nas áreas de praia da cidade (SILVA E FILHO, 2001: 44).

Esta canalização de atividades sociais, deslocadas para os espaços privados da cidade acabou demarcando um processo de “privatização das sociabilidades”, canalizando públicos e investimentos para as áreas de modernos centros de lazer e condomínios fechados.

Já inserida na década de 1990 a Praça de Fortaleza incorporava de vez os dramas da urbanização com seus processos de segregação. Incorporando esta nova feição, os logradouros se transformaram em espaços alternativos de escape para as tensões sociais e lócus de sociabilidades não-convencionais. Sobre este novo sentido e uso das Praças Pimentel esclarece:

“A praça propicia a criação de espaços específicos, como guetos, para o encontro de grupos sociais excluídos: os homossexuais, os hippies, as prostitutas, os loucos e participantes de gangues (...) Nesse sentido, a praça aparece na cidade como um espaço alternativo para que se estabeleça uma sociabilidade diferenciada da sociabilidade convencional, é um espaço de resistência que, de certo modo, funciona como “escape” das tensões sociais da cidade, imprimindo na mesma características próprias.” (PIMENTEL, 1998: 10)

No final do século XX e continuidade do XXI, o logradouro passou a agregar uma infinidade de atividades lícitas e ilícitas, redefinindo suas fronteiras entre o público e o privado, e entre o legal e o ilegal. Novos grupos e atores passaram a conviver, competir, dividir e demarcar territórios nestes novos “espaços síntese”. A coexistência entre concepções duais de civilização e não-civilização, moral e amoral, arcaico e moderno, legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, tão presentes nos conflitos que estimularam as reformas urbanas em Fortaleza durante os séculos XIX e XX, tomaram novas formas neste outro milênio, redefinindo práticas, estilos e comportamentos. É por isso que no século XXI, o espaço da Praça de Fortaleza irá incorporar a condição de arena aberta para o convívio, conflito e afirmação da diversidade.

1.11. Estamos no século XXI: entre tribos e diversidade.

Nos anos 2000, as praças incorporaram novos usos, transformando-se em espaços sínteses, palco de manifestações para a diversidade, lugar dos embates e conflitos envolvendo o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo. Alguns destes logradouros específicos incorporaram bem a marca da diversidade, firmando-se como espaços ícones, dentre os quais, a Praça da Gentilândia e a Praça Portugal, ambas transformadas em espaços de convivência e sociabilidades para tribos urbanas (*cybers, clubers, emos, punks, góticos, etc.*).

A primeira destas praças, localizada no tradicional bairro Benfica tornou-se ponto de ocupação preferido do público gay, até então excluído e expulso dos bares e restaurantes da cidade. Já a segunda delas, localizada no coração da Aldeota, passou a ser freqüentada por “emos”, “góticos” e “punks”, também expulsos dos shoppings localizados no entorno. Este breve e resumido contexto de novo século, revela que tais

lugares passaram a receber um público de jovens com posturas efusivas⁴⁹. A pesquisadora Ana Marques, em estudo sobre as sociabilidades na Praça Portugal revela como os seus atuais freqüentadores foram expulsos e impedidos de freqüentar o shopping:

Os freqüentadores contam que, no final da década de 1990, jogadores de RPG (Role Palying Games, ou Jô de interpretação de papéis) e fãs da cultura pop japonesa (otakus) reuniam-se nesses centros comerciais próximos à praça. Seus encontros incomodavam os comerciantes por ocuparem as mesas das praças de alimentação. Diante da pressão dos serviços de segurança dos centros comerciais, esses grupos foram aos poucos migrando para a Praça Portugal, sem cortar os laços com os shoppings. Assim, segundo relatos de antigos freqüentadores, teriam ocorrido as primeiras iniciativas de ocupação da Praça Portugal no início dos anos 2000 por jovens da geração shopping Center. Eles passaram a desafiar o intenso tráfego de veículos e recuperar o local, que tinha então poucos visitantes. (MARQUES, 2010: 32).

Percebe-se que Praça Portugal acabou assumindo a marca de espaço alternativo e de “liberdade”, condição esta reforçada mais ainda pelo fato de se posicionar livre de olhares censores e vigilantes, tão presentes nos claustros privados dos *shoppings*. Aos poucos a praça passou a ser disputada pelas tribos urbanas como espaço ideal para a realização de trocas materiais e simbólicas, servindo de arena para: vivências de liberdade de ação e expressão; realização de escambo ou comércio paralelo de bens simbólicos; confronto entre diferentes estilos juvenis; e estreitamento de laços de amizade. (Idem: 98).

Assumindo também papéis semelhantes a estes, a Praça da Gentilândia despontou, entre anos 2004 e 2008, como cenário aberto para a exposição da homoafetividade e afirmação da diversidade sexual. (VIANA, 2009). O confronto entre práticas tradicionais, experimentadas pelos antigos usuários da praça, e as atitudes modernas, adotadas por jovens homossexuais, intensificou-se, ocasionando conflitos de grande repercussão na cidade (VIANA, 2009: 16, 17).

Dessa forma, o logradouro se transformou numa comunidade local móvel, onde jovens homossexuais passaram a manifestar suas preferências, atitudes e pensamentos,

⁴⁹ Os freqüentadores destas praças chamavam atenção dos que por ali passavam por seus vestuários excêntricos, chamativos e por suas posturas diferenciadas. Estes mesmos freqüentadores passaram a utilizar a internet como ferramenta para ampliar as sociabilidades desenvolvidas na praça.

num processo de afirmação democrática. A pesquisadora Waldiane Viana (2009) que estudou os conflitos na praça explica esta condição assumida pelo lugar. Esclarece:

“Enquanto a Praça João Gentil estava em reforma, a Praça da Gentilândia começou a emergir espontaneamente como um *point* LGBT promovidos por meio de contatos feitos na internet. A cada sexta-feira, o número de freqüentadores homossexuais aumentava. Esses jovens, em sua maioria menores de idade, não podiam freqüentar bares e boates, e viram na Praça um local onde poderiam encontrar-se e expressar a sua orientação sexual com mais liberdade. Foi um acontecimento que proporcionou o aumento do número de pessoas a cada Sexta-feira. O público gay que já existia na Praça foi crescendo a cada semana.” (Idem: 37)

É perceptível o limitado acesso que esses grupos homossexuais têm aos espaços públicos, de tal forma que a Praça da Gentilândia acabou surgindo como alternativa de espaço livre para a manifestação das diferenças e como ponto de encontro alternativo, dada a restrição moral imposta nas áreas privadas da cidade aos homossexuais. É importante destacar que apesar do caráter livre que este espaço assumiu, o confronto entre valores e estilos, transformou a Praça num campo de conflito violento marcado pela intolerância ao diferente. No entanto, ainda com os conflitos evidentes nas veias abertas desta praça da diversidade, tais novos usos a (re) significaram como espaços das manifestações democráticas.

1.12. A reinvenção das praças sob diferentes signos: da mercantilização à ágora.

Em estudos recentes sobre a urbanização e arquitetura das Praças, o pesquisador Alex Sun (2008), demonstrou que o convívio social neste espaço está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso voltados ao logradouro. O estudioso chamou atenção para o fato de que a maioria das praças contemporâneas, encontram-se em situação “tão deplorável, que podem ser consideradas “anti-sociais”, ou mesmo, “anti-praças” (Idem: 126).

Apesar desta descaracterização explícita sofrida nos últimos tempos, a praça incorporou novos usos e funções, alternando modelos comuns e propostas idealizadas. Nesta nova caracterização, a praça, então modelo “síntese”, acabou suscitando a

convivência simultânea entre a contravenção e a normalidade, entre a segurança e o perigo.

A exaltação de modos de vida atrelados ao consumo na vida contemporânea afastou os indivíduos dos contatos “arriscados” e poucos “seguros” nos espaços abertos da cidade. Por esta ótica, o múltiplo e diverso passou a representar sinal de “perigo”, e o público, a encarnar o sentido de “periférico”, lugar possível da “baderna”, da “marginalidade”, dos usos “desviantes”, e das ações “criminosas”.

Ao passo que este espaço público adquiriu a alcunha de “maldito”, os espaços privados com seus muros de isolamento, assumiram um status de lugar da proteção e de seara imune ao “risco”. Espaços públicos como praças, bosques, passeios, calçadões, mercados, feiras e calçadas, estimulados por tais mudanças nos comportamentos individuais e coletivos passaram a competir com os espaços privados da cidade, como praças de alimentação (dos shoppings), condomínios fechados, clubes, centros de convenções, supermercados, casas de *shows* e parques temáticos.

Dentre tais empreendimentos urbanísticos privados, um merece amplo destaque pela centralidade que adquiriu na vida urbana, e por melhor expressar a (re) invenção privada da praça. Refiro-me ao *shopping Center*, criado no começo da década de 1950 nos Estados Unidos, mas que se expandiu pelo mundo como tendência de consumo. De início o equipamento era caracterizado como um conjunto de lojas implantadas em volta de um pátio ou jardim a céu aberto, e com o passar dos tempos se disseminou sob várias tendências, sendo capaz de recriar a natureza por meio de fantasias ambientais, evitando aspectos negativos da cidade, tais como sujeira, congestionamentos e pobreza. Tido como espaço festivo controlado, e ao mesmo tempo lugar afastado do cotidiano, o shopping incorporou a lógica do parque e do refúgio (SUN, 2008:106, AUGÉ, 1994).

A partir de 1955, ao incorporar novas demandas de conveniência, incorporou a característica de recinto fechado e climatizado (SUN, 2008: 99). Tal projeção arquitetônica, impulsionada pela valorização dos atributos da vida privada sobressaindo-se aos aspectos da vida pública, reforçou os significados do espaço doméstico, recriando a vida urbana dentro de seus próprios domínios. Apesar do aspecto inovador, é notório observar que nestes novos recintos, a multidão, mesmo variada e diversificada se tornou pré-selecionada conformando-se com a ordem estabelecida pelo ambiente numa congregação coreografada e momentânea de gestos e atitudes.

Neste ritmo de mudanças vê-se que, as praças foram então (re) inventadas e introduzidas para dentro dos shoppings e centros artificiais de convívio, assumindo a posição de “praças de alimentação”, ou “praças tematizadas de supermercados, centros de lazer, comércio e condomínios”. Dispersas na cidade do consumo, transformaram-se em praças de mercado e de comércio global, oferecendo sensações variadas de “prazer”, para além do embate cru, oferecida pela praça pública imersa na diversidade extasiante e no confronto de idéias, gestos, posturas e atores.

Nestes espaços (re) apropriados pelo capital privado, não há o barulho contagiante das manifestações políticas, nem as abordagens “invasivas” de estranhos a sondar o alheio, muito menos a possibilidade do assalto, da agressão, ou da abordagem equivocada, mas sim, um desentendimento sinfônico de falas e gestos controlados por câmaras vigilantes, a expulsar e expurgar comportamentos desviantes sob verdadeiros simulacros.

Tomados por uma atmosfera de “fantasia” e “sonho”, os usuários deste espaço, respiram um ar-refrigerado e fragrâncias dispersas por lojas de luxo. Alheios a paisagem, contemplam árvores e plantas de plástico a compor uma paisagem artificializada. Nesta distinta praça, não há a agitação da feira, a empolgação dos comícios inflamados, a euforia dos circos, nem as apresentações teatrais de atores cotidianos, muito menos, a “incômoda” e “vibrante” voz de vendedores e desocupados de plantão. Nesta praça de vitrine, com certeza não há a estridência verbal dos loucos, prostitutas, mendigos, assaltantes e “marginais” que compõe a cena real da cidade pública.

Alex Sun (2008) reforça a idéia de que o novo urbanismo privatista reforçou a prática isolada do consumismo, levando “o mundo do *shopping center* a tornar-se o próprio mundo” e produzindo praças sem cidades⁵⁰. (Idem: 101). Capazes de transformar o cotidiano, o vernacular, e o popular em verdadeiros “espaços ilusórios”, a artificialização do urbano transformou as cidades, em espaços de marketing, ou “cidades espetáculos” voltadas para a acumulação de capital privado (SANCHEZ, 2001; 2007). E nesta vertente, cada vez mais afastadas dos conflitos reinantes da vida de uma cidade real, as praças privadas, tornaram-se vitrines e palcos de vida idealizados (Ibidem, 2007: 28).

⁵⁰ É importante reconhecer que as praças na cultura latina, ao contrário do que ocorre nas cidades americanas, não são áreas exclusivas de recreação, mas espaços públicos articulados ao tecido urbano (Idem: 30)

Conforme a pesquisadora Sharon Zukin (2000), os espaços privados (centros de lazer, shoppings, parques temáticos, cidades revitalizadas) passou a alimentar a comercialização da fantasia, estimulando as pessoas a vivenciarem uma paisagem onírica em verdadeiras aventuras de pagamentos. (Ibidem: 91-92). Entretanto, em meio a esta profusão de artifícios privados e domesticados, a praça do espaço público ainda resiste, insiste, e respira. Sua natureza política e contestatória, ainda convive com o mercado, com a feira, com o (mal) dito e com o (bem) dito.

Para confirmar esta condição, é necessário retomarmos o contexto histórico nos últimos anos e identificar o amplo “movimento dos indignados” ou “movimento dos imóveis”, contestações populares que se espalharam pelo mundo. A manifestação repercutiu nos mais diversos centros urbanos e fez das praças, seus principais pontos de disseminação.

O movimento, que mobilizou mais de 950 cidades, espalhadas em 90 países, lutou contra o poder financeiro global se posicionando a favor da promoção da justiça social. Seus simpatizantes ocuparam as principais praças e avenidas do mundo, demonstrando um verdadeiro exemplo de ocupação cívica. Dentre alguns destes palcos destacaram-se a Praça Puerta Del Sol (Madri - Espanha), Praça Tahir *Square* (Egito), Praça Zuccotti em Wall Street (Estados Unidos), Praça Marquês do Pombal (Lisboa-Portugal), além de outras praças na Grécia, e em outros países como Tunísia, Síria, Israel, Chile, Uruguai, Inglaterra, Itália, etc.⁵¹ Além de ter resgatado o espaço público como espaço de discussão e debate, o movimento (re) configurou a praça, fazendo-a retomar sua marca de ágora.

⁵¹ As informações inerentes ao movimento foram adquiridas nos seguintes sítios eletrônicos: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/indignacao-e-espaco-publico>; <http://www.outraspalavras.net/2012/01/31/ate-onde-irao-os-indignados/>; <http://www.mundojovem.com.br/entrevista-04-2012.php>.

CAPÍTULO 2 - PRAÇA PIO IX, PRAÇA DE FÁTIMA OU PRAÇA DA 13? METAMORFOSES SOB O SIGNO DO SAGRADO E DO PROFANO EM TEMPOS DE EXPANSÃO URBANA.

Durante o processo de gestação e desenvolvimento do bairro de Fátima, a Praça de Fátima representou sem dúvida, a área que mais se destacou, servindo como palco para a realização das atividades públicas e religiosas do local, constituindo-se como território de dinâmicas e mutações da cidade.

Em verdade, a Praça se transmutou em coadunância com a reconfiguração do bairro, de um espaço urbano eminentemente constituído de casas residenciais, a lócus de especulação imobiliária. Transformado em um dos espaços mais valorizados na ótica da expansão do capital, o bairro de Fátima, nas três últimas décadas, vivenciou um ciclo de mercantilização imobiliária, que hoje, na segunda década do século XXI se faz bastante evidente.

Como signo e elemento central na vida e na identidade do bairro, a Praça passou por diferentes tempos, em ritmos sincrônicos. Nos primórdios era freqüentada e utilizada principalmente por um público constituído essencialmente de moradores do bairro. Com a chegada de novos serviços em Fátima, introduzidos nos arredores do logradouro, públicos e usuários distintos passaram a freqüentar e a também utilizar o logradouro.

Em verdade, tempos diferentes se articulam nas tessituras do urbano, fazendo da Praça de Fátima ou Praça da 13⁵², um local de múltiplos usos e sentidos. De ponto da “feirinha do 13” a espaço de devoção, de lugar do “lúdico” à “lócus do mercado informal”, aos poucos incorporou em seu universo, diferentes atividades e atores, constituindo-a sob diferentes facetas. No decorrer deste capítulo, analiso as metamorfoses desencadeadas no bairro e na Praça, vivenciando suas ambigüidades simbólicas.

Conhecida oficialmente por Praça Pio IX, denominação esta ignorada e esquecida pela memória popular⁵³, o logradouro, cotidianamente conhecido, como Pracinha de Fátima ou como Praça do 13 faz referência direta à religiosidade católica

⁵² Como existem outras praças na Av. 13 de maio, é preferível se chamar Praça da 13.

⁵³ A denominação foi atribuída ao logradouro pela lei 1671/16/12/1960, publicada no Diário Oficial do Município nº 2085/26/12/1960 durante a gestão do prefeito Cordeiro Neto (CUNHA, 1990: 307).

presente no local. A praça, situada de frente a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, é frequentemente utilizada como espaço extensão da igreja, servindo para a realização de eventos e demais atividades religiosas promovidas pelo Santuário de Fátima, bem como também serve de base para uma grande estátua de Nossa Senhora de Fátima.

A denominação “Praça do 13”, sublinha na memória popular, sua localização física aludindo à Avenida 13 de maio, principal via de acesso ao bairro e lócus da tradicional procissão ocorrida aos dias 13 de cada mês, período em que o local se transforma em logradouro de fé e de efervescência comercial.

Ambos os significados nutridos em torno destas denominações, convergem para o universo religioso, num reforço a centralidade que a figura sagrada de Nossa Senhora de Fátima adquiriu no imaginário coletivo do bairro. O embate entre a nomenclatura oficial do logradouro e essa sua (re) significação simbólica marca um primeiro foco de tensão entre valores arraigados à memória do lugar. Embora a denominação Pio IX faça referência a autoridade do papa⁵⁴, reportando ao arcabouço simbólico do catolicismo, tal alcunha não adquiriu tanta visibilidade e importância na memória popular.

Além deste aspecto simbólico, prossigo a escrita, revelando outros embates relacionados às modificações estruturais ocorridas no bairro, enfatizando as sociabilidades geradas na praça. Mostro neste capítulo de que forma o processo de verticalização e crescimento imobiliário de Fátima está afetando as relações e sociabilidades entre os moradores, e modificando completamente suas relações com a Praça.

Para tecer este emaranhado de sentidos múltiplos que envolveram e envolvem a construção histórica do logradouro, utilizo-me da história oral, servindo-me de narrativas e falas de alguns antigos moradores que vivenciaram as várias transformações

⁵⁴Giovanni Mastai-Ferretti nasceu em Senigallia (Itália) e estudou no Colégio Piarista em Volterra, e em Roma. Por sofrer de epilepsia não conseguiu seguir uma carreira militar, tendo seguido teologia e sendo ordenado sacerdote em 1819. Trabalhou nos primeiros anos do sacerdócio no Chile, regressando ao seu país em 1825. Nomeado arcebispo de Spoleto em 1827 e cinco anos depois para a diocese de Imola. Giovanni foi elevado a Cardeal em 1840 e sua eleição para Papa, sucessor de Gregório XVI foi o resultado de uma divisão no conclave entre conservadores e reformadores. Mastai-Ferretti era tido por candidato liberal, e, ao quarto escrutínio, foi eleito. Tomou o nome de Pio IX como homenagem ao Papa Pio VIII, seu antigo benfeitor. Foi coroado em 21 de Junho de 1846. Pio IX escreveu algumas encíclicas e condenou determinadas teorias recém-surgidas como o comunismo e as ações anti-cristãs. Em 8 de Dezembro de 1864, Pio IX escreve a encíclica *Quanta Cura* que criticava abertamente aquilo que era conhecido como a heresia do americanismo: a liberdade de religião, liberdade de pensamento, separação da Igreja do Estado. Por tudo isso, pode ser considerado um conservador.

locais. Suas falas, embora individuais, representam situações contextuais que refletem dinâmicas vividas coletivamente (HALBWACHS, 1990; MONTENEGRO, 1994).

Nesse sentido faço um passeio pela história do bairro, compreendendo que suas interfaces repercutiram decisivamente nas formas de ocupação da praça, pois à medida que novos processos foram inserindo o bairro na dinâmica da cidade, novas dinâmicas e hábitos culturais passaram a influenciar as formas de apropriação do público no logradouro. Esta análise me fez apreender as principais modificações espaciais e culturais ocorridas na Praça de Fátima atentando para o fato de que sua inserção não faz parte de um mero universo segregado e apartado do contexto urbano, mas inspira parte do seu próprio movimento histórico.

2.1. O marco fundador do bairro: a imagem peregrina de Fátima em Fortaleza.

Em inícios da década de 1950, o bairro de Fátima era conhecido como Redenção, nome atribuído a fazenda do Coronel Pergentino Ferreira, então a primeira residência situada no local, instalada nas proximidades onde atualmente se encontra a Rodoviária “Engenheiro João Tomé”. Diferentemente deste, o atual nome do bairro faz alusão a Nossa Senhora de Fátima, e foi adotado em três de setembro de 1956⁵⁵.

O nome homenageia a Santa Católica também conhecida por Nossa Senhora do Rosário de Fátima, designação atribuída a Virgem Maria, que teria aparecido para um pastor e três crianças no ano de 1917, na localidade de Fátima, em Portugal, no dia 13 de maio. O bairro representa atualmente uma forte referência simbólica do catolicismo na Cidade, sediando o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, que em 28 de dezembro de 1952 recebeu a visita da imagem peregrina, a qual desde 1947 havia saído de Cova da Ira, em Portugal, percorrendo diversos países do mundo. O senhor Ednardo Nunes que viveu na região durante o início da década de 1950, narra com detalhes, como era a fazenda Redenção, marco inicial do bairro:

A fazenda ficava bem perto desse quartel aí (Base Aérea de Fortaleza). E eu achava muito bonito quando o trem vinha e fazia “café com pão, bolacha com pão; café com pão, bolacha com pão”. A maria-fumaça já passava. Passava dentro da fazenda! O coronel, que era coronel porque tinha dinheiro,

⁵⁵ Projeto de lei 1072 de autoria do vereador Antônio Fernando Bezerra, sancionado pelo prefeito Acrísio Moreira da Rocha.

mandava parar o trem. Ele mandava fazer biju (tapioca) e uns dez cuscuzes e botava nata por cima dos cuscuzes para os trabalhadores do trem. Maquinistas, tudo, todo mundo para comer. E eu olhando e comendo também... Aqueles paus velhos que não serviam mais para o trem, o coronel pedia para fazer as cercas.” (Ednardo Nunes, 70 anos, mecânico⁵⁶)

O morador retrata uma paisagem bucólica, e rememora poeticamente a passagem do trem. Em ritmos sonoros, compara metaforicamente o barulho da máquina aos elementos de uma vida cotidiana repleta de simplicidade. Retrata com ênfase, o papel e a importância que a figura do coronel agregava, concentrando poder e mantendo fortes relações pessoais com os moradores e agregados da região. A narrativa reforça os fortes aspectos rurais e tradicionalistas do antigo bairro, que nesta época possuía fortes feições de um descampado, transformando-se somente a partir da segunda visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima a Fortaleza, pois sua primeira visita havia ocorrido em 1951 (após já ter percorrido vários países). Nesta visita, as instituições católicas locais se mobilizaram e organizaram uma vasta programação, possibilitando a permanência da imagem em cada uma das paróquias da cidade por um período integral. Conforme Marciano Lopes, a cidade havia praticamente parado para recebê-la. Afirma:

“Se o comércio, as poucas indústrias, os bancos, as repartições públicas e os estabelecimentos de ensino funcionavam, era tudo muito lento, o sentido de todos estava na imagem tão bonita, de semblante tão terno, tão suave, tão doce, que ficava dia e noite à espera da visita dos seus diletos filhos” (LOPES, 1993: 197).

Nas igrejas em que a santa permaneceu, o movimento não parou, seguindo madrugada adentro. Nelas, os fiéis, em revezamento, permaneciam 24 horas em vigília. Tamanha a fé que embalava esta multidão, uma sucessão de milagres começaram a ocorrer na cidade. Marciano relembra: “*Graças e até milagres eram proclamados a cada instante, o que fazia aumentar o clima de forte emoção.*” (Idem: 197)

Nos vários dias em que a imagem permaneceu em Fortaleza, a população viveu o auge de sua fé. Não bastasse esta atmosfera de transcendência e devoção, um imprevisível acidente de percurso veio a abalar o evento, pois num deslize de trajeto, ao sair em procissão da Igreja do Patrocínio, a imagem acabara caindo, e como consequência do deslize, leves ranhuras acabaram danificando sua pintura, tendo que

⁵⁶ Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

ser imediatamente encaminhada para sua terra natal (Portugal), no intuito de ser retocada pelo escultor Guilherme Ferreira Thedim, seu criador. Por conta do ocorrido, um clima de tensão e tristeza abateu-se sobre os fiéis fortalezenses. Lopes relembra o clima de frustração:

“Na população da cidade, uma imensa frustração, uma angústia profunda, uma sensação de perda, de algo inconcluso, um vazio impreenchível (...) As pessoas choravam no interior dos templos, choravam nas ruas, choravam dentro de suas casas” (LOPES, 1993: 197)

Em meio a fatalidade, a cidade mais se parecia com um “Muro das Lamentações”. Entretanto a fé era mais forte, e um sinal de esperança surgira em meio ao desespero, como uma luz no fim do túnel. Tratava-se da notícia de que a imagem regressaria a Fortaleza para dar continuidade à peregrinação, bruscamente interrompida pelo triste incidente fatal. Tamanha comoção e alívio, os devotos de Fátima resolveram homenageá-la, construindo um templo para a santa, instalado no atual Santuário de Nossa Senhora de Fátima. Relembrando o episódio, antigos moradores do bairro contam:

Antigamente, antes de ser bairro, aqui era a fazenda Redenção. Agora o que eu sei também... não sei se foi em 1952, que a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima visitou o bairro. Aconteceu inclusive um incidente: a imagem caiu e quebrou! Daí a idéia de fazerem uma capelinha com o nome em homenagem à devoção a Nossa Senhora de Fátima. Depois veio a ser uma igreja maior, chegando à condição de paróquia, e hoje, de santuário, completando seu cinquentenário. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

O terreno escolhido para a construção do santuário havia sido doado pelo Coronel Pergentino Ferreira, proprietário então da Fazenda Redenção. A construção do equipamento, em homenagem a Fátima, foi o marco fundador do bairro, demarcando, não só a expansão geográfica da região, mas também o fortalecimento da tradição católica em Fortaleza. Nascido sob a égide da santa, o local se transformou num dos espaços de maior referência para o catolicismo na cidade. Sobre a construção do santuário ilustra Marciano Lopes:

“Um cidadão de muita religiosidade e recursos idem, fez a doação do terreno onde deveria ser construído o templo em louvor da Virgem. Num local desconhecido, dentro de uma mata pantanosa encravada entre os bairros do Joaquim Távora e do Prado. A Avenida 13 de Maio, que só ia até a altura do

Quartel do 23° BC, foi rasgada para permitir o acesso até o ponto onde deveria ser erigido o novo templo que teria projeto arquitetônico de Luciano Pamplona (...)” (LOPES, 1993: 197)

Para que a construção do templo fosse efetivada, um movimento voluntário, organizado pelas “Operárias de Fátima” (constituído por mulheres devotas da santa) lançava uma campanha para angariar fundos. Diante da forte mobilização, a primeira etapa da construção do templo terminaria em 28 de dezembro de 1952, quando lançada sua pedra fundamental, inaugurada com a realização de uma missa, encampada pelo então arcebispo de Fortaleza Dom Antônio de Almeida Lustosa. (O POVO, 13 de outubro de 2005)

Responsável pela obra, o engenheiro Luciano Ribeiro Pamplona sentiu bastante dificuldade ao erguer o equipamento, tendo em vista a localização do terreno⁵⁷, situado em área bastante úmida, mais exatamente sob um charco nas margens do Riacho Jaguarnambí, sinuoso rio que escorria por onde atualmente está erguida a Avenida Aguanambi. Apesar do afinco e esforço dispensados, o santuário estava parcialmente construído.

Já tendo retornada a Cidade, a imagem ficara temporariamente exposta na Igreja Matriz de Parangaba, tendo sido encaminhada no dia seguinte para o santuário de Fátima. Conduzida por um bonito e vistoso carro alegórico em formato de concha, a imagem esplêndida, posou triunfal em meio à tamanha expectativa popular. Rodeada por crianças vestidas de anjo, a imagem prosseguia em fervoroso cortejo. Por onde passava, pessoas emocionadas acenavam em clamor e choravam emocionadas. Marciano relembra tal trajeto:

O cortejo religioso, passou em frente à Igreja dos Remédios e dobrou à direita, na Avenida 13 de Maio, rumo à Praça monumental que fora rasgada na mata, em torno da Igreja, para caber todos os fiéis. A procissão, que saíra de Parangaba, às quatro horas da tarde, só alta noite conseguiu ter acesso ao local da concentração, tal o número de pessoas que acorrera àquele desfile de fé. Em frente ao santuário que não fora ainda concluído, estava armado um altar-monumento com fundo de tecido azul celeste o que fazia ressaltar os gigantescos candelabros dourados em forma de mandacarus. (LOPES, 1993: 199).

⁵⁷ Medindo 100 metros quadrados

Seguindo o cortejo pela Avenida 13 de maio, aberta exclusivamente para a condução da santa, uma multidão ansiosamente esperava sua chegada, aglomerada em torno de um pedaço de mata rasgada, onde seria a futura Praça de Fátima. Sobre a inauguração do templo, o cronista apresenta:

“Para assinalar a sagração do novo templo, bem como para marcar a presença da imagem, a Arquidiocese de Fortaleza instituiu o, “Tríduo Nacional de Fátima, nos mesmos moldes grandiosos dos congressos eucarísticos, com divulgação maciça em todo o País, através de cartazes, jornais, revistas e rádio. Colégios religiosos, conventos e agremiações esportivas foram adaptadas para receber os peregrinos. Hinos foram compostos e o arcebispo Dom Antônio Lustosa musicou a “Oração do Anjo”, que juntamente com a popular “Ave de Fátima” mereceu primorosa gravação em disco de cera de 12 polegadas com as vozes do quarteto Pró-Arte (Orlando Leite, Gerardo Parente, Leilah Carvalho e Odete Araújo, o coro da Rádio Iracema de Fortaleza e Orquestra da Rádio Ceará Clube.” (Idem: 198, 199).

O evento ficou marcado na memória de alguns moradores da área, que emocionados, relembram tão peculiar evento. A antiga moradora e líder comunitária Rosira dá seu depoimento sobre o acontecido:

A primeira vez que eu vim pra cá, para o Bairro, eu vim no dia em que a imagem chegou, a imagem peregrina. E eu ainda tava no interior e eu vim de pau-de-arara, vim pra assistir a essa chegada. E uma das coisas que mais me marcou foi isso: a chegada da imagem peregrina de Portugal. Ali onde tem a praça era tudo mato. Estava sendo construída a igreja, o que me marcou bastante foi isso aí. Agora, muito bonito ter a oportunidade de estar ali em pessoa. (Rosira⁵⁸).

Mesmo com a grande quantidade de piçarra estendida sobre aquela região de mata, onde fora recortada a praça, a umidade do terreno dificultou a ocupação cômoda dos fiéis, que ali se aglomeraram, ajoelhando-se em meio à lama. Apesar das dificuldades, nada abalava a fé do povo, fortalecida naqueles três dias de fervorosa festa, representando a primeira atividade social realizada na praça.

O Santuário, erguido em meio ao charco, era considerado o maior monumento arquitetônico do estado do Ceará durante os anos de 1950. Com estrutura extremamente moderna para a época, era composto de linhas curvas, com iluminação embutida em

⁵⁸ Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima (por Hebert Lima), produzido no bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

sancas, aberturas em combogós, terço luminoso na fachada, sendo integrada com a presença majestosa de uma réplica da santa peregrina de Nossa Senhora de Fátima, feita de madeira, em tamanho natural⁵⁹ e esculpida pelo mesmo autor da imagem portuguesa⁶⁰.

A obra veio a ser concluída apenas em 1954, e o santuário, criado oficialmente por decreto em 14 de setembro de 1955⁶¹. Concluída a obra, “promoveu-se o milagre do surgimento de uma nova zona residencial na cidade: a primeira a fazer concorrência com a Aldeota” (LOPES, 1993: 200). Conforme já citado e exposto, nesta época, o bairro era constituído por fazendas e grandes sítios, que após aumento da população, interessada em residir no local, recebeu suas primeiras áreas loteadas. Sobre tais sítios existentes na região, informa-nos o senhor Ednardo Nunes:

Quando eu era menino, isso aqui era só sítio. Tinha o sítio do Eugênio Porto, aqui em frente, que é esse terreno do Alto da Paz, tinha o sítio que chamavam Sobradinho. Aliás, todas as terras que tinham aqui por essa parte eram chamadas de Sobradinho. E a outra parte era o sítio Ubirajara, que se extremava até a área da 13 de Maio, que chegava nas chamadas “terras da Dona Nenê”. Ficavam ali ao lado do 23° BC e iam até do lado do sítio do Pergentino Maia, que ficava onde hoje é a Igreja de Fátima e por trás dela (...) Quando eu comecei a me entender já tinha o 23° BC, mas o 23° BC foi fundado já na época do sítio da Dona Nenê. De onde fica a Luciano Carneiro até encostar a Igreja de Fátima era o sítio da Dona Nenê. Aliás, esse sítio da Dona Nenê veio a trazer o loteamento aqui. A Dona Nenê vendeu a terra ao doutor Almeida, casado com a filha do doutor Acrísio Moreira da Rocha. E o Acrísio nessa época, era prefeito. Aí abriu a 13 de maio, que era a estrada de fazer corrida de cavalo até o ponto chic, onde foi a escola industrial, depois a escola técnica, hoje, CEFET. O esporte do poder era a corrida do cavalo. Era por volta de 1950... Da avenida 13 de maio surgiu o bairro 13 de Maio. E muita gente tem documento ainda com esse nome. (Ednardo Nunes, 70 anos, mecânico, antigo morador do bairro⁶²).

Nos primórdios, constituído por grandes glebas de terra, a região ainda não possuía uma configuração que pudesse defini-la como bairro. No entanto, com o decorrer das décadas de 1960 e 1970, a região adentrou nos circuitos de interesse da

⁵⁹ Doado pela colônia portuguesa do Ceará.

⁶⁰ Informação disponível no sítio eletrônico: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=612714>

⁶¹ O primeiro 13 de maio realizado no santuário ocorreu em 1956 com a realização de várias missas no local. (O POVO, 13 de outubro de 2005).

⁶² Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido no bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>.

então ascendente classe média, que para lá migrava massivamente, constituindo de fato o que passou a ser chamado de bairro de Fátima.

Em pesquisa realizada na hemeroteca do jornal O Povo, constatei a existência de inúmeros anúncios sobre venda de casas e lotes em terrenos localizados nesta região, durante as décadas de 1960 e 1970. Dentre alguns destes anúncios, destaco um que me chamou bastante atenção: vendem-se casas luxuosas com “15 dependências feitas sob *fino acabamento*”. O enunciado deixa explícito o estilo ampliado de residência “bem acabada”, voltada para um público “exigente” e com grande poder aquisitivo. Lembremos que antes mesmo de se tornar bairro, o local já era freqüentado pelas elites da cidade, que para lá se dirigiam no intuito de assistir as corridas de cavalo. A antiga moradora Rosira, em suas memórias, narra elementos que denunciam o status social dos que compunham aquela atmosfera privilegiada:

Quando nós chegamos aqui, não tinha calçamento, a água entrava na porta da frente e saía na porta da cozinha. Pra gente ir pra igreja a gente precisava atravessar um bocado de riacho, tirava as chinelas no meio do caminho, aí lá na frente nós lavávamos os pés e íamos pra Igreja. E depois foi evoluindo, porque já que essas casas eram do bairro aqui, sempre o povo do bairro foi de família... Como é que a gente chama? De classe média, sempre teve essas casinhas por aqui, mas o bairro todo era só casarões, já tinha muitas casas boas logo no começo. Era muita casa, só que só residencial, não tinha comércio. Era um bairro muito bom de se morar, todo residencial. (Rosira, líder comunitária integrante do Conselho de Segurança do Bairro de Fátima⁶³)

Buscando referências na mesma hemeroteca do jornal O Povo, identifiquei um anúncio de 1957 que convocava os moradores da área para uma reunião organizada pela “Sociedade do Bairro de Fátima”, agremiação que já promovia à época, atividades como bingos e festas particulares em clubes sociais bastante visados pela “sociedade” local. Participavam desta agremiação, personalidades como Paulo Sarasate, dentre outros tantos membros “ilustres” que compunham a “sociedade fortalezense”.

O crescimento do movimento religioso no bairro, considerado um ponto norteador para as transformações locais, agregou e aglutinou diversas famílias em torno da tradição católica. Sobre o fortalecimento desta cultura é importante citar que em 21 de maio de 1960 é instalado o Primeiro Conselho da Casa Paroquial na igreja, presidido

⁶³ Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido no bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

pelo Monsenhor Gerardo Ponte e por Mauro Benevides (vice-presidente). A instituição visava reunir os fiéis em torno dos trabalhos da paróquia, organizando os moradores para trabalhar em prol do bairro, unindo-os em torno da religiosidade e do ideal da caridade.

Adentrando nas décadas seguintes, o bairro cresceu fisicamente e se integrou simbolicamente no arcabouço dos valores da tradição familiar e dos ideais católicos apostólicos romanos, pois é inegável que a maior parte dos movimentos e associações locais possuía e possui um cunho religioso, arraigados aos valores disseminados pela igreja de Fátima, instituição que tanto impulsionou a realização de atividades sociais na localidade.

É importante revelar que as transformações e mutações no espaço de Fátima não pararam de surpreender a população, provocando grandes impactos na estrutura da cidade, pois concluída sua fase de crescimento horizontal, dava-se início a um avassalador processo de verticalização da área, impulsionado desde a década de 1980, e intensificado durante as décadas posteriores, principalmente nos anos 2000. Sobre este processo alguns moradores emitem sua opinião:

Futuramente aqui vai ser uma São Paulo, onde só tem prédios e mais prédios e vão se acabando as casas bonitas, aqueles casarões, as mansões, e estão construindo edifícios. Eu acho que o que a gente tá esperando é que haja paz e tranqüilidade para os moradores, que a cada dia está crescendo mais. A população está crescendo verticalmente. (Rosira, líder comunitária integrante do Conselho de Segurança do Bairro de Fátima⁶⁴)

Nós aqui estamos ficando rodeados de prédios, está ficando só a nossa bolinha no meio. E a gente espera que eles não mexam mais com a gente, que o canto da gente é muito bom, gostoso... E que seja mais um aumento na nossa comunidade, mas que não mecha com o nosso cantinho. (Auzerina líder comunitária integrante do Conselho de Segurança do Bairro de Fátima⁶⁵)

Hoje, o bairro tem o metro quadrado mais caro de Fortaleza, por que dizem não ter favela. Uma das explicações que dão, é porque não tem favela. E a última favela que tem, vão derrubar, que é ali perto da polícia. Vão derrubar

⁶⁴ Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

⁶⁵ Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

todinha, porque dizem que é uma avenida e um metrô que vai passar.
(Antigo morador do bairro de Fátima⁶⁶)

As narrativas acima pontuam expectativas e projeções sobre o bairro, definindo-o como espaço dinâmico de transformações. No primeiro discurso a moradora se refere ao rápido crescimento imobiliário que está alterando sensivelmente alguns aspectos da vida cotidiana, como a segurança e o bem-estar dos antigos moradores, o que pode ser percebido implicitamente na expressão “desejo que haja paz” com este crescimento. Tais alterações também estão modificando fisicamente o cenário local com a demolição de “casas bonitas, casarões e mansões”, antigas construções que estão cedendo espaço para a instalação de edifícios. A segunda fala, também bastante enfática, anuncia o crescimento da região, no entanto reforça as qualidades do bairro, sugerindo um tom de ameaça, ao revelar que esta modificação urbana poderá afetar o modo de vida da população.

Já a terceira narrativa exposta, diferentemente das duas anteriores, traz outra visão sobre o processo de crescimento e valorização imobiliária do bairro, decorrente principalmente da “ausência de favelas” que no discurso do morador, acaba sendo um aspecto positivo, substituindo-as por “avenidas e metrôs”. Repentinamente a paisagem de casas planas, foi sendo substituída por um cenário de edifícios, e o que era o “reino da paz”, foi se transformando numa atmosfera de dúvidas e ansiedades.

2.2. O bairro de Fátima como espaço urbano em mutação na Fortaleza metrópole: reconfigurações de uma praça sob o signo da expansão imobiliária.

O bairro de Fátima atualmente ocupa o 2º lugar no *ranking*, entre os bairros com o metro quadrado mais caro da Cidade, ficando atrás apenas para o Meireles. Sua crescente valorização é decorrente do processo de descentralização, e dispersão de serviços ocorridos na cidade, não mais concentrados apenas em áreas e bairros exclusivos como Aldeota, Meireles, Papicu e Varjota, mas agora espalhados para outras regiões. Conforme matéria a seguir, publicada no jornal Diário do Nordeste, o bairro de

⁶⁶ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

Fátima vem ocupando importante destaque na cena imobiliária de Fortaleza. O anúncio mostra:

“O Meireles continua sendo o local mais valorizado da cidade, com R\$ 4.615,82 por metro quadrado. Em seguida, aparece o bairro de Fátima, com R\$ 3.106,18. O Porto das Dunas, que é considerado bairro da Capital no mercado imobiliário, embora fique no município vizinho de Aquiraz, vem em terceiro, com R\$ 3.084,66. (...) Sérgio Porto, presidente do Secovi-CE, explica que o Bairro de Fátima, por exemplo, é muito procurado por pessoas que querem morar perto de seus familiares, entre outros aspectos.” FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=623623>

O avanço e o aumento no número de investimentos imobiliários realizados em Fátima são bastante perceptíveis, e muitos dos seus moradores já estão nutrindo opiniões próprias e expectativas as mais variadas sobre este contexto. Na fala a seguir o narrador expõe tal processo de crescimento vivido nos últimos tempos.

Atualmente tão construindo 32 edifícios no bairro de Fátima. Nós estamos imaginando que em pouco tempo aqui fique uma verdadeira selva de pedras. Só concreto! Eu acho que vai ficar um bairro todo verticalizado. Muito trânsito, pouca ventilação! Inclusive, atualmente é o 2º metro quadrado mais caro de Fortaleza. Só perde pro Meireles. Também tem influência da Igreja de Fátima! Além de ser um bairro estratégico, é um bairro bem localizado, porque aqui fica perto do centro, próximo a Aldeota. Não é longe da Parquelândia, daquela região do Montese... Então, isso tudo tem um ponto positivo. E a devoção do povo por Nossa Senhora de Fátima. Por que como nós sabemos, e isso já foi dito por vários padres, a padroeira nacional é Nossa Senhora Aparecida, mas em todo Brasil, a nossa senhora de maior devoção, é nossa Senhora de Fátima. Isso é em todo Brasil! Você imagina numa cidade, um bairro que além de estar bem localizado, tem como padroeira, Nossa Senhora de Fátima?!. Aí todo mundo que morar em volta. O preço tá lá em cima. A especulação imobiliária tá aí gritante. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Ao emitir tal opinião sobre o crescimento espacial do bairro, o morador expõe algumas vantagens, entre elas: a proximidade do centro⁶⁷ e a presença da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, equipamento símbolo já arraigado aos costumes e a tradição católica de Fortaleza: “*todos querem morar em volta da santa*”. As homenagens concedidas a Nossa Senhora de Fátima faz parte do calendário oficial da cidade, e por conta disso, todos os dias 13 de cada mês, o bairro recebe um grande contingente populacional, atraído pelas missas, feiras e procissões.

⁶⁷ Área comercial de alta procura devido a grande oferta de serviços oferecidos à população.

A religiosidade católica e a presença sagrada do santuário, agregam valores simbólicos à região, atualmente procurada por devotos. Entretanto, ambigualmente, para o mercado imobiliário, o lugar é “estratégico”, pois permite ao morador suprir necessidades de deslocamento e acesso facilitado a muitos serviços urbanos, tais como comércios, hospitais e instituições de ensino. Esta condição não é diferente do que foi exposto acima pelo morador, que vivencia no cotidiano as transformações decorrentes destes discursos.

A “verticalização desenfreada”, intensificada com a construção de enormes blocos de apartamentos, tornou-se queixa comum e sério problema para os moradores, que criticam ferozmente a iniciativa dos setores da construção civil. Para eles, as construtoras, extrapolam limites, trazendo problemas, como a intensificação do trânsito e a redução da ventilação na área.

Eu acho ruim esse crescimento do bairro, principalmente por causa do trânsito. De vez em quando essa minha rua (Sebastião Leme) fica completamente interditada durante umas duas a três horas. Tanto no início da manhã, como no início da tarde. A 13 de maio deixou de ser lá e passou a ser aqui em frente de casa. É transtorno de barulho, de poluição, de tudo. Imagine com mais 42 prédios construídos nesse bairro, como é que não vai ficar?! E na maioria, são prédios de 20 andares. (Antigo morador do bairro de Fátima⁶⁸)

Além do problema ambiental, agravado pela carência de áreas verdes, o bairro de Fátima atualmente, também enfrenta alguns outros inconvenientes, dentre os quais: saturação e engarrafamento do trânsito, barulho e poluição sonora para os moradores, aumento da temperatura, escassez de ventos, redução de áreas para estacionamento, entre tantos outros. A fala da antiga moradora Rosira é emblemática neste aspecto, e serve para esclarecer como se processam as mudanças no bairro, decorrentes desta verticalização. Alega:

Eu sinto falta da tranquilidade, porque antes era tudo tranquilo. Podia até dormir de porta aberta, se quisesse. E depois que a cidade cresceu, que o bairro cresceu muito, aí começou a acabar com as casas antigas e está crescendo verticalmente, fazendo muitos edifícios. Então a gente sente falta do clima bom que era, vinha muito ar puro... ar puro. Por causa dos edifícios faz mais calor, fica mais quente. E ficou com menos segurança. Cada vez que a gente vai evoluindo, a falta de segurança vai aumentando. Porque antes era um bairro tranquilo, não tinha assaltante. Até nessa vila já teve

⁶⁸ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

assaltante, não tinha nada disso. E não é pessoa daqui não, é gente que vem de fora. A gente tem saudade disso, da tranquilidade que havia. (Rosira, líder comunitária integrante do Conselho de Segurança do Bairro de Fátima⁶⁹)

Conforme anuncia, a crescente verticalização impulsionou o aumento da violência, pois de certa forma, o bairro passou a ser afetado pelas contradições decorrentes deste processo. No discurso, Fátima é considerada um lugar “perigoso” e cada vez mais “quente”, distante do ideal de “tranquilidade”, existente nos tempos passados. Apesar do alto retorno financeiro, gerado para o mercado pelo setor imobiliário, houve uma sensível perda na qualidade de vida e no estilo de morar para os novos residentes de Fátima, restritos agora espacialmente, em pequeníssimos apartamentos.

Outra coisa que as pessoas daqui se queixam muito, e eu também me queixo, é a verticalização desenfreada. Será que a gente pode impedir uma construtora de construir?! Não é isso. É porque poderiam ser menos andares construídos. Todo imóvel que se constrói aqui é de 20 andares. E muitas vezes nem são apartamentos bons, são apartamentos apertados. Essas duas torres aí são até razoáveis. Um diz que é 120 metros quadrados, outros, que é 140 metros quadrados. Mas tem apartamento aqui de 70 e 90 metros quadrados em prédios enormes. Quer dizer: a ganância imobiliária tá falando mais alto! Eles vendem mais apartamentos com menos qualidade, e aumenta cada vez mais com isso o trânsito da região. Porque quanto mais apartamentos, mais veículos no bairro. Isso sem falar que um prédio mais alto vai comprometer mais ainda a ventilação do bairro. O pessoal se queixa muito disso. Além do trânsito ficar muito pior, muito mais acelerado do que se fosse com prédios de menor tamanho. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Dentre os tipos de imóveis mais procurados e vendidos na região, destacam-se os apartamentos, geralmente constituídos por três quartos, dois banheiros e duas vagas de estacionamento na garagem, medindo aproximadamente em torno de 51 a 123 metros quadrados. Cotados a um valor mínimo de 189 mil reais, os apartamentos e casas à venda, também variam de valor. Em média, os apartamentos custam entre 200 e 500 mil reais e integram parte de grandes condomínios, considerados verdadeiros canteiros faraônicos. Esta afirmativa pode ser verificada no anúncio abaixo, feito como publicidade para divulgar a venda de empreendimentos lançados recentemente na região.

⁶⁹ Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

O empreendimento será formado por duas torres, totalizando 176 apartamentos de 52 metros quadrados ou 68 metros quadrados. O grande destaque é a ampla área de lazer, que ocupará 50% do terreno de 4.771 metros quadrados. O lançamento se baseia no Villa Jardim.
 FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=370063>

Conforme pode se observar, as construtoras não medem esforços para a construção de prédios e edifícios, os quais rapidamente são vendidos a elevados preços. O anúncio explica esta dinâmica:

Empreendimento em Fátima

A Moura Dubeux antecipa para maio o lançamento da segunda torre do empreendimento Duetto di Fátima Condomínio Clube, que ficará encravado no bairro de Fátima. O edifício, composto por duas torres, tem um Valor Geral de Vendas (VGV) de aproximadamente R\$ 60 milhões. A decisão da Moura Dubeux foi tomada devido ao sucesso de vendas da primeira torre do projeto, lançada no início deste mês e que já está com 70% dos 88 apartamentos vendidos. Cada uma das torres do Duetto di Fátima tem 22 andares e duas opções de planta: uma com 106,24 m² e 92,19 m².

FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=968569>
 Publicado em 21 de abril de 2011

Conforme se vê na publicidade e nos meios de marketing imobiliário, as corporações investem pesadamente no segmento, e expandem seus projetos para áreas as mais diversas.

Moura Dubeux investe R\$ 200 mi

A construtora Moura Dubeux vai terminar o ano de 2010 com um investimento total de R\$ 200 milhões em Fortaleza. Neste ano, a incorporadora já lançou três empreendimentos: o Parque Amazonas, Jardins e Parque de Fátima, estes dois últimos localizados no Bairro de Fátima; e se prepara para apresentar um novo edifício no próximo mês no bairro dos Guararapes, o Reserva Imperial. A construtora mantém seu plano de continuar investindo no mercado imobiliário do Ceará e já se programa para novos empreendimentos em 2011, seguindo o crescimento econômico do Estado.

FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=883031>
 Publicado em 21 de outubro de 2010

Residencial é lançado no Bairro de Fátima

A construtora Moura Dubeux lança o residencial Jardins de Fátima Condomínio Clube. O empreendimento será construído em um terreno de aproximadamente 9 mil m², no Bairro de Fátima. As duas torres do empreendimento terão 22 andares. Cada pavimento terá cinco apartamentos, constituído de área comum com hall, três elevadores e escada. Nos dois blocos será possível encontrar imóveis com 91,84 m², 73,82 m² e 70,55 m².

FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=871253>

Este processo de verticalização tem modificado a perspectiva dos moradores que passam a se sentir alheios aos rumos “incertos” que nortearão o crescimento do bairro. Vejamos a fala a seguir:

Eu não sei até quanto tempo eu vou poder usufruir disso. Eu gosto muito da minha morada pela localização. Por ser próxima da Praça, que eu acho muito bonita, bem iluminada, e em primeiro lugar, por ser próxima a Igreja de Fátima, onde vou a missa regularmente. Aqui é um bairro bom, por ser um bairro bem localizado. Você tem ônibus por perto e pode ir pra qualquer ponto de Fortaleza. Está cada vez melhor a quantidade de bancos que tem aqui. Nós temos quase todos os bancos praticamente. Temos o banco do Brasil, Caixa, Santander, Itaú, Bradesco. Aqui fica próximo da rodoviária. O acesso ao aeroporto é também muito fácil. Mas eu não sei até quanto tempo eu vou poder gozar desse privilégio, porque por mim eu não sairia daqui. Mas tem certas coisas que não dependem só da vontade da gente. A especulação imobiliária aqui não se compara. Se eu não tiver alternativa? Se essa clínica aqui ao lado for vendida? Eu realmente já fui abordado por uma imobiliária e disse: -olha, eu não tenho interesse nenhum em vender. Minha casa não está à venda, nem eu estou com intenção de vender. Mas eles chegam fazendo proposta. É a jogada deles. Eles juntam e compram um prédio aqui e outro acolá, aí vê que já dá pra construir um prédio. Eu não tenho intenção de vender minha casa não, mas outra coisa é eu ser forçado a vender por força das circunstâncias, porque eu não vou ficar aqui isolado. Mas se tivesse de optar entre permanecer aqui e vender, minha opção seria permanecer. (Antigo morador do bairro de Fátima⁷⁰)

Para este morador, muitas são as “vantagens” concedidas para quem mora no bairro, entre as quais, a proximidade de bancos, a possibilidade de se deslocar com facilidade, acesso a ônibus, bem como a proximidade de equipamentos como aeroporto e rodoviária. A realidade é que neste ambiente, algumas casas, principalmente aquelas situadas no entorno da praça, por exemplo, já estão sendo avaliadas financeiramente a um valor aproximado de dois milhões de reais. Como bem aponta implicitamente a fala acima, a tendência de propostas como estas é continuar a convencer os inquilinos, não propriamente pelo aspecto financeiro ou rentável que o imóvel pode render, mas primordialmente por motivos de “isolamento”, provocados pela transformação da região em área comercial.

A incerteza do morador converge para um forte sentimento de insegurança. Cada vez mais convencido de que nem tudo “depende de sua vontade”, o sujeito passa a encarar as fortes possibilidades de ter que abandonar o local, mesmo que não tenha

⁷⁰ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

vontade ou pretensão para isto: “*se eu não tiver alternativa?*”. Neste aspecto, é identificável claramente, o caráter impositivo com o qual mercado se estabelece, descartando e ignorando os anseios e expectativas do morador.

Numa espécie de jogo de xadrez, os especuladores e construtores avançam e conquistam as peças do tabuleiro, no caso, casas e terrenos que ainda restam no bairro, deixando os moradores “encurralados”, sem qualquer alternativa. Além do mais, identifica-se também, que as regras deste jogo, por não serem claras, tornam-se cobertas por um invólucro de obscuridade.

A especulação adentrou forte aqui no bairro de uns cinco anos pra cá. Uma das explicações é que aqui é um bairro bom pra morar e não tem favela. É isso o que se comenta, mas nós não sabemos o que os administradores das construtoras enxergam aqui dentro, ou seja, o que eles sabem de informação... Hoje é dia 24 de novembro, e faz 20 dias que eu fiz uma brincadeira de contagem dos prédios do bairro. Contei 42 prédios. É muito prédio aqui nesse bairro. Um bairro que era só horizontal. Hoje está totalmente ficando verticalizado. Ali onde era a antiga Betânia na Luciano Carneiro, tem uma Construtora, de um ex-jogador de futebol que está fazendo três ou quatro torres num terreno que é um monstro. São 3 ou 4 torres de 20 andares cada um. Tudo é vinte andares aqui nesse bairro. É um absurdo! Aqui na Visconde do Rio Branco, por trás do EXTRA, tinha um terrenão lá, e eu acho que vão ser construídas também duas ou 3 torres, com 20, 25 andares. Tá lá na propaganda: vendida! Inclusive é uma construtora nova que eu não conhecia. (Antigo morador do bairro de Fátima⁷¹)

O morador foi enfático ao apontar as “segundas intenções”, e as lógicas “não reconhecidas” do setor imobiliário. Para ele nunca se sabe o que “*realmente os construtores estão pensando*” e ou “articulando”. O jogo que parece aberto e visível, possui regras não tão transparentes. Na busca por novos espaços de investimento, tais especuladores e agentes se utilizam de todas as táticas possíveis, a fim de convencer a população. Geralmente, comparecem várias vezes aos locais de moradias, pressionando-os “psicologicamente” e abordando-os insistentemente. Ao conquistar o maior número possível de imóveis térreos, os corretores intimidam e forçam sutilmente os que ainda moram no local a vender seus imóveis, sem quaisquer alternativas de escolha.

Já vieram várias vezes fazer proposta aqui. Perguntam se minha casa estaria a venda. Outro dia eu disse por brincadeira: está! Está a venda. E quanto é

⁷¹ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

que você vende? Eu disse: -1 bilhão. Em dólares. 1 bilhão. Se você tiver um bilhão, eu vendo na mesma hora. É! Porque o cara insistiu tanto... Eu disse pra ele: -não, não está à venda. Insistiu: -não, mas eu faço uma boa oferta. Ai é, já que faz uma boa oferta eu vou dar a minha proposta: -1 bilhão de dólares. Me dá 1 bilhão de dólares que a casa é sua no outro dia. A gente sai daqui tudim! Porque eu disse pra pessoa que não estava a venda e a pessoa falou 1,2,3 vezes. Na terceira vez, encheu o saco. Pois eu vendo: -1 bilhão de dólares. Você quer? Aí também ele foi embora, nunca mais voltou. Já vieram umas três, quatro pessoas. Inclusive já tem uma casa ali fechada, e já foi comprada, que é justamente pra poder comprar as outras. Só que aqui nós temos 2 vizinhos que não vendem. Sou eu, e esse meu vizinho aqui. Nós não vendemos de jeito nenhum. Só mesmo se tiver um cataclisma muito grande pra gente vender essa casa. Já fui informado que ela está valendo uns 2 milhões de reais do jeito que está aqui, com terreno e tudo. (Antigo morador do bairro de Fátima⁷²)

Para além da relação financeira, outros propósitos e valores não tão expressos, também estão em jogo, tais quais as lembranças afetivas que os equipamentos e muros da cidade suscitam (BOSI, 1987), entre elas as sociabilidades nutridas pelos vizinhos e familiares (HALBWACHS, 1990). Conforme está dito na fala, a rejeição e a aliança entre vizinhos, que unidamente decidem “fincar pé” contra as possibilidades de vender seus imóveis, também funcionam como práticas resistentes contra o mercado imposto.

Como já apontado, e dito na fala acima, os atores que especulam, iniciam suas intervenções, comprando unidades residenciais, que serão mantidas fechadas por um longo período. Esta condição acaba interferindo sobre as demais, que de tão isoladas e cercadas que ficam, acabam perdendo sua intrínseca qualidade de imóvel integrado a redondeza.

Tudo leva a crer que pressionados pelas mudanças, e inadaptados a realidade altamente dinâmica e conflituosa da região, antes, um “paraíso de tranquilidade”, antigos moradores estão se mudando para áreas mais afastadas do centro.

O valor dos apartamentos à venda no bairro, dependendo do apartamento e do andar, gira na faixa de 300 a 500 mil, cada imóvel. A pessoa paga um absurdo de condomínio: 500 reais. Tem apartamento aqui que já se paga 600 reais. Outros, pagam mais de 1000 reais, 1500... principalmente as coberturas, os últimos andares. Eu digo isso porque eu tenho amigo aqui morando em cobertura, e a gente sabe o preço de mercado. É 600 reais a faixa média de um condomínio aqui. Eu acho um absurdo! É um aluguel que a pessoa tá pagando. A pessoa compra o imóvel, e ainda paga o aluguel. Eu sei que a construtora Mota Machado tá especulando. Tá construindo prédios

⁷² A identidade do morador foi preservada, garantindo sua privacidade e individualidade.

e não tá vendendo os apartamentos, que é justamente pra valorizar duas, três vezes mais o imóvel. Eles vendem a metade do prédio e ficam com a outra metade pra especular. E a Mota Machado que era a única grande construtora que tava aqui, hoje divide espaço com outras grandes construtoras. Isso tudo vem de uns cinco anos pra cá. A colméia já está adentrando, a SW, tem também a ENGECON, que está por trás da Igreja... (Antigo morador do bairro de Fátima⁷³)

A valorização da área, conseqüentemente leva ao encarecimento do imóvel e a elevação das taxas de condomínio. A manutenção de apartamentos vazios estimula o aumento na procura e incentiva a elevação de valores ofertados. No discurso acima, o narrador faz referência a duas torres de apartamentos em construção, localizadas na Avenida Luciano Carneiro, denominadas “Parque de Fátima” e “Jardins de Fátima”, ambas, verdadeiros complexos residenciais empreendidos pela corporação privada Moura Dubeux, constituídas cada uma por 22 andares (de oito apartamentos), erguidas num terreno que mede aproximadamente 16.500 metros quadrados. Como se vê no anúncio publicitário a seguir:

“Um bom futebol com os amigos, um mergulho na piscina, um churrasco pra acabar com a dieta, e uma sessão de fitness pra recuperá-la. As melhores opções de lazer na hora que você quiser e no conforto da sua casa. Jardins e Parque de Fátima, condomínios com conceito e estrutura de um verdadeiro clube, com apartamentos de 2 e 3 quartos, em 4 opções de plantas, pra você viver com todo o conforto e lazer. Venha visitar os apartamentos decorados e se encante”. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=NWr-KVzIm6M&feature=related>

Em empreendimentos como estes, o cliente é confrontado com o apelo fetichista do “poder usufruir das melhores opções de lazer”, na “hora que bem entender”, sem vivenciar os desconfortos imprevisíveis, característicos da vida pública, ou até mesmo os inconvenientes e conflitos típicos da realidade urbana. Cercado por estas novas possibilidades, o novo morador de Fátima vive socialmente nos limites do condomínio, construindo sociabilidades, muitas vezes distintas daquelas relações de “rua” e “vizinhança” nutridas principalmente pelos antigos, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, períodos estes em que as residências planas ainda predominavam no local.

Os anúncios e apelativos de marketing, que intentam convencer e ampliar cada vez mais o número de clientes instauram uma atmosfera artificial, estimulando

⁷³ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua privacidade e individualidade.

mudanças irreversíveis nas sociabilidades locais. Aqui, o bairro “ideal” ou a “moradia perfeita” se casam num pacote que tem como parâmetro uniforme a idéia de “tranqüilidade” e “conforto”, dois atributos que contemplam o conceito de “completude de vida” :

“Não há nada melhor do que ter a sensação de estar em casa e ter tudo por perto. O Bairro de Fátima é assim e vai ficar ainda melhor. Chegou o Vitral Residencial Clube 3 quartos, suíte, varanda, vários itens de lazer e as vantagens de um bairro completo com toda a estrutura que você gosta e precisa. Vitral Residencial Clube, tudo no seu lugar. Mais um lançamento da Diagonal Rossi” (Vídeo publicitário exposto na televisão e atualmente disponibilizado no sítio eletrônico: <http://www.youtube.com/watch?v=f1vUqs7dal8>)

Os anúncios, diretamente, sugerem o que seja “morar bem”, carregando significados próprios de conforto, segurança e boa vivência, atrelados sempre a serviços de lazer e infra-estrutura. Jargões e expressões do tipo: “*Um lugar onde se divertir faz parte da rotina*”; “*Existem muitos motivos para ser feliz, seja!*”, já são frases bastante comuns e servem como estimulantes subjetivos para quem procura viver numa cidade “aparentemente” bela e perfeita:

“A SM Incorporações lança hoje no mercado imobiliário o Condomínio Espaço Jardim, no bairro de Fátima. “O objetivo é proporcionar aos moradores um lar aconchegante e funcional, com qualidade de vida e segurança, que é o que as pessoas mais buscam hoje em dia”, sintetiza o diretor-presidente da empresa, Stênio Martins”. (FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=370063>)

Não tarda perceber que as sociabilidades desenvolvidas em espaços artificializados, como apregoam estas publicidades, devam ser estruturadas a partir de uma perspectiva particular de “proteção” e “segurança”, sustentadas por uma arquitetura composta de muros altos, cercas elétricas e porteiros eletrônicos, os quais transportam o morador a um mundo idealmente seguro e protegido (CALDEIRA, 2000).

Diante de uma cidade cada vez mais “perigosa”, onde se disseminam modos de vida flexíveis e precários, estes enclaves “murados” acabam funcionando como comunidades privadas, “isoladas” e “afastadas” dos perigos, inconvenientes e dramas da vida pública, erguendo-se como novos panópticos, onde se espalha um sentido próprio de “cidadania vigiada”.

Na fala a seguir, o morador expõe como as relações e sociabilidades são modificadas por esta nova configuração residencial, baseada em condomínios desintegrados a vida pública local.

Esse apartamento aí, começaram a vender na planta por 300 mil. Um dia desses, ouvi dizer que já estava custando 600 mil. O pulo do preço é assim, estupendo. Então quando eu cheguei aqui em 92 era um bairro que tinha muito pouco edifício. Também seria pretensão minha, ou dos próprios moradores em geral, querer que o bairro fosse um eterno bairro só de casas, moradias baixas. Não! A transformação foi muito rápida. Tá sendo muito acelerada. Por conta da especulação imobiliária. Esses fatores estão imperando. Antes, eu achava muito melhor. As pessoas conviviam mais... O que vai acontecer? Além desse comprometimento do ar, da ventilação, do aumento desenfreado do trânsito, essa parte social também vai ser afetada. As pessoas geralmente que moram em apartamentos, são mais reservadas, se trancam mais, se isolam. Aqui é um bairro que tinha uma característica assim (...) não sei se porque é formado por muita gente do interior (...) Nesse meu quarteirão todo mundo é do interior, de Sobral, de Caucaia (...) O outro é de Quixeramobim, e por aí vai. Tudo é gente originado do interior. Então as pessoas se dão, tem contato. Diferente de outros bairros como a Aldeota, que toda a vida foi conhecida como um bairro muito reservado, onde as pessoas pouco tem contato umas com as outras. O povo aqui se queixa, que essa característica do bairro tá mudando (...). Essa característica mais humana, mais humanizada. Os vizinhos aqui do quarteirão que moram aqui há mais tempo, como 25, 30 anos, que os filhos nasceram e cresceram aqui, contam que o natal era uma coisa linda e que botavam mesas aí na rua, faziam confraternização... (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Identifico nas subjetividades do morador, a existência ideal e nostálgica de um bairro “com menos prédios”. Bairro este, que lenta e gradualmente foi se modificando por processos, ações e sujeitos externos, que fizeram dos moradores, indivíduos alheios, e ao mesmo tempo, excluídos dos seus próprios contextos, figurantes e expectadores passivos de uma realidade em mutação.

O narrador, ao mesmo tempo em que lamenta nostálgico, a perda de uma condição passada, também faz referência a inserção de novos hábitos de vida entre a população, referindo-se ao “isolamento”, tão característicos dos condomínios, onde as pessoas, a seu ver, se “trancam”, e se apartam de uma possível vida em “comunidade” (VELHO, 1978; 1981, SIMMEL, 2001; ZUKIN, 2000).

No discurso, um outro bairro de Fátima se compara a Aldeota. Antes, tido como lugar de raízes “interioranas”, onde todos se “davam”, interagem e conviviam no espaço da rua, atualmente, espaço para os “reservados”, onde pouco se mantém contato.

O antigo e mais “humano” bairro de Fátima, caracterizado como lugar da “tradição” e dos “laços de vizinhança”, aos poucos vai cedendo espaço para a lógica reservada dos guetos artificiais, imunes ao medo, a desconfiança e a insegurança (AUGÉ, 1994; ZUKIN, 2000; BAUMAN, 2009). A seguir, o morador demonstra como estas transformações afetam diretamente o cotidiano da população.

Os vizinhos comentam até com certa preocupação sobre essa desenfreada corrida imobiliária. O pessoal lamenta, e chega à conclusão, de que vai chegar um dia em que ninguém vai poder mais morar aqui. Porque tudo vai ser prédio. Pelo menos pra morar em casa, como eles moravam, não vai dar mais. É gostoso morar em casa. É bem diferente! Eu que o diga: -eu moro aqui. Minha casa é grande. Aqui ao lado é uma clínica. No fim de semana não tem ninguém, e eu escuto meu som (...) se bem que eu não gosto de som alto, de estourar os ouvidos (...) Mas aqui ninguém tem aquela chatice de quem mora em apartamento, que qualquer barulhinho, os vizinhos tão reclamando. Em apartamento, você diminui muito sua privacidade. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Aqui exposto, “vida em apartamento” se refere à “reserva” e ao “isolamento trancafiado”, contrário do viver em casa, considerado sinônimo de prazer e “espaço” de “liberdade”. É evidente no discurso, que este novo modo de vida, o qual atende a ameaçar antigos hábitos, afugenta os moradores do tradicional bairro de Fátima. Entre eles já é quase consenso: “*chegar um dia em que ninguém mais vai poder morar em casa*”.

Reforçados no conceito de “condomínio clube”, estes novos estilos de morar, possibilita ao inquilino “ter tudo no seu lugar”, inclusive equipamentos de lazer no próprio espaço do edifício, tudo isso “sem ter que sair de casa”. Considerado uma das grandes tendências comerciais da cidade, o conceito de “condomínio clube”, dispõe aos residentes, realizar suas necessidades dentro do espaço de morada, descartando o lazer em outros lugares, e em espaços públicos, para além dos muros do condomínio. Adverte o morador:

Aqui era pra ter mais áreas verdes. Mas as pessoas ocupam muito espaço com construções, com ganância, com o dinheiro. Aqui era pra ter mais espaços reservados para praça, para espaços livres, pra se ter mais árvores. As árvores produzem mais oxigênio pra cidade, como também embelezam com a sombra. A cidade respira melhor em vez de ficar tão sufocada só com prédio, prédio... (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Vê-se que as transformações vivenciadas em Fátima nos últimos anos, decorrem da ação alienígena e mutante de atores e instituições alheias à vida local. Atônitos, os antigos, não mais conseguem modificar ou controlar seu local de residência e convívio, convencendo-se aflitadamente de que o bairro está “descaracterizado”, sem mais sua essência de “bairro tranqüilo”, onde reinavam casas “residenciais agradáveis e famílias alegres”. Fátima, atualmente convive entre as marcas ainda persistentes de um bairro tradicional e religioso, e os auspícios de um bairro que se insere cada vez mais em amplas redes de serviços e novos estilos de vida contemporânea.

Nesse sentido suas antigas sociabilidades foram redefinidas e transformadas, dando vazão a novos usos e práticas, contrastantes com o espaço da tradição, dos ditos “bons costumes”, da vida pacata e dos passeios entre vizinhos. Este novo bairro, diverso, conflitivo, dinâmico e ao mesmo tempo apartado, a revelar simultaneamente aspectos de uma vida sagrada e profana, a revelar uma forte junção entre o antigo e o moderno, entre o velho e o novo, hoje se insere nas malhas de uma cidade interconectada a lógica de uma difusa economia imobiliária e a lógica de amplos signos globalizados.

2.3. A Praça de Fátima nos processos de urbanização: da feirinha a locus de devoção nos treze de cada mês

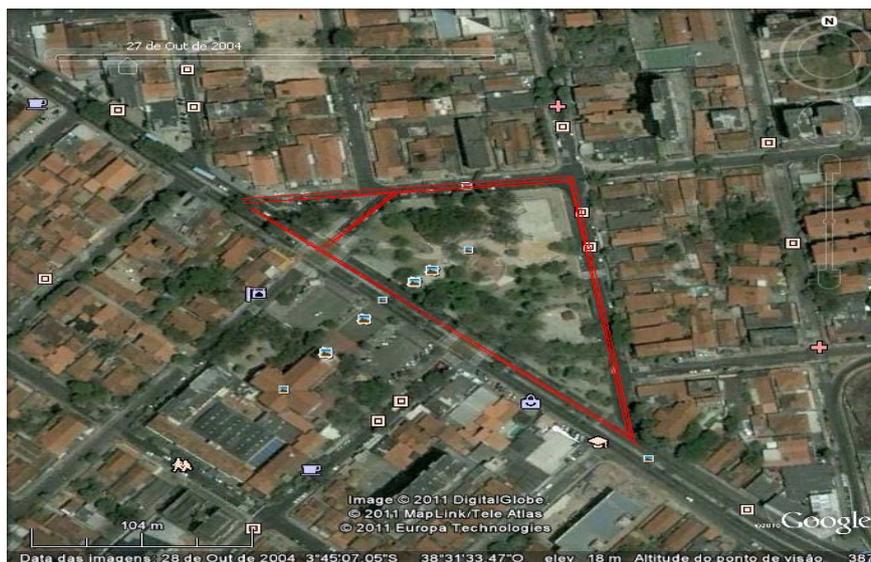
O lote de “mata rasgada” a que Marciano Lopes (1993) se refere em sua crônica, a qual anuncia a passagem da imagem de Fátima a Fortaleza, especificamente localizado em frente ao santuário, e descampado, puramente no intuito de agregar a população de fiéis e devotos que visitariam aquele novo templo, transformou-se no que atualmente se chama Praça de Fátima, lugar estratégico para a realização das atividades sociais do bairro, e *locus* de sociabilidades diversas.

Fundada oficialmente em 1960 sob lei 1671/16/12/1960, publicada no Diário Oficial do Município 2085/26/12/1960⁷⁴, a Praça Pio IX⁷⁵, como então a denominaram, carrega o nome de Giovanni Maria Mastai Ferreti, encarnando a efetivação do poder simbólico da igreja católica exercido na cidade (CUNHA, 1990: 307, 308).

⁷⁴ Durante gestão do prefeito municipal Manuel Cordeiro Neto.

⁷⁵ Seu exercício sacerdotal se estendeu dos anos de 1846 a 1878. Pio IX foi responsável por restabelecer as missões exteriores e a hierarquia católica na Inglaterra, ficando assim conhecido por seu forte conservadorismo.

Compreendendo uma área total de 10 mil metros quadrados, a Praça chama atenção por sua paisagem florida e arborizada. Sua estrutura física, em formato triangular é dividida em dois setores: um núcleo central e um pequeno delta e está situada geograficamente a Norte, pela Rua Bonfim Sobrinho, a leste, pela Rua Dom Sebastião Leme, ao sul, pela Avenida Treze de Maio e a oeste, pela Avenida Dep. Oswaldo Studart (avenida esta que secciona o delta da praça).



Fonte: Vista aérea extraída do *Google Maps* em 27 de outubro de 2004. A área da Praça está circundada em vermelho.



Foto: Visão horizontal da Praça no dia 13 de maio.

O logradouro faz fronteira com diversos equipamentos e serviços, dentre os quais a Igreja Nossa Senhora de Fátima, da qual a Praça é praticamente um anexo físico, e uma variedade de estabelecimentos e serviços comerciais que completam sua paisagem. Pelo lado da Avenida 13 de maio (importante corredor viário da cidade),

haveremos de encontrar um maior número de estabelecimentos, dentre eles: universidades, livrarias, bancos, pizzarias, lojas de informática, clínicas, lojas de cosméticos, sorveterias e farmácias. Este segmento pode ser considerado o mais agitado e dinâmico da praça, pois recebe diariamente um intenso fluxo de caminhantes, passageiros de ônibus e pedestres que se deslocam pela Avenida.

Já pelo lado da Rua Dom Sebastião Leme, focalizaremos uma clínica de especialidades médicas, um salão de beleza e uma loja de artigos femininos. Finalizando este panorama, mais especificamente pelo lado da Rua Bonfim Sobrinho, haveremos de identificar alguns blocos de edifícios e algumas poucas casas que ainda restam do tradicional bairro de Fátima. Apesar da aparência inicial, quem percorre o centro da praça, consegue facilmente perceber alguns sinais de descaso e abandono em termos de infra-estrutura. Alguns de seus equipamentos, como barras para exercício físico, anfiteatro e bancos, encontram-se sujeitos ao acaso. No entanto, apesar das partes, o conjunto paisagístico se sobrepõe, integrando um espaço múltiplo, aproveitado por moradores do entorno, que ali realizam “*cooper*”, ou se sentam nos bancos para conversar, assim como também pode ser utilizada e apropriada por outros grupos, como os moradores de rua, vendedores ambulantes, flanelinhas, usuários de droga, fiéis e prestadores de serviços.

A praça, como parte da memória coletiva de Fátima, integra uma de suas mais notórias paisagens. Conforme narra um antigo morador, o logradouro vem sofrendo modificações desde sua fundação:

Nasci e me criei aqui. Moro aqui há quase 50 anos. Aqui em volta só era mato. Só tinha duas casas, a Igreja e essa casa aqui. Eu acho que essa igreja já tem quase 60 anos. A igreja foi construída em 55 ou foi em 54. Aqui onde é essa praça era um terreno baldio. Era um descampado. Aí depois fizeram a praça. Já fizeram três reformas depois que ela foi inaugurada. Era mais calmo. Não tinha tanto carro, nem tanta poeira, fumaça... O asfalto aqui é direto no meu quarto. Não era tão perigoso. O bairro era mais tranquilo. Hoje, vive tendo assalto aqui. Infelizmente. (Robson, professor universitário, antigo morador do bairro de Fátima).

Ainda residindo no bairro, o morador relembra fatos e episódios decisivos que transformaram o logradouro. Como bem apontou, a “tranquilidade”, reinante no passado, aos poucos se diluiu, dando lugar a presença incômoda do “trânsito caótico”, da “poeira”, da “fumaça” e do “barulho” alucinante, que incendeiam suas agitadas

avenidas. Como bem enfatiza, a praça era caracterizada como um “descampado”, um lugar de pouquíssimo movimento.

Ali onde fica a Praça Argentina, quando eu era menino, nós tínhamos um campo de futebol. Foi na sobra do loteamento do sítio da Dona Nenê naquela área ali que fizeram a praça. E ali foi montado um cruzeiro muito grande, porque ali ia ser a Igreja de Nossa Senhora da Aparecida. Quando a santa veio aqui, decidiram ficar com a Igreja de Fátima, construídas nas terras cedidas por Pergentino Maia. A praça que fica em frente, a Pio IX, também já existia depois do loteamento. (Ednardo Nunes, 70 anos, mecânico)

Como bem ressalta o narrador, e como também pude perceber em outros registros, as praças do bairro são constituídas como anexos de grandes lotes de terra particular cedidos para a realização de atividades de lazer esportivo ou religioso. Fazem parte deste rol, as Praças de Fátima (Pio IX) e Argentina Castelo Branco (nas imediações do logradouro). Dona Marilza⁷⁶, antiga moradora relembra a paisagem da praça nos seus primórdios, afirmando que durante o final da década de 1950, mais especificamente no ano de 1958, o local, onde hoje está situada, era um terreno baldio com algumas árvores e um campo de futebol de areia. Endossa: “*Um lugar comum, sem nada que chamasse a atenção. Apenas um terreno que poderia ser aproveitado*”. Nesta época, o local havia sido ocupado por ciganos. Relembra:

“Eles começaram a chegar e montaram suas tendas. Tudo aquilo era muito divertido para as crianças. Imagina, ciganos de todas as partes do Brasil, vindos até de mais longe, do exterior (...) era bom de estar com aquele pessoal alegre e muito, mas muito bonito” (Dona Marilza, antiga moradora do bairro de Fátima⁷⁷)

A praça servia como lócus de convivência com o “exótico”, possibilitando a interação com o “novo”, o “inusitado”, o “diferente”, porém “bonito”. A moradora narra com surpresa e alegria, a chegada de grupos ciganos que lá se estabeleciam, quando esta ainda não possuía titulação oficial de “praça pública”. Relembra com emoção: “*Veio um circo! Tinha a lona parecida com as barracas das ciganas, sendo maior e colorida e só*

⁷⁶ Entrevista concedida a Revista “Matéria Prima”, do Curso de Jornalismo da Faculdade 7 de setembro intitulada “Praças de Fortaleza: lugares públicos, de identidades, de tradição, de saberes e fazeres populares.” Publicada no Ano 2007.

⁷⁷ Entrevista concedida a Revista “Matéria Prima”, do Curso de Jornalismo da Faculdade 7 de setembro intitulada “Praças de Fortaleza: lugares públicos, de identidades, de tradição, de saberes e fazeres populares.” Publicada no Ano 2007.

uma.” Como ponto de pouso para atrações lúdicas, o espaço adquiriu destaque na memória afetiva dos moradores. Nesse sentido a praça também era o ponto ou a base de contato com novas gentes, regiões, culturas e manifestações.

Acho que a Praça foi construída na década de 60. Tinha um campo de futebol e um circo com tigre, elefantes... Vinha muita gente de fora pra ver o circo. O bairro não tinha muita casa e ainda tava começando. (Robson, professor universitário, antigo morador do bairro de Fátima)

Maurício Gomes, popularmente conhecido como “Rei dos Negros”, ao lembrar a Praça, faz referência ao campo de futebol, que em suas palavras concorria com o espaço da igreja. Destaca:

“O que chamou mais atenção foi quando o coronel deu uma quadra para fazer a igreja Nossa Senhora de Fátima. Lá onde fica a igreja eu plantava batata com meu pai. Quando começaram a fazer a igreja, o coronel deu outra quadra em frente para começarem a fazer a praça (...) Ele deu porque na visita da Santa veio muita gente, muita gente mesmo. Aí o neto dele fez um time, e dava mais gente para ver o jogo que na Igreja. O campo era onde hoje é a praça. Quem mandava na Igreja, na época, era o Padre Gerardo. E ele tava doido pra acabar com o jogo, mas quem fez o jogo foi o neto do Coronel, e ele não podia! Então o próprio coronel acabou com o time e fez a praça.” (Maurício Gomes de Oliveira, 66 anos – entrevista de autoria do jornalista Humberto Leite para o jornal Folha de Fátima nº 79 – agosto de 2005. A entrevista está postada no seguinte blog: <http://bairrodefatima.zip.net/>)

Conforme se vê, o surgimento da praça está diretamente associado à igreja de Fátima. E neste âmbito, parece desempenhar um papel secundário (futebol) diante da magnitude e centralidade religiosa (missas). Nesta arena de disputa simbólica, a Praça transforma-se em espaço controlado e tutelado socialmente pela igreja. Como mesmo afirma o narrador, o futebol não podia se sobressair à missa. E foi dessa forma, que o “descampado” deu lugar ao logradouro público, o qual na década de 1960 recebeu sua primeira urbanização. Afirma Marilza “*Só sei que foi na década de sessenta, não me lembro de data.*” (Marilza em entrevista concedida a FA7, 2007: 40).

A construção do logradouro, realizada pela antiga SUMOV (Superintendência Municipal de Obras e Viação) em parceria com a construtora ENCOCID ocorreu em 1967, e custou á época mais de 41 milhões de cruzeiros velhos (Jornal O Povo – Coluna A Cidade e os Fatos; 25, 26 de novembro de 1967). Na década de 1970, recebeu a instalação de uma feira livre, que se tornou tradicional na região. Nesta época, a

pracinha era freqüentada pela elite do bairro e por pessoas vindas de outros locais. Conforme Marilza: *“De tudo havia lá, e as madames compravam roupas e bijuterias. Funcionava como um shopping mesmo, que também recebia barraquinhas de comida.”* Sobre a feirinha, Seu Beto relembra:

Eu ainda alcancei o período da Feira de Artesanato que tinha na década de 1990. A feira tomava a praça toda. Toda ela era ocupada. Era uma coisa louca! Tinha todo tipo de artesanato. Aí onde era a quadra de esporte, tinha show musical, interpretação de palhaço... Era muito animado! Aí com o tempo, acabou. Agora no dia 13, tá havendo uma feira, uma vez por mês. Mas é só no lado de cá (Sebastião Leme). Antes era muito mais movimentado e animado. Quando eu morava noutra cidade eu vinha muito pra feira aqui. Era uma atração da Cidade. Os meus sobrinhos moravam no bairro do Vila União e vinham pra cá todo mês. Meu irmão vinha deixar de manhã e apanhava pela tarde. Tinha comidas típicas, diversão... (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

A “feira de artesanato da 13”, tão conhecida na cidade, e tão freqüentada durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, representava para a época, um grande evento - um verdadeiro “*point*”, como era chamada pelos jovens. O evento semanal, ocorrendo aos sábados, agregava pessoas vindas de todos os bairros e cantos da cidade. Um extenso e variado público de crianças, jovens e adultos, curtiam suas atrações e desfrutavam banquinhas de comidas típicas, artesanato, plantas, peixes ornamentais, apresentações culturais, e shows que ocorriam o dia todo. Na década de 1980, o evento ficou conhecido como “Feira das Flores”. Tão comum e peculiar às praças de Fortaleza, a feira foi capaz de fortalecer uma atmosfera lúdica na cidade, lembrando às praças medievais. Sobre este ar de cidade dinâmica e festiva afirma Camillo Citti:

“Na Idade Média e na Renascença, essas praças ricamente adornadas eram o orgulho e a alegria de toda cidade independente; aqui, concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exposições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhante. (SITTE, 1889: 25).

Ainda na década de 1970, a Praça recebia iluminação a base de mercúrio, o que veio modificar radicalmente sua paisagem noturna. Conforme analisei no Capítulo 1, tal reforma integrou parte do PLANDIRF. Em finais da década, mais especificamente em 1979, a Praça de Fátima (Pio IX) era considerada pelos órgãos públicos, o logradouro

de Fortaleza com melhor arborização, contando com 99 arbustos, que segundo cadastro, entre as espécies mais comuns da paisagem estavam as “castonholeiras”.

Pelos relatos apontados, percebe-se que durante a década de 1970, a Praça era considerada um local “seguro” e “tranquilo”, bastante freqüentado, e imune a um nível alto de violência. Entretanto, nos anos de 1980, como mesmo aponta os moradores, a praça passou a ser freqüentada por um público de excluídos, “marginais”, “assaltantes” e possíveis “traficantes de drogas” que passaram a se apropriar do espaço. Neste período, o local passou então a ser menos freqüentado por seus antigos usuários, repelidos, assustados e inibidos com os novos freqüentadores.

Algumas reformas realizadas durante este período, pouco ficaram marcadas e ou chamaram atenção, pois era bastante comum ocorrerem depredações no espaço. Sobre tal década, relembra Dona Maríza: *“Aconteceram algumas reformas nos anos oitenta que não deram em nada. Limpava, concertava, aparava e logo, logo se acabava tudo, pois não havia segurança”*. A partir dos relatos da população, percebe-se que foi neste período, em que a praça incorporou definitivamente a marca de espaço “sujo” e “perigoso”.

Entretanto, tal imagem seria resignificada em 1991, durante a gestão do Prefeito Juraci Magalhães, quando implantada no logradouro, uma nova infra-estrutura, composta de mesas de lazer, bancos de madeira, *playground*, quadra de esportes polivalente, fonte luminosa, proteção para os jardins e piso em pedra portuguesa. A reforma, acordada mediante parceria entre o poder público (Prefeitura Municipal de Fortaleza) e privado (Construtora Marquise e EMLURB - Empresa de Limpeza Urbana) representou um marco.

A época, o espaço era freqüentado com mais intensidade pelos feirantes de imagens e objetos sacros, vindos em sua maioria, da Cidade de Canindé, os quais transformaram a antiga e desativada “feirinha”, numa outra feira, desta vez, animada pelo comércio religioso, nem por isso, menos tradicional que à anterior. É de se destacar também que neste mesmo período, o contrato firmado entre o poder público e o poder privado (diretriz que orientava o Plano Diretor de 1992) possibilitou a adoção da praça por alguns agentes privados, que passaram a desempenhar nela, funções de gestão e planejamento, obtendo em troca, a disponibilidade de espaço para a realização de campanhas publicitárias.

A obra, que custou 14 milhões de cruzeiros para a prefeitura, foi dirigida pela EMLURB. O projeto, possibilitou integrar diferentes gerações em torno de diversas atividades de lazer, tais como a prática do *cooper*, desenvolvida pela terceira idade (realizada no calçadão), atividades recreativas, direcionadas para as crianças (realizadas num novo playground) e práticas esportivas, dirigidas ao público jovem (realizadas na quadra poliesportiva). Conforme matéria do jornal O Povo:

“(...) a praça conseguiu realizar seu objetivo principal. Integrar a comunidade num espaço de lazer. As caminhadas são preferidas pela terceira idade do bairro. Já os jovens dividem democraticamente a quadra polivalente. As crianças, ansiosas em descobrir novos horizontes, colorem o playground. Elas estão sempre ativas, seja no início da manhã em recreações esportivas das turmas de escolas próximas a praça, ou no final da tarde acompanhadas pelos pais. Aos sábados a Pio IX recebe moradores de outros bairros da cidade. A feirinha da 13 de maio reúne principalmente a “garotada” disposta a paquerar.” (Jornal O POVO, 3 de setembro, 1993, p.15)

Durante esta década, mais especificamente em 1993, surge o Conselho de Segurança do Bairro de Fátima, entidade de cunho associativo, que lançou diversas campanhas e mobilizou a população em torno da questão “segurança”, então já vista e encarada como sério problema para os moradores, assustados e impactados com a ruptura do clima pacato e harmônico, até então vivenciados na região. Conforme anuncia o blog oficial do bairro de Fátima:

O Conselho, que é conhecido pela sigla **CSBF**, é uma entidade sem fins lucrativos, de voluntários, que procura junto aos órgãos públicos e outras entidades, melhorias para nosso bairro nas áreas de segurança, educação, meio ambiente, lazer e cultura. Por este trabalho recebeu da Câmara Municipal de Fortaleza o título de Utilidade Pública Municipal (Lei 7869/95) e da Assembléia Legislativa do Ceará o título de Utilidade Pública Estadual (Lei 13527/04). (Fonte: <http://bairrodefatima.zip.net/>)

O morador e líder do movimento, Jonas Marinho Araújo, ex-presidente da entidade, declarou em matéria publicada pelo jornal O Povo, ter iniciado o movimento, levando em consideração a segurança do local, já bastante comprometida. Sobre a problemática local, o secretário da entidade também reforçava:

“Fátima sempre foi muito tranqüilo como bairro. Mas, de repente os marginais começaram a tomar conta de nossas ruas. Então, o conselho fez com que nós tivéssemos forças pra ir até

as autoridades e exigir segurança” (Antônio Pessoa Pereira, 73 em depoimento a matéria especial do jornal O Povo de 3 de setembro de 1993).

Com o passar do tempo, novas demandas foram surgindo, e o Conselho ampliou sua atuação para outros setores, não mais restrito somente a segurança, mas integrando outras esferas como reciclagem, urbanização, trânsito, saúde e esporte. Coincidentemente nesta época, o sociólogo Herbert de Souza visitava a cidade de Fortaleza. Sua vinda tinha o propósito de estimular a formação de um movimento de participação contra a fome. Influenciada então pelas idéias de Betinho, a entidade passou a agregar novos comitês, dentre os quais, o Comitê contra a Fome e a Miséria, constituído por um grupo de mulheres que ofereciam sopa a inúmeras crianças abandonadas, que ocupavam a região da Rodoviária, da Comunidade Maravilha e Aldaci Barbosa-Trilho.

Através de empolgantes reuniões no Conselho, a população discutia diversos assuntos de interesse local, como o resgate da antiga “feirinha da 13”, recriada sob a alcunha de Feira de Artesanato, Comidas Típicas e Cultura do Bairro de Fátima⁷⁸. Conforme anúncio exposto no blog oficial do bairro:

Os moradores do bairro de Fátima, organizados no Conselho de Segurança do Bairro de Fátima - **CSBF** - têm dado uma aula de cidadania e participação democrática. No início de 2004 o Conselho reuniu alguns vereadores em sua sede (rua Dom Sebastião Leme, 581) e lhes apresentou uma proposta de Projeto de Lei para oficializar a **FEART - FEIRA DE ARTESANATO, COMIDAS TÍPICAS E CULTURA DO BAIRRO DE FÁTIMA** criada pelo Conselho. Os vereadores presentes se comprometeram a apresentar e aprovar o projeto, cabendo ao vereador Adelmo Martins a iniciativa da proposição na Casa. O Projeto de Lei teve o apoio unânime dos vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, sendo aprovada e promulgada no dia 8 de setembro de 2004, transformando-se na **Lei 8.882** dando legalidade a uma iniciativa dos moradores e proporcionando entretenimento, valorização da nossa cultura, do nosso artesanato e dos artistas locais. A **FEART** tem se mostrado um sucesso, reunindo centenas de moradores e visitantes. Até o ano passado era realizada somente no primeiro sábado de cada mês, das 17 às 22 horas, na praça Pio IX (praça da 13 de Maio, em frente a Igreja N.S.Fátima). Este ano, por solicitação dos moradores e artesãos, a feira será realizada duas vezes por mês: No primeiro

⁷⁸O projeto da feira foi aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza (Lei 8882/04), sendo oficialmente reconhecido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. A Feira que ocorre todo primeiro sábado de cada mês, é realizada a partir das 17 horas, na Praça Pio IX (Fonte: <http://bairrodefatima.zip.net/>).

sábado, na Praça Pio IX e no terceiro, na praça Argentina Castelo Branco. (Fonte: <http://bairrodefatima.zip.net/>)

Deixando para trás a década de 1990, época de consolidação de movimentos e conquistas, a Praça, então já estacionada no século XXI, mais uma vez seria palco de nova revitalização, iniciada em 20 de outubro de 2003, quando a cidade era governada novamente pelo prefeito Juraci Magalhães, o mesmo que já havia governado durante os anos de 1990 a 1993, e de 1997 a 2003⁷⁹. Nesta “reformulação”, a Praça recebeu a construção de um anfiteatro, de um *playground*, bem como a instalação de novo piso e iluminação. A intervenção fez parte de um plano que pretendia revitalizar todas as praças da Avenida 13 de maio (incluindo a Praça João Gentil e a Praça da Gentilândia, localizadas no bairro Benfica).

Através do projeto, foram construídos alguns quiosques de concreto e alvenaria, cedidos a alguns vendedores ambulantes, os quais tiveram que se desfazer de suas antigas barracas improvisadas, para se alojar em tais modelos fixos projetados. A reformulação, que custou 480 mil reais aos cofres da prefeitura, previu a extinção de um ponto de taxi (fato não concretizado, pois atualmente a praça conta com um ponto exclusivo) e alteração do sentido do trânsito, (re) direcionando o fluxo de veículos para as Avenidas 13 de maio, Osvaldo Studart e Rua Dom Sebastião Leme.

A reforma também gerou polêmica e contrariedade entre os moradores, principalmente devido à retirada de uma quadra de esportes (adquirida durante a reforma de 1992) que se transformou num anfiteatro. Dentre outra insatisfação, destaca-se a retirada da Lanchonete N. S. de Fátima, ponto de encontro já tradicional no bairro, que se num novo quiosque. Esta insatisfação pode ser percebida em matéria veiculada no jornal o Povo de 24 de outubro de 2003. Destaca-se:

“Entre os moradores do bairro, a reforma na praça é polêmica. A dona de casa Maria de Fátima aprova. “Se for pra embelezar, eu acho bom”, diz. Já um médico, que prefere não se identificar, mora no bairro desde 1976, diz que ninguém foi consultado e reclama da retirada da quadra esportiva. “Essa reforma não interessa a ninguém. Como é que tiram um local para a prática de esporte, para botar um anfiteatro?”, questiona. Ele lamenta também a retirada da lanchonete Nossa Senhora de Fátima, que há mais de 20 anos é ponto de encontro de moradores do bairro. “Isso aqui é uma tradição, faz parte da história do bairro.” A SER IV está negociando com o

⁷⁹ Entre 1993 e 1997, Juraci saía do cargo para eleger seu sucessor, Antônio Cambraia.

proprietário do estabelecimento o valor que será pago pela idenização.”

Tal mudança estimulou a construção social de uma nova Praça de Fátima, configurando outras sociabilidades, e possibilitando a formação de novas representações sobre o lugar. Em meio a opiniões divergentes sobre a reforma, cito aqui uma fala que expressa certo descontentamento.

Rapaz já é a quarta intervenção que fazem nessa praça. Quando eu retornei, há pouco tempo, ela sofreu outra intervenção. Eu morei aqui em meados de 92 pra início de 96. Quando eu saí daqui em 96, aí fizeram outra reforma. Agora, quando eu retornei em fevereiro de 2005, 2004, ela sofreu uma grande intervenção, na época do Juraci Magalhães. Na última, modificaram totalmente a característica dela. Conservaram as árvores, mas mudaram o estilo. Antigamente tinha uma quadra de esportes, onde hoje é um anfiteatro. É tanto que tem uma arquibancada. Logo no começo, alguns artistas da terra andaram se apresentando na época da inauguração. Havia essa parte social. Mas nunca mais teve! Acabaram com a quadra e fizeram esse anfiteatro, com a idéia de fazer shows. O anfiteatro agora tá sendo utilizado pelos skatistas. Todo dia não falta skatista aí. Perdemos a quadra de esporte e ficamos a ver navios. Eu sinto falta. Ainda hoje eu jogo um futebol de salão, vôleiball... gosto muito de esporte. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Para o morador, praticante assíduo de esportes, a extinção de uma quadra poliesportiva na praça deixou a população “a ver navios”, modificando por isso mesmo, não só a estrutura física do espaço, mas também as práticas e sociabilidades já existentes. Ainda assim, o equipamento locado para a substituição da quadra, no caso, um “anfiteatro”, idealizado para a realização de apresentações artísticas, foi totalmente (re) significado por um público não previsto de usuários, dentre eles, os skatistas, que fizeram do palco e das arquibancadas projetadas para espetáculos culturais, uma pista de manobras para esporte radical. Esta função, não prevista pelos órgãos institucionais, revelou que o cotidiano da praça não se disciplina como campo previsível.

Apesar do aspecto polêmico que esta reforma adquiriu, algumas intervenções foram bem aceitas pelo público, dentre elas, a troca do piso, antes construído de pedra portuguesa, material extremamente incômodo, tido pelos usuários como “obstáculo” para as caminhadas. Recém inaugurada, a paisagem da praça chamava a atenção do público, surpreendido com a transformação paisagística e estética do local. No entanto, seu caráter pouco participativo dividiu as opiniões do público, ora estonteado pela

beleza da praça, ora indignado com as transformações ali empreendidas. Conforme ilustra matéria jornalística veiculada pelo jornal O Povo:

“Mesmo reformada, a praça ainda causa polêmica. O comerciante Raimundo Nonato Gomes de Souza, 40, tem um quiosque no local há 20 anos. Durante a reforma teve que transformar a bicicleta em ponto de venda. De volta à 13 de maio, Raimundo recebeu uma péssima notícia da prefeitura. “Disseram que não poderia colocar cadeira, nem vender bebida alcoólica. A bebida eu não estou vendendo, mas as cadeiras...O pessoal vai comer em pé?”, questiona”.

A intervenção na estrutura da Praça de Fátima também modificou a configuração da feira de objetos sacros, ativada no logradouro desde a década de 1990. De acordo com as palavras de um fiscal da prefeitura, responsável pela organização da feira, a prefeitura municipal cadastrou e padronizou as barracas, adquiridas pelos “ambulantes” a um valor de 250 reais. Como muitos não tiveram recursos, nem condições financeiras para comprá-las, o número de “feirantes” reduziu significativamente no local. Apontou o fiscal:

Antes de 2003 essas bancas de artesanato iam até o final do calçadão. Com as mudanças na organização por parte da prefeitura, a maioria do pessoal que não tinha dinheiro pra comprar essas barraquinhas padronizadas, desistiram. Mas antes tinha barraca de todo jeito. Não tinha um tamanho padrão, e eram de várias cores. Antes da padronização existiam na faixa de 180 barracas. Hoje são 78. Diminuiu muito. Quando começou a organizar, muita gente desistiu! Na época, uma barraca padronizada dessa aí, custava 250 reais, e muita gente desistiu. Hoje essas barracas são dos permissionários. Eles compraram. (Gilberto, fiscal da Secretaria Executiva Regional IV)

As transformações ocorridas na praça prosseguiram até o ano de 2005, quando recebeu, de forma pioneira, o Projeto “Guarda Comunitária nas Praças”, voltado para a proteção e preservação do espaço público. O principal objetivo do projeto era “evitar a depredação e a ação destrutiva na praça da cidade”, preservando sua infra-estrutura. Em discurso publicado no jornal O Povo, um morador deu a seguinte opinião sobre tal ação:

“Pode ser que, agora, seja inibida a ação dos depredadores do patrimônio público, dos pichadores e dos marginais que praticam furtos e assaltos na área. A comunidade residente nas adjacências e os freqüentadores da igreja de Nossa Senhora de Fátima terão condições, dessa maneira, de desfrutar melhor o logradouro, agora dotado de instalações mais adequadas (...) É preciso, também, que todos assumam o papel de cidadãos, zelem pelo

patrimônio público e não deixem que a Praça Pio IX agora reformada, se deteriore novamente.” (O POVO, 13 de março de 2005).

É destacável o teor de advertência apontado na fala, mostrando preocupação dos usuários quanto à depredação de uma área recém reformada. No discurso, o projeto de segurança aparece como alicerce fundamental para a manutenção e segurança da área reformada. A vice-presidente do Conselho de Moradores⁸⁰ do Bairro afirmava que “*Se o cidadão ocupa a praça, o marginal não chega perto*”. É destacável que desde finais dos anos 1980, o logradouro servia como alvo de ações consideradas “delinquentes”, sendo constantemente freqüentada por um público tido como “marginalizado”. Para ela, devido a esta nova ocupação de atores, os antigos usuários reduziram significativamente sua freqüência ao local, que passou a ser visto como lugar “perigoso” (décadas de 1990 e 2000). Apesar deste discurso, a área do logradouro foi inevitavelmente apropriada por um vasto contingente de usuários “mal vistos” pelos antigos freqüentadores.

É notório apontar que a praça durante a primeira década do século XXI serviu de arena para a realização de várias políticas públicas, dentre as quais o Projeto “Encanto da Praça⁸¹”, mantido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), e o projeto “Salão de Tabuleiro⁸²” desenvolvido também pela mesma secretaria, em parceria com a Federação Cearense de Xadrez, disponibilizando para a população, “jogos de mesa” nos finais de semana. Tais ações consistiram em modelos estratégicos que regularizaram ações e demarcaram usos específicos no espaço público da Praça de Fátima.

Neste mesmo contexto de século XXI, a praça recebia a construção de uma gigantesca imagem de Nossa Senhora de Fátima⁸³, inaugurada no dia 3 de maio do ano

⁸⁰ Informação extraída do sítio eletrônico: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6990&Itemid=12

⁸¹ O projeto inseriu idosos de baixa renda em atividades de manutenção da Praça. Os participantes receberam uma ajuda de custo de R\$ 150 reais. Para isso, os idosos participantes, em sistemas de dupla, revezavam-se no logradouro para observar o estado de manutenção, conservação e depredação da Praça, comunicando a incidência de problemas para a Prefeitura (Informações extraídas dos sítios eletrônicos: www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/704777.html e www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/705089.html).

⁸² Para os idealizadores, a prática dos jogos nos espaços públicos visava ajudar a população no seu desenvolvimento intelectual. Consistiu na promoção de jogos, realizados em mesas de concreto (alocadas na praça em formato de tabuleiros). O projeto disseminou a prática de dominó, totó, sinuca, *ping pong*, dama, xadrez e futebol de botão.

⁸³ A estátua integrou parte de um projeto implementado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. A obra teve início no mês de fevereiro do ano de 2008. Sua inauguração foi contemplada com a realização de

de 2008. A estátua, medindo 15 metros⁸⁴ de altura, passou a compor a paisagem do equipamento, modificando totalmente suas dinâmicas cotidianas. Considerada um ícone para a cultura religiosa da cidade, a imagem demarcou “fisicamente” a presença da Paróquia Nossa Senhora de Fátima no local. Para o poder público, a construção do templo visou aumentar não só o público de fiéis frequentadores da igreja, mas mobilizar fortemente o turismo religioso em Fortaleza.



Foto: Imagem de Fátima em meio à profusão de sentidos: entre mutações do capital imobiliário e manifestações de fé.

Idealizada pelo vereador Walter Cavalcante a imagem custou 114, 5 mil reais aos cofres públicos⁸⁵, integrando parte de um projeto implementado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza que visava dinamizar a região. Inegavelmente, após a inauguração do equipamento, o movimento de pessoas na praça se intensificou⁸⁶ ainda

várias missas, procissão, apresentação de uma orquestra e uma solenidade pública com a presença de autoridades políticas e religiosas.

⁸⁴ A estátua foi construída pelo artista plástico Franciné Macário Diniz, artista que se dedica ao restauro de obras sacras e altares do século XVIII e XIX. O cumprimento da obra se divide em um metro e meio de base, treze metros de corpo e meio metro de coroa. Sua montagem envolveu a mistura de materiais como ferro, brita, cimento e gesso. Sua cobertura foi construída com material acrílico, revestida de tinta e recoberta por esmalte sintético, protegendo-a contra a luz do sol e à corrosão.

⁸⁵Fontes:<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=537425><http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=537425>

⁸⁶Sobre a imagem ver as seguintes matérias jornalísticas:
<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/835621.html/>

mais, tornado-se praxe o encontro de fiéis em torno do monumento, ajoelhados, orando, estendendo as mãos aos céus para fortalecer pedidos, ou escrevendo agradecimentos na base branca da imagem. Esta série de novos usos transformou o espaço em território praticado.

A construção de oratórios em algumas praças da região já é bem comum, pois conforme já salientado, o catolicismo é considerado um marco fundante para o bairro. Há alguns quarteirões da Praça de Fátima, por exemplo, encontraremos um outro oratório, também bastante usufruído pela população, localizado na Praça Argentina Castelo Branco. Sobre a construção do equipamento de Fátima, um morador da área me comunicou:

Essa imagem foi uma doação do vereador José Walter da Vila Velha. Esse mesmo vereador conseguiu verba e trouxe essa imagem pra aí. Dizem que é a maior imagem de Nossa Senhora de Fátima do mundo e veio aumentar mais ainda a fé do povo. Todo dia 13 tem onze missas aí na Igreja. Vai das cinco horas da manhã até oito horas da noite. A gente percebe cada vez mais a frequência do povo no local, vindo de todos os bairros e até de outras cidades. Tem gente de cidade do interior, e de outros estados. Todo dia 13 eu assisto a missa. Sou devoto de Nossa Senhora de Fátima. Sou muito católico. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima)

Para o narrador, a construção desta imagem fortaleceu a devoção dos assíduos fiéis, já usuários da praça, e impulsionou a frequência de turistas ao local. É importante perceber que este vínculo, nutrido entre a construção da obra e o turismo religioso na cidade, também pode ser percebido em alguns discursos de autoridades públicas, como os que seguem logo abaixo:

O vereador Walter Cavalcante (PMDB) afirmou nesta quarta-feira, 21 (**dezembro de 2011**), estar confiante de que Fortaleza terá na religiosidade um atrativo turístico. Segundo ele, já existe lei em vigor que estimula esse tipo de turismo (...) Segundo ele, existe um roteiro de visitas que passa pela Praça Pio IX, onde fica uma estátua de Nossa Senhora de Fátima, pelo Paço Municipal, próximo à Catedral, pelo Forte de Nossa Senhora da Assunção e por outros locais que marcam a presença da religiosidade em Fortaleza. “É importante que esse tipo de turismo venha a ter força, como em cidades da Europa. Queremos fortalecê-lo.” (Fonte: <http://www2.cmfor.ce.gov.br/~cmfor/noticias/walter-cavalcante-aposta-em-impulso-de-turismo-religioso-em-fortaleza/>)

“Além do apelo turístico que o monumento trará à Fortaleza, a imagem immortaliza a fé do povo cearense que há tanto tempo faz uma homenagem tão bonita à santa”,

acrescentou o presidente da Câmara Municipal, vereador Tin Gomes.
 FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=537425>

Nas falas as autoridades nutrem perspectivas e expectativas de ampliar a prática do turismo religioso, incluindo o santuário de Fátima como parte integrante de um importante corredor turístico. As homenagens concedidas a Nossa Senhora de Fátima aos dias 13 de cada mês, já é parte do habitus religioso de Fortaleza, onde um grande público de católicos, advindo de vários bairros da cidade, e também de outras localidades, dirigem-se ao santuário para um dia inteiro de louvor.

Devotos de Nossa Senhora de Fátima lotam a igreja durante todas as 11 missas que foram celebradas ontem

Uma multidão estimada em cerca de 150 mil fieis esteve, ontem, no encerramento das festividades religiosas alusivas ao dia 13 de maio, data consagrada à Nossa Senhora de Fátima, acontecida no Santuário de Fátima, na Av. 13 de Maio.

Durante o dia todo, foram realizadas várias missas, com os devotos mostrando sua devoção. O fluxo de católicos - homens, mulheres e jovens - era intenso no entorno da Igreja do bairro de Fátima.

"Todos os anos nesta data, eu venho fazer minha oração de agradecimento à virgem de Fátima, que tem me concedido muitas graças", afirmou a comerciante Francineide Pereira de Aguiar Bastos, de 38 anos.

Um dos pontos de destaque foi a procissão acontecida no trajeto da Igreja do Carmo, no Centro. Logo após a realização da missa das 17 horas, milhares de devotos portando velas, terços e réplicas da santa saíram em procissão pelas ruas Barão do Rio Branco, Meton de Alencar e Barão de Aratanha até alcançar a Av. 13 de Maio.

Durante o trajeto, as pessoas se postavam nas portas das residências ou acompanhavam o cortejo e aplaudiam a passagem da santa conduzida no andor. Soldados do Exército faziam o cordão de isolamento, para que a procissão pudesse seguir.

Ao chegar ao santuário, uma multidão que aguardava no local, saudou com palmas e fogos a chegada da santa. Após a coroação conduzida pelo pároco padre Ivan Souza, houve a celebração da missa. O cantor Waldonys esteve no santuário fazendo apresentação. O secretário Estevão Romcy, da SEV IV também compareceu ao evento.

(FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/m/materia.asp?codigo=981175>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=785038>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=867586>)

Como bem podemos perceber na matéria, a procissão aos dias 13 marca o ápice do evento, formando um vibrante cortejo de pessoas fervorosas a percorrer várias ruas da cidade. Demonstrando publicamente a simbologia característica dos cultos marianos, por onde passa, a procissão é aplaudida por milhares de fiéis, que ansiosos, aguardam a passagem do andor. Muitos acompanham a procissão, e outros, emocionados, aplaudem

e soltam foguetes em homenagem a Nossa Senhora de Fátima. O evento termina com o retorno da imagem à igreja, e com a celebração de um ritual em torno da imagem localizada na Praça.

É importante citar que a alocação da imagem no logradouro, fez crescer não só o número de fiéis e os tipos de sociabilidades construídas na praça, mas também um crescimento do comércio informal, repercutindo inclusive em novos problemas espaciais para a área. O relato a seguir esclarece este novo contexto:

A praça deixou de ser social, do povo, pra ser comercial. É só você tirar as fotos aí e vê que tem cinco barracas. Isso quando não colocam outras barracas que ficam aí em cima quebrando a praça. Por isso, a praça deixou de ser do povo, como se diz, social, pra se tornar comercial. Aqui antes tinha uma quadra, um campinho e um parquinho pras crianças, que num tem mais. Hoje, virou comercial e lá em cima tá se tornando um prostíbulo e local de drogados. Quer dizer: deixou de ser para o povo se divertir, pra se tornar comercial de um lado, e do outro, um prostíbulo e ponto para uso de droga. De vez em quando ali é cheio de drogado, e não sei porque a polícia passa e não faz nada. (Antigo morador do bairro de Fátima⁸⁷)

A ocupação espacial assegurada por novos atores e pelo mercado de trabalho informal é encarada com rejeição por parte de alguns. Conforme está dito, a praça perdeu sua função social para se transformar em lócus de atividade econômica. Para o narrador, a praça deixou de ser lugar de “convívio público entre as pessoas”, para se transformar num espaço desfigurado e desqualificado, tomado por atores “marginais”. Para os moradores, a desestruturação do ambiente deve-se, não só as mudanças decorrentes da ocupação física do espaço, mas também pela realização de novas práticas e usos contrastantes que acabam abalando os valores tradicionais disseminados pela moral católica vigente no espaço.

Na fala aparecem três categorias de uso bem distintas. A primeira delas diz respeito ao uso comercial, que acaba “quebrando a praça”, retirando dela sua condição de “praça do povo”. A segunda, pautada sob o olhar de “praça social”, transferindo ao logradouro a condição de espaço praticado, apropriado para o lazer, diversão e esporte, e a terceira e última categoria, a qual adere os seguintes qualificativos ao espaço: “prostíbulo e ponto de uso para droga”. Percebe-se que ao mesmo tempo em que a Praça

⁸⁷ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua privacidade e individualidade.

perdeu seu status de “social” passou a adquirir outras sociabilidades, que embora não bem-vindas para uns, conseguiu agregar novos usos e apropriações ao ambiente.

Antigamente a polícia vinha e baixava o pau! Hoje a polícia passa e não faz nada. Só aparece quando morre um, ou quando alguém é esfaqueado. Ou quando ainda tem uma briga entre eles. Mas aqui é bem definido. Essa parte aqui de baixo é a única parte que ainda respeita a gente, moradores mais antigos (se referindo ao ponto de táxi e mototaxi). Nessa parte de cá tem esse comércio e lá em cima, que também não deixa de ser comércio, é um prostíbulo e ponto para venda de droga. É o comércio ilegal. Do outro lado, a 13 de maio era só casa e virou comércio. E mais aqui na ponta tem a OAB, com a Caixa de Assistência do Advogado, ou seja, tudo virou comércio. (Antigo morador do bairro de Fátima⁸⁸)

Nesta última fala, o morador faz referência a dois tipos de comércio, um visto como legítimo (embora tenha estimulado mudanças negativas) e outro, encarado como “ilegal”, movimentando a prostituição e o uso/venda de drogas. Nesta relação direta entre o comércio legal e ilegal, a praça se revela mais uma vez como espaço síntese ao mesmo tempo disciplinado e indisciplinado, normalizado e contraventor. A primeira categoria citada, embora desordene o espaço físico, é considerada legítima, e, portanto, não fere a “moralidade”; já a segunda, caracterizada pelo comércio clandestino e “contraventor” da paisagem (“sujo” e “destoante”), delimita o universo dos usos “ilegítimos”. Conforme analisarei no capítulo 3, a contradição e o embate entre estes diferentes usos e visões de mundo constituem alguma das marcas principais da Praça de Fátima contemporânea.

Constituída em sua maioria, por pessoas religiosas e seguidoras de valores tradicionais católicos, a população residente no entorno da praça, vê a frequência destes usuários no espaço santificado, como uma afronta a “sacralidade”, rompendo os padrões morais vigentes.

⁸⁸ A identidade do morador foi preservada, garantindo sua privacidade e individualidade.

Capítulo 3 – A PRAÇA DE FÁTIMA NO SÉCULO XXI: ESPAÇO SÍNTESE DE HIBRIDIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O esvaziamento das praças é encarado como fator marcante para a vida pública contemporânea. Para o arquiteto Alex Sun (2008) o uso seletivo ou o desuso intencional das praças se dá em decorrência de projetos inadequados, apropriações indevidas por ocupações informais de camelôs ou acampamentos de moradores de rua, os quais acabam impedindo seu acesso a determinados grupos populacionais (Idem: 18). No entanto, a observação atenta da vida cotidiana no tempo presente revela processos de (re) significação das praças a partir de novos usos que vão desde as atividades de lazer, esporte e contato com a natureza (feiras, eventos, festas, apresentações artísticas, exposições, divulgação de campanhas), às atividades do mercado informal (feiras, mercado ambulante, flanelinhas) e prestação de serviços (ponto de táxi e mototaxi, etc.).

Apesar do medo e da desconfiança que muitas delas nos imprimem em meio aos riscos do viver na cidade, é interessante observar que freqüentar seus espaços faz parte da vida pública no território urbano. Muitos, ainda consideram-na um “lugar tranquilo”, propício ao encontro e refúgio para a tranquilidade do cidadão, servindo taticamente como refúgio para o “corre-corre” frenético da cidade. Logo, é comum, também serem utilizadas pelos moradores da urbe, para diversão, conversas despreocupadas, exercício do corpo (*cooper*), namoros, e até mesmo trabalho.

No âmbito das contradições e ambigüidades que permeiam as cidades em tempos de capitalismo global, as praças ao mesmo tempo em que abertas a estas formas de sociabilidade, também são produtoras de sentimento de repulsa entre segmentos da população, transformadas em verdadeiros nichos de grupos estigmatizados e em locais símbolos do abandono. O certo é que a praça incorporou a marca das diferenças e dos contrastes, da convivência simultânea entre o tradicional e o moderno, entre o formal e o informal, entre o moral e o amoral e entre o sagrado e o profano. Para ela convergem os opostos e os mais diversos tipos de grupos e intenções.

Inspirado na tese de Vera Telles (2007a, 2007b), sobre as mutações urbanas, percebi que as praças assumem a função de espaço síntese de hibridização em tempos contemporâneos. A idéia que defendo, vincula-se a tese do “borramento” de fronteiras

entre o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo, o formal e o informal, que transformam as praças em espaços sínteses de hibridizações e de misturas.

Nos tempos de financeirização da economia, de autonomia dos mercados e de revoluções tecnológicas, as mudanças urbanas vêm ocorrendo num ritmo altamente acelerado e em caráter completamente diferente das décadas passadas, tornando-se desafiante para o estudioso do urbano, compreender a nova situação estampada nas grandes cidades. (TELLES, 2007b: 14).

Para tanto, Vera Telles busca compreender o modo como se processam segregações, assimetrias e desigualdades nos espaços e territórios da cidade em mutação, identificando os perfis de um contexto perpassado por uma expansiva trama de ilegalidades entrelaçadas, e constituída por mediações e conexões que se entrelaçam e se compõe nos agenciamentos práticos da vida urbana. (TELLES, 2007a: 177). Para ela:

Não se trata de descrever direitinho as coisas tal como são ou tal como vem se modificando.” É perceber como a ordem das coisas é configurada, construída e descrita em um plano de referência que desloca os termos do que está aí posto como “verdade” e “fato incontestável”, e é nesse mesmo deslocamento que essas verdades e esses fatos incontestáveis se desfazem como tais para se refazerem em um outro diagrama de relações, em um outro tabuleiro em que as peças são ordenadas (ou jogadas) sob outro jogo de relações. (TELLES, 2007: 23)

Vera Telles descreve os feixes dessas conexões, e suas redes nas fronteiras indiscerníveis do legal e ilegal, do lícito e ilícito, do formal e informal, do oficial e do paralelo (TELLES, 2007b: 23). Para ela, interessa flagrar as novas mediações e conexões pelas quais esses deslocamentos de fronteiras vêm se processando, e como as ilegalidades variadas vêm sendo urdidas no cenário urbano. (Idem). Não se trata propriamente de ilegalidade (novas e velhas), mas de uma crescente e ampliada zona de indiferenciação entre o legal e o ilegal, entre o lícito e o ilícito, perpassando a trama da vida social nos circuitos da urbe (Idem).

Entre o lado “oficial” da vida social e as crispações da vida nua é que vai se tecendo um socius nessa conjugação entre circunstâncias, fatos, coisas e atores. Nesses agenciamentos da vida é que o urbano se torna perceptível. “É dessas dobraduras que fazem a trama da cidade que se pode apreender os sentidos dessa indiferenciação entre o legal e ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito. É daí que se projeta a linha de sombra que perpassa toda a cidade. Os campos de força e toda

a complicação dos tempos que correm estão exatamente nos pontos de conexão dessas tramas que fazem a tapeçaria do mundo social.” (Idem: 25).

A autora se preocupa em analisar as micro-cenas do mundo social, tomando como referência um embaralhamento entre o formal e o informal, o legal e ilegal, e o lícito e o ilícito (TELLES, 2007: 179). No contexto por mim analisado, a Praça de Fátima configura-se como lugar emblemático de hibridizações e mesclas entre estas fronteiras. Em minha aventura etnográfica e nos múltiplos cenários que me foram apresentados, encontrei diversos atores a encarnar esta ruptura e interseção. Foi neste logradouro múltiplo, encravado no bairro de Fátima, onde realizei minha pesquisa de campo, adentrando em seus labirintos sagrados e profanos. Através dela demonstro de que forma as práticas e usos da população condicionam o confronto entre diferentes representações sobre o espaço.

A Praça de Fátima, ou Praça da 13, como é conhecida a Praça Pública Pio IX, é freqüentada em sua maioria por moradores de rua, fiéis e adoradores de Fátima, flanelinhas, ambulantes, feirantes, taxistas e mototaxistas. Nesta polifonia de atores, os usos estabelecidos driblam as estruturas de poder, refazendo equipamentos, ignorando limitações, e ou funções previamente determinadas. Os que freqüentam o local usufruem de seus espaços, demarcando neles, usos inventivos, que transcendem as funcionalidades regulares da praça, reabrindo novos caminhos possíveis nas brechas do espaço físico.

Estes agentes, a desenvolver suas sociabilidades na praça, demarcam nela, desejos, estéticas e necessidades, adentrando cotidianamente nas esferas dos dissensos e consensos da vida. Neste exercício de construção social dos espaços, os atores instauram neles, “astúcias”, “táticas” e “bricolagens”, revelando pluralidade e heterogeneidade de comportamentos, atitudes e práticas (CERTEAU, 1996; 2008).

Os usuários da Praça de Fátima acabam se tornando por isso, “artistas do cotidiano, personagens que elaboram seus contextos com termos e orações próprias”, constituindo a dinâmica local e determinando as condições culturais que integram o universo particular do logradouro (CERTEAU, 2008). E foi buscando expor outros olhares sobre a vida cotidiana para além do “rotineiro”, e sob a ótica dos usuários, que encararei suas “rupturas drásticas” (LEITE, 2010, 2004).

Para tanto, tento compreender as projeções de poder exercidas na praça e as rupturas estimuladas por seus sujeitos, utilizando as categorias de “estratégias” e “táticas” analisadas por Michel de Certeau (1996, 2008). Conforme descreve sobre a estratégia, o autor se refere à constituição de um lugar, de onde fala um sujeito com vontade e poder, que encarna um modelo objetivo, esquemático e persuasivo. Criada sob uma perspectiva de longo prazo, a “estratégia” engloba e manipula um grande espaço e público de agentes. Para Certeau:

“Estratégia é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.)”.(CERTEAU,2008: 99)

Nesta perspectiva, associo os projetos urbanos institucionalizados e oficiais voltados para as Praças às estratégias, as quais incorporam suas próprias lógicas e estruturas. É válido ressaltar, que esta categoria não existiria se não fosse o seu contraponto, chamado de “táticas”, as quais convivem em meio aos mecanismos estratégicos, funcionando como procedências criativas, astuciosas e subversivas, quase imperceptíveis aos olhares do poder. Para Certeau, quanto mais forte for a estratégia, mais escondida e invisível se torna a tática. Reforça:

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: “a tática é o movimento dentro do campo de visão do inimigo” (CERTEAU, 1994, p.100)

Oriento-me, portanto, pela preocupação de Michel de Certeau em compreender como as práticas cotidianas, escapam dos condicionantes sociais nas quais estão sujeitas. Aqui, as práticas dos usuários da Praça de Fátima são artifícios que integram o universo dinâmico e heterogêneo do cotidiano, repleto de criatividade, sempre a se

chocar e se contrapor aos mecanismos e intervenções do poder público. Sobre as táticas, reforça Certeau:

Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vô das possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (Idem: 100, 101).

Apresento a realidade cotidiana da Praça de Fátima como campo de batalha, cujas táticas precisam encontrar modos inventivos de escape e de confronto, fazendo do espaço, um campo volátil e aberto a transformações. Pude perceber durante a pesquisa, que os sujeitos que se apropriam deste espaço, fogem dos padrões estabelecidos, muitas vezes alheios e incapazes de absorver o cotidiano enquanto relação. Analisando o universo urbano nesta perspectiva, Rogério Proença enfatiza o aspecto dinâmico e potencial do cotidiano. Reitera:

Na proporção direta da espetacularização da cultura e da tentativa de disciplinar o espaço, a vida cotidiana parece estar longe daquela rotinização preconizada. Ao contrário, ressurge repleta de fissuras, confrontações, contra-usos. As assimetrias do poder nos espaços enobrecidos constroem, mas não aniquilam as deambulações daqueles homens ordinários que taticamente demarcam suas práticas sociais no espaço vernacular e revelam a dimensão politicamente conflituosa da vida cotidiana. (LEITE, 2010: 753).

As dinâmicas sociais revelam, no cotidiano multifacetado e disperso, que não é possível colonizar os espaços públicos com propostas artificiais, totalmente alheias aos sujeitos que o constroem. Ao não levar em consideração as aspirações, visões de mundo e representações nutridas pelos usuários, os programas e projetos que perseguem obstinadamente uma idéia de cidade esteticamente ordenada, higienizada e pacífica, acabam transformando as paisagens urbanas em lugares vazios. (Leite, 2010).

Entretanto os agentes cotidianos, em suas “trajetórias táticas” imprimem mudanças e transformações nas elaborações estratégicas do poder urbano (LEITE,

2002: 122). Tais desvios táticos, considerados práticas transgressoras que desobedecem e transgridem regras e regulamentações instituídas no espaço estratégico, subvertem os usos e sentidos estabelecidos pelos agentes do poder, adquirindo, portanto, o sentido de “contra-uso”. Para este autor:

“O contra-uso é capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como também de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das resignificações que esses contra-usos realizam.” (LEITE, 2002: 122).

Para refletir sobre os significados que estes usos adquirem no espaço público da Praça de Fátima, levo em consideração, principalmente, os vínculos que os indivíduos estabelecem com o logradouro, agregando uma grande diversidade de práticas a conviver em constantes junções de conflito. Nesta discussão, aproprio-me da categoria “uso” como relações de indivíduos com objetos, grupos sociais e espaços. Para Fraya Frehse a aceção de “usos da rua” costuma remeter a um conjunto de regras de sociabilidade, e nesse mesmo sentido, incorpora a categoria uma aceção interpretativa de condutas corporais e relacionamentos sociais desenvolvidos nas ruas (FREHSE, 2009: 152).

Tomando este referencial teórico como ponto de partida, analiso aqui os efeitos e mudanças ocasionadas no espaço da Praça de Fátima, em detrimento das sociabilidades e dos vários sentidos atribuídos por seus usuários.

3.1. O “avesso” da casa: a praça dos que habitam a rua.

A praça de Fátima, dentre tantos usos que suscita, é antes de tudo um “locus de sobrevivência” para moradores de rua, que nela modificam estruturas e atribuem novos sentidos ao espaço, dentre os quais, o sentido de casa. Em estudo sobre a Praça Coração de Jesus, situada no centro de Fortaleza, a pesquisadora Andréa Borges Leão (1990) descreve como o lugar é apropriado por crianças moradoras de rua, que lhes atribuem um sentido de pertencimento acolhedor. Ao mesmo tempo em que funciona como casa, a praça se diferencia da mesma, possibilitando ao grupo, usufruir de outro tipo de ordem espacial e social.

Os espaços da praça, dessa forma, passam a ser utilizados por estes moradores como espaços residenciais, servindo como lugar para a concretização de funções como tomar banho, comer, vestir, fazer as necessidades fisiológicas e dormir, funções estas, típicas do universo da casa (SANTOS, 1985).

Certa vez, ao caminhar por um dos segmentos da praça, algo me chamara atenção. Tratava-se de um casal de moradores de rua que estavam trocando de roupa em plena luz do dia. A cena se esquadrihava da seguinte forma: o homem cobria o corpo da companheira com um lençol estirado, servindo como cabine de proteção. A moça, timidamente, em meio a risos para o parceiro, movimentava agilmente o corpo numa espécie de “vai-e-vem” para trocar a roupa. Por cima do lençol, a moça jogava as peças de roupa que seriam depois estendidas naqueles mesmos bancos para uma possível secagem.

Em seguida, após a mulher se vestir, o parceiro rapidamente sentou-se, estirou parte do mesmo lençol sobre o corpo, e agilmente trocou o calção, o qual estava ensoado d’água. Alguns minutos depois, a mulher retocava o visual, penteando os cabelos, e o homem, respingava jatos de desodorante sobre o corpo. Calçaram-se, acomodaram enormes mochilas nas costas, e seguiram caminho. Tal cena é bastante comum no espaço de Fátima. A fala a seguir, colhida de uma morador de rua da Praça de Fátima, muito revela sobre este tipo de apropriação.

Aqui tem a cacimba que a gente enche o balde e toma banho num banheiro de cor verde que tem ali. É muito horrível. Fica chato pra quem é mulher. É tanto que eu pego o balde e tomo o banho nele. Peço pra meu companheiro ficar olhando, mas é ruim viu. Pra mulher se torna muito mais difícil. Porque homem não, em todo canto toma banho. Não tá nem vendo. Não tá nem aí. Já pra mulher, sei lá. Eu pelo menos sou uma mulher muito vergonhosa! Lá na Messejana é melhor do que aqui na praça, porque tem a lagoa e nela a gente lava a roupa e toma banho. Aqui a gente dorme assim de frente a essa loja ou então ali na faculdade. (Moradora de rua da praça, ex-operária⁸⁹)

A apropriação da praça para banhos, ora individuais, ora coletivos, demarca nela um sentido de casa. Em minhas incursões pude ver com frequência, roupas molhadas estendidas pelos quatro cantos da praça, por cima dos jardins, dos bancos, ou até mesmo nas lixeiras e no chão. Esta prática, embora complicada do ponto de vista do morador de rua, tendo em vista envolver a exposição do corpo (apesar de vestidos) e muito mais, da

⁸⁹ A identidade da entrevistada foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

própria intimidade, é comum e já se tornou praxe, assim como também a realização das necessidades fisiológicas, que requer “jogo de cintura” e ousadia, pois nessas horas, a rapidez do corpo e a inventividade devem ser precisas, buscando alternativas e soluções as mais variadas, e discretas possíveis. Além do mais, a praça também se faz “cama”. Conforme aponta a pesquisadora Andrea Leão, a praça expõe a intimidade dos que nela residem. Por isso mesmo, acabam gerando novos significados aos espaços, encarados muitas vezes como cômodos de uma casa às avessas:

“(...) esta casa às avessas, de cômodos indefinidos, põe a mostra toda a intimidade de seus moradores. A oposição binária que define a casa e a rua como universos de sentidos excludentes entra em colapso quando o espaço público é apropriado de modo privado pelos meninos de rua. Entretanto, as categorias casa e rua, mesmo se enquadradas sob o prisma da dicotomia, admitem gradações (Damatta, 1990: 74-77). Há zonas intermediárias nas divisões internas no plano da casa que comunicam o de “dentro” com o “de fora”: as varandas, as salas de visitas (...)” (LEÃO, 1993: 85)

A realização de práticas como tomar banho ou lavar roupa em pleno espaço público, acaba transformando e reinventando as funcionalidades previsíveis da praça, possibilitando o uso invertido de seus equipamentos, como lixeiras, que ora planejadas para o recolhimento de lixo, ora apropriadas e transformadas em repositórios para dejetos humanos. Conforme apontou um morador de rua:

Pra fazer as necessidades é uma mão de obra. Eu pego uma sacola de plástico e arrumo um papelão. Sento perto dum lixeiro desse aí e boto um papelão, embaixo. Tiro o shorte um pouco e arribo a perna. É sempre no lixeiro. Aí quando eu termino, enrolo o papelão e jogo no lixeiro. Acabou! É rápido. Agora tem que prestar atenção. Um dia desses me aperreou. A praça tava cheia de mulher. Aí eu digo: -Agora lascou! Agora lascou que num vai dar certo. E eu agoniado! O quê que eu fiz? Eu tinha um pedaço de pano de rede. Eu digo: -Agora eu vou me embrulhar com esse pano de rede porque eu num agüento mais. Porque o povo num vai embora. Enrolei aqui...tirava o lixo um pouquim aqui, baixava o short, até que deu pra fazer a precisão. Me enrolei todim! (Morador de rua da Praça⁹⁰)

⁹⁰ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

Realizar estas necessidades no espaço da praça exige “jogo de cintura”. Por sua exposição ao público, vulnerável a qualquer tipo de intervenção, o morador de rua se utiliza de algumas táticas que o possibilitam “driblar” constrangimentos e proibições do lugar. A rapidez e os arranjos de mimetismo com que realizam suas ações passam-se “despercebidas”. A vergonha diante de olhares taxativos, muitas vezes inquisidores e horrorizados, não é suficiente o bastante para inibir a prática, que mesmo “denunciada” escorrega nas invisibilidades locais. Afirmam:

Ninguém vê não. É fazer sem vê. Não pode o povo vê não. Eu faço sem ninguém vê. O povo vai passando aqui, e eu fazendo a minha precisão. Mas ninguém nota. Eu tô embrulhado! (Morador de rua da Praça⁹¹).

Banho é fácil. Pega uma lata... um galão água. Senta no chão, num lugarzim assim. Senta, pega uma latinha, tem um shorte mais fino né, de malha. Aí eu banho bem aí. Mas é vestido de shorte. Nu não. Porque shorte de malha, enxuga. Tem que ter a manha. Se num entender a manha se lasca todim. (Morador de rua da praça⁹²).

Aonde a gente dorme, lá tem uma torneira. A gente toma banho toda hora. Tem um balde, uma vasilha (...) E pra trocar uma roupa é no banheiro...Tem o banheiro aí da igreja. Às vezes é na rua mesmo. Debaixo do viaduto. Faz uma coberta e se troca... (Morador de rua da praça⁹³).

Várias são as formas de lidar com o corpo, possibilitando a criação de “manhas”, fundamentais para o recurso da invisibilidade, que na primeira fala vigora em “não ser notado”, ou seja, “fazer sem ninguém vê”. Para tomar banho estes usuários bem sabem que há determinadas regras que facilitam a transgressão, como por exemplo, evitar tirar a roupa, ou fazer cobertas improvisadas, não permitindo a exposição do corpo ao público.

Além desta forma específica de usar a praça, os moradores de rua também a utilizam como cozinha. Entre um fogareiro e outro, os atores que ali se estabelecem torram pedaços de toucinho ou de sobras de carne que apanham no frigorífico próximo a praça. Alguns, mais ousados, fazem pequenos braseiros, e dentro de latas transformadas em panelas, cozinham legumes, verduras, e pedaços de carne, aproveitados de sobras e doações dos mercadinhos e comércios das proximidades. Várias vezes pude visualizar a

⁹¹ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

⁹² A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

⁹³ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

existência de vestígios de comida, latas chamuscadas e brasas apagadas no chão da praça, revelando que em dias anteriores, ali havia se cozinhado.

O preparo de refeições no “chão da praça de Fátima”, também é extremamente comum em dias de feira, quando uma infinidade de barracas são alojadas nela, para a comercialização de bebidas e comidas diversificadas. Contraditoriamente, este uso, desde que realizado por permissionários do espaço, torna-se legítimo, não incomodando às autoridades responsáveis por ordenar a Praça.

Sempre que seguia a caminho da Praça, com o intuito de perceber a dinâmica do lugar, dirigia-me aos pontos que mais agregavam movimento, e via, que do lado da imagem de Nossa Senhora de Fátima, sempre havia um grupo de moradores de rua a se reunir animadamente. Certa vez, indo até este segmento, deparei-me com o grupo, que estava realizando uma refeição. A comida, posta em cima do banco, e retirada de dentro de um balde havia sido recolhida de padarias e restaurantes. O alimento resumia-se a pão, maionese, restos de massa, algumas sobras e cachaça. O alimento era socializado entre todos, de modo que ninguém sobrava do banquete.

A realização de práticas como estas, transformam metaforicamente o equipamento, num cômodo particular. Transmutada e transformada em casa, a praça também é o lugar ideal para a guarda de pertences e outros objetos. Na ausência de armários e ou móveis residenciais que os satisfaçam, os moradores de rua se utilizam do espaço, transformando-o numa espécie de armário particular. Tal apropriação, vista com maus olhos pelos zeladores da Praça, é enquadrada com agravo, por desrespeitar as regras estabelecidas. Enquanto para os funcionários, as práticas degradam e danificam os jardins, para os moradores de rua, ajudam na satisfação de necessidades específicas, gerando conseqüentemente funcionalidades não convencionais, divergentes dos usos programados.

Em minhas várias idas ao local, deparei-me com roupas, lençóis, bolsas, sapatos, papelões, garrafas, baldes e outros tantos utensílios espalhados pela extensão das calçadas. O papelão, por exemplo, tão visualizado no chão da praça, é um acessório muito útil para o morador de rua, servindo tanto como lençol, como apoio para minimizar o incômodo das frestas e buracos entre as madeiras dos bancos durante a dormida. Sofás velhos, por exemplo, muitas vezes descartados como refugio doméstico, são aproveitados, e transferidos para a praça, transformam-na em “quarto dormitório” sem paredes.



Foto: A praça como casa. Flagra em um de seus “quartos dormitórios”.

Espalhados pelo logradouro, estes utensílios demarcam um tipo específico de uso no território. Ao fazer dela, uma espécie de lar invertido, os moradores de rua imprimem no ambiente, novas funcionalidades, transformando seus segmentos espaciais em quarto, sala, cozinha, banheiro, armário e varal. Como mesmo afirmam os zeladores e permissionários da praça, há dias em que o logradouro mais se parece com “um varal coletivo”, de tanta roupa estendida pelos bancos e jardins.

A partir deste universo de possibilidades e contra-usos, a Praça propicia ao morador, experimentar e vivenciar sensações típicas do universo social da casa, dentre as quais, o próprio sentido de proteção e segurança (DA MATTA, 2001: 20). Conforme a fala a seguir, o morador de rua expõe como a amizade, nutrida entre as pessoas da Praça, estimula a formação de laços de solidariedade, e fortalece o reconhecimento mútuo.

Eu durmo ali embaixo na parada de ônibus. Sabe por quê? Porque tem aquela lanchonete que é 24 horas. E é pertim assim de mim. Aí eu fico por lá...A mulher que trabalha lá, já é minha conhecida. Eu fico por ali, porque tem a minha segurança. Eles tão vendo quem tá mexendo comigo. Uma outra vez vieram mexer comigo, aí a mulher de lá tomou a frente. Quando eu tô dormindo lá no banquinho, ela chega com um café. Diz: -Vou embora! Eu digo -Tá bom, pode ir com Deus! Ela fica de olho. Pra mim é muita coisa. Não é nada minha, mas peguei amizade com ela. (Morador de rua da Praça de Fátima⁹⁴).

⁹⁴ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

Além de usufruir materialmente do espaço físico, os moradores de rua ali residentes, costumam tecer relações, criando um universo moral particular. Em pontos, os quais elegem como “seguros”, costumam criar vínculos com pessoas que lhes protegem do “perigoso” e arriscado mundo da rua. Em situações de risco, tais atores buscam se abrigar em espaços “vigiados”. Para Roberto Da Matta, a rua pode torna-se “o lugar do movimento, do perigo”, e a casa, o lugar da “calma e da tranquilidade”. (DAMATTA, 2001: 23).

Tais espaços não só representam dimensões físicas do mundo urbano, mas, e principalmente revelam “um espaço profundamente demarcado pela moral”, funcionando como dois campos que demarcam valores bem distintos (Idem: 24). Reforça o autor: (...) *temos que nos dar conta de que vivemos numa sociedade onde casa e rua são mais que meros espaços geográficos. São modos de ler, explicar e falar do mundo.* (Idem: 28-29). Existem diferenças claras entre estas duas categorias. Nesse sentido, a casa é demarcada como espaço definitivamente amoroso, onde reina a harmonia, contrária a confusão e a competição. Já assumindo um status diferenciado deste primeiro, a rua se caracteriza como campo de luta, competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos, onde as pessoas são indiferentes e desconhecidas. (Idem).

Assim, torna-se fácil perceber que em casa “tenho tudo e sou reconhecido nos meus mais ínfimos desejos e vontades”, pois é lá onde há um “supremo reconhecimento pessoal” e uma “espécie de supercidadania que contrasta terrivelmente com a ausência total de reconhecimento que existe na rua” (Idem: 28). Pontua Da Matta:

Em casa, temos as “pessoas”, e todos lá são “gente”: “nossa gente”. Mas na rua temos apenas grupos desarticulados de indivíduos – a “massa” humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa. De fato, falamos da “rua” como um lugar de “luta”, de “batalha”, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. Daí porque dizemos que a rua é equivalente à “dura realidade da vida” (Idem: 29).

Situados numa dimensão social diferenciada do universo da rua e da casa, os moradores de rua da Praça de Fátima vivenciam experiências singulares e específicas. Nesse sentido, a praça se transforma em espaço híbrido mediado pela síntese entre as fronteiras do público e do privado, e entre as fronteiras da casa e da rua. Apesar de distintos do ponto de vista ideal, os dois espaços acabam se mesclando, possibilitando o

surgimento de pontos intermediários. Para melhor perceber esta mescla, faço referência aqui a categoria do “pedaço”, utilizada por Magnani (1998) e que tão bem demonstra esta condição intermediária de espaço e categoria.

Para o autor, as relações do “pedaço” são mais estáveis que as regras impessoais da sociedade do trabalho, e mais amplas que os laços estabelecidos pela família. No pedaço, todos são “colegas”, ou “chegados” e podem ser identificados como alguém que está situado no intermédio do mundo protetor e íntimo da casa, e do mundo cão, desigual, e impessoal da rua. Reforça:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (...) No pedaço, porém, o fato de alguém estar desempregado não significa que deixa de ser filho de fulano, irmão de sicrano, colega ou “chegado” a beltrano (...) Pertencer ao “pedaço” significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade (...) (MAGNANI, 1998: 116).

Durante minha inserção em campo, constatei que a praça é muito mais que um pedaço, é uma síntese de contrastes e contradições. Neste contexto de contradições, de permissões e não-permissões, muitos são os usuários, as práticas e os equipamentos a suscitar uma teia de significados, dentre os quais merece destaque, os que são produzidos a partir de uma simples cisterna.

Situada nas proximidades do ponto de taxi, o equipamento é controlado por um lavador de carros, e acaba representando para a Praça, um centro convergente, a revelar um imbricado mundo de relações. Para ter acesso ao equipamento, por exemplo, os moradores de rua devem pedir “licença” ao lavador, que só consente seu uso, mediante algumas exigências particulares. A fala a seguir ilustra bem esta situação.

Aqui na praça existem duas cisternas que são comandadas diretamente pela prefeitura, que é quem paga a água. Eu alimpei ela. Botei as tampa, e hoje taí, toda no cadeado. O pessoal tava fazendo da cacimba, um batedor de roupa. Uma beirada de açude. Quando dava fé, tinha mais ou menos umas trinta a cinqüenta pessoas tomando banho aqui. E os moradores tudo ali de olho reclamando. Os moradores de rua botavam uma ruma de toalha pra secar. Era rede estendida... Aí foi que eu cheguei e botei essas tampas. Pronto, acabei a confusão... Tinha gente que tomava banho era nu e colocavam uma ruma de roupa estendida por cima das plantas. Acabou... Os moradores daí (residentes em casas nos arredores da praça), ave Maria!

Ficaram foi feliz porque eu fiz isso. Mas pra conseguir isso eu fiz amizade com os moradores de rua. Uma amizade que eu ia disdobrando eles sem malquerença, pra não atingir a eles. Por exemplo: se ele quisesse uma água, eu dizia: -rapaz isso aqui não é meu, mas é de vocês. Agora vocês tem que fazer uma benfeitoria pra praça. Você quer tirar água? Tire! Mas vá tomar banho do outro lado. Não em cima da cisterna, como vocês tão fazendo. Então o problema foi só esse aí. E eu fui acabando devagarzinho. Conversando com eles, disdobrando muito bem, pra eles não se alterarem contra minha pessoa. Hoje a cacimba é toda trancadinha. Você num vê quais ninguém mais pegando água...mas quando eles chegam aí e pedem água, eu vou lá e abro. Realmente ela agora tá aberta, mas se eu vê a bagunça, eu vou lá e tranco! Eu tenho o cadeado daí. Dei um para os meninos que são da prefeitura, e que tomam conta do jardim. Aliviou mais um pouquinho, porque tava demais. Tinha vezes que os moradores (residentes nos arredores da praça) ficavam olhando e diziam: seu **fulano (grigo meu para preservar a identidade do narrador)**, o negócio aí piorou! Cadê o cadeado? Rapaz levaram o cadeado. Realmente eles levavam o cadeado. Abriam. Arrebatavam à força. Mas depois eu fiz outra maneira de abrimento de cadeado. Foi quando melhorou, e até hoje, nunca mais roubaram cadeado. (Lavador de carros da Praça de Fátima⁹⁵).

Já bem conhecido no logradouro, este personagem é cumprimentado por todos, e por fazer do ponto um meio de sobrevivência, acabou também desempenhando a função de “controlador informal da cisterna”. Para este sujeito, a iniciativa de trancá-la com cadeados, cedidos apenas aos zeladores oficiais da praça, foi fundamental para manter a “ordem” no espaço, tendo em vista o uso indiscriminado que muitos faziam da água, principalmente os “moradores de rua”. Mantendo-a com gastos do “próprio bolso”, sua atitude agradou aos moradores do entorno, já bastante incomodados com a presença e com as ações dos moradores de rua no logradouro.

Para aqueles que residem no entorno da praça, para quem as coisas e os equipamentos, aparentemente possuem usos e funções bem delimitadas, a presença dos moradores de rua não é bem vinda, gerando um “choque visual” no ambiente. Como mesmo afirmou o lavador, a Praça se transformou numa “beirada de açude”, num “batedor de roupas”, num universo destoante e anti-urbano.

Utilizando-se do discurso da “benfeitoria para a praça”, o lavador desarticulou o uso indiscriminado da cisterna, “beneficiando” indiretamente os moradores do entorno, incomodados com as cenas cotidianas ali desenroladas. De forma aparentemente pacífica e diplomática, ele conseguiu disciplinar o ambiente, evitando a freqüência e a

⁹⁵ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

ocupação de “invasores”. Numa de nossas conversas, expôs algumas condições a que está sujeito.

Tanto eu libero pra eles, como os rapazes, que cuidam do jardim também. Porque isso aí não é meu. A prefeitura é quem paga. Eu dou graças a Deus poder usufruir, porque no dia que eles me proibirem, pronto! Eu não tenho mais o que fazer! Agora se eu puder zelar, eu vou zelar. Agora dizer: não rapaz, você aí é o dono. Não! De maneira nenhuma. Eu estou aqui por favor. Jamais vou chegar e proibir....por exemplo: o último dia 13 caiu num dia de domingo. O que foi que eu fiz: eu deixei a cisterna aberta. Quando eu cheguei, eu tive que tirar uma ruma de balde que tava lá em baixo. Porque eu zelo ela. Pra deixar toda limpinha e não ter contaminação. O pessoal dessas festas que vem pra cá vender comida, usam a água daqui. Então eu zelo como posso. Se a prefeitura chegar e disser: -rapaz eu vou fechar. Não quero mais que você tire água. Eu vou fazer o quê? Isso não é meu! Isso aí é da comunidade, da prefeitura. No dia que chegarem e disserem assim: -eu não quero mais que você tire água daqui. -Tudo bem! Muito obrigado. Pronto. Saudações! Eu tenho que agradecer os dias que passei aqui! (Lavador de carros da Praça de Fátima⁹⁶).

De acordo com o que pude observar, fazer cópias da chave do cadeado, atender aos pedidos dos moradores incomodados, ou interceder em discursos improvisados de controle, compõe “arranjos” não consentidos do espaço, funcionando como práticas desviacionistas, bricoladas e disseminadas pelo agente, que a qualquer momento pode ser advertido, e ou proibido de utilizar o equipamento. O fato é que mesmo utilizando um discurso aparentemente “normatizador”, este usuário assim como os próprios moradores de rua, também se apropria do espaço, adequando-o a interesses e necessidades particulares.

É importante perceber a peculiaridade com que este ator se apropria da praça. Na hora em que está trabalhando, o logradouro fica tomado por tapetes de carro espalhados Baldes cheios d’água se esparramam pela extensão da calçada, formando pequenas poças, e flanelas molhadas são estendidas no chão, ou mesmo penduradas em pregos, fixados no troco das árvores, onde podemos encontrar também, materiais de limpeza. Esta possível “invasão” espacial, a demarcar transgressões cotidianas dá dinamicidade ao território da praça.

⁹⁶ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

3.2. A disputa pelo uso legítimo do espaço: representações em conflito.

Neste subitem analiso as tessituras de conflitos reinantes no espaço da Praça de Fátima, mostrando de que forma, as representações sobre o lugar, influenciam as práticas cotidianas dos seus agentes. Ao conversar e entrevistar as pessoas em campo, percebi uma forte preocupação quanto a segurança do lugar. O medo, a desconfiança, a desaprovação moral de certas práticas, e a frequência de pessoas indesejadas no lugar, interferiam nos espaços de convívio.

Em minhas incursões, encontrei distintos grupos convivendo simultaneamente em meio a sentimentos contraditórios de afinidade e desconfiança. Quando indagados a respeito da praça, muitos lançaram representações negativas sobre o lugar, sobre algumas práticas e sobre algumas pessoas que a utilizavam. Os moradores de rua, por exemplo, foram considerados os “principais perturbadores” da ordem da Praça, encarados como “vagabundos” e “arruaceiros”, responsáveis pelas depredações do logradouro.

Ao analisar os mecanismos do medo, e os projetos segregatórios desenvolvidos nas cidades contemporâneas, Zygmunt Bauman afirma que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo das pessoas, “sempre a desconfiar dos outros e de suas intenções, tornado-se incapazes de acreditar na regularidade da solidariedade humana” (BAUMAN, 2009: 16). Em meio a este contexto de desconfiança, o caráter “espontâneo, flexível e surpreendente” reinante nas interações sociais acaba sendo exorcizado, provocando uma supervalorização dos espaços fechados e artificializados. Sob esta perspectiva, os espaços públicos acabam incorporando a qualidade de lugares vulneráveis a ataques de toda ordem.

Rogério Proença Leite alerta para a relativa perda de importância dos espaços públicos urbanos tradicionais, tais como praças, ruas, parques e galerias, devendo-se isto em parte, aos emergentes espaços virtuais de comunicabilidade em rede (*chats, blogs, reality shows, TV's interativas*); acrescidos dos processos contemporâneos de higienização estética de espaços urbanos históricos (*gentrification, disneyficação, patrimonialização*) e a crescente proliferação de espaços fechados de moradia, consumo e lazer (*condomínios fechados, shopping malls, parques temáticos*).

As praças, por serem espaços “públicos” abertos, propiciam à formação de ruídos urbanos, contrários a ordem e a organização estabelecida pelos gestores urbanos. Para a pesquisadora Lúcia Pimentel:

“A praça propicia a criação de espaços específicos, como guetos, para o encontro de grupos sociais excluídos: os homossexuais, os hippies, as prostitutas, os loucos e participantes de gangues (...) Nesse sentido, a praça aparece na cidade como um espaço alternativo para que se estabeleça uma sociabilidade diferenciada da sociabilidade convencional, é um espaço de resistência que, de certo modo, funciona como “escape” das tensões sociais da cidade, imprimindo na mesma características próprias.” (PIMENTEL, 1998: 10)

Os grupos “marginalizados” que são citados aqui, territorializam na praça seus próprios espaços, através de práticas “ilícitas” e “marginais”, convivendo simultaneamente em meio a outros tipos de práticas, vistas como “normais”. Esta múltipla e simultânea convivência impulsiona choques e tensões no ambiente. Sobre este aspecto conflitivo da praça, a pesquisadora Waldiane Viana esclarece:

“Pelo fato de as Praças representarem um espaço de lazer e de receber uma heterogeneidade de freqüentadores, podemos afirmar que elas são espaços de sociabilidade com momentos de harmonia e de conflito. As Praças, além de gerarem interação entre moradores e freqüentadores, ocasionam também conflitos sociais entre os mesmos.” (VIANA, 2009: 34)

As dualidades e conflitos gerados na Praça de Fátima são motivados em parte, por um choque entre distintas esferas morais, o que está expresso na tensão constante entre o mundo sagrado, com suas regras de decoro, e o mundo profano, assinalado e representado pelas práticas transgressoras, ilícitas, “obscenas”, “atentatórias” e “não-convencionais”. Para Lúcia Pimentel a violência gerada em suas fronteiras, adquire significados diferentes, conforme os diversos atores que a ocupam. Para os que freqüentam (esporadicamente) e trabalham nela, a violência é negada, já para os que nela moram/vivem, a violência é assumida e até mesmo naturalizada (PIMENTEL: 1998: 107).

Nesta discussão sobre conflitos e representações de práticas, é importante atentar para as transformações teóricas que ocorreram em torno do conceito “espaço público”, que, sem dúvida, sofreu muitas alterações (ALBERNAZ, 2007: 46, 47). Tal discussão

põe em evidência, que na cidade real, torna-se ainda mais difícil separar as categorias de público e privado, como muitos pretendem.

Os estudos urbanos atuais apontam para um processo de interdependência e síntese entre estas duas categorias. As sociabilidades na Praça de Fátima, por exemplo, são consideradas partes de processos conjuntos inseparáveis do público e do privado, envolvendo em seu contexto real, um “borramento” e um “embaralhamento” de fronteiras entre o legal, e o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito (TELLES, 2007a, 2007b). Por isso mesmo, mantenho-me nesta discussão, atento às limitações conceituais que empobrecem e classificam a realidade⁹⁷ através de modelos dicotômicos e categorias binárias (Santos, 2006; Carvalho 2001; Pinho de Carvalho, 2009).

Em seu estudo sobre a Praça José de Alencar na cidade de Fortaleza, Pimentel atenta para o fato de que a praça integra funções simultâneas dos espaços públicos e privados, não havendo, portanto, distinção entre eles. Destaca:

“Além de espaço público, a praça também é um espaço coletivo. É um espaço público na medida em que quem está na Praça está para (sobre) viver, para comunicar algo, para tornar-se reconhecido na cidade, para ser visto e para ver. Se o espaço público da rua e da praça é o anonimato, a José de Alencar integra as funções dos espaços públicos e privados, não os distinguindo. Um espaço coletivo portanto possui em sua dinâmica práticas associativas e uma malha de relações sociais que transformam a praça em um reservatório de cultura.” (PIMENTEL, 1998: 69)

Ao não possibilitar a divisão entre o que é meramente público, e o que é meramente privado, o espaço da praça torna-se lugar de confronto e conflito, possibilitando uma convivência entre diferentes maneiras de conceber e ocupar o espaço. Tal condição gera desentendimentos constantes entre seus usuários, fazendo com que suas fronteiras se desintegram, formando uma híbrida teia de relações espaciais. Nos relatos expostos a seguir, exponho elementos para analisar como as práticas dos “moradores de rua” são representadas pelos demais usuários da praça. Um dos vendedores locais me expôs o seguinte:

⁹⁷ Para maiores esclarecimentos ver também notas de aula em MENEZES, Eduardo Diatahy B. “Constatação da crise: dissipação da poeira” (I Parte) e “Por uma estética cognitiva para a sociologia” (II Parte). Disciplina “Tópicos Especiais II: Novas Perspectivas em Ciências Humanas”. Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-Fortaleza, 2011.

É porque os moradores de rua, eles bebem, se drogam...Ficam perturbando tanto os clientes, como a gente mesmo que trabalha aqui nas bancas, lanchonetes... Ficam querendo que a gente dê as coisas a eles, tipo cigarro, dinheiro...Tem uns que exigem. Se não dar, eles esculhambam a gente. (Depoimento de vendedor da praça⁹⁸)

Encarados como “marginais”, os moradores de rua são responsabilizados pelo “sucateamento” e pela “deterioração” do espaço. Na fala, tais agentes são apontados como agentes “perturbadores”, que incomodam e agridem moralmente às pessoas, projetando um mal-estar na convivência entre os diferentes usuários do logradouro. Projetados como “coisas fora do lugar”, destoam na paisagem organizada e assepsizada da Praça de Fátima. Para Lopes, tais representações atuam como formas de controle social e acabam funcionando como uma espécie de policiamento retórico, criminalizando e desqualificando socialmente tudo aquilo que destoa da “ordem” predominante (LOPES, 2004: 40).

Em atividade de campo, um morador de rua deixou-me a par, de que nem sempre, a atitude de pedir, é bem vinda no local. Alguns lugares, como os quiosques e barracas, considerados pontos interditados, são altamente controlados e vigiados por seus permissionários, que inibem a presença de pedintes⁹⁹. Para os permissionários, a presença “incômoda” dos moradores de rua, afasta, ameaça e inibe a clientela. Recordo-me bem, as palavras ditas em tom de reprovação: “*Nas bancas eu não peço. Eles não querem que a gente espante os clientes.* Outras falas também ilustram este contexto:

Por exemplo, neste instante tinha um mendigo sentado (*) agora tá deitado. Tá vindo de todo buraco. De todo buraco vem ladrão. E a gente não pode falar nada (...) Se falar tu é louco!...Essa barraca aí já foi roubada. Roubaram dois bujões de gás. Carregaram sábado em plena dez horas do dia (...) Levaram doze cadeiras novas que ele comprou e botou lá dentro. Eu também já tive problemas com isso. Eu e esse menino aí, quase todas as semanas nós éramos roubados. A barraca era bem pequena, os cara vinham, arrombavam, levavam liquidificador (...) Levavam tudo. Eu comprava um liquidificador novo, no outro dia ia simhora. Tinha dias que nós não tinha nem como trabalhar sem ter vasilha, porque roubavam tudo (Proprietária de barraca que fornece refeição na praça¹⁰⁰).

⁹⁸ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

⁹⁹ O termo é utilizado pelo poder público para definir aqueles que têm permissão ou licença oficial para utilizar o espaço público.

¹⁰⁰ A identidade da entrevistada foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

Tá cheim... Tudo bebendo cachaça. Roubando e bebendo cachaça. Aqui eu tava até dizendo pra o rapaz que foi roubado aí. A gente tem que fazer um jeito de procurar uma segurança por aí, ao menos pra corrigir, porque tendo polícia eles até se afastam, mas não tendo...principalmente no final de semana. É um horror! (Vendedora da barraca que fornece refeição¹⁰¹).

Conforme se vê, todos os atos relativos a roubos e furtos praticados na praça são atribuídos aos “mendigos”, considerados pelos permissionários, ladrões em potencial. Estigmatizados pelos modos de vida, geralmente associados ao consumo de bebidas alcoólicas, estes atores como mesmo aponta a segunda fala, “horrorizam” a praça.

Eles simplesmente chegam, acredito pelo próprio estilo de vida, que é muito árduo (...) pra quem vive na rua e...ou deixam excrementos inclusive na praça. Defecam. Se utilizam pra ingerir álcool e dormem aqui nos bancos também. (Freqüentador dos bancos da praça¹⁰²).

Tem dias que a gente pode contar, por aqui, uns cinco, seis, até dez moradores de rua. Tem um aleijadinhovêi aí, que é direto bebendo cachaça, nessa parada de ônibus, pedindo dinheiro. Aí existe um outro grandão que é conhecido aqui como **José (nome fictício por mim utilizado para preservar a identidade do envolvido)**, que leva o aleijado pra cima e pra baixo. É aquela putaria toda. Ontem tava uma confusão medonha deles dois aí...É a maior bagunça cara. O pessoal fica é com medo! (...) A gente percebe assim um certo medo (...) não é aquele medo de sair correndo não. É um certo reflexo, de se afastar um pouco, e ficar nervoso...(Vendedor de um dos quiosques da praça¹⁰³).

Em minhas idas e vindas a Praça de Fátima, pude conhecer pessoalmente este personagem, aqui referido como “José”. É comum o encontrarmos varrendo o calçadão da praça como favor aos taxistas, ou para os permissionários dos quiosques, e até mesmo lavando ou pastorando algum carro. Vez ou outra, também surpreende, pedindo dinheiro aos que se dirigem às lanchonetes.

Seu comportamento gera polêmica e controvérsias entre os freqüentadores da praça. Alguns o consideram “ingênuo, indefeso, incapaz de realizar atos prejudiciais”, já outros, o encaram como “perigoso, agressivo, suspeito e beberrão”. O certo é que “José”, realmente é polêmico, pois visto muitas vezes em situações tidas como

¹⁰¹ A identidade da entrevistada foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹⁰² A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹⁰³ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

anormais, tais como brigas, ameaças e arruaças. Sob o efeito da bebida, o morador se exalta, metralhando o ar com palavras ininteligíveis e xingamentos irreconhecíveis. Com gestos ríspidos, cambaleia teso para os vários caminhos que a praça propicia.

Nestas horas é mais conhecido como o “José” da polêmica. Todos sabem que sob os efeitos do álcool, nosso personagem pode a qualquer momento gerar discussões. Parte dos que já o conhecem, preferem não participar ou intervir em suas andanças e destinos, pois o consideram alguém que carrega o distintivo “sujo” do mundo da rua. Por abrigar pessoas assim, freqüentar a praça, para alguns, nem sempre é encarado como um lazer prazeroso e tranqüilo, pois, uma vez ocupada por grupos socialmente estigmatizados, a Praça de Fátima transforma-se em lugar “evitado”.

O que a gente vê, é que o que leva muitas vezes, as pessoas reduzirem a freqüência na praça é exatamente esse pessoal mais excluído que se apropriam do espaço, e que a comunidade tem medo de freqüentar. Com certeza o fato da praça estar vazia num momento como esse, não é exatamente pelos compromissos profissionais das pessoas. É pelo medo! A pessoa tem medo de sofrer um assalto. (Frequentador dos bancos da praça¹⁰⁴).

A pesquisadora Andréa Borges Leão ao analisar as representações sociais dos freqüentadores da Praça Coração de Jesus, realizado durante o início da década de 1990, destacou, que sua ocupação por crianças moradoras de rua, abalava o estado de coesão social do lugar, comprometendo o funcionamento harmônico da sociedade. Pontuou a autora:

O público constituía ameaça não só a propriedade dos bens de consumo – relógios, bolsas, carteiras, cordões -, mas principalmente representavam um atentado a valores, crenças e sentimentos de natureza culturais. (LEÃO, 1993: 142).

Dessa forma, o morador de rua causa um efeito perturbador na ordem, estando sempre associado a “bagunça”, hábitos e comportamentos repudiados pela população. Alguns discursos reforçam esta reflexão:

Pra evitar justamente a baderna dos bêbados, dos moradores de rua, que não eram pra ficar numa praça dessa. Se tiver bebendo: -rapaz a praça aqui é pra

¹⁰⁴ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

ficar sentado, não é pra ficar bebendo. Sai daqui e vai pra outro canto. Era pra polícia ter uma autoridade. (Zelador da praça¹⁰⁵).

Aqui tem assalto, roubo de moto, roubo de carro, prostituição. É uma praça abandonada por segurança. Essa praça aqui não tem segurança, de nada...de nada... É os mendigo se matando. Todos os meses tão matando gente nessa praça. Todos os meses esses mendigos matam uns aos outros. Você vê muito é rodada de “papudinho” bebendo cachaça. Daqui a pouco começa. Aí daqui a pouco tão matando os outro de pau. É pau. É bala. É faca! (Mototaxista da Praça¹⁰⁶).

Alguns usuários da praça consideram o lugar “perigoso”, destacando a prostituição, o uso de bebidas alcoólicas, e outras práticas “inadequadas”. Os indivíduos responsáveis por este contexto às avessas, assumem no discurso alheio, a posição de “vagabundos”, encarnando o símbolo da vida “desregrada”, contrária aos valores morais pregados pela sociedade do trabalho, da disciplina, e da regra. Sem possibilidades de controlar e planejar um futuro próprio, estes personagens malditos, acabam tendo que conviver com a “incerteza” e com o “risco”.

Neste aspecto, a Praça de Fátima encarna um tipo de convivência dúbia e antagonica entre práticas e sujeitos. O “abalo” moral, a desorganizar o ambiente regado da Praça, também é alimentado por outros personagens, que não só os moradores de rua, mas que também integram o mundo dos contra-usos. Refiro-me aos usuários de drogas que também estabelecem territorialidades no espaço sacro de Fátima. As falas a seguir são ilustrativas:

Existe uma garotada aí que usa droga. Inclusive, outro dia mesmo... houve até uma operação policial que veio aqui e levou um monte de garotada que tava usando esses produtos. Eles tavam lá usando com frequência. Ficava um grupinho na faixa etária de 17, 18, 20 anos por aí (...) usando lá livremente como se fosse algo normal. (Vendedor de um dos quiosques da praça¹⁰⁷).

Eles fazem o que querem aí no meio da Praça. Fumam droga... Se você andar no meio da praça vai ver que é cheio dessas arrumação. Às vezes é tudo filho de papaizim. Eles se misturam com os moradores de rua e usam

¹⁰⁵ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹⁰⁶ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹⁰⁷ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

também. Eu sei que eles moram pela redondeza. Eles vêm de bicicleta, vem de skate... (Vendedor da banca de revistas¹⁰⁸)

Fica meio chato, você vim pra uma praça dessa, pra querer levar um vento, e tem uma pessoa usando droga perto de você?! Você fica com medo! (Zelador da praça¹⁰⁹).

O grupo, sempre a marcar presença na Praça, é composto geralmente por “jovens”, tratados nas representações como “filhos de papaizim”, que se “misturam” aos moradores de rua, tornando o uso de entorpecentes, uma prática comum no local. Conforme observei, este público é visto com desconfiança, sendo considerado “perigoso”. Tais atores geralmente se fixam no mesmo espaço da Praça, onde está erguida a imagem de Nossa Senhora de Fátima, e o busto do papa Pio IX, dois símbolos que constituem a atmosfera sagrada do logradouro. Contraditoriamente acabam afirmando neste território, o embate entre o purismo da fé e o mundo profano. Logo, os usos malditos, concretizados por trás da imagem de Fátima, que sobre eles projeta uma sombra sagrada, demarcam uma tensão constante entre o “purismo” da fé e o mundo profano. Em várias incursões que fiz à Praça de Fátima, pude presenciar algumas destas cenas, e práticas, consideradas por alguns, “subterrâneas” e “amorais”.

É porque eles vêm muita planta, e acaba se tornando esconderijo. Mas isso aí não é esconderijo. Às vezes coincide de chegar uns e dizer: -olá amigo, tudo legal?! Tudo bom?! Ainda há pouco, passou um aí. Você sabe que a gente pra conversar tem que pensar três vezes. Tem pessoas que soltam palavras sem pensar. Aí, por uma pequena palavra, aquela pessoa fica marcando a gente (...) Aí, passa o bizu pro outro: -macho aquele cara não é legal. Conversei com ele, mas ele gosta de dá com a língua nos dentes! Ele num vai dizer pra você, mas vai contar para os outros. Mas graças a Deus, até agora eu venho aqui, e me sento numa boa. (Frequentador dos bancos da praça¹¹⁰).

Tem uso de droga. Ter tem! Mas, se agente puder só fazer a vista grossa, é melhor. Porque isso não me pertence. Porque que eu vou chegar e impedir. Eles gostam de fazer aquilo. Se eles tão fazendo uma coisa que é errada (...) Nós não se metemos nesse tipo de coisa. Aqui é um cuidado que nós temos. Esse negócio de passar um e perguntar: -rapaz você viu coisa assim e assado? Não! Não sei. Não vi. Também cheguei agora. Posso até ter chegado

¹⁰⁸ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹⁰⁹ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹¹⁰ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

cedo, mas não vi. Não sei. Pronto e acabou! Por quê que eu vou dizer? Vou dedurar? Vou fazer o quê? Vou arranjar malquerença. Vou arranjar até risco de vida pra mim. Eu não tenho inimigo aqui... Se eu tenho eu não sei, mas não me animo.... (Flanelinha da praça¹¹¹)

Talvez o pessoal que fique ali usando droga, seja porque não estão de frente das casas (...) a não ser, que quando os prédios estiverem prontos, eles saíam dali. Vai ter muita família. Mas como ali é um pouco mais escuro e escondido, eles dão preferência em ficar. Estou cansado de passar ali e ver criança fumando, usando droga. Não sei se é crack. Eu sei que é droga. Se não é cheirando cola, outras coisas mais. Ali tem prostituta. Tem tudo ali. Eu acho que é porque a gente não chama a polícia pra botar pra correr. Não reclama mais. Não tem reclamação. Por isso que eles se sentem mais a vontade ali. E também ninguém vai se meter com eles. (Morador do entorno da praça¹¹²)

Embora critiquem a presença incômoda dos “indesejados” da Praça, os moradores e demais freqüentadores sentem-se impossibilitados em denunciar a situação, temendo possíveis “represálias”. A situação refletida acima pelo flanelinha, e pelo morador do entorno, aumenta o sentimento de insegurança entre a população, intimidada e cada vez mais temerosa.

Pude perceber que a Praça de Fátima incorpora um universo heterogêneo de valores e formas de apropriação espacial. Em meio à diversidade que agrega e dispersa, a praça adquire a forma de um microcosmo, para onde convergem focos de tensão e fragmentos da cidade, onde predominam lógicas de um mundo ilegítimo, informal, ilegal e ilícito, a conviver simultaneamente com o mundo legítimo, legal e lícito. Nestes espaços em que os moradores de rua e usuários de droga demarcam seus territórios, predomina o “medo” e a “desconfiança”, revelando por isso mesmo um caráter maldito por trás da aura sagrada da Praça de Fátima.

¹¹¹ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹¹² A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

3.3. Entre o sagrado e o profano: a fé e o mercado ou mercado da fé.

Neste subitem resgato a reapropriação do espaço da Praça de Fátima a partir dos usos do mercado informal, configurando a paisagem do logradouro como lócus de sobrevivência para ambulantes e feirantes. Neste contexto, é possível visualizarmos alguns equipamentos como os quiosques, bancas de camelôs, barracas de comidas típicas e artesanato, carros de cachorro-quente, assim como também alguns usuários típicos da praça como ambulantes, feirantes, flanelinhas e prestadores de serviços. Esta atmosfera comercial adquire maior visibilidade, principalmente aos dias 13 de cada mês, data tradicional dos festejos que homenageiam N. S. de Fátima.

Lugar tradicional da antiga “feira das flores” ou “feira da 13”, como era reconhecida durante as décadas de 1970 e 1980, o logradouro adquiriu novas funcionalidades, transformando-se em ponto dileto para o mercado sagrado da venda de imagens sacras. É importante destacar que esta paisagem múltipla, constituiu-se simultaneamente pelo sagrado e pelo profano.

No dia 13 aqui é muita gente. É festa muito bonita! Tem tudo...(...) Barraca demais! Dia 13 de maio e dia 13 de outubro. Nos outros dias 13 já é menos o movimento, mas nos dias 13 de maio e 13 de outubro, menino, é uma loucura. O povo vive disso meu filho. Todo mundo só vive disso. (Maria, permissionária de barraca que fornece refeições na praça)



Foto: Aos dias 13 a atmosfera sagrada da Praça de Fátima divide seu espaço com a venda de artesanato e comidas típicas, também agregando aspectos de um território profano.

Como espaço de mutação, a Praça se configura como lócus de usos e atividades híbridas, possibilitando a convivência simultânea entre atividades formais e informais. Como mesmo apontou a permissionária da praça, todo mundo “vive disso”, ou seja, muitas pessoas sobrevivem da festa do 13, tornando-se por isso, um meio de vida, a possibilitar dinamismo para a informalidade, e festividade para fé . O discurso a seguir revela a construção desta paisagem comercial:

Com a reforma da Praça criaram esses três quiosques padronizados. Esse aqui eu não sei como foi que ele conseguiu permanecer, pois está fora do padrão. Dizem que o padrão é pra ser o dos quiosques. E por sinal até eles sofreram reformas. O próprio barraqueiro fez reforma nele. Ficou melhor, mais bem abrigado, com uma cobertura. Isso, já depois da última reforma da praça. Nessa parte onde a Praça ficou mais desocupada, onde tem essas árvores, a feira, de início se realizava justamente nessa parte central. A feira hoje ficou sendo realizada ao longo do calçadão. O comércio na praça está surgindo pouco a pouco. Antes só tinha essa livraria, essa porcelana. Agora já tem a Ibite, a COSBEL, academia de Pilates... Aqui já tem a Caixa, a Universidade Paulista, UNIP, onde é a UVA. (Roberto, ex-bancário, aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima).

Novos pontos comerciais foram alocados no entorno do logradouro, e passaram a compor um variado circuito comercial, incluindo bares, lanchonetes, restaurantes, bancos, universidades, clínicas de saúde, salão de beleza, academias, etc. Acompanhando os diferentes ritmos da praça, nos seus diversos horários, percebi que o fluxo de pessoas a freqüentá-la, aumentava ou diminuía, conforme a movimentação de atividades comerciais nela realizadas. Durante os três turnos do dia, tanto os estabelecimentos formais, como os informais (situados nela ou no seu entorno), transformavam-se em espécies de termômetros, a render alta ou baixa freqüência de pessoas no logradouro.

Quanto mais procurados eram os equipamentos, maior o número de pessoas a transitar pelo lugar, e a se fixar nos seus espaços. Mas, para além da rotina cotidiana, sabe-se, que o dia 13 é a data que mais agrega público no logradouro, e nestes dias, a área passa a ser ocupada por uma fervorosa multidão de fiéis e ambulantes, a disputar espaços e territórios. O comércio informal ali constituído se expande pelas calçadas, formando um cinturão comercial da fé, onde também barracas de comidas, alimentam uma infinidade de fiéis e clientes.

Para além da praça, o mercado informal também se expande para a igreja, onde inúmeros vendedores oferecem seus produtos religiosos, a quem entra e a quem sai do

equipamento, espalhando-se por suas calçadas e estacionamento. Ao passearmos por estas imediações, é comum visualizarmos uma multidão de ambulantes a disputar espaço e clientela em meio a uma negociação múltipla, ao mesmo tempo sagrada e profana.

Neste cenário festivo, levadas e mais levadas de gente, a descida e a subida dos ônibus dinamiza a atmosfera da praça, que ao misturar-se a sua paisagem comercial, é capaz de transformar este cenário num verdadeiro caleidoscópio. Em meio a tanta agitação, novos atores, dentre os quais, pedintes, representantes de empresas e panfletistas aquecem mais ainda o ambiente diversificado da praça aos dias 13.



Aos dias 13, panfletistas aproveitam a movimentação da praça para divulgar seus anúncios, e vendedores de comidas típicas demarcam no logradouro um espaço de “praça de alimentação”.

Enquanto isto, entre mercadorias e devoções, fiéis, amontoados próximos a imagem, louvam, rezam e oram a Nossa Senhora de Fátima. Alguns, ajoelhados, choram, e expressam seus mais profundos sentimentos, revelando, o quanto a imagem é capaz de agregar um universo particular de sociabilidades a praça, completando sua ambiência sagrada, e transformando-a em equipamento ícone. Basta alguém se aproximar fisicamente um pouco mais deste equipamento para visualizar uma série de pedidos e outros escritos fincados a lápis ou a caneta, a colorir a base branca da imagem. Através do diário de campo, registrei alguns destes pedidos de fé, os quais compõem pequenos universos de sacralidade:

*“Nossa Senhora,
Abençoe todos da nossa família.”*

“Senhor, por favor, me ajude a encontrar o meu filho Cristácio vivo ou morto. Me conceda esse milagre. Obrigada, por que eu estou desesperada”.

“Eu li peço em particular sabedoria para alcançar meus objetivos.”

“Minha Nossa Senhora ajude minha irmã Verônica Alves da Silva. Amém.”

“Minha Nossa Senhora, ajude-me de todos os maus. Amém. Djanira e família.”

“Minha Nossa Senhora, dê a saúde nos olhos do meu pai para que ele volte a encher dos dois olhos. Amém. Antônio Nonato da Silva.”



Foto: Fiéis em usos do sagrado escrevem “pedidos de fé” na base da imagem.

Aos dias 13, a Praça se transforma em zona simultânea de oferendas/adorações religiosas, e lócus de atividades comerciais, que embora demarquem práticas distintas, acabam complementando-se em meio a um espaço síntese e híbrido, onde ocorrem fusões entre as fronteiras do mundo do sagrado e do mundo profano, possibilitando além do mais, uma tessitura de divergências e conflitos, a conviver simbioticamente. Esta imbricação de práticas, atores e culturas, constitui uma realidade síntese, colocando os sujeitos em contato com um cotidiano de mutações.

Percebi esta junção de práticas e valores em diversos episódios, fosse aos dias convencionais da semana, fossem aos dias 13, momento este emblemático e oportuno para uma melhor visualização deste “embaralhamento” de fronteiras. Considero os dias 13 de cada mês, “micro-cenas” de uma realidade urbana a agregar comércio e festa, religião e mercado, pobreza e riqueza, lícito e ilícito, bem como outras diferenças e multiplicidades que convivem no todo da cidade. É curioso perceber que ao mesmo tempo em que dentro da igreja, fiéis louvam e escutam atentamente aos sermões “divinos” do padre, do lado de fora, mais precisamente no espaço da Praça, fileiras e

mais fileiras de bancas e camelôs, movimentam um agitado e complexo mercado de objetos sacros, a incluir desde fitinhas de pulso, velas, roupas com mensagens bíblicas, até quadros com paisagens e imagens dos mais variados santos católicos. Neste momento, comércio, negociação e vida sacra convergem para um emaranhado de códigos, sentidos e significados.



Foto: Calçadão da praça enquanto corredor entre o sagrado da fé e o profano do mercado.

A circulação e a movimentação de pessoas na praça aumentam significativamente durante os dias 13, principalmente nos meses específicos de maio e outubro, importantes datas do calendário católico, que homenageiam a padroeira do bairro, Nossa Senhora de Fátima¹¹³, e a padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Além de representar importante evento para o logradouro, o “13 de maio” nomeia a principal avenida do bairro, que funciona duplamente como corredor de fé, pois assim utilizada pelos fiéis aos dias santos (os quais percorrem sua extensão, anunciando louvores e orações) e também como espaço para escoamento do fluxo frenético de automóveis acelerados a procura de novos destinos. Nesta dupla função, a avenida encarna o duplo papel/sentido de palco simultâneo do escoamento de carros, e da exaltação da fé.

¹¹³ A lei municipal 8933, datada de 26/01/2005 e publicada em 01/02/2005 incluiu no calendário oficial festivo da Cidade, o dia 13 de maio consagrado à Nossa Senhora de Fátima.



Fotos: A Praça de Fátima entre práticas de devoção e práticas do mercado informal.

Desta efervescência, surge o encontro e o diálogo entre aqueles que buscam a fé e os que buscam a sobrevivência material. Nestes dias específicos de festa, haveremos de encontrar no calçadão da praça, alguns personagens que fazem parte desta paisagem síntese, dentre os quais, alguns personagens com quem pude dialogar, como a vendedora ambulante Socorro, trabalhadora, que comparece assiduamente a feira todos os dias de festa.

Como muitos outros que também utilizam a praça como espaço de sobrevivência, Dona Socorro constantemente perfaz um típico itinerário aos dias 13 para chegar até a Praça, quando sai de casa às 4 da manhã e chega no destino ainda de madrugada, permanecendo no local até o período da noite, momento em que o rito festivo é concluído.

Eu saio de casa às 4 da madrugada. Eu venho de carro. Quando dá oito horas da noite, já estou desarrumando as coisas. Quando dá 10 horas, no máximo,

eu já estou em casa. Já eles não (se referindo aos feirantes de Canindé). Eles passam a noite e o dia aqui. Eles só vão chegar em casa quando amanhecer o dia. Eu só vendo nos eventos de Fortaleza, porque pra longe eu num viajo não. Acho que não compensa viajar. Eu fico mais aqui, onde tem a festa de Nossa Senhora do Carmo, festa de Nossa Senhora Aparecida, festas desse tipo. (Dona Socorro, feirante vendedora de imagens e objetos sacros)

Entre fitas, terços, colares, pulseiras, chaveiros com inscrições sagradas e miniaturas de santos, Dona Socorro negocia, e ao mesmo tempo se diverte, aproveitando a oportunidade para praticar sua fé e a devoção aos santos católicos que tanto venera. Ao contrário do que se pode imaginar, a venda de imagens não é apenas um simples e objetivo ato de vender, negociar ou lucrar, mas também um ato de praticar a fé. Nossa protagonista afirma:

(...) pra que coisa mais maravilhosa do que tá só no mei de santo. Não existe! Como isso dá prazer. Eu gosto muito. Eu dou tudo pra religião católica. Lutando com santo ainda mais. Pra mim é um prazer. É um lazer (...) Todo mundo que tem barraca aqui já tem ponto fixo. Essa barraca era do meu menino. Depois que ele passou a trabalhar, passou ela pra mim. Faz quatro anos que eu estou aqui. Mas a barraca, já tem uns dez anos. Eu gosto dessa luta com santo. Sou uma pessoa muito religiosa. Dou o maior valor. Se eu não tiver ganhando muito dinheiro (...) porque esse negócio num dá muito dinheiro. Ninguém aqui ganha muito não. Mas mesmo que eu num esteja com dinheiro. Só em tirar um dia diferente, já compensa. Às vezes, eu chego em casa, e as minhas netas perguntam: -vó, foi bom? Ora, pra que coisa mais maravilhosa do que está só no meio de santo?! Não existe! (Dona Socorro, feirante vendedora de imagens e objetos sacros)

As imagens e santos vendidos são objetos venerados e sagrados para Dona Socorro. Enquanto vende, também ora. Como reforça: “só o fato de estar trabalhando no *“meio de santo”* já é uma recompensa”. Mais que um ato calculista, racional e imparcial, negociar imagens evoca outras dimensões da vida social. Neste espaço de cruzamentos e hibridizações, o mercado sacro e profano da praça se mescla. A vendedora nesta dimensão transcendente perpassa a lógica do mercado.

Muitos dos vendedores, chegam à praça ainda na véspera do 13, e ali instalam suas barracas, que também acabam servindo de abrigo para uma noite de sono reparador. Com a instalação “pouco a pouco” das bancas (já padronizadas pela prefeitura), a paisagem da praça vai recebendo seus primeiros sinais de transformação, transmutando-se numa constelação de experiências “híbridas”.

Neste dia de festividade, o anexo do logradouro de Fátima, localizado na Avenida Osvaldo Studart, sai da sua condição de vazio (pois nos dias normais o espaço quase não é utilizado), para se transformar em espaço praticado, apropriado por vendedores a estocar imagens entre árvores e jardins. Muitos deles, cansados da viagem que fizeram de Canindé a Capital, ali mesmo atam suas redes, e espalham colchões para ligeiros e reparadores cochilos.



Redes e imagens entre árvores e jardins.

Vir para a feira é mais que negociar, é vivenciar relações, criar momentos e realizar práticas cheias de significados. Participar dela é integrar um ritual urbano e cotidiano carregado de valores. Para ilustrar este quadro de convivência entre o sagrado (a festa de Nossa Senhora de Fátima) e o profano (realização do comércio da feira) exponho aqui algumas matérias jornalísticas:

ENTRE MULTIDÕES A LOUVAR E MULTIDÕES A VENDER

No

santuário

Enquanto aguardavam a chegada imagem de Nossa Senhora para o ato litúrgico e a conseqüente coroação, os devotos ocupantes da Praça Pio IX e do entorno do santuário, aproximadamente 30 mil pessoas, assistiram ao show do sanfoneiro Waldonys, que, cantando forró e músicas de cunho religioso, agitou a multidão.

"Estamos gratificados por esta imensa massa aqui presente. Em 2009, tivemos cerca de 80 mil pessoas. Neste ano, batemos o recorde e tudo graças ao poder de Nossa Senhora de Fátima, que é venerada por multidões", disse Maria Teresa Araújo, integrante do cerimonial.

A fim de aproveitar o evento, camelôs não faltaram no entorno da Praça Pio

IX e nas calçadas de acesso à Avenida 13 de Maio, vendendo variados tipos de produtos, que iam de pequenas imagens, velas, terços, santinhos até tipos gastronômicos, caldos, pratos típicos e sanduíches, para faturar um extra.

ADALMIR
REPÓRTER

PONTE

FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=785038>

PRAÇA
Inauguração

PIO
aqueceu

IX
comércio

Como sempre acontece nas festas de Nossa Senhora de Fátima, um intenso e movimentado comércio de artigos religiosos se formou na Praça Pio IX, em frente à igreja, na Avenida 13 de Maio. Este ano, entretanto, a inauguração da imagem da santa, que tem 15 metros de altura, aumentou não só o número de fiéis dedicados às orações, mas também o de vendedores ambulantes.

Segundo o titular da Secretaria Executiva Regional (SER) IV, Roberto Rodrigues, o comércio reuniu cerca de 70 comerciantes instalados em barracas, além de 600 vendedores ambulantes, de produtos diversos, desde artigos religiosos a alimentos e bebidas.

Roberto Rodrigues disse que o grande número de comerciantes autônomos foi uma decorrência natural do crescimento do fluxo de fiéis, que este ano teve mais uma motivação, a inauguração da estátua de Nossa Senhora de Fátima.

A SER IV instalou mais de 40 banheiros químicos e fez uma orientação para que os resíduos sólidos fossem acondicionados em lixeiras espalhadas ao longo daquele logradouro.

A maioria dos comerciantes de artigos religiosos tem procedência de Canindé, município localizado a 100 quilômetros de Fortaleza, lugar de romaria em torno de São Francisco.

Esse é o caso da comerciante Helena Maria Câmara Castelo Branco. Ela diz que a festa deve representar um lucro líquido de R\$ 400,00. “É um dinheiro considerável, levando em conta que meu marido se encontra desempregado”.

FONTE: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=537425>



A fé e o mercado ou o mercado da fé. Vendedores de imagens sacras fazem do calçadão da praça um corredor simultâneo de fé e comércio.

O mercado de imagens da Praça de Fátima envolve uma extensa rede de agentes, dentre os quais: fabricantes de imagens provenientes de Canindé; proprietários de comércios existentes no centro de Fortaleza; vendedores autônomos circulantes da Praça (trabalhadores sem ponto fixo no logradouro, que vendem seus produtos circulando pelo ambiente e oferecendo-os diretamente as pessoas); e os vendedores ambulantes, feirantes cadastrados na prefeitura que possuem um ponto fixo (chamados também de permissionários).

Entre eles, prevalece um sistema de “compra e venda”, esquematizado da seguinte forma: na escala primária, os fabricantes de imagens vendem seus produtos para os comerciantes do centro da Cidade, que posteriormente serão revendidas para os ambulantes, e para os vendedores circulantes da praça. Os ambulantes, vindos de Canindé, e geralmente fixados no anexo da praça com menor movimentação, negociam diretamente com os fabricantes provenientes de Canindé, e os ambulantes¹¹⁴, residentes em Fortaleza, compram suas imagens no Centro ou dos próprios ambulantes de Canindé.

¹¹⁴ Categorias de vendedores que circulam pelo espaço da igreja, espalhando-se difusamente e efemeramente pelo espaço a procura de clientes.

Nesta divisão social do trabalho informal, a concorrência entre os vendedores é também um dos aspectos que muito chama atenção, por envolver táticas as mais variadas.

(...) A gente tá vendendo a dez reais uma imagem dessa. Bem aqui assim tem um rapaz que tá vendendo de seis. Eles derrubam muito o preço da imagem. Aí quando é mais tarde, a gente vai vender de oito, sete, aí ele já tá vendendo de cinco. Tem gente que vende até de 4 reais uma imagem dessa de 60 centímetros, que é Nossa Senhora das Graças. Porque...pra quem faz dentro de casa, e que a família é grande, que pinta e tudo (...) pra eles isso não é nada, porque é todo mundo de dentro de casa, e não tem que gastar com mão-de-obra. Agora, pra quem paga os outros pra fazer tudo (...) pra pintar, fazer acabamento, aí é mais complicado. Não dá pra pagar nem o que gasta. Pra fazer uma peça dessa, custa oitenta centavos. Você compra uma lata de dourado por 14 reais. Compra uma bisnaga por dois reais, que é pra fazer a tinta. Compra o galão de tinta por dezoito reais. Vem o plástico que é 30 reais. Aí você ainda paga uma pessoa pra fazer os olhos. Pra sombrear a imagem, pra fazer esses riscozinhos mais escuros na pistola... Aí tem a energia que a pessoa gasta pra pistolar. Um trabalho que no final do dia se acaba. Ninguém apura tanto o que gastou. Tem vendedores que compram uma imagem minha de sete reais. Vai por ali e vende a dez. Tá ganhando o dele em cima. Tem vendedores que fazem assim. Ele vem aqui e pega duas imagens. Vai ali na frente da igreja e vende. Vem, pega mais duas e vai. Passa o dia todo nesse corre-corre. Ele compra e vai vender ali pra ganhar o dele em cima. É gente de Canindé que não tem a verba pra fazer a imagem pra ele mesmo, mas tem a malícia de vender. Aí ele vem ganhar o dele em cima. A pessoa faz mais barato que é pra eles ganhar o lucro deles em cima. (Eduardo, feirante de imagens sacras vindo de Canindé).

Os grupos produtivos costumam vender suas imagens a um valor mais barato, diferentemente dos produtores autônomos, que vendem suas mercadorias a um preço mais elevado, utilizando como pretexto, o dispêndio de gastos com serviços específicos. A lógica do preço se adéqua aos mecanismos da economia local.

Além das táticas e dos artifícios econômicos, o vendedor também deve se adaptar a outra lógica, tão complexa quanto à anterior, e que está expressa na ordenação do espaço estabelecida pela Prefeitura Municipal. Estrategicamente, todo e qualquer permissionário que venha a se estabelecer como feirante tem a obrigação legal de se cadastrar na prefeitura e de pagar uma taxa mensal no valor de vinte e sete reais, quando então adquire a condição de permissionário.

Pois a gente que só vem pra praça no dia 13 de maio, ficamos mais afastados. O pessoal dali agora inventou um crachá praqueles que vêm todo mês. Eles têm prioridade de ficar ali na frente (da 13 de maio). Eles pagam

uma taxa pra ficar aí. Gente como eu, que só vem no mês de maio, que é o dia de maior movimento, fica por aqui. Aqui e acolá, a gente também vêm no mês de outubro, (Nossa Senhora da Conceição) que é outra grande festa. (Feirante¹¹⁵)

Sempre a gente bota ali outra mezinha, mas eles não dizem nada não. O pessoal cadastrado não gosta muito que a gente bote as mesas aqui não. A gente evita por causa dos fiscais. Antes a gente colocava de frente pra pista, mas aí como hoje precisa do crachá, nós não podemos mais. Pra evitar confusão a gente puxou e botou mais pro lado de cá. Pra gente aqui é melhor na hora da procissão, porque aí quando a procissão chega, o pessoal se espalha aqui e quer comprar. Os fiéis saem andando, e tem uns que já estão abafados e querem levar mais um ventinho. Aí eles se espalham e aproveitam pra fazer suas compras do nosso lado (...) Ano passado, quando a gente saiu daqui já iam dar onze horas da noite. Quando o movimento tá menor, porque tem muita gente que ainda compra umas coisinhas. Aí quando o movimento baixa mesmo, que já tá pouco movimento, a gente coloca as coisa no carro e viaja. (Feirante¹¹⁶)

Os lugares mais visados e privilegiados para os feirantes geralmente agregam o maior número de fiéis e “clientes”. Para fixar barraca nestes pontos é necessário, além de estar cadastrado, marcar presença regular em todos os dias 13 (de todos os meses do ano). No entanto, esta condição não consegue abranger a todos, muitos dos quais, vendedores não permissionários, que sem acesso a espaços previamente demarcados, distribuem-se difusamente no território, aproveitando as brechas e as fissuras que o poder controlador não dá conta.

Neste ambiente de disputa territorial é marcante a presença de alguns fiscais da Secretaria Executiva Regional IV, responsáveis pelo ordenamento espacial. Circulando de uma ponta a outra da praça, estes agentes visitam e vistoriam as barracas, prontos para intervir em casos de irregularidades e ou uso indevido do espaço. Numa de minhas incursões, entrevistei o supervisor destes fiscais, que prontamente me discorreu sobre a atuação do poder público na área:

Um dos principais problemas é a falta de espaço pra alocar cada vendedor ambulante desse. Não tem espaço suficiente. Por isso que eles ficam utilizando o estacionamento, que era pra ser utilizado somente por veículos. Também ocupam a calçada de pedestres, na lateral da igreja. Isso tudo porque não tem espaço. E até que tem! Eles poderiam continuar aqui no calçadão da praça. Mas não querem. Se a fiscalização não tiver lá na porta da

¹¹⁵ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹¹⁶ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

igreja, eles entram pra vender dentro. Pra eles, só tem movimento lá... só é interessante se ele tiver lá em cima. Várias vezes a fiscalização foi e tirou eles de lá. Tem duas entradas nas duas laterais da igreja que facilitam o acesso, e a fiscalização vai pra retirar, porque o espaço lá não permite passar nem uma criança. (Gilberto, supervisor dos fiscais da Secretaria Regional IV)

Reconhecendo o problema do grande quantitativo de feirantes na praça, o supervisor expôs sobre os vendedores volantes, os quais na sua concepção, “não querem ocupar os espaços demarcados pelas autoridades”. Situados nos arredores do logradouro, estabelecem-se no estacionamento da igreja ou nas suas calçadas laterais. Carregando objetos nos braços ou em “pirulitos” (espécie de expositor/mostruário de terços, pulseiras e colares), estes vendedores sem ponto fixo, transformam-se em “contraventores do espaço”, encarados pela prefeitura como coisas “fora do lugar”.



Foto: Aos dias 13 os fiscais da SER IV organizam o espaço. No momento da foto um deles, advertia um vendedor ambulante a circular pela praça.

A busca por espaços “proibidos” mostra-se oportuna por propiciar melhores vendas ao ambulante. Na falta de olhares vigilantes, estes sujeitos escapolem das vistas do poder disciplinar, e adentram o espaço da igreja, demarcando território no universo do sagrado. Vista como afronta à “santidade” e ao “espaço da fé”, a imbricação de fronteiras é inevitável:

Tem que afastar no mínimo cinco metros pra um lado e cinco para o outro. Estes limites são determinados pelo decreto 9143. Nele está posto que os ambulantes têm que ficar a cem metros de distância de escolas, universidades, bancos, igrejas, repartições públicas, hospitais. Mas eles querem ficar dentro da igreja com aqueles pirulitos, andando com aqueles terços pendurados. Nós já tiramos vendedor de dentro da igreja, com o pirulito. Então a Regional não está fazendo a apreensão de mercadoria. O

que é que ela tá fazendo? Qual é o trabalho? Garantir que do mesmo jeito que eles tem o direito de ganhar o dinheirinho deles, os fiéis também têm o direito de entrar na igreja. Quem chega para assistir tem o direito de estacionar o carro. Mas eles não acham isso! Eles se sentem prejudicados, porque a fiscalização fica retirando. Levando ao pé da letra, eles nem sequer poderiam ficar lá, por que o decreto é claro: cem metros de distância. Mas a gente tenta dar uma organizada. (Gilberto, supervisor dos fiscais da Secretaria Regional IV)

Aqui o supervisor faz referência ao decreto 9143, marco legal que rege o ordenamento espacial da cidade. Embora demonstre que a fiscalização tenha por objetivo “agradar a todos”, ressalta que os vendedores se sentem prejudicados por estarem sendo “retirados” do ambiente.

As bancas poderiam continuar nesse calçadão. Todos aqueles ambulantes que estão trabalhando no espaço da igreja, poderiam continuar trabalhando nesse calçadão. Espaço tem! Agora se você for lá perguntar a eles se eles querem trabalhar aqui (...) e dizer que a prefeitura vai dar uma barraquinha padronizada pra eles. Eles não querem não. Nós falamos aonde que ele pode ficar. Mas é o seguinte: -quando o pessoal já fasta um pouquinho, eles já voltam novamente. É o dia todo nesse jogo. Os padres pedem que os ambulantes mantenham o máximo de distância dos fiéis. Porque eles querem ficar na entrada principal, nos portões da lateral. E a paróquia pede que afastem o máximo que puder. (Gilberto, supervisor dos fiscais da Secretaria Regional IV)

Valendo-se de táticas pontuais, os vendedores volantes rejeitam a “oportunidade de se fixar no espaço”, burlando regras e se apropriando de lugares “indevidos”, mantidos pela igreja e pelo poder público. Ao adentrar neste âmagô sacro-santo, o vendedor, “transgressor do espaço”, acaba burlando as regras da “autoridade divina”, subvertendo também a própria jurisdição urbana.

A igreja quer fazer umas grades na parte do estacionamento. Aí nós vamos analisar como é que vai ficar, quando elas realmente forem colocadas. Por enquanto esses vendedores circulantes que ficam na frente da igreja, dentro do estacionamento, fizeram o cadastro. Temos o cadastro deles na Regional. Isso não significa dizer que tenham a permissão pra usar o espaço. Eles apenas estão cadastrados (...) Mas aqui tem essa questão social com os que estão sem a permissão. A gente procura reordenar o lugar. Tentar organizar, apesar de ser um trabalho muito difícil. Mas mesmo assim a fiscalização fica lá tentando organizar, porque se não tiver vira um caos... (Gilberto, supervisor dos fiscais da Secretaria Regional IV)

Nesta exposição, percebe-se a existência de um forte embate entre as proposições do poder público e as necessidades cotidianas dos vendedores informais. As condições reais e as situações cotidianas dos trabalhadores que vivem da rua acabam transpassando limites e barreiras. Para a pesquisadora Vânia Lopes, a força do discurso recriminatório em relação ao comércio ambulante avança na Cidade, acusando-o de “produtor de sujeira”, “poluidor do ambiente” e principalmente de “invasor do espaço”. Mesmo quando se admite que o ato de sujar, poluir e invadir os espaços não sejam práticas restritas somente aos trabalhadores ambulantes, o discurso generalizado visa criar um estereótipo sobre o “mercado informal” (LOPES, 2004: 56). Pontua a pesquisadora:

“É nesse terreno arenoso e escorregadio que se insere a polêmica da retirada do comércio ambulante do centro de Fortaleza. Aliada à noção de progresso encarnado numa experiência visual de grandes edificações, alargamento de ruas, remoções de favelas, reformas e reconstrução de praças, as intervenções urbanas, anunciadas no período, também revelam expectativas sobre os efeitos visuais que os traços físicos da cidade pudessem produzir principalmente, em se tratando de turistas e pessoas ligadas ao ramo das construções civis.” (LOPES, 2004: 57)

Por se apropriarem do espaço de forma diferenciada dos planos e perspectivas almejadas pelos urbanistas, os trabalhadores ambulantes subvertem a perspectiva de cidade ordenada, construindo uma paisagem de arranjos e (re) apropriações não convencionais.



Foto: Apropriações do espaço aos dias 13. Vendedores ambulantes de imagens e objetos sacros a disputar território no estacionamento da igreja.

Na perspectiva do urbanismo, Lopes esclarece como esta ocupação de ambulantes desqualifica o espaço da cidade:

“A expectativa de exercer fascínio nos habitantes da cidade, com a nova morfologia espacial, se deparou com ações furtivas. Estamos nos remetendo ao complexo mundo do comércio ambulante. É outro universo de espaço não desejado para a cidade que se humaniza através do concreto, da reforma e reconstrução das praças, de lugares que se erguem com o intuito de fazer brotar novas formas de relações sociais chamadas de “espairecimentos”.” (LOPES, 2004: 61)

A ocupação dos ambulantes desagrada também a alguns moradores do entorno, a denunciá-los como “obstáculo para o livre trânsito de pedestres”. Afirma o morador:

Tá faltando um pouco de disciplina nessa parte dos camelôs que ficam na praça. Por exemplo: qualquer pessoa se instala aí, e começa a vender qualquer coisa. O negócio está meio desorganizado. Isso vai comprometendo o espaço pra circulação do povo (...) (Morador do entorno da praça¹¹⁷)

Macedo registra que o urbanismo moderno passou a privilegiar uma dimensão unifuncional das calçadas, sendo este discurso apropriado por parte da população.

O corpo estático não tem mais lugar nesse equipamento urbano, tacitamente reservado à fluidez do movimento. (...) O fato é que as práticas de sociabilidade entremeadas de conversas e cadeiras nas calçadas se tornaram objeto de repúdio, ao passo que a rua ia sendo reservada aos veículos, e a calçada aos pedestres. Em face desses propósitos destinara-se aos transeuntes o “confinamento privado”.” (MACEDO, 2002 et. al. LOPES, 2004: 70)

Tais concepções de uso espacial, disseminadas pelos órgãos que mantêm a disciplina e a ordenação da cidade, tendem a desqualificar os usos populares da rua. Considerando a Praça de Fátima, um lócus de sobrevivência, identifiquei nela alguns “pontos”, capazes de reinventar o espaço, dentre os quais destaco, os pontos dos flanelinhas, mototaxistas e taxistas. Ao conversar com um mototaxista sobre a formação de seu ponto, ele me assegurou:

Quando começamos a rodar aqui, todo mundo era pirata. Foi logo quando começou a rodar o mototáxi em Fortaleza. A gente funcionava como motoqueiro particular. Aí a prefeitura resolveu legalizar. Nós tamo aqui desde esse tempo (...) O ponto quem faz é a gente. É legalizado por nós mesmos. Só quem pode parar aqui somos nós cinco. Os outros pontos funcionam também assim. Nós não podemos

¹¹⁷ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

encostar nos outros pontos. Cada mototáxi tem seu ponto (...) Você começa a rodar num determinado canto. O cliente descobre que ali tem um mototáxi, você fica lá e pronto. Daí o ponto passa a ser seu. Você fica conhecido como mototaxista daquele ponto (...) O ponto não é cadastrado! Nós temos apenas o cadastro da profissão. A moto é legalizada na ETUFOR e tudo, mas o ponto não. (Mototaxista da Praça de Fátima¹¹⁸)

Como se percebe, os “pontos” funcionam mediante algumas regras particulares, e conforme o narrador, não é nem cadastrado, nem reconhecido oficialmente pelas autoridades, sendo usufruído apenas por “colegas” ou “companheiros” que compõe a categoria dos mototaxistas. Os pontos da praça fazem fronteira com a Rua Sebastião Leme, corredor bastante freqüentado por vendedores informais a negociar cafezinho com tapioca, cachorro quente, milho verde, batata frita e outros quitutes. Sentados nos bancos, estes personagens esperam pacientemente algum passageiro. Em número menor, o grupo não chama tanta atenção pelo espaço que ocupa, e da mesma forma que os taxistas, não tarda muito e logo são convocados para uma corrida, tendo que se ausentar por longos intervalos das imediações da praça.

No período da manhã, além dos mototaxistas, alguns taxistas também ocupam os bancos deste corredor, funcionando como ponto de encontro, descanso e pouso. De instante em instante, entre contínuas e imprevisíveis corridas, estão sempre saindo ou retornando à praça. Nestes pontos, além das conversas, também é possível perceber a existência de uma rede de afetos, onde “colegas” se tratam como entes de uma grande “família”.

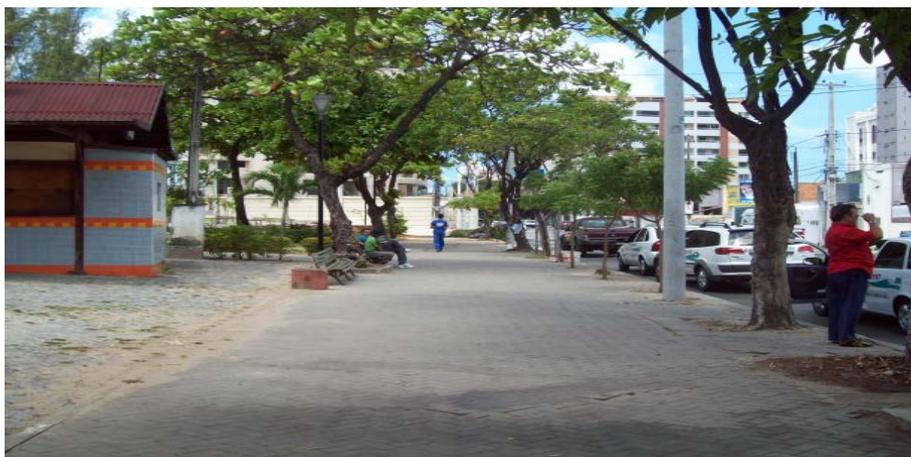


Foto: A praça da prestação de serviços: o “ponto dos taxistas”.

¹¹⁸ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

Território apropriado, o “ponto” também é lócus de sobrevivência para flanelinhas, que neles “pastoram” e “lavam” carros, atividade bastante comum no entorno da praça, e altamente disputada pelos moradores de rua, que vêm nestes nichos, uma oportunidade para a geração de renda.

O ponto é o lugar pra pastorar carro (...) Nem todos tem seu ponto. Mas tem uns gaiatos que chegam e ficam, e pronto. Eu, graças a Deus não preciso de ponto não. Eu nem ligo pra isso. Dá é morte! Dia de hoje, tem missa. Tá cheio de carro. Eu podia muito bem tá numa rua dessa. Mas não quero! Já pra evitar confusão. Já tentei pegar um ponto várias vezes. E o cabra que já tava lá quais me batia. Aí eu disse: - Não! Eu vou sair de mansinho porque não vai dar certo... (Morador de rua da praça e ex-flanelinha¹¹⁹).

Para conseguir domínio e exclusividade sobre seu ponto, o flanelinha precisa adentrar num universo de disputas, na maioria das vezes marcadas pela violência. Diferentemente dos pontos anteriores, os quais são “coletivos”, estes últimos não necessariamente também serão, a depender muito de uma aceitação, pois nem todos “aceitam” dividir espaço, e quando isto ocorre, o ponto se torna um território individualizado. Nestes segmentos, o conflito é inevitável. Sobre estes contextos de disputa obtive o seguinte discurso:

Essa mulher aqui é a (*¹²⁰), ela pastora carro em frente à igreja Nossa Senhora de Fátima. Essa mulher me fez uma vergonha tão grande nessa igreja, que eu nunca mais na minha vida me esqueço. Eu fui pedir um carro pra mim pastorar pra poder comer... até o homem me deu 2 reais e a gente comprou pipoca. Aí por causa disso, ela me esculhambou nessa igreja: -você num peça mais nos meus carros não! E eu fiquei passada de vergonha porque tinha muita gente. Era dia 13 também e tava lotado. Eu fiquei passada porque ela foi pedir o dinheiro do carro e o homem deu foi pra mim. Ah meu Deus, pra quê? Foi uma baixaria! E olha que ela já tinha pegado vários carros, porque aí no dia 13 tem muito carro. É só de 2, 5, 10, 20, 40 reais de uma lapada só. (Moradora de rua e ex-flanelinha da praça¹²¹)

Numa de minhas andanças pela Praça, avistei uma moradora de rua a conversar seriamente com outras amigas nas mesas-tabuleiros situadas nas proximidades da imagem de Fátima. Identificando-a, saudei-a imediatamente. Troquei algumas palavras

¹¹⁹ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

¹²⁰ Para preservar a identidade de alguns sujeitos da pesquisa opto por suprimir alguns nomes.

¹²¹ A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

iniciais e perguntei sobre seu companheiro. Com a voz sôfrega, demonstrou sinais de tristeza e amargura. Disse-me que havia sido preso. Ao assuntar sobre o motivo, a moça respondera-me que o homem havia agredido um rapaz numa disputa por ponto.

Em campo, pude perceber que a grande maioria dos moradores de rua ali estabelecidos, eram flanelinhas e trabalhavam pastorando, e ou lavando carros nas proximidades. Alguns dos quais não optaram por este meio de vida consideraram a atividade, como perigosa, principalmente por ser competitiva e por depender de acordos informais arriscados, demarcados por lutas e disputas territoriais. Este tipo específico de apropriação tende a evitar a partilha, a “concorrência”, e a posse “indevida” de territórios demarcados. Conforme pude perceber, conversando com vários deles, na maioria das vezes, conflitos como estes, culminam em assassinatos.

Na luta pela sobrevivência, uma série de “tessituras” e “urdiduras” são produzidas (TELLES, 2007a, 2007b). Para se manter no espaço é necessário que o indivíduo aprenda a conviver na “arte do contorno” (Idem), passeando pelos mundos da certeza e da incerteza, da legalidade e da ilegalidade. Nesta realidade, onde se vive “sob o fio da navalha”, o legal e o lícito, convivem inseparavelmente com o ilegal, e com o ilícito.

Tais atitudes não podem ser meramente classificadas como desvios e ou clandestinidades, pois entre a cidade legal e a real, existe um fosso e um grande distanciamento conceitual entre aquilo que é idealizado, e aquilo que é concretizado. As pessoas que convivem neste meio, geralmente precisam se utilizar de linguagens e gestos próprios, para manterem-se vivas e ilesas. Em estudo realizado sobre o mercado informal, e sua relação com a clandestinidade, a pesquisadora Vera Telles tentou compreender o modo como estas duas linhas de força, as quais perpassam os mundos urbanos atuais, se entrelaçam numa conjunção de tramas sociais e agenciamentos práticos (TELLESa, 2007: 176, 177).

Nesta cidade de informalidades e ilegalidades, os indivíduos e suas famílias transitam em tênues fronteiras entre o legal e o ilegal, lidando diariamente com códigos de ambos os lados, para conseguir “sobreviver em meio à adversidade”. (TELLESb, 2007: 25). Para Telles (Idem), as tensões do mundo se revelam na fricção entre os “indivíduos governáveis” e o que escapa dos dispositivos gestionários nos agenciamentos práticos da vida cotidiana. Nesses pontos de fricção é que homens e mulheres negociam a vida e os seus sentidos. Aponta:

“(...) saber transitar entre fronteiras diversas, se deter quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, se calar quando é o caso. Sobretudo: saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos: como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema.” (TELLESb, 2007: 26).

Neste circuito de fronteiras, onde a arte do contorno prevalece, esquemas e lógicas duais entre o legal e o ilegal formam uma trama consentida. Nestes percursos é importante saber transitar, saber se comunicar, evitando o choque e a ruptura. Indo várias vezes aos pontos informais da praça, pude ouvir um dos flanelinhas que me contou como adquiriu a exclusividade do seu “ponto”, território onde atualmente trabalha e retira seu sustento de vida. Falou-me:

Eu vim pra cá por intermédio dos meus irmãos. Eu tenho três irmãos taxistas. E eu tomo de conta do ponto deles. Os pontos de taxi são de um ao 10. Aqui é o ponto sete. Esse é um dos pontos de apoio em que os meus irmãos trabalham (...) Meu irmão caçula chegou pra mim e perguntou se eu não queria mais trabalhar pra ninguém. Aí me perguntou de novo: -rapaz será que você queria trabalhar lavando carro? Será que você num se envergonharia? Eu disse: -não, não. Pois venha pra cá! Só que quem fez esse ponto foi outro rapaz. Era o que lavava os carros antes de mim. Ele chegou e falou com meu irmão. Aí meu irmão disse: - rapaz como é que nós faz pra meu irmão vim pra cá? Aí ele disse: - se você fizer um acordo eu saio. Se você me dá mil conto, eu abandono o ponto e dou pro seu irmão. Aí o que foi que nós fizemos. Nós perguntamos se ele queria 700 contos no ponto. Ele aceitou. Nós demos uma parcela, e com 3 vezes nós pagamos o restante. Hoje, eu acho que ele se arrependeu muito de ter feito esse acordo. Por que é bom, embora seja arriscado. Se a prefeitura chegar aqui e dizer: rapaz nós não queremos mais que você lave carro aqui. Aí pronto. Ninguém mais lava. (Flanelinha e lavador de carros da praça¹²²)

Como se percebe, negociar um ponto não significa apenas vender um pedaço da área física da praça, mas conceder direitos de uso paralelos à lógica institucional de controle urbano. Desabrochados nas falhas do poder, estes códigos propiciam demarcar artes do contorno no espaço. Territórios bem demarcados, o “meu ponto” ou o “ponto dele” estabelece fronteiras fluidas entre o lícito e o ilícito, e neste conjunto de regras às avessas, o ato de apropriação paralela do ponto, demarca também concorrências, desafetos, desentendimentos e disputas.

¹²² A identidade do entrevistado foi preservada, garantindo sua integridade, privacidade e individualidade.

Negociações como estas, demonstram o aspecto multiforme do mercado informal da Praça de Fátima. Nesta trama de imbricadas urdiduras, fronteiras solúveis, fluidas e flexíveis há uma desarticulação de limites, entre aquilo que pode, e aquilo que não pode, entre o legítimo e o ilegítimo. Para Magnani, arranjos como este, transformam usos e sentidos habituais em práticas dinâmicas e heterogêneas. Alega:

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despachos e ebós, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante. (MAGNANI, 1996: 39).

O cotidiano, com suas exigências práticas, possibilita a expansão do universo social, estimulando (re) significações e novos usos sobre os espaços. Estes dualismos que pairam entre o legítimo e o ilegítimo se fundem, transformando-se em arranjos híbridos. Aqui, os usuários do espaço público estão sujeitos a dispositivos rígidos. No entanto, conseguem burlar e transgredir a organização espacial planejada demonstrando que o cotidiano não é tão disciplinado quando se imagina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças suscitam significados peculiares para os que habitam a cidade, condensando-se em reservatórios de emoções. Espaços símbolos, elas agregam a vida social e pública do urbano, concentrando em torno de seu núcleo, comportamentos, hábitos e padrões culturais. Dessa forma, pude perceber não só os ares “românticos” e “civilizados” de uma Fortaleza *Belle Époque* a desfilar modas, e novos estilos em praças jardins, mas também ares “ambíguos”, “contrastantes” e “marginais” de uma praça pública contemporânea, esquecida pelos poderes oficiais. Nesse sentido, revelo como a Praça do passado e do presente se configuraram e se configuram na cidade de Fortaleza.

De seu passado, captei formas arquitetônicas e demonstrei como o espaço é capaz de transformar, e ao mesmo tempo de ser transformado, a partir de comportamentos individuais e coletivos. Faço este percurso, tomando como referência alguns equipamentos ícones, como a igreja, a forca, o pelourinho, o mercado, as cacimbas, os chafarizes, as estatuárias, as fontes, as avenidas (para passeios), os combustores, os quiosques-cafés, os jardins, os coretos, os bancos, o abrigo, as pistas para patinação e ciclismo, as áreas para turfe, a coluna da hora, e os terminais de ônibus. Através destes elementos pude perceber o quanto as praças encarnam a história da cidade, representando importantes símbolos para sua memória coletiva. Conforme destaquei, as praças encarnam processos de mudança a cada nova época, e com esta percepção, consegui captar sentidos específicos de praça, e de cidade, de acordo com o tempo.

Defini a partir da Igreja, como a praça incorporou os sentidos e as lógicas do poder religioso, remetendo a catequese e a vida da sacralidade. Atento aos seus vários signos, destacando também a forca e o pelourinho, símbolos de uma praça embebida de domínio colonial, com seus modos próprios de fazer justiça e política. Destacando os mercados e as feiras, registrei a praça do negócio, da economia e das trocas materiais, sempre a abastecer as mesas dos fortalezenses.

Nesta praça da feira, anuncio os burburinhos, discussões políticas e conchavos que modificaram a vida pública de Fortaleza, moldando e mau dizendo usos e comportamentos. Revelando sua paisagem de cacimbas e chafarizes, anunciei a praça do abastecimento d'água, a fazer jorrar de seu seio, o precioso líquido, tão imprescindível à saúde do corpo humano e do corpo urbano. Elementos vitais para a

cidade, as cacimbas e os chafarizes mataram a sede dos homens e os ensinaram novas formas de encarar a higiene e a saúde pública. Encravados nos centros dos logradouros, demarcaram fortes mudanças no saneamento de Fortaleza.

Contemplando suas estatuárias, pontuei a prática da homenagem e do culto público aos heróis e autoridades civis, eternizados nestes espaços de encontro público a velar pelos vultos e almas que constituíram a memória oficial. Centrando-me sob as estatuárias, anunciei a praça que incorpora a alma da arte e o requinte arquitetônico, a abrandar os sentimentos e ânimos de uma população influenciada pelos ares europeus.

A beleza e a simetria, tão bem contadas aqui nas vozes de cronistas e historiadores, geraram uma visão particular e estilizada das praças do passado. Em meio a jarros, fontes, gradeados e adornos, demarquei nas praças, sinais de “civilização”, concretizados nos hábitos e nas ostentações da população. Ao passo que a cidade adentrava nos finais do século XIX, também se intensificavam as contradições e desigualdades sociais, refletidas em suas elites “europeizadas” a desfilar requintes e esnobismos nas avenidas “civilizadas” dos passeios das praças, tão distantes física e simbolicamente das classes desfavorecidas. Nestas Praças de avenidas e passeios desiguais, vestir-se bem, portar indumentárias, tais como chapéus, luvas e sombrinhas, era sinônimo de “avanço”, “evolução” e “progresso”, época marcada por grandes transformações urbanísticas a incorporar artifícios e regulamentos de disciplina.

Adentrando no século XX, deparo-me com seus jardins, construídos com toques de maestria e sensibilidade, a expor variadas espécies de nossa flora e fauna. Sua composição trouxe um novo verde para a praça, que não mais o verde espaçoso, e rústico das matas fechadas e antigas mongueiras, ou mangueiras, tão comuns em suas paisagens de século XIX. Este novo ar, composto tal e qual uma tela, com cores de variadas flores, palmeiras, e crisântemos, valorizou o equilíbrio entre cidade e a natureza, alegrando mais ainda sua paisagem.

Completando o sentido de civilização e trazendo luz para a escuridão noturna das praças, os combustores a gás carbônico trouxeram, além do charme e esplendor paisagístico, a marca da “claridade”, que passou a reinar absoluta sobre o obscuro e o suspeito. Por suas cores de tons esverdeados, a noite se fez branda e a praça ganhou mais um horário de passeio. Símbolo de avanço técnico e científico, o equipamento serviu como ícone a afirmar a supremacia e soberanias das leis científicas sobre as intempéries do mundo natural.

Dentre novos equipamentos a trazer diferentes, requintados e “civilizados” usos, práticas e representações para as praças, os quiosques ao estilo dos cafés franceses, ali instalados nos seus quatro lados e pontas, trouxeram-lhe novas marcas, modificando a paisagem das relações públicas em seu entusiasmado e vibrante mundo. Destes cafés freqüentados por brilhantes mentes e intelectuais, dar-se-iam inesquecíveis partos de conhecimento, como o sublime movimento literário da “Padaria Espiritual”. Das mesas de seus cafés proferiam debates acadêmicos, produções literárias, versos e linhas poéticas de uma geração intelectual, empolgada com a chegada de novos horizontes hermenêuticos além-mar. Com os cafés, a praça se rendeu aos encantos e fantasias da boemia.

Os charmosos quiosques de madeira sofisticaram o popular e simples hábito de beber o cafezinho, incrementando-lhe calorosas e empolgantes discussões e bate-papos, regados a outros tipos de bebidas quentes, e de pratos de sofisticada culinária e fino paladar. O hábito, incorporou um complexo de relações no espaço público, dando vazão à produção de conhecimento, e ao prazer, nutrido com o ócio da boa conversa, da boa bebida e da boa comida.

Estes mesmos quiosques, que representavam sinônimos de mudança e elegância durante finais do século XIX, transformaram-se em modelos anti-higiênicos e antiestéticos no começo do século XX, demolidos pelas mãos de Ildefonso Albano e Godofredo Maciel que os extirparam da paisagem da praça, alegando estarem os quiosques, tirando a beleza e sujando tais logradouros.

Novas vozes e sinfonias também ecoariam por elas, com a construção de magníficos coretos, de onde saíram belíssimos hinos, tocatas e retretas das bandas de música do Batalhão Militar. Entre valsas, xotes, polcas e mazurcas, casais namoravam, e um vasto público se distraía em inspiradores passeios. Como lugar de incitamento público, o coreto anunciou vozes de protesto e manifestações políticas, algumas reprimidas, outras exaltadas. Mas, nenhuma imune de suas marcas e conseqüências históricas. Palco de discursos e comícios inflamados, dali se anunciaram hipocrisias, levantes, e tantas outras artes da retórica. Palco ambíguo para sons harmônicos e vozes estridentes de revolta e ânimo, o coreto dinamizou a vida da praça, estimulando e criando novos usos para seu espaço de ágora.

Assim como os coretos, também fizeram parte desta história, os bancos da praça, suportes aos convescotes, tramas, conspirações e sarais, revelando-se personagens

ícones de sua história. Frequentados por intelectuais, jornalistas, médicos, políticos, advogados, industriais, desocupados, “banquistas” e outras tantas categorias de frequentadores, os bancos constituíram sem dúvida, espécies de sindicatos e agremiações políticas e literárias. Neles, amizades foram nutridas, silêncios, alimentados, lealdades, exaltadas, e grupos, eternizados na história. Parlamentos resignificados e reapropriados pelos usuários da praça, os bancos trouxeram e incrementaram para estes logradouros, o prazer conversa, do diálogo e dos debates.

Os ânimos na praça não paravam de crescer, ainda mais com a instalação de um certo Abrigo Central, considerado na época, o centro comercial, transformado em café, e em local para a prosa descompromissada e para o encontro surpresa. Repleto de lanchonetes, pequenas tabacarias e armarinhos, recebia diariamente um público altamente variado, incluindo desde os figurões de alta patente, até os mais gozados e histriônicos tipos populares. O Abrigo foi sem dúvida, para os testemunhos da época, uma verdadeira “assembléia popular”, agregando a vida comum e típica de Fortaleza.

Interligada às mudanças de concepção urbanística e de comportamentos sociais, as praças acompanharam a história dos usos, hábitos, e representações da cidade, acolhendo as mais diversas práticas esportivas (patinação, ciclismo, etc.), quando estas começaram a ser exaltadas como hábitos saudáveis e marcas de civilização.

No agitado “ir e vir” do tempo, a praça também fundou sua própria hora, aderindo à ideologia do cronômetro universal e impessoal do tempo matemático. E assim se fez a Coluna da Hora, equipamento que passou a orientar os afazeres na indústria, no comércio, no transporte, na residência...na vida. Nesta moderna Fortaleza, a hora triunfava e reinava absoluta.

Certo tempo, transformadas pelos tecnocratas do regime militar, perderam suas manifestações, resistências e protestos, absorvendo novos e diferentes agentes nos fins do século XX, quando passou então a servir de palco para os dramas da vida social. Ocupadas por atores “marginalizados” da sociedade, dentre eles os “moradores de rua”, as “prostitutas”, os “desempregados”, os “integrantes de gangues” e um grande contingente de trabalhadores do mercado informal, as praças adquiriam a feição de espaços da informalidade e ilegalidade.

Servindo como lócus para as manifestações da diversidade, foram na contemporaneidade, reapropriadas pelas tribos urbanas, transmutando-se em espaços síntese de hibridizações, e lócus do embate e do conflito entre gostos, estilos e usos.

Resignificadas nestes novos tempos, as praças foram reapropriadas pelo capital e por novas formas de resistência política. Privatizadas, acabaram adentrando artificializadas nos espaços dos *shoppings centers* camufladas de simulacros modernos.

Reinventadas como “praças de alimentação”, “praças temáticas” ou “praças estilizadas” (de centros comerciais e condomínios fechados), o logradouro recebeu a marca do mercado global e das relações financeiras internacionais, servindo como “templos” de consumo visual e mercadológico. Contraditoriamente, adquiriram ares de resistência política, quando ocupadas pelos movimentos que recentemente rodaram as principais cidades do mundo (movimento dos indignados e dos imóveis). Palco para a afirmação da diversidade, e das distintas tribos urbanas, transmutaram-se nos anos 2000 em “ágoras modernas”.

É notório que nos últimos anos, assimilaram políticas privatistas estimuladas pelos poderes públicos, que através de parcerias com agentes privados, aprisionaram-na sob o julgo de “praças adotadas”. Demarcada em dispositivos legais, a Parceria Público Privada (PPP) trouxe novos investimentos para a Praça, ao mesmo tempo que também intensificou a “expulsão” de certos usuários “indesejados”. Visando urbanizar e higienizar a “degradada” e “abandonada” praça pública, estas mesmas políticas de manutenção e controle, lançaram soluções privatistas para o espaço, tornando-se exclusivo dos que “colaboram”, sejam empresários, comerciantes, associações e ou entidades privadas.

Ocupadas por diversos atores, encarnaram hibridizações de usos, transformando-se em “espaços sínteses”, como é o caso da Praça de Fátima, lugar reapropriado e resignificado por uma variedade de atores a conviver num verdadeiro borramento de fronteiras entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, e entre o legítimo e o ilegítimo. Representando um espaço de múltiplos usos, a praça de Fátima é apropriada por trabalhadores informais (ambulantes, feirantes e flanelinhas), moradores de rua, usuários de droga, prestadores de serviços (taxistas, mototaxistas), fiéis e devotos de Nossa Senhora.

Emblemática na cidade por demarcar um lócus religioso específico, é conhecida também por receber a “movimentada” feira de imagens e objetos religiosos aos dias 13 de cada mês. Enquanto espaço múltiplo, é capaz de agregar diferentes sentidos e significados, misturados em meio a práticas do mundo sagrado e profano. Situada num bairro atualmente em constante processo de valorização imobiliária e ascensão social, a

Praça de Fátima modificou seus usos na história, passando por diversas intervenções e reformas. Incorporando usos tradicionais nos primórdios, atualmente é apropriada por agentes encarados como “indesejados”, dentre os quais, os moradores de rua, usuários de droga, flanelinhas e ambulantes. Seu espaço, portanto, condensa um cenário de conflitos e disputas entre as fronteiras do público e do privado, do legítimo e do ilegítimo, do formal e do informal, do legal e do ilegal. Nesta Praça, usos, práticas e representações entram em confronto num borramento de fronteiras.

Como tese fundante e central deste estudo, defino as praças como um mapa de resgate para a construção histórica da cidade de Fortaleza, a se resignificar em suas múltiplas conexões de tempo e espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADERALDO, Mozart Soriano. *A praça*. Fortaleza: R. Esteves Tipoprogresso, 1989.

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza; Programa editorial da Casa José de Alencar, 1998.

ALBERNAZ, Paula. *Reflexões sobre o espaço público atual* In: *Espaço e Cidade: conceitos e leituras*. LIMA, Evelyn Furquim; MALEQUE, Miria Roseira. 2ª Edição-Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e Biografia na História Oral* IN: JACÓ-VILELA, Ana Maria. *Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*. São Paulo: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Miguel Ângelo. *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1991.

AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça*. 2. ed. Fortaleza: Casa Jose de Alencar/Programa Editorial, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC/Casa de Jose de Alencar, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1992.

_____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da Ação*. Campinas; 4ª edição. São Paulo, 2003.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade*. São Paulo: EDUSP, 1987.

CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

- CASTRO, José Liberal de. *Contribuição de Adolfo Herbster a forma urbana da cidade de Fortaleza*. t. CVIII: 43-90; 1994.
- CAMPOS, Eduardo. *O Retrato da Praça*. Edições Livro Técnico, Fortaleza, 2002.
- CAMPOS, Moreira; BARROSO, Antonio Girao; MAIA, José Barros. *Roteiro sentimental de Fortaleza: depoimentos de história oral*: Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia /. Fortaleza: UFC - NUDOC/SECULT.
- CARVALHO, José Jorge. *O olhar etnográfico e a voz subalterna* In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n.15, p.107-147, julho de 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano - Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 3ª ed. Vol. 1, 2008.
- _____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. Vol.2: *Morar, Cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da Cunha. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza, CE: Imprensa Oficial do Ceará, 1990.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Editora Rocco: Rio de Janeiro, 2001.
- DIAS, Milton. *Fortaleza e eu*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979
- FREHSE, Fraya. Usos da rua In: *Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas*. Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite (orgs.). Edições Almedina: Biblioteca Nacional de Portugal; setembro de 2009.
- GALENO, Alberto S. *A praça e o povo: Homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira*. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. 2ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.
- JOB, Daniel Carneiro. *A Praça do Ferreira. O inédito, o sério e o pitoresco*. Gráfica Encaixe Ltda: Fortaleza, 1992.
- LEÃO, Andréa Borges. *Uma casa de meninos e meninas no "Coracao de Jesus"*. Fortaleza, 1993. 225fl. Dissertação (Mestrado) Cesar Barreira; UFC, 1993.

LEITÃO, Juarez. *A Praça do Ferreira: República do Ceará Moleque*. Edições Livro Técnico, Fortaleza, 2002.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17, nº49, junho de 2002.

_____. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. da Unicamp, Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

_____. *A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea* In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.53, nº3, 2010. (b)

LOPES, Marciano. *Os dourados anos*. 3D Editora. 3ª Ed, Fortaleza, 1993.

LOPES, Vânia Lúcia Silva. *Meios de vida: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

MAGNANI, José Guilherme. *A antropologia urbana e os desafios da metrópole* In: Tempo Social, USP, abril 2003.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Quando o campo é a cidade. Fazendo antropologia na metrópole* In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (orgs.). Na metrópole – Textos de antropologia urbana, EDUSP, São Paulo, 1996.

MARQUES, Ana Cesaltina Barbosa. *A Praça Portugal como lugar : negociações de sentidos em encontros presenciais e mediados pelo computador*. 2010. 116 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Fortaleza, 2010.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. “*Constatação da crise: dissipação da poeira*” (I Parte) e “*Por uma estética cognitiva para a sociologia*” (II Parte). Disciplina “Tópicos Especiais II: Novas Perspectivas em Ciências Humanas”. Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-Fortaleza, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Ed Contexto. 1994.

NEVES, Frederico de Castro. *Mapas, memórias e mentes: espaço, tempo e conhecimento nas ações humanas. Fascículo 2 – Memórias: as mãos, as mentes e o mundo*. Fortaleza: Tipoprogresso, 2007.

PINHO CARVALHO, Alba Maria. *O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica* In: *Cultura: metodologias e investigação*. BAPTISTA, Maria Manuel (Org.) Coleção Cultura Portuguesa-Declinações Latino-Americanas, nº3. Lisboa; 1ª Edição. Ver O Verso Edições Ltda, 2009.

PIMENTEL, Lidia Valesca Bomfim. *Praça Jose de Alencar: pedaços da cidade, palco da vida*. Fortaleza, 1998. 145fl. : Dissertacao (Mestrado) Irllys Alencar Firmo Barreira; UFC, 1998.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930*. 4ª Edição – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política* In: *Revista de Sociologia e Política*, nº16, p-31-49, Curitiba, jun. 2001.

_____. *Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global* IN: *Espaço e Cidade: conceitos e leituras*. LIMA, Evelyn Furquim; MALEQUE, Miria Roseira. 2ª Edição-Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* – São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3ª edição ver. E atualizada. São Paulo: Projeto, 1985.

SILVA E FILHO, Antonio Luiz Macedo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2.ed. Fortaleza, CE: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceara, 2001.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida do espírito* In: FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras-Portugal: Celsa, 2001.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

SUN, Alex. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo, SP: Senac São Paulo, 2008.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. *Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito* In: *Estudos Avançados* 21 (61), (173-191); 2007. (a)

TELLES, Vera da Silva. *Deslocando o ponto da crítica: indagações a partir de realidades urbanas em mutação* In: *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, SP, V.33, n. 1, p.13-28, jun. 2007. (b)

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias* IN: *Projeto História*, n°:15, São Paulo: PUC.1997.

VELHO, Gilberto. *Desvio. Estigma e Comportamento desviante em Copacabana* In: VELHO, Gilberto (org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*, Zahar Editores, 4ª Edição, Rio de Janeiro:1981.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIANA, Waldiane Sampaio. *Manifestações homofóbicas em espaços públicos: praças da Gentilândia em Fortaleza*. 2009. 159 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza-CE, 2009.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando culturas e poder* In ARANTES, Antônio (org.). *O espaço da diferença*; Campinas, SP: Papius, 2000.

DEMAIS FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RELATÓRIO:

Fortaleza: os desafios da gestão municipal democrática 1993-1996. Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas – Instituto Pólis. Recife – São Paulo, 1998. SOARES, José Arlindo; BARREIRA, Irllys (coord.).

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS:

Auzerina, líder comunitária integrante do Conselho de Segurança do Bairro de Fátima. Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

Ednardo Nunes, 70 anos, mecânico, antigo morador do bairro de Fátima em entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

Eduardo, feirante de imagens sacras vindo de Canindé.

Gilberto, supervisor dos fiscais da Secretaria Regional IV.

Maria, vendedora permissionária da praça de uma barraca que fornece refeições.

Marilza - Entrevista concedida a Revista “Matéria Prima”, do Curso de Jornalismo da Faculdade 7 de setembro intitulada “Praças de Fortaleza: lugares públicos, de identidades, de tradição, de saberes e fazeres populares.” Publicada no Ano 2007.

Maurício Gomes de Oliveira, apelidado “Rei dos negros”, 66 anos, escultor, antigo morador do bairro de Fátima. Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

Roberto, ex-bancário aposentado, 56 anos, antigo morador do bairro de Fátima.

Robson, professor universitário, antigo morador do bairro de Fátima.

Rosira, líder comunitária integrante do Conselho de Segurança do Bairro de Fátima. Entrevista concedida ao jornal Folha de Fátima, produzido bairro e disponível no sítio eletrônico: <http://bairrodefatima.zip.net/>

Socorro, feirante vendedora de imagens e objetos sacros.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS:

Jornal O POVO, 14 novembro de 1957, p.11

Jornal O POVO, 23 de agosto 1958

Jornal O POVO, 14 de maio, 1960, p.10

Jornal O POVO, 09 de agosto, 1960, p.2

Jornal O POVO, 30 de setembro de 1960

Jornal O POVO, 15 e 16 de fevereiro, 1964

Jornal O POVO, 1966

Jornal O POVO, 25, 26 de novembro de 1967

Jornal O POVO, 13 de abril de 1970, p.14

Jornal O POVO, 1972 (Convocatória)

Jornal O POVO, 6 de maio, 1974, p.11

Jornal O POVO, 31 de janeiro de 1979

Jornal O POVO, 28 de fevereiro, 1981

Jornal O POVO, 2 de maio, 1981

Jornal O POVO, 9 de agosto, 1990, p.15 A

Jornal O POVO, 6 de abril, 1992

Jornal O POVO, 3 de setembro, 1993, p.15

Jornal O POVO, 19 de julho, 1991, p.10 A

Jornal O POVO, 28 de dezembro, 1991, p. 6 A

Jornal O POVO, 2 de fevereiro, 1992, p. 18 A

Jornal O POVO, 17 de fevereiro, 1992, p.11 A

Jornal O POVO, 8 de março, 1992, p. 6 A

Jornal O POVO, 6 de abril, 1992, p.11A

Jornal O POVO, 3 de junho, 1992, p.10 A

Jornal O POVO, 30 de agosto, 1992, p.9 A

Jornal O POVO, 10 de setembro, 1992, p.11 A

Jornal O POVO, 21 de setembro, 1995, p.8 A

Jornal O POVO, 23 de setembro, 1995, p.3
 Jornal O POVO, 13 de maio, 1998, p.16 A
 Jornal O POVO, 24 de outubro, 2003, p.4
 Jornal O POVO, 14 de novembro de 2003, p.28, 7
 Jornal O POVO, 10 de maio, 2004, p.8
 Jornal O POVO, 13 de maio, 2004, p.7
 Jornal O POVO, 4 de agosto, 2004, p.7
 Jornal O POVO, 5 de agosto, 2004, p.4
 Jornal O POVO, 10 a 16 de outubro 2004 (clubinho-4)
 Jornal O POVO, 12 de março, 2005, p.3, 8
 Jornal O POVO, 13 de março, 2005, p.6
 Jornal O POVO, 13 de maio de 2005
 Jornal O POVO, 24 de julho, 2005, p.15
 Jornal O POVO, 10 de setembro, 2005, p.27
 Jornal O POVO, 19 de setembro de 2005, p.6
 Jornal O POVO, 13 de outubro de 2005
 Jornal O Povo, 17 de junho de 2007

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

Sítios do Jornal O POVO:

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=370063>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=537425>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=537425>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=785038>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=800668>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=867586>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=883031>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=871253>
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=968569>
<http://diariodonordeste.globo.com/m/materia.asp?codigo=981175>

Sítios da Prefeitura Municipal de Fortaleza:

http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8529 /
[http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11308](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11308&Itemid=12) /
[http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14653](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14653&Itemid=78)
http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6990&Itemid=12
http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8054&Itemid=12

Sítios do Jornal O POVO:

<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/704777.html>
<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/705089.html>
<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/835621.html>

Outros sítios:

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/indignacao-e-espaço-publico;>

[http://www.mundojovem.com.br/entrevista-04-2012.php.](http://www.mundojovem.com.br/entrevista-04-2012.php)

[http://www.outraspalavras.net/2012/01/31/ate-onde-irao-os-indignados/;](http://www.outraspalavras.net/2012/01/31/ate-onde-irao-os-indignados/)

<http://www2.cmfor.ce.gov.br/~cmfor/noticias/walter-cavalcante-aposta-em-impulso-de-turismo-religioso-em-fortaleza/>

Vídeos da INTERNET:

<http://www.youtube.com/watch?v=f1vUqs7dal8>

<http://www.youtube.com/watch?v=NWr-KVzIm6M&feature=related>

MÚSICAS:

A Praça (letra de Carlos Imperial interpretada por Ronnie Von – 1967).

DECRETOS DE LEI DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO:

Decreto nº14.020, datada de 13 de março de 2009

Decreto nº12.112, datado de novembro de 2006

Decreto nº12.659 datado de 23 de abril de 2010

Decreto nº 9387 datado de 26 de junho de 2008

Decreto nº12112, datado de 20 de novembro de 2006

Decreto nº 12.568, datado de 26 de agosto de 2009

Decreto nº12.659, datado de 23 de abril de 2010

Decreto nº 1671, datado de 16 de dezembro de 1960

Decreto nº 8933, datado de 26 de janeiro de 2005